



DE L'HISTOIRE DE L'HISTOIRE

O PASSADO DOS ESTUDOS
HISTÓRICOS NA FRANÇA (1933-1810)

Thiago Augusto Modesto Rudi

DE L'HISTOIRE DE L'HISTOIRE

O PASSADO DOS ESTUDOS HISTÓRICOS
NA FRANÇA (1933-1810)

THIAGO AUGUSTO MODESTO RUDI

DE L'HISTOIRE DE L'HISTOIRE

O PASSADO DOS ESTUDOS HISTÓRICOS
NA FRANÇA (1933-1810)

Coleção Concurso SBTHH
Volume 7



Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Editoração e projeto gráfico

João Carlos Furlani

Capa

Flávia Florentino Varella

Imagem da capa

Vetor Triangle Pattern (<http://dryicons.com/free-graphics/preview/triangle-pattern>)

Revisão e normas

Os autores

Diretoria (2018-2021)

Presidente:

Temístocles Cezar (UFRGS)

Vice-Presidente:

Karina Anhezini (UNESP)

Secretária Geral:

Flávia Florentino Varella (UFSC)

Secretário Adjunto:

Rodrigo Perez Oliveira (UFBA)

Tesoureira:

Arthur Oliveira Alfaix Assis (UnB)

Conselho fiscal

Evandro dos Santos (UFRN)

Mateus Henrique de Faria Pereira (UFOP)

Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Diretor de publicações

André de Lemos Freixo (UFOP)

Conselho científico e editorial de publicações

Presidente:

Durval Muniz de Albuquerque Jr. (UFRN)

Membros:

Alexandre Avelar (UFU)

Beatriz Vieira (UERJ)

Carlos Fico (UFRJ)

Cássio Fernandes (UNIFESP)

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Estevão de Rezende Martins (UnB)

Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)

Helena Mollo (UFOP)

Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)

João Paulo G. Pimenta (USP)

Julio Bentivoglio (UFES)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)

Luiz Costa Lima (PUC-Rio)

Mara Cristina Rodrigues (UFRGS)

Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio)

Marcia Barbosa Mansor D'Alessio (UNIFESP)

Marcia de Almeida Gonçalves (UERJ)

Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)

Sérgio da Mata (UFOP)

Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Rudi, Thiago Augusto Modesto.

De l'histoire de l'histoire: o passado dos estudos históricos na França (1933-1810) [livro eletrônico] / Thiago Augusto Modesto Rudi. -- Mariana, MG: Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, 2021. -- (Coleção Concurso SBTHH ; 7).

264 p. ; 23 cm ; PDF

Bibliografia

ISBN: 978-85-69703-08-2

1. História - Teoria 2. Historiografia - História 3. Historiografia - Século 19 I. Título.
II. Série.

SUMÁRIO

7	APRESENTAÇÃO: SOCIEDADE BRASILEIRA DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DUAS CARTAS E ALÉM... <i>Andre de Lemos Freixo</i>
21	PREFÁCIO <i>Karina Anhezini</i>
22	INTRODUÇÃO: O PASSADO DOS ESTUDOS HISTÓRICOS, A HISTÓRIA DA HISTÓRIA E UMA DESAMBIÇÃO
51	CAPÍTULO I: O SÉCULO XIX ACABOU DE TERMINAR
54	Centenários e instituições de passados dos estudos históricos
77	Crises, batalhas pacíficas e uma densa floresta
86	A história tradicional e a história da história
99	CAPÍTULO II: O SÉCULO XIX COMEÇOU EM 1870
102	Do movimento histórico
114	Inventariar a história em progresso
121	<i>Historiographie</i> : “a história literária dos livros de história”
131	“Monod”
155	CAPÍTULO III: OS DOIS SÉCULOS XIX E A METADE DO OITOCENTOS
159	Um resumo de “nossa filosofia científica”

165	Tão antigo quanto o moderno: quadro, estado, estatística, distinções
174	<i>Como se escreve a história?</i>
187	CAPÍTULO IV: NA ORIGEM DO SÉCULO XIX
189	A coroa dos sacrifícios e o espírito da história
195	Homero, Ezequiel e as bondades de um soldado ferido
203	O que resta de novo dos historiadores antigos
207	Na origem da tradição dos progressos: o século da filosofia foi o século da história?
215	CONSIDERAÇÕES FINAIS
227	REFERÊNCIAS
227	Fontes
252	Bibliografia

APRESENTAÇÃO:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DUAS CARTAS E ALÉM...

Para o Prof. Me. José Lúcio Nascimento Júnior.
Em memória das vítimas de um desgoverno genocida; da
COVID-19; e do egoísmo “desumanitário” que nos consome.

E escrever sobre a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) é um exercício que se assemelha ao da redação de um memorial acadêmico para mim. Evidentemente, a história desta sociedade científica não se confunde com minha trajetória (nem eu sou, de maneira alguma, central para essa história!). Mas o fato é que minha trajetória acadêmica está quase integralmente contida nos eventos, nos diálogos com as pessoas e na atuação nas instituições que, desde fins de agosto de 2009, vêm dando corpo a esta bela história desde a cidade histórica de Mariana - MG e além. Ali, na condição de um entusiasmado espectador, pude testemunhar a Assembleia Geral na qual foi lida e aprovada a *Carta de Mariana*, da qual sou orgulhoso signatário ao lado de muitas pessoas que fizeram (e fazem) essa história. Observei de perto o estabelecimento dos estatutos e objetivos desta sociedade.¹ Tudo aconteceu durante o 3.º Seminário Nacional de História da Historiografia (SNHH).

¹ Signatários da Ata de Fundação, em 25 de agosto de 2009: Estevão Chaves de Rezende Martins, Fernando Felizardo Nicolazzi, Valdei Lopes de Araujo, Helena Miranda Mollo, Bruno Franco Medeiros, Thamara Oliveira Rodrigues, Felipe Charbel Teixeira, Rodrigo Turin, Pedro Spinola Pereira Caldas, Maria de Fátima Novaes Pires, Janaína Pereira de Oliveira, Raimundo Nonato Araújo da Rocha, Taíse Tatiana Quadros, Fábio Muruci dos Santos, Alexandre Pacheco, Andréa Sannazzaro Ribeiro, Maria Ávila Franzoni, Luiz César de Sá Júnior, Pedro Torres da Silveira, Sabrina Magalhães Rocha, Amanda da Silva Martins, Camila Aparecida Braga Oliveira, Rodrigo Lima Ferreira, Paulo Alberto da Silva Mendes, Gisela Morena de Souza, Piero di Cristo

Este é o ponto: a SBTHH é central na minha trajetória formativa e profissional até hoje. É uma aproximação metonímica, claro. E creio que esse percurso possa ser (de algum modo) análogo ao de muitas pessoas que, assim como eu, contribuem hoje para a vida da instituição. À época do seu nascimento, eu era um “jovem” pesquisador no início do meu Doutorado, sob orientação do saudoso Manoel Salgado Guimarães.² O tema da minha pesquisa era a história da historiografia de José Honório Rodrigues. Rodrigues foi homenageado na *Carta*, assinada também por Manoel Salgado no Auditório Francisco Iglésias (importante historiador mineiro, amigo e admirador de José Honório Rodrigues), no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (ICHS/UFOP). Coincidências? Bem...

Mais uma vez: a história da SBTHH não começa comigo, ela nem começa com o Seminário ou “no seminário”.³ A SBTHH deu continuação ao fortalecimento do campo cujo marco fundamental data de 2003, no Simpósio Nacional da Associação Nacional de História - ANPUH de João Pessoa - PB, com o Grupo de Trabalho em Teoria da História. Em 2007, logo depois do Simpósio da ANPUH de São Leopoldo - RS, os corredores e salas de aula do ICHS/UFOP foram cenário dos simpósios temáticos, minicursos e das muitas conversas que, mais tarde, desenvolveram-se pelos cafés, bares e restaurantes das cidades de Mariana e Ouro Preto. Nascia assim o Seminário Nacional de História da Historiografia (SNHH), posteriormente rebatizado como Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia, com seus encontros anuais entre 2007-2014.⁴ Nesse

Carvalho Detoni, Rebeca Gontijo Teixeira, Marcia de Almeida Gonçalves, Tatiana Mol Gonçalves, Camila Kézia Ribeiro Ferreira, Henrique de Oliveira Fonseca, Rodrigo Machado da Silva, Bruno Diniz Silva, Dalton Sanches, Vitor Claret Batalhone Júnior, Inigh Freire Furtado, Eduardo Wright Cardoso, Moema Vergara, Mateus Henrique de Faria Pereira, Sérgio Ricardo da Mata, Daniel Pinha Silva, Flávia Florentino Varela, Arthur Oliveira Alfaix Assis, João Paulo Garrido Pimenta, Fábio Franzini, Manoel Luiz Salgado Guimarães, Hans Ulrich Gumbrecht, Virgínia Albuquerque de Castro Buarque, Marco Antônio Silveira, Júlio Cesar Bentivoglio, Andre de Lemos Freixo, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.

⁴ O I Seminário de História do ICHS (2006), com o tema “Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea”, é considerado pela comunidade da SBTHH como uma

sentido, vale ainda lembrar que o SNHH também deu impulso aos esforços de criação de um periódico importantíssimo da área: a revista *História da Historiografia*. Criada em 2008, ela reúne contribuições valiosas e alcança, hoje, o nível mais alto de avaliação da CAPES (Qualis A1), como um verdadeiro patrimônio da nossa comunidade reconhecido tanto nacional quanto internacionalmente.⁵ Dessa forma, a SBTHH se tornou um espaço institucional de congregação dos pesquisadores dos campos da teoria e história da historiografia. Seu propósito era (e segue sendo) o de contribuir, fomentar e fortalecer esses campos irmanados nos cenários intelectuais brasileiro e internacional. Com a SBTHH criou-se um espaço de proporções inéditas no país (e na América Latina) para a cooperação e o diálogo entre historiadores e historiadoras dedicados(as) à teoria da história e à história da historiografia, um fórum de atuação que opera no interior da ANPUH congregando pesquisadores e pesquisadoras de várias gerações, instituições e perspectivas teóricas.

O local por excelência dessas trocas e intercâmbios foi o nosso SNHH, inicialmente promovido pelo Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e pela linha de pesquisa “Ideias,

espécie de edição “zero” do SNHH. Tratou-se de um evento pequeno, para poucos convidados, que felizmente germinou, dando origem ao SNHH. Após 2014, o SNHH tornou-se bianual, e foi apresentada a proposta de o evento se tornar itinerante. Em 2016, o 9.º SNHH aconteceu na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, organizado pela equipe do Laboratório de Estudos de Teoria da História e História da Historiografia - LETHIS, sob a orientação de Júlio Bentivoglio e apoio do Núcleo de Estudos em História da Historiografia - NEHM. Em 2018, para a 10.ª edição, o evento foi realizado novamente em Mariana, no ICHS da UFOP.

⁵ Para saber mais, ver: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>>. Cabe mencionar também a *HH Magazine – Humanidades em Rede*, uma iniciativa da Revista *História da Historiografia* e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Trata-se de um portal público científico no qual é incentivada a experimentação de formatos dinâmicos para a divulgação das pesquisas dos campos contemplados. O projeto integra a extensão universitária da UFOP (*HH Magazine: Humanidades em Rede – história pública democrática*), sendo coordenado pelo Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP) e contando com apoio do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP. O objetivo do portal é expandir o conhecimento das Humanidades na sociedade por meio da comunicação digital; mobilizando informações que reafirmem o caráter transdisciplinar, educativo, científico, existencial e público do conhecimento acadêmico em conformidade com os valores democráticos. Ver: <<https://hhmagazine.com.br/>>.

Linguagens e Historiografia” do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP. Posteriormente, esse grupo passou a contar com o apoio do LETHIS, do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e também da SBTHH.

O histórico do Seminário evidencia a abrangência dos campos de estudos que a SBTHH cobre. O evento contribui imensamente para a ampliação desses campos por meio da constante renovação dos temas estudados e dos quadros de pesquisadores e pesquisadoras atuantes no país. Em 2007, o tema do Seminário foi “Historiografia Brasileira e Modernidade”, com foco na relação entre a historiografia e a constituição dos Estados Nacionais. Na edição seguinte, a temática abordada foi “A Dinâmica do Historicismo: tradições historiográficas modernas”, sendo debatidos os legados do(s) chamado(s) “historicismo(s)” na constituição da escrita historiadora ocidental e moderna (VARELLA; MOLLO; MATA; ARAUJO, 2009). Em 2009, *pari passu* à consolidação do campo no Brasil, no evento era lançada uma provocação sobre os compromissos da história com a sua suposta capacidade de ensinar (e ensinar o quê?), sendo, assim escolhido o tema “Aprender com a História?” (NICOLAZZI; MOLLO; ARAUJO, 2012; SILVA; NICOLAZZI; PEREIRA, 2012). Com o nascimento da SBTHH, o Seminário tornou-se parte fundamental da agenda, vitalidade e força do campo. Um ano depois, os diagnósticos acerca da experiência do tempo contemporâneo e sua relação com a pluralidade dos usos do passado foram colocados sob o olhar crítico do campo com o tema: “Tempo Presente e Usos do Passado” (VARELLA; MOLLO; PEREIRA; MATA, 2013). Em 2011, o tema “Biografia e História Intelectual” trouxe para o debate esses dois campos de estudo e produção da historiografia (AVELAR; FARIA; PEREIRA, 2012; MOLLO, 2012; ARAUJO; OLIVEIRA, 2013). “O giro linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas” foi o convite à reflexão realizado pelo SNHH de 2012 (MEDEIROS; SOUSA; BELCHIOR; RANGEL; PEREIRA, 2015),⁶ no qual a SBTHH convocava a pensar sobre o impacto do chamado *linguistic turn* (e da obra seminal de

⁶ Ver também o dossiê sobre giro linguístico e giro ético-político em *História da Historiografia*, organizado por RANGEL; ARAUJO, 2015.

Hayden White, *Metahistory*, próxima de completar 40 anos na ocasião) para a historiografia e as ciências humanas de um modo geral.⁷

A partir da 6ª edição, em 2012, a organização do seminário da SBTHH sinalizou para a crescente internacionalização, o que correspondeu ao movimento mais geral da área de teoria da história e história da historiografia no sentido de integrar esforços como o da criação da International Network for Theory of History (INTH), em 2012, e o da expansão da International Commission for History and Theory of History (ICHTH). Esse caminho foi necessário para o desenvolvimento do debate, uma vez que articulava, efetivamente, culturas historiográficas diferentes, possibilitando a constituição de agendas de pesquisa que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Na edição de 2013, ampliou-se a inserção da SBTHH no debate internacional. Coincidindo com o “ano Brasil-Alemanha”, a Diretoria da SBTHH sugeriu um tema relacionado ao legado da reflexão histórica alemã sobre a historiografia: “Teoria da História e História da Historiografia: diálogos Brasil-Alemanha” (FERNANDES; PEREIRA; MATA, 2015). É preciso notar que ao longo dos anos o seminário da SBTHH ganhou projeção nacional e internacional, dada a qualidade de suas conferências, mesas-redondas, minicursos e simpósios. Além disso, a reflexão desenvolvida no âmbito do Seminário é colhida em publicações que ora reúnem as contribuições dos conferencistas ou são organizadas a partir de um simpósio temático. Nesta mesma edição foi lançada uma nova iniciativa de incentivo e estímulo aos trabalhos monográficos, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado: o Concurso de Monografias, Dissertações e Teses da Sociedade. Os(as) vencedores(as) figuram no primeiro volume da *Coleção Concurso de Teses da SBTHH* (MARTINS; MOLLO, 2015).

⁷ Sediado em Vila Velha e Vitória (ES) e realizado de 8 a 11 de outubro de 2013, o evento “40 anos de Meta-História – Hayden White” contou com a presença do próprio homenageado, infelizmente falecido em março de 2018, e de pesquisadores com contribuições significativas sobre o tema. O evento foi organizado pelo LETHIS, da UFES, em parceria com a SBTHH. Ver: BENTIVOGLIO; TOZZI, 2020. Ver também: WHITE, 1993.

Em 2014, a internacionalização ampliou-se ainda mais com a participação de membros da INTH e da ICHTH. O 8.º SNHH teve como tema as “Variedades do discurso histórico: possibilidades para além do texto” e contou com a presença de destacados historiadores de várias partes do mundo, reforçando-se, assim, a integração dos pesquisadores brasileiros no campo com interlocutores de outros países. A discussão refletiu a multiplicação dos interesses e abordou diferentes formas de reconstrução do passado que ultrapassavam os limites da escrita, indicando outras maneiras de se pensar e apresentar a história e o tempo. Exatamente nesse sentido, a nona edição do Seminário (2016) teve como provocação inicial o mote “O historiador brasileiro e seus públicos hoje. Esta escolha se justifica pela sensível ampliação dos espaços e mídias nos quais a história tem passado a circular e ser veiculada. Da escola à universidade; do centro comunitário à empresa; do sindicato aos movimentos sociais; das ONGs aos governos municipais, estaduais ou federais; nas polêmicas sobre estátuas e monumentos públicos; e nos debates sobre se os museus devem ou não retornar peças de suas coleções aos países e culturas de origem dos artefatos; os muitos canais de *streaming*, páginas de redes sociais, seja através de vídeos ou *podcasts*; plataforma *wiki*; entre outros lugares sociais, virtuais ou não. São diversas as instituições públicas ou privadas, iniciativas individuais ou coletivas, que mobilizam a história na contemporaneidade. A história como um saber capaz de produzir orientação subsidiando e apontando uma direção, um sentido, reivindicando dívidas ou legados por meio de pesquisas, ações políticas e em divulgações que se ampliam radicalmente em diferentes formas, direções e possibilidades. Pela primeira vez, o SNHH ocorreu fora da Universidade Federal de Ouro Preto. Com efeito, foi realizado em agosto de 2016, em Vitória - ES, no belo campus da UFES. Nesta edição foram premiadas as teses do Concurso de Teses da SBTHH (MARTINS; MOLLO, 2013).

Também em 2016, ocorreu a Segunda Conferência Internacional da INTH, no Centro de Convenções da UFOP, em Ouro Preto. Organizada por essa rede internacional e a SBTHH entre 23 e 26 de agosto de 2016, a conferência também contou com os esforços de um comitê local do

NEHM/UFOP. O evento congregou profissionais de todo o mundo dedicados à história da historiografia, teoria da história, filosofia da história, filosofia, teoria literária e campos afins das humanidades em torno de uma provocação: “A história deveria servir à vida atual e à ação, e poderia ela o fazer?”.⁸

Em 2018,⁹ a décima edição do SNHH retornou à UFOP. Em parte, tratava-se de uma comemoração. Afinal, culminava mais de uma década de trabalhos incessantes tanto da comunidade local, do NEHM/UFOP, como da Sociedade e seus muitos membros e grupos de pesquisa. Mas esse evento foi mais do que isso. Muitas coisas mudaram no Brasil e no mundo nesse período de pouco mais de uma década (nem sempre para melhor). No início de 2018, o comitê organizador do X SNHH decidiu que faria uma consulta on-line a todos os membros da SBTHH com o objetivo de democratizar o processo de escolha do tema/provocação do SNHH. A repercussão e o engajamento foram impressionantes. Os muitos *topoi* mobilizados por uma ampla seleção de propostas, colocadas por pesquisadores e pesquisadoras de todo o país, evidenciaram para o nosso comitê uma preocupação central com: 1) problemas ainda marginais ou não contemplados pelas agendas de pesquisa nos campos da teoria e filosofia da história e história da historiografia; e 2) os usos do passado e da história (local, nacional e mundial) no contexto de emergência de populismos da extrema-direita. À luz dos eventos que se acercavam em termos políticos, o rico campo de sugestões oferecido pela comunidade de membros da SBTHH, em particular no que se refere aos desafios atuais

⁸ Estas questões há muito tempo interessam aos historiadores e filósofos da história. Elas eram centrais na famosa crítica de Friedrich Nietzsche sobre o excesso de história, que teria, segundo ele, paralisado intelectualmente seus contemporâneos (uma febre histórica). Elas também foram levantadas pelo criticismo de Hannah Arendt sobre a história e a consciência histórica, que, conforme a autora, em geral, pertenceriam à *vita contemplativa* em vez de servirem à *vita activa*, fortemente preferida por ela. Na esteira destas reflexões, a ideia de uma divisão estrita entre o “passado prático” e o “passado histórico” foi promovida por Michael Oakeshott e recentemente apropriada por Hayden White – servindo de mote para a Conferência.

⁹ Os premiados no terceiro concurso de teses da SBTHH foram anunciados no evento de 2018 e publicados em: VARELLA; ANHEZINI, 2016.

e futuros da historiografia, poderia ser resumido e sintetizado sob a categoria de *emergências*.

“Emergência” pode significar algo como uma erupção; crescimento ou brotar do solo; uma força que irrompe de suas amarras ou limites. Muitos sentidos figurados também podem ser evocados, como: agência; urgência; ou uma situação de perigo. Quando articulado com a experiência da história, o termo pode indicar o aparecimento de algo das profundezas ou do interior de uma situação particular, abertura pelo movimento da história. Tempos se rearticulam nas emergências permitindo que pensemos história e historiografia de pontos de vista diferentes, particularmente diante dos desafios da contemporaneidade que nos interpela, desafios de ordem ética, política, epistemológica, estética, ontológica, entre outros (FREIXO; BOLDRINI; RAMALHO, 2021).¹⁰

Por ocasião da trágica pandemia de COVID-19 não foi possível a realização do 11.º SNHH, no ano de 2020 (PEREIRA; MARQUES; ARAUJO, 2020). O evento aconteceria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Até o fechamento deste texto, a pandemia que mudou o mundo e as histórias de milhões de pessoas, países e continentes segue relativamente estável em sua letalidade; no Brasil, lamentavelmente, ela é muito mais letal devido também ao fator (des)humano. Por ora, nossa esperança é a de que a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) seja o endereço da próxima edição do Seminário da SBTHH, em 2022. Oxalá!

Por fim, este texto de apresentação da SBTHH termina um pouco como ele começou. Com *ego-história*? Não. Com esperança! Toda a esperança do mundo? Não, mas alguma esperança. Eu defendi minha tese “sobre José Honório Rodrigues” em 2012. Ingressei na UFOP e no NEHM em 2014. Fui coordenador do NEHM e participei de muitas comissões, eventos, parcerias e comitês organizacionais. Participei da Conferência da INTH e de praticamente todos os SNHH, chegando mesmo a presidir o Comitê do X SNHH. Ajudei a redigir a *Segunda Carta de Mariana*. Integrei a Diretoria de Publicações da SBTHH (2018-2021), coordenando o

¹⁰ Ver também: KLEM; PEREIRA; ARAUJO, 2020.

Concurso de Monografias, Dissertações e Teses da Sociedade. Mas tudo isso só foi possível porque existia a SBTHH. Exatamente por isso, como eu disse, esse texto não é sobre mim. Não pode ser sobre uma única pessoa. Este texto é sobre um grupo imenso de profissionais (mestres e mestras, doutores e doutoras) dedicados(as) ao bom debate, à valorização dos trabalhos de pesquisa dos campos de teoria da história e história da historiografia de ontem, hoje e amanhã. É sobre todos e todas que fazem do empenho desta sociedade científica uma realidade: desde as presidências, passando pelo corpo técnico, comitês, diretorias, até nossos secretários(as), bolsistas, monitores(as). A SBTHH é um espaço de cooperação e diálogo, de aprendizado e acolhida, de generosidade e trocas que formou centenas de pesquisadores e pesquisadoras e viu nascer e se multiplicarem diversos grupos de pesquisa por todo o Brasil. Ela conquista interlocutores para além de nossas fronteiras nacionais por meio de seus eventos, atividades, grupos de trabalho e da constante injeção de ânimo e renovação de interesses e conhecimentos nestes campos com novos trabalhos de nossos orientandos e orientandas. Eu sou apenas um entre muitos e muitas cujas esperanças foram nutridas e recompensadas pela existência da SBTHH.

A *Segunda Carta de Mariana* nasceu do desejo de não apenas relembrar o percurso já transitado e os compromissos já assumidos (que têm sido honrados com rigor e competência graças à reunião de pesquisadores de várias gerações, latitudes geográficas, variadas instituições e convicções teóricas). Diante de mudanças trágicas no país e no mundo, ela visa a renovar nossa esperança de proporcionar um ambiente estimulante e acolhedor, de trocas honestas, democrático, palco para convergências e mesmo discordâncias (sempre respeitadas), bem como de fomento ao diálogo no espaço público de modo que todas e todos possam tomar a palavra e participar cada vez mais da tarefa urgente de compreender o mundo em que estamos à luz daqueles que nos antecederam. Neste espaço, a valorização da pluralidade guia nossas tarefas, principalmente no que se refere à história. Buscamos dar acolhida às muitas vozes e corpos que emergem do silêncio, da indiferença e da opressão para compor e reforçar os quadros desta Sociedade e seus interesses, bem

como auxiliar à autocompreensão dos campos representados por ela. A autoconsciência crítica se inicia com uma evidenciação da urgência e necessidades de direcionamento de nossas agendas de pesquisa para a compreensão das imperiosas condições de possibilidade daquilo que fazemos quando pensamos sobre história, escrita histórica e ensino de história. É fundamental pensar sobre os lugares sociais e de enunciação que ocupamos em meio à área na qual nos formamos, cujo compromisso com a democratização se soma à luta das humanidades contra as ações covardes e as muitas formas da violência, sejam elas políticas ou econômicas, promovidas pelo obscurantismo, a pseudociência, os negacionismos, ou a falsificação da história. Acreditando na reciprocidade e no respeito, procuramos oferecer maior visibilidade aos diferentes sujeitos, epistemologias e ecologias do conhecimento que compõem os conhecimentos produzidos em diferentes latitudes e longitudes, além de propormos repensar e redimensionar nossos intercâmbios a partir dessa autoconsciência crítica dos problemas envolvidos. O que importa, portanto, é expandir o rol de referências sobre o que definimos como conhecimento histórico no sentido de combater, inclusive por princípio estatutário, práticas discriminatórias de toda sorte.¹¹

¹¹ Eis as novas sugestões (aprovadas unanimemente em Assembleia Geral, em 27 de outubro de 2018): a) incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa brasileira no âmbito da teoria e filosofia da história, história da historiografia, ensino de história e divulgação histórica; b) promover reuniões (presenciais ou a distância) de Grupos de Trabalho (GTs), objetivando trocas de propostas e informações que auxiliem a compor as agendas de pesquisa nestes campos tanto entre associados desta Sociedade como com aquelas associações congêneres em solo latino-americano e em quaisquer outros espaços; c) dedicar esforços à edição da revista *História da Historiografia* e da *H.H. Magazine* – valorizando o apoio a publicações de natureza análoga desde que coerentes com os campos de atuação e os princípios desta Sociedade; d) dedicar reflexões especiais sobre as inovações introduzidas na era digital (redes sociais, *podcasts*, *blogs*, vídeos e plataformas de *streaming*), incorporando-as, também, como veículos alternativos de comunicação e divulgação dos resultados de pesquisas incentivadas por esta Sociedade; e) agir no interesse dos(as) associados(as) e representá-los(as) junto a órgãos públicos e privados; f) promover o Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia; g) apoiar a realização de eventos regionais e nacionais nos campos de atuação da SBTHH; h) promover o intercâmbio e a cooperação com associados(as) e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais da mesma natureza – procurando, na medida do possível, orientar-se pelo princípio da representatividade, que preconiza a busca por equilíbrio democrático entre gêneros, etnias e nacionalidades; i) apoiar o

Nestes dias sombrios, de imensa tristeza pelas vidas tiradas de nós, em tempos marcados por ares profundamente distópicos, um horizonte fiado na esperança, que se abre por e pelas coletividades representadas no acrônimo “SBTHH”, em nome da amizade, da democracia, da solidariedade, da cientificidade, do conhecimento, da diversidade e do respeito, pode ser pensado como um ato *revolucionário*. Que essa vocação apresentada na *Carta de Mariana* (2009) e renovada pela *Segunda Carta de Mariana* (2018) seja o farol da esperança que ilumina com diversidade nossos trabalhos aqui e agora e para além...

Até o próximo evento da SBTHH!

Prof. Dr. Andre de Lemos Freixo
Flamengo, primavera de 2021.

desenvolvimento de instrumentos ética e politicamente antidiscriminatórios (tendo como base fundamental os Direitos Humanos); j) estimular iniciativas e práticas inclusivas nos eventos apoiados por esta Sociedade; k) incentivar políticas de ação afirmativa nos eventos, promoções e atividades patrocinadas por esta Sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. “Um mestre do rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos da historiografia no Brasil”. Ouro Preto, *História da historiografia* (13): 144-153.
- ARAUJO, Valdei Lopes de.; OLIVEIRA, Maria da Glória (Orgs). *Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2013.
- AVELAR, Alexandre; FARIA, Daniel; PEREIRA, Mateus H. de F. (Orgs.). *Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2012.
- BENTIVOGLIO, Júlio; TOZZI, Verónica. *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-História*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2020.
- CEZAR, Temístocles; KNAUSS, Paulo. “O historiador e o viajante: itinerário do Rio de Janeiro a Jerusalém” (Prefácio). In: GUIMARÃES, M. L. L. Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- CEZAR, Temístocles e TURIN, Rodrigo (Orgs.). “A história em questão: diálogos com a obra de Manoel Luiz Salgado Guimarães” (Dossiê), Ouro Preto, *História da Historiografia*, 2013.
- FERNANDES, Luiz Estevam O.; PEREIRA, Luisa Rauter; MATA, Sérgio Ricardo da (Eds.). *Contributions to Theory and Comparative History of Historiography: German and Brazilian Perspectives*. Berlin: Peter Lang GmbH, 2015.
- FREIXO, Andre de Lemos; BOLDRINI, Aguinaldo M.; RAMALHO, Walderez (Orgs.). *Emergencies: race, gender and decoloniality*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2021.

- FREIXO, Andre; PEREZ, Rodrigo; LAURANDI, Fábio. *Experiências de formação: um tributo ao Professor Manoel Salgado*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus H. de F.; ARAUJO, Valdei Lopes de. (Orgs.). *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2020.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende Martins; MOLLO, Helena (orgs.). *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia*: 2013. Mariana: SBTHH, 2016. ISBN: 978-85-69703-01-3.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende Martins; MOLLO, Helena M. (Orgs.). *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia*: 2012. Mariana: SBTHH, 2015. ISBN: 978-85-69703-00-6.
- MEDEIROS, Bruno F.; SOUSA, Francisco G. de.; BELCHIOR, Luna H.; RANGEL, Marcelo de M.; PEREIRA, Mateus H. de F. (Orgs.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.
- MOLLO, Helena de M. (Org.). *Biografia e História das Ciências: debates com a história da historiografia*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2012.
- NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena de M.; ARAUJO, Valdei L. de (Orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.
- PEREIRA, Mateus H. de F.; MARQUES, Mayra; ARAUJO, Valdei Lopes de. *Almanaque da Covid-19: 150 dias para não esquecer. A história do encontro de um presidente fake com um vírus real*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2020.
- RANGEL, M. de M.; ARAUJO, V. L. de. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.
- SILVA, Ana Rosa Clacet da.; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus H. de F. (Orgs.). *Contribuições à história da historiografia Luso-Brasileira*. São Paulo: Hucitec Editora/FAPEMIG, 2012.

- VARELLA, Flávia F.; ANHEZINI, Karina (Orgs.). *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia*: 2016. Mariana: SBTHH, 2018. ISBN: 978-85-69703-03-7.
- VARELLA, Flávia F.; MOLLO, Helena de M. PEREIRA, Mateus H. de F.; MATA, Sérgio da (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.
- VARELLA, Flávia F.; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio da; ARAUJO, Valdei Lopes de (Orgs.). *A Dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2009.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1993.

PREFÁCIO

Desde quando e como o “Século XIX”
se tornou o “Século da História”?

Encontrar com esse texto no formato de um livro faz refletir e rememorar. Rememoração de um encontro com um jovem aluno do terceiro ano de graduação em história encantado com a teoria da história. Encantamento emaranhado e atravessado por curiosidade, dúvidas e uma nítida ambição de ser historiador, mesmo que ainda não soubesse exatamente do que se tratava.

Entre leituras, releituras, debates e muita alegria com a escrita da história, aquele jovem foi encontrando um caminho para o seu fazer. Um fazer preocupado e ocupado com e da escritura da história. Enquanto estudava como Ernest Renan escreveu a história da França, ao longo da graduação e do mestrado, ele encontrava e criava seu modo de escrever a história. O texto que a leitora, o leitor tem diante dos olhos é a realização de tese de doutorado sentida e refletida como uma operação lenta e cuidadosa de compreensão dos textos que delimitaram historicamente o passado dos estudos históricos na França entre o início do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Antes disso, antes dessa definição e para ser mais do que isso, num fim de tarde, aquele jovem apareceu com a pergunta: “desde quando e como o “Século XIX” se tornou o “Século da História”?”. Um tanto desconcertada, mencionei o texto de Gabriel Monod, velho conhecido seu, e percebi que o projeto da tese estava tomando novos rumos. Um dos rumos fundamentais foi marcado pela presença de François Hartog. O jovem que estudava a França oitocentista desde a graduação foi para Paris encontrar-se com suas referências na Biblioteca Nacional da França (BnF) e aprender com Hartog um pouco (ou muito) mais! Como orientadora, aquela sensação desconcertante diante da pergunta para a qual não tive

a melhor resposta foi aliviada. Thiago, já não mais aquele jovem da graduação, estava dando os passos da autonomia acadêmica e inventando seu modo de ser historiador.

O texto da tese foi tomando forma e conteúdo numa prática cotidiana de seleção dos momentos privilegiados para a escrita de uma história das relações que a cultura histórica oitocentista manteve com um problema chamado “o passado dos estudos históricos”. A volumosa bibliografia existente acerca do tema esteve na companhia de Thiago para o mapeamento dos textos publicados na França do século XIX que tomaram como objeto o conhecimento histórico, “textos de história sobre a história”. Contudo, uma estratégia metodológica construiu um sentido para a interpretação: foi a partir da leitura de escritos mais próximos ao recorte final (início do século XX ou final do século XIX) que selecionou os escritos publicados anteriormente. Esse procedimento de leitura desdobrou-se no gesto da escrita e o texto a seguir começa em 1933 para terminar em 1810.

O tempo dos estudos históricos que tomaram a história como objeto na França foi lido e narrado de maneira desnaturalizada, dotado de historicidade e em seus complexos relacionamentos. Essas escolhas de Thiago não foram fáceis e, vez ou outra, encontram editores e pareceristas querendo trocar a ordenação do tempo; colocar o tempo cronológico em seu devido lugar.

A leitora e o leitor que vencer esse desejo de ordenação cronológica poderá se encontrar e se relacionar com a historiografia francesa, tão presente em nossa formação historiográfica no Brasil, de maneira inovadora e *criativa*.

Profa. Dra. Karina Anhezini
Franca, outubro de 2021.

INTRODUÇÃO:

O PASSADO DOS ESTUDOS HISTÓRICOS, A HISTÓRIA DA HISTÓRIA E UMA DESAMBIÇÃO*

On n'a point eu l'ambition [...] de faire une histoire du mouvement historique en France au XIX^e siècle
(JULLIAN, 1897: I).

O século passado tinha menos história, mas sabia fazê-la melhor. De que medidor dispõe a nossa época?
(NIETZSCHE, 2005: 323; 340).

Em 1897, nas primeiras páginas de seu livro, um historiador lançou um alerta aos seus leitores: “não tivemos a ambição de fazer uma história do movimento histórico na França do século XIX¹”. Frase enigmática! Ainda mais quando escolhida para ser a primeira de um livro, afinal de contas, ela necessitaria de definições prévias: o que é “o movimento histórico da França no século XIX”? O que significaria fazer ou não fazer uma história desse movimento?

Poucos anos depois, Charles-Victor Langlois (1863-1929) publicou um denso manual de bibliografia histórica (LANGLOIS, 1901-1904). Por meio deste manual, passo a saber que existe uma família mais vasta de obras que podem ajudar, dentre outras coisas, no conhecimento e na aprendizagem dos instrumentos do trabalho histórico. Essa família seria constituída por obras passíveis de serem nomeadas como *histórias da história*, como *histórias dos estudos históricos*, como *histórias das pesquisas*

* Este livro é resultado de tese de doutorado que recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por meio de Bolsa de Doutorado (processo nº 2015/07839-1) e por meio de Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior - BEPE (processo nº 2017/00322-9).

¹ O historiador era Camille Jullian (1859-1933), o livro e frase são os mesmos que escolhi para a primeira epígrafe desta introdução. Todas as traduções do presente livro, sobretudo aquelas das fontes, são de minha autoria, exceto quando indicado o contrário.

históricas ou ainda como *histórias da literatura histórica*. De acordo com esse manual, esse gênero existia desde o século XVIII, na Alemanha. Naquele período, e também durante o século XIX, muitas dessas obras possuíam, em comum, a aridez de serem nomenclaturas puras e simples de historiadores e obras. Mas isso teria mudado ainda no século XIX, pois os historiadores dos estudos históricos começaram a delimitar seu campo de exploração, realizando histórias da história de uma nação, de uma região e até mesmo de ramos específicos da erudição, como a filologia. Além disso, no decorrer do século XIX, vários historiadores teriam colocado em segundo plano as nomenclaturas para que pudessem narrar com maior destaque a evolução dos métodos e das maneiras de escrever a história. Neste sentido, o autor do manual poderia citar como exemplo o excelente ensaio de Gabriel Monod (1844-1912), *Du progrès des études historiques en France depuis le XVI^e siècle* (MONOD, 1876).

O enigma da frase de Jullian parecia, então, desdobrar-se. Não bastaria saber o significado de (não) se fazer uma história do movimento histórico, seria preciso definir a qual família esse gênero de obra pertenceria, de que maneira procederia e a qual tempo pertenceria. Mas é preciso continuar a caminhada, pois aquele mesmo que desdobrou o enigma também indicou sua provável solução com a referência a um “excelente ensaio”.

No texto de Monod, porém, o enigma se tornaria uma contradição. Se para Langlois o ensaio de Monod se inseria em um gênero de obras desenvolvido desde o século XVIII, no texto de Monod, um marco diferente foi apresentado. De acordo com o “excelente ensaio”, em 1599, a primeira parte da obra de La Popelinière, *Histoire des histoires*, seria uma “exposição sumária do desenvolvimento da ciência histórica desde a origem das sociedades até o século XVI” (MONOD, 1876: 14). Definição semelhante a que Monod dava ao seu próprio texto²...

² Como se verá no decorrer deste trabalho, os títulos, as utilidades, as formas de nomear e de classificar tais textos bem como suas transformações no tempo são compreendidos como traços fundamentais para os objetivos do presente estudo. Assim, sempre que oportuno, procurarei trazer os títulos desses textos no corpo do livro.

Langlois teria se confundido? Monod teria sido anacrônico? Dentre os textos apresentados, em qual deveria apoiar-me para a resolução do enigma? Qual deles possuiria um *medidor* que fosse mais digno de nossa confiança? Qual deles teria faltado à verdade da história (da história) e de sua cronologia?

Esta cena enigmática foi escolhida por vários motivos para iniciar o presente trabalho. O principal dentre eles se situa na possibilidade de afastar-me, desde o começo, de uma (des)esperada busca pelas respostas e definições as mais verdadeiras, derradeiras e dogmáticas para duas questões: *O que é a história (da história)? Quando e como ela começou a ser feita?*

Quando afirmo esse afastamento, quando digo que não buscarei as mais verdadeiras respostas para essas duas questões, sinto, quase de imediato, que uma imprecisão vem piparotear um dos pressupostos centrais deste livro. Assim, é preciso dizer que o presente trabalho é constituído por respostas que se pretenderam verdadeiras, harmônicas e até universais. Estudo e descrevo essas respostas com o intuito de pensar como elas foram possíveis em determinada época, como puderam conviver e se relacionar apesar das contradições que existiam entre elas, mas também graças a essas contradições. Quando confronto, reúno e discuto esse conjunto de respostas diversas e datadas, não tenho o intuito de hierarquizá-las ou de desvelá-las à procura da primeira verdade, da melhor harmonia ou do universal que delas se poderia extrair. Por isso, no decorrer deste livro, cenas constituídas por soluções muitas vezes contraditórias, cenas semelhantes a que acabo de narrar se repetirão. Muitas linhas, parágrafos inteiros serão dedicados a narrar essa convivência entre definições, datas e marcos que diferiam entre si ao mesmo tempo em que convergiam no sentido de tratar de um problema específico: o passado dos estudos históricos.

Grças a essa espécie de compilação de (des)acordos promovida pelo livro, é bem provável, então, que leitores se sintam aturdidos em alguns momentos. É bastante possível que, assim como o narrador, leitores venham a se imaginar por vezes perdidos em meio a um labirinto, navegantes em um nevoeiro. Supondo que isto gere alguns incômodos –

desde as primeiras linhas desta introdução, aliás –, preciso dizer que em meio a um labirinto de respostas, não tenho a pretensão de tramar o fio derradeiro que guiaria a nossa fuga. Não tenho a esperança de encontrar o farol e o porto seguro em meio a um nevoeiro de soluções. Antes de qualquer coisa, estou interessado em descrever o que foi congregado para que o emaranhado se tornasse possível e para que algum fio de solução fosse desejado. Estou interessado em narrar o que pôde, *simultaneamente*, constituir nevoeiro, porto e farol. Estou interessado em narrar de que modo, *historicamente*, o passado dos estudos históricos foi identificado, recortado, tratado, narrado e delimitado. Interesse-me pelas questões e (in)definições que, *no tempo*, foram propostas, prescritas e modificadas em relação ao passado da historiografia. Assim, se o livro apresenta respostas a questões que envolvem o surgimento da história (da história), é com intuito de compreender *sob quais condições e em meio a quais tensões* duas importantes perguntas foram elaboradas, vetadas e prescritas ao saber histórico: “O que é a história (da história)?” “Quando e como ela começou a ser feita”? Desse modo, pode-se afirmar que este livro considera as definições advindas dessas questões muito importantes, ao ponto de dedicar a elas o presente estudo, ao ponto de procurar desnaturalizá-las, buscando dotá-las de historicidade.

Considero tais definições importantes, especialmente, porque para que elas possam acontecer, relações com a verdade se desdobram. Relações com o futuro, com o passado e com o presente dos estudos históricos são estabelecidas. Relações que, ao definirem o que seria ou o que deveria ser a história (da história), apontam para uma questão, recortam-na, prescrevem-na, ordenam-na e a respondem, em sentido *duplo e verdadeiro*: o que foi, o que é, o que deveria ser, o que será a história (da história)? Em sentido duplo, pois se está a lidar com a história enquanto ciência e também com a história enquanto objeto da própria história, objeto-ciência disposto a ser tratado historicamente: *De l'histoire de l'histoire* (KOSELLECK, 2006; 2013; HARTOG, 2013; 2016). Em sentido verdadeiro, pois se está a lidar com um conjunto de regras e de procedimentos que permitem a negociação, a disputa, a instituição e

a dominação da verdade dos *estudos históricos*, assim como de seu *passado* (ALBUQUERQUE JR., 2007ab)³.

Tudo isso me leva a anunciar uma desambição. Ela não entretém uma relação de necessidade e ou de consequência óbvia com aquilo o que foi dito até aqui, mas apenas uma relação de escolha e de recorte a ser justificada no decorrer não apenas desta introdução, mas também no decorrer do estudo que ela introduz. *Neste livro, não tenho a ambição de fazer uma história da história (da história).*

Em outra direção, e apenas como início da apresentação dessa desambição, posso dizer que o presente trabalho tenta contar a história de um passado, a história de um problemático passado para o saber histórico moderno: o passado dos estudos históricos. Não obstante, o recorte por ela abrangido é muito específico, pois trata-se aqui de dotar de historicidade o passado dos estudos históricos na França, entre o início do século XIX e o início do século XX. Parto, desse modo, do objetivo de descrever como o passado dos estudos históricos se tornou um problema para o saber histórico e de que modo(s) ele foi problematizado, procurando refletir acerca das seguintes questões: com quais marcos e marcas esse problema foi construído, discutido, (re)disposto e (trans)formado? Quais outras questões se relacionaram, agregaram-se e dispersaram-se quando se discutia o passado dos estudos históricos na França? Como e quais períodos, marcos e recortes foram propostos, instituídos e vetados para ele?

Essas questões tornaram-se possíveis a partir da leitura do *corpus* documental que montei para a confecção deste livro ao qual voltarei a tematizar até o final desta introdução. Esse *corpus* é formado por um conjunto de escritos que discutiam e narravam o passado dos estudos

³ Penso aqui nas palavras de Arlette Farge (2015: 129) quando estuda a obra e os personagens *Bouvard et Pécuchet* (1881) em diálogo com Foucault: “[...] Michel Foucault, falando de Bouvard e Pécuchet, escreve: ‘Eles confundem todo o real com todo o possível’, assim, exigem da história o que não é a história. Com efeito, a história é essencialmente e por definição uma dinâmica de sentidos que se constrói com procedimentos de veridicidade, uma *démarche* rigorosa sobre outrora que trabalha com as interpretações mais sérias, para fazer do passado um relato que guie o presente e se aloje nos espaços do verdadeiro”.

históricos na França entre o início do século XIX e o início do século XX. Por meio de escritos como aqueles de Jullian, Langlois, Monod, e muitos outros, o livro descreve problemas e modos de se problematizar o passado dos estudos históricos; narra questões que se tornaram regulares, ao mesmo tempo em que podiam desempenhar diferentes funções em relação ao passado da historiografia. Desse modo, o estudo desse conjunto de textos possibilita não apenas que modos de problematizar sejam desnaturalizados, mas também que outros relacionamentos com o passado dos estudos históricos sejam dotados de historicidade.

Esses documentos definiam o que era a história (da história), definiam quando e como ela começou a ser feita e, simultaneamente, podiam afirmar o seu caráter de novidade, daquilo que seria inédito, ou até mesmo daquilo que seria mais antigo e (ultra)passado. Foram documentos como estes que me ajudaram a compreender a importância de se definir e de identificar a história (da história) e as suas localizações temporais⁴. No campo mesmo de suas disputas pela definição dos rumos do passado dos estudos históricos, em suas relações com o passado da historiografia, procuro narrar quais imagens específicas foram construídas para os estudos históricos franceses oitocentistas. Procuro, enfim, narrar os complexos relacionamentos com um dos problemas fundamentais para a constituição do “Século XIX”, para a constituição do século XIX enquanto “século da história”⁵.

⁴ O livro de Langlois foi também uma das primeiras e principais referências do texto de Charles-Olivier Carbonell (1982), *Pour une histoire de l'historiographie*, que possuía dentre os seus objetivos a proposição de uma “autêntica história da historiografia”. Não obstante, um texto fundamental que se dedicou a dotar de historicidade a história da história ou, se preferirmos, a história da historiografia é o texto “Para uma nova história da historiografia” no qual H. W. Blanke (2006: 27-64) afirma que: “durante o Humanismo, numerosas *historiae* foram publicadas. Livros como os de La Popelinière [...] devem ser vistos como preliminares do que genuinamente pode ser considerado história da historiografia”. Blanke fazia referência à obra, publicada em 1599 e, mais recentemente, em 1989, de La Popelinière (1599; 1989). Para uma leitura do texto de Carbonell e, mais do que isso, para citar um texto que muito me inspirou na melhor definição das questões do presente livro e na atenção dada à historicidade desses marcos, ver o importante texto de Fernando Nicolazzi (2017: 7-38) em que discute a noção de regimes historiográficos.

⁵ Em vários momentos deste livro, a começar pelos títulos de todos os capítulos,

Esta definição geral e resumida de objetivos pode, no entanto, inverter e até apagar as tensões e os desafios que tornaram possível a feitura do presente livro. Por isso, apesar de saber que uma introdução costuma “prescrever como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga da pesquisa” (CERTEAU, 2000: 94), procurarei narrar alguns momentos dessa pesquisa; momentos estes relacionados com os pressupostos, com as escolhas, com os recortes e com a ordem narrativa de todo o livro.

Em 2014, concluí minha dissertação de mestrado na qual estudei como o historiador francês Ernest Renan (1823-1890) escrevia a história (RUDI, 2014). Naquele momento, defendia que a principal marca de Renan estava no fato de que muitos de seus textos praticavam o que poderíamos chamar de autorreflexão, quer dizer, uma das marcas centrais de Renan estaria na repetida objetivação do próprio conhecimento histórico enquanto tema de reflexões. Para dizer mais, a possibilidade de se construir a história como a grande missão do século XIX e a importância de Renan estariam intimamente relacionadas, portanto, com a produção de textos autorreflexivos.

No ano seguinte, a partir daquela conclusão, escrevi o projeto de doutorado intitulado “O século XIX, sua grande missão e seu verdadeiro amor: meta-historiografia e verdade na França oitocentista (1827-1898)”. O principal objetivo dessa nova pesquisa foi, então, o de estudar a prática da autorreflexão no conhecimento histórico francês oitocentista. Ou seja, procuraria textos (como aqueles de Renan, Monod e de Langlois), pois eles seriam representantes dessa prática. Na minha proposta, afirmei que o objeto da pesquisa poderia ser chamado de prática meta-historiográfica ou, simplesmente, de meta-historiografia oitocentista. Desse modo, eu generalizava a conclusão da Dissertação e

utilizarei apenas “Século XIX”, com o “S” maiúsculo, para indicar que estou trabalhando com esse constructo, com essa evidência, com essa imagem do século XIX visto enquanto o século da história. Neste sentido, cabe salientar que o conceito de imagem, quando aparece neste trabalho, não é pensado como sinônimo de “ideia” e/ou “representação”, e sim junto aos escritos com os quais o saber histórico definiu certas “evidências da história”, o que deveria ser “visto” pelos historiadores (ABBAGNANO, 2007: 537; HARTOG, 2011).

a transformava em uma hipótese. Naquele momento, eu apresentava o gesto de se refletir a respeito do fazer histórico como algo não mais tão específico de Renan. Esse gesto seria, antes, uma prática muito difundida no século XIX, uma prática que atravessava diversos historiadores e fundamentava a construção do conceito moderno de história. Caberia à pesquisa de doutorado estudar os protocolos, as regras de tal prática e até melhor entender a sua emergência.

Na confecção desse projeto, fiz uma breve exposição de trabalhos que tomaram a historiografia francesa do século XIX como objeto de estudo. Gostaria de reproduzir este balanço aqui, não com o objetivo de mostrar os possíveis progressos e avanços do presente livro em relação àquilo que foi feito no passado. Em outra direção, essa resumida exposição é fundamental para se compreender algumas escolhas narrativas deste trabalho, contribuindo, portanto, para que você possa se familiarizar com a *fabricação* de um “conteúdo” para o Século XIX, ocorrida nos últimos cem anos.

Esse balanço se iniciava com a referência ao ano de 1911, quando o historiador Eduard Fueter procurou escrever uma história da historiografia moderna e localizou seu início na historiografia nascida com a Ilustração (FUETER, 1953)⁶. A começar por Voltaire, essa nova historiografia teria se dado em consequência do estado político francês e partiria de um ponto de vista filosófico, separando o acidental daquilo que tivesse um valor típico e universal. Tratando de inúmeros autores e obras da França, da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos, Fueter se dedicou à explicação dos progressos e retrocessos proporcionados por escolas historiográficas. As transformações das maneiras de se pensar a história se dariam por meio das influências e reações a escolas precedentes e, assim, Fueter pôde afirmar, por exemplo, que, no início do século XIX, a historiografia romântica reagiu contra o Iluminismo e a historiografia da escola liberal continuou, em grande medida, os projetos da Ilustração. Preocupado exclusivamente com as tendências bem definidas, Fueter acreditou ser impróprio o

⁶ Utilizei a versão em espanhol de 1953. A primeira publicação, em alemão, é de 1911.

tratamento de historiadores ainda vivos e, por isso, no final de seu livro, inseriu algumas reflexões a respeito das semelhanças, diferenças e desenvolvimentos da historiografia a partir de 1870. O autor colocou em evidência a guerra franco-prussiana de 1870, por representar a derrota do velho liberalismo, a consequente atenção dos historiadores para as questões de política mundial (gerando, segundo o autor, nova atenção para a historiografia universalista e iluminista de Voltaire) e as influências da história econômica, da sociologia e da etnografia na maneira de conceber uma história científica, sem fórmulas explicativas gerais, sem oportunismos e sem militâncias políticas.

Dois anos depois, em 1913, o historiador britânico George P. Gooch buscou sintetizar e avaliar as conquistas da pesquisa e da produção históricas no século XIX, retratar os mestres do ofício, traçar o desenvolvimento do método científico, mensurar as influências políticas, religiosas e raciais na produção da história e analisar seu efeito sobre a vida e o pensamento oitocentistas (GOOCH, 1958)⁷. Assim como Fueter⁸, do qual foi leitor, Gooch dá início ao seu livro com um panorama das mudanças na historiografia do Renascimento até a Revolução Francesa e, diferente de Fueter, o autor britânico localiza o princípio da história e dos historiadores oitocentistas em um momento nomeado por ele como *Second Renaissance*, a partir do estudo das obras de Niebuhr e de outros historiadores alemães no limiar do XIX. Entre os capítulos que se dedicaram ora a autores, ora a temáticas, ora a escolas de história, dois foram destinados à historiografia francesa: um a respeito da “escola romântica” e outro sobre a “escola política”. Mesmo dando primazia aos acontecimentos políticos para a explicação de mutações historiográficas, Gooch aponta para outras características dessas escolas francesas. Primeiramente, a escola romântica foi fundada por Thierry, contou com a participação de Chateaubriand e atingiu seu ápice em Michelet que, aliás, possuiria grande originalidade, dificultando a sua inserção completa no romantismo. Enquanto essa escola privilegiava a narração, o individual,

⁷ A primeira edição data de 1913.

⁸ É interessante notar que o livro de Fueter é uma referência bastante repetida por essas obras a respeito da história no decorrer de todo o século XX.

a forma e a cor da história, a escola política, representada por Guizot, Mignet e Thiers, interessou-se mais pela explicação e pelo Estado, dando maior importância à anatomia e à psicologia da história, predominando, assim, análises a respeito da estrutura da sociedade, da evolução das formas de governo e das relações entre Estados.

Foi também no início do século XX que Benedetto Croce dedicou-se a uma história da historiografia (CROCE, 19--)⁹. Partindo do pressuposto de que o objeto dessa história seria o desenvolvimento¹⁰ do pensamento historiográfico, para o autor, tal pensamento estaria relacionado a outros pensamentos de uma mesma época, assim sendo, a historiografia da primeira metade do século XIX seria coerente com a filosofia idealista e romântica e a da segunda metade com a filosofia naturalista e positivista. Representado por Barante e Chateaubriand, o romantismo teria proposto o retorno sentimental ao passado (historiografia nostálgica) e a defesa das velhas instituições, dignas de serem conservadas (historiografia restauradora). A relação desse movimento com as filosofias da história, no entanto, teria possibilitado que a reação da corrente positivista ressaltasse que a história não poderia ser filosofia. Com essa regra em seu cerne, a historiografia do positivismo, chefiada por Ranke, faria parte do movimento naturalista e positivista, possuidor de uma ciência especial que classificaria os fatos humanos e determinaria suas leis, proporcionando os princípios da explicação aos relatos históricos. Assim, nomes como os de Taine e de Comte construíam, na segunda metade do século XIX, uma “verdadeira história” a partir do método causal e da união entre a busca de leis e a comprovação documental¹¹.

⁹ Livro composto por um conjunto de textos publicados, primeiramente, entre 1912 e 1913 em eventos acadêmicos e revistas italianas.

¹⁰ O conceito de desenvolvimento que, segundo Croce, era representativo do caráter científico do romantismo e da reação que esse movimento propiciou em relação ao Iluminismo, foi central para que o autor apontasse as qualidades e os defeitos de historiografias de outras épocas.

¹¹ Também no início do século XX, em 1937, o historiador estadunidense Harry E. Barnes (1963), assim como Croce, procurava estudar o “desenvolvimento da arte e da ciência da escrita da história” desde sua origem na antiguidade, procurando compreender as forças que condicionaram sua “evolução”. Com recortes, temas e teses semelhantes a Croce, a obra *The idea of history* (1946) de Robin Collingwood

Na década de 1950, o historiador e filólogo holandês José Van Den Besselar (1957) publicou dois volumes a respeito das “interpretações da história através dos séculos”, dedicando o primeiro às versões de história desenvolvidas desde Homero até o evolucionismo de Spencer. Localizando a importância de sua obra como uma apresentação de conhecimentos básicos da história das ideias, Besselar estudou o século XIX dividindo-o em quatro “grandes sistemas progressistas”: o idealismo (de Hegel), o marxismo, o positivismo e o evolucionismo (de Spencer). Enquanto o idealismo e o marxismo seriam filosofias da história alemãs, o positivismo de Comte representava a imponente tentativa francesa de dotar de ordem e leis a história, a humanidade e as ciências. Segundo Besselar, entre as ideias do filósofo francês que tiveram maior repercussão estaria a “veneração supersticiosa da sociologia” e o Cientismo, “doutrina segundo a qual o homem pode conhecer só os fenômenos e as leis que os regem” (Besselar, 1957: 196). Segundo o historiador holandês, Comte não seria o único positivista; de um lado, haveria Taine, um historiador positivista *sui generis* que acreditava em uma ciência das primeiras causas e em uma Lei Universal, do outro, Renan, representante do “positivismo elegante”, pois não teria elaborado qualquer sistema filosófico, sendo um eclético, um estilista aprimorado, um erudito respeitável, antes um literato, um filólogo e historiador do que um filósofo¹².

Em 1973, foi lançada uma obra que, em grande medida, rompeu com as formas pelas quais a historiografia e as filosofias da história

(1981) também “dividiu” o século XIX entre românticos e positivistas argumentando, entretanto, que o avanço no caminho para a constituição de uma história científica teria se dado a partir da contribuição de filósofos como Ravaissón e Bergson, entre fins do século XIX e início do XX.

¹² É de 1959 a obra de Patrick Gardiner *Theories of History* que, ao reunir textos de diversos autores que pensaram a história, dedicou um capítulo a Comte, único francês do século XIX inserido em todo o livro (GARDINER, 2004: 88-103). Na década de 1960-70, foram publicadas algumas obras que, mesmo partilhando de algumas divisões clássicas a respeito da historiografia oitocentista (os “dois séculos XIX”, por exemplo), tornaram mais complexas as narrações e as condições da escrita da história. Refiro-me, especialmente a: (CASSANI; AMUCHÁSTEGUI, 1971; EHRARD; PALMADE, 1965). Cabe destacar também o livro de Georges Lefebvre (1971; 1974), *La naissance de l'historiographie moderne*, resultante de cursos por ele ministrados a respeito da história da história na Sorbonne, em 1945-1946.

oitocentistas vinham sendo narradas: *Meta-História*: a imaginação histórica do século XIX, de Hayden White (1992). Para além de uma história da consciência histórica na Europa do século XIX, White também propôs uma teoria geral da estrutura do pensamento histórico. Estudando as obras de historiadores e de filósofos da história (dentre eles, Michelet e Tocqueville), o autor argumentou que haveria três tipos de estratégias dos historiadores para uma “impressão explicativa”: primeiro, uma explicação por argumentação formal (subdividindo-se em formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo); segundo, a explicação por elaboração de enredo (subdividindo-se em arquétipos da estória romanesca, da comédia, da tragédia e da sátira) e; terceiro, uma explicação por implicação ideológica (subdividindo-se em anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo). De acordo com White, por meio de uma combinação específica desses modos, o estilo de determinado historiador se constituiria. Mesmo que os estilos de história diferissem entre si no século XIX, segundo o autor, todos seriam elementos de uma única tradição do pensamento histórico, pois haveria um nível profundo de consciência na qual o historiador escolhe as suas estratégias. Esses atos “poéticos” que prefiguram o campo histórico são divididos por White em quatro tipos, quatro tropos da linguagem poética: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Assim, Michelet e Tocqueville fariam parte dos tipos de “realismos” da historiografia oitocentista, o primeiro como “estória romanesca” e o segundo assumindo um realismo histórico como “tragédia”. Enfim, dentre as conclusões de White, devia-se destacar uma de extrema importância para àquele projeto: no século XIX, uma “história propriamente dita” e as “filosofias da história” apenas difeririam quanto a ênfase, não quanto ao conteúdo¹³.

Em 1981, ao analisar o século XIX, Charles-Olivier Carbonell (1992?: 91-110) considerou mais pertinente a utilização do termo

¹³ Em 1974, foi publicada a obra *Style in history*, na qual Peter Gay (1990) tratou do problema e das discussões da noção de estilo na história por meio do estudo das obras de Gibbon, Ranke, Macaulay e Burckhardt. Ainda na década de 1970, deve-se sublinhar as contribuições de Reinhart Koselleck (2006; 2013) a respeito da configuração do conceito moderno de história.

“Histórias” para tal período, principalmente por ter sido um momento fecundo e tumultuoso, e por ter visto as maneiras de escrita da História se multiplicarem. Ao restringir-se à primeira metade desse século, o autor evidenciou que tal período “[...] vê diversificarem-se as práticas, os gêneros e os públicos da história” (CARBONELL, 1992?: 95)¹⁴. Percebeu, além disso, no todo do período oitocentista francês, a coexistência de diversos “tipos de História”, muitas vezes determinados pela vinculação à determinada instituição de ensino. Por fim, certifica que “século da história, o século XIX é talvez, mais propriamente, o século dos historiadores no século” (CARBONELL, 1992?: 110).

Guy Bourdé e Hervé Martin (1983), na obra *As escolas históricas*, propuseram um exame da produção histórica desde a alta Idade Média até meados da segunda metade do século XX¹⁵. Para os autores, as premissas da instituição histórica, entre os anos de 1800 e 1870, apontariam em direção à ausência de um método uniforme causando impulsos líricos, considerações esotéricas e forte dose de bazófia terminológica. Nesse sentido, os autores se dedicaram a compreender as propostas dos “patriarcas”, Taine, Renan e Fustel de Coulanges para a história, refletindo a respeito da influência deles para o momento no qual se viu a necessidade de um “discurso de método”. Tal momento, entendido pelos autores como uma ruptura, foi denominado “escola metódica”, e

¹⁴ Ao final de seu livro, Carbonell indica duas obras a respeito do século XIX que merecem destaque. A primeira é a obra de George P. Gooch e a segunda é um de seus trabalhos a respeito da segunda metade do século XIX francês, intitulado *Histoire et historiens, une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885* (CARBONELL, 1976). Deve-se citar outra importante contribuição de Carbonell que desnaturalizou a categoria “positivista”, seu artigo *L’histoire dite “positiviste” en France* explicando as “confusões” entre a definição de uma história positivista ou metódica (CARBONELL, 1978). No Brasil, a tese de Carbonell foi especialmente difundida por meio do texto de José Carlos Reis (2004), intitulado “A História metódica, dita ‘positivista’”. acerca desse problema. Ainda a respeito da escola metódica, cabe salientar que o livro *Introduction aux études historiques* de Langlois e Seignobos (1898) foi reeditado, em 1992, ou seja, alguns anos antes de seu centenário e contou, nessa ocasião, com o importante prefácio de Madeleine Rebérioux (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1992).

¹⁵ No ano de 2018, foi publicada uma tradução brasileira dessa obra: (BOURDÉ; MARTIN, 2018). É também de 1983 a primeira edição da obra de Ernst Breisach (1994) dedicada à história da historiografia antiga, medieval e moderna.

seus marcos seriam: 1876 e a fundação da *Revue Historique* e 1898, com a publicação da *Introduction aux études historiques*. Segundo Bourdé e Martin, os historiadores metódicos propuseram uma história objetiva e livre das especulações filosóficas que dominou a investigação e o ensino históricos até os anos de 1940¹⁶.

François Hartog, em 1998, tomou o caso Fustel de Coulanges (um historiador que estaria na contram r  de seu tempo) como ponto de partida para tecer um percurso pela historiografia do século XIX, acompanhando os debates que conformavam as possibilidades de escrita de História (HARTOG, 2003). Com o objetivo de compreender um sistema de escrita histórica por meio de sua arquitetura, através de suas tensões e disputas, Hartog escolheu um ponto de inflexão, uma obra e um autor como momentos privilegiados para se interrogar acerca das condições de emergência da historiografia daquele período. Entrecruzando os textos de Coulanges com os de diversos historiadores, dentre eles, pertencentes às “gerações” romântica e liberal, Hartog assinalou muitos dos debates que permeavam a escrita da história no século XIX, como, por exemplo, as tensões entre uma “história ciência” e uma “história arte”. Por meio da noção de “operação historiográfica” desenvolvida por Michel de Certeau, Hartog procurou em um conjunto amplo e diversificado de textos próprios da cultura histórica oitocentista, entender a história de um sistema de historiografia a partir de seus “não ditos”¹⁷.

O livro *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*, organizado por Christian Delacroix, François Dosse e Patrick Garcia (2012), também se insere nesse conjunto de obras que buscaram dotar de historicidade

¹⁶ Em 1988, ao organizar e publicar textos de historiadores franceses do início do século XIX, Marcel Gauchet (1988) defendeu um interessante argumento: o período de formação das ciências históricas na França estaria localizado entre os anos de 1820 e 1835, momento de unificação do campo dos estudos históricos por meio da combinação de atividades já existentes – a filosofia e a erudição articuladas na narração.

¹⁷ No Brasil, dois autores, especialmente, dialogaram com os trabalhos de François Hartog desenvolvendo, inclusive, textos a respeito da historiografia francesa oitocentista e de suas relações com a escrita da história no Brasil. Refiro-me aos textos de Temístocles Cezar (2004; 2010) e de Manoel L. S. Guimarães (1989; 2002).

a escrita da história oitocentista¹⁸. Procurando resgatar os diversos momentos da construção da unidade disciplinar da história e de seus rearranjos, essa obra propõe a interrogação sobre a “excepcionalidade francesa” ao atribuir lugar central à história, “desde a Revolução Francesa de 1789 até hoje” (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012: 11)¹⁹. Assim, o pensar a Revolução e a nação francesas seria uma tarefa primordial para os diversos historiadores do oitocentos que, organizados pelos autores em “escolas” (liberal e romântica, por exemplo) ou em “momentos” (metódico), tiveram como princípio organizador do devir o progresso. Dessas características gerais, os autores puderam argumentar que o século da história possuiria, fundamentalmente, duas “metades” diferentes: na primeira metade do dezenove, a história se transformaria por meio da articulação de três recursos especiais (a erudição, a filosofia e a literatura); na segunda metade do século XIX, no entanto, o fortalecimento das ciências experimentais teria propiciado uma desestabilização das tradições literárias e filosóficas da história. A partir, especialmente, da década de 1870, um modelo científico, um “espelho da Alemanha” e a recusa das filosofias da história marcariam o momento e o modelo metódico da historiografia francesa oitocentista, contestados, no fim desse século, por uma nova ciência: a sociologia.

Como afirmei, a função dessa exposição seria a de familiarizar a leitura da *fabricação* de um “conteúdo” para o Século XIX, ocorrida nos últimos cem anos. O que não impede de acrescentar, dentre as relações que esse *corpus bibliográfico* entretém com este livro, outra característica útil para a delimitação do que será lido a seguir. De um modo bastante geral, todos esses textos, nos últimos cem anos, dedicaram-se não apenas à construção de marcos e divisões para os estudos históricos do Século

¹⁸ A primeira edição dessa obra é de 1999 e seu argumento central a respeito da historiografia oitocentista foi resumido por François Dosse (2010: 15-31) na importante coletânea organizada por Jurandir Malerba (2010). Cabe também citar outras coletâneas incontornáveis para os debates em torno da historiografia oitocentista: (ARAUJO; MOLLO; VARELLA; MATA, 2008; MARTINS, 2010; LOPES, 2003; BENTIVOGLIO; LOPES, 2013; PARADA, 2013; SALES, 2011).

¹⁹ Para isso, assim como a obra precedente de François Hartog, os autores partem da noção de *operação historiográfica*, desenvolvida por Michel de Certeau (2000).

XIX, mas também procuraram definir – com maior, menor ou algum destaque – os modos e as funções de se lidar com o passado dos estudos históricos, os objetivos e as utilidades de se tratar desse problema historicamente. Assim, se o presente livro fosse concebido como uma história da história da historiografia (na França, por exemplo), e se ele possuísse marcos cronológicos que abraçassem esse *corpus* do início do século XX até os nossos dias, eu provavelmente dedicaria todas as páginas seguintes a descrever as tensões, as discórdias e as transformações com as quais e pelas quais o passado dos estudos históricos foi tratado em tal período. Eu me dedicaria a pensar, exemplarmente, nos momentos de inflexões, nos momentos em que, possivelmente, os modos, os recortes e os marcos da (e para a) história da historiografia se modificaram, passaram por mudanças, reflexões e até teriam sido colocados em suspenso. Como afirmei desde o início desta introdução, trata-se de uma imensa, interessante e desafiadora empreitada que *não* será a deste livro.

Neste sentido, quando nas páginas anteriores mencionei a importância desse conjunto de definições, fiz referência aos textos de Carbonell (1982), Blanke (2006) e Nicolazzi (2017), por acreditar que sejam três exemplos fundamentais para se ter noção da variedade de escritos que, desde o século passado, dedicaram-se a questionamentos que, em sua(s) diferença(s), em seus objetivos específicos, relacionam-se com o tema do presente livro. Eles poderiam ser compreendidos como alguns dos *documentos* para se compreender como lidamos ou a partir de quais formas podemos lidar com a história (da história) e seus passados. Eles inspiraram as delimitações do presente livro, e creio que fariam parte do *corpus* documental de uma minuciosa pesquisa acerca da história da historiografia, como aquela que acabo de imaginar e não ambicionar fazer no presente trabalho, tampouco na presente introdução²⁰. Estas

²⁰ O texto de Nicolazzi reúne e promove uma discussão de grande parte desses textos e eles nos acompanharão até o final do trabalho. Assim, cabe fazer referência a alguns destes estudos que, resguardadas suas especificidades e, para além dos já citados, inspiram-me fortemente a dedicar uma pesquisa aos modos pelos quais nos relacionamos com os passados dos estudos históricos. A respeito da construção de marcos e modos para a história da história, na França inclusive, foi fundamental a leitura dos trabalhos de Butterfield (1969), de Collini (1988), Carbonell e Walch

afirmações ajudam-me, portanto, a dizer não apenas dos limites deste livro, mas, sobretudo, de sua íntima relação com muitos textos que refletiram e refletem a respeito da prática da história da historiografia em sua historicidade.

Inspirada também por esses trabalhos, a desambição que marca essa introdução, a não pretensão de fazer uma história da história (da história) poderá chamar a atenção para as diferenças, para as descontinuidades, para as rupturas constituintes do passado dos estudos históricos e para as práticas que tornaram esse passado uma questão. Eis a minha ambição!

Dizer isso, porém, não retira uma espécie de ruído curvilíneo que constitui a desambição, tornando-a, possivelmente, enigmática. Até aqui, não consegui afastar o sinal que coloca em suspenso minha despretensão, aquele sinal que circunda e replica o conceito de história. De maneira mais clara, até este momento repeti que não tenho a ambição de fazer uma história da história (*da história*). Se por um lado, precisarei de todas as páginas deste trabalho para descrever os motivos e a operação que intercala a sentença e que separa o último “da história”, por outro lado, creio que seja possível justificar, de maneira introdutória, a inserção desses sinais de pontuação.

Mesmo que não tenha a ambição de narrar, especificamente, como se deu efetivamente a escrita da história e/ou as prescrições-soluções que foram apresentadas aos historiadores no passado, acredito que o presente livro poderá contribuir para os estudos em história da historiografia precisamente pelo seu enfoque nas formas de problematizar, nas formas de constituir problemas para a historiografia. “Se a prática historiográfica requer uma interrogação dos procedimentos de construção da memória, por que não submetermos a própria disciplina a esta investigação, como forma de compreendê-la como uma produção temporal das sociedades

(1994), Amalvi (2002), Noël (2014), Pomian (1999) e de Gauchet (1986). Ao lado desses trabalhos, os estudos realizados por Anhezini (2015ab); Mudrovcic (2013), Araújo (2006; 2010; 2013), Pires (2014) e por Nicodemo, Santos e Pereira (2018) foram incontornáveis e inspiradores no sentido de desnaturalizar e de dotar de historicidade a construção de passados para os estudos históricos.

humanas?” (GUIMARÃES, 2002: 185). E se a prática da história da historiografia implica uma reflexão acerca de sua historicidade, acerca de suas regras e funções historicamente construídas, acerca de suas identidades, de seus marcos, eles mesmo construídos e disputados no tempo, por que não estudarmos as descontinuidades, as tensões, os critérios, as noções que constroem essa prática a se afirmar, simultaneamente, sob a alcunha de uma novidade e de uma tradição, que impulsionam a história da historiografia a buscar seu(s) surgimento(s), a construir suas continuidades, seus recuos, seu *corpus*, seu passado²¹? Inspirado por essas questões, este estudo reflete a respeito da história da historiografia ao mesmo tempo em que a pratica, procurando acompanhar alguns dos momentos de uma história das relações que a cultura histórica oitocentista manteve com um problema chamado “o passado dos estudos históricos”.

Assim, se a desambição e os parênteses não se referem à negação de um lugar de enunciação, por que tais sinais me parecem necessários? Para tal questão, volto a tematizar a construção do *corpus* documental da pesquisa em sua relação com a volumosa bibliografia mencionada até aqui. Foi na companhia dessa bibliografia que comecei a mapear os textos publicados na França do século XIX; textos que tomaram como objeto o conhecimento histórico; textos de história que objetivassem a historiografia, textos de história sobre a história. A partir da leitura desses documentos, pouco a pouco, a proposta inicial pôde se transformar fundamentalmente. O estudo de documentos reunidos, a princípio, em torno do que chamava de prática meta-historiográfica permitiu-me construir várias questões, e elas mesmas auxiliaram-me a repensar esse ponto de partida da pesquisa: o que são esses textos que de maneira geral

²¹ Os trabalhos de Manoel Guimarães são, portanto, uma grande inspiração para os objetivos do presente estudo. A respeito dos trabalhos de Guimarães e dessa dupla dimensão da história da historiografia, como afirmou Rodrigo Turin (2013: 78-95): “Não há como abordar o conjunto de sua obra sem atentar para essa dupla dimensão, na qual a pesquisa sobre as formas de representação do passado e, mais especificamente, sobre a disciplina histórica, caminhava paralelamente a um questionamento constante em relação aos constrangimentos e às possibilidades legadas por essa mesma tradição disciplinar na qual se inseria”.

poderiam ser definidos como balanços, como escritos sobre a história, como textos autorreflexivos? Quais as suas definições, seus estatutos? Como esses textos eram definidos no tempo em que foram produzidos? Com quais objetivos, utilidades? Com quais critérios eram balizados? O que seria possível narrar a partir do estudo de escritos que não mantinham entre si, necessariamente, relações de identidade, seja pelas formas e problemas, seja pelos objetivos, objetos e sujeitos por eles almejados e construídos? O que faziam os muitos escritos sobre a história, publicados na França, no decorrer do século XIX?

Se essas perguntas parecerem um tanto repetitivas é porque elas tentam expressar as modificações sutis e lentas da pesquisa em sua relação com a leitura documental. No âmago dessas questões, em seu próprio desdobramento, as formas de me relacionar com esses documentos mudavam. A princípio, eu esperava construir uma “predefinição” dos documentos, um “nome” que, antes de qualquer leitura, possibilitasse a sua compreensão. Procurava narrar em “uma prática” o que a pesquisa viria a tornar multiforme. Quando lia tais escritos, uma diversidade de nomes e objetivos se apresentava. Nem todos foram pensados enquanto *balanços*, nem todos eram *inventários*, nem todos eram *histoire de l’histoire*. Seus estatutos não possuíam uma estabilidade nem mesmo no decorrer do século XIX, pois mudavam e serviam, por exemplo, de documentos para outros escritos. A noção de uma prática meta-historiográfica cedeu a essas diferenças, a essa diversidade, às descontinuidades desses escritos. Além disso representar um ato de respeito, abriu-se um campo de apreciação bastante interessante para todo o livro. Desse campo, a partir de seus contornos bastante indefinidos, eu fiz um recorte, escolhi um problema que poderia “unir” ao mesmo tempo em que dispersava esses documentos. Pude começar a problematizar essas diferenças, essa diversidade dotando-as de historicidade. Passei a chamá-los, provisoriamente, de *escritos sobre a história* inclusive com o intuito de assinalar esse outro modo de atentar-me às suas diferenças, às diferentes formas pelas quais eles se nomeavam em seu tempo e a um problema geral que neles se repetia. O foco do trabalho, a princípio localizado na continuidade de uma prática (a prática meta-historiográfica) e no estudo

de suas regras, deslocou-se, de maneira sutil, para a regularidade dos problemas apresentados pelos documentos e para o estudo dos modos de problematização neles inscritos²².

Ao dar maior atenção ao vocabulário com o qual esses textos apresentavam seus objetivos e suas ambições, passei a tratá-los como laços sociais, como formas de se relacionar, como escritos solidariamente controversos. Neste sentido, tornei ainda mais específico o problema a ser dotado de historicidade, escolhendo um problema que fosse objeto de controvérsias no período recortado pela pesquisa. Ao trabalhar com o problema chamado “passado dos estudos históricos”, eu não teria a ambição de fazer uma história geral desse problema do saber histórico. No máximo seria capaz de contar algumas histórias de relacionamentos. Nem poucos, nem todos, tampouco idênticos, narro alguns episódios das relações desses textos com esse problema, do problema nos textos, dos textos enquanto problema²³.

²² Desde esses primeiros momentos da leitura documental e das modificações da pesquisa, alguns textos de Foucault (2014abc) foram importantes para as reflexões que o livro e vem a abarcar. Em especial, no seu texto intitulado “Polêmica. Política e Problematizações” (FOUCAULT, 2014b: 227), enuncia-se uma interessante proposta: “É possível perceber como estamos distantes de uma análise em termos de desconstrução [...]. Trata-se, pelo contrário, de um movimento de análise crítica pelo qual se procura ver como puderam ser construídas as diferentes soluções para um problema; mas também como essas diferentes soluções decorrem de uma forma específica de problematização”. Para a relação dessa proposta com o trato documental, ver também (ALBUQUERQUE JR., 2019: 79-103).

²³ Penso aqui, especialmente, nas reflexões de Manoel Guimarães (2005), quando discute pontos delimitadores do quadro amplo de transformações que teriam repercutido no trabalho do historiador desde a década de 1970, sobretudo, naqueles voltados para a historiografia como campo de investigação. Dentre estes pontos, um parece extremamente significativo, e refere-se à inversão do caminho de pesquisa historiográfica, do texto ao autor, de modo que a escrita passaria a constituir o autor. Ao se questionar a respeito do significado de tal inversão e de sua relevância para esta nova escrita da história, Guimarães (2005: 45) responde da seguinte maneira: “significa aceitar o papel da cultura como central para compreendermos as condições de possibilidade e de emergência de um texto ser articulado; correlatamente de seu autor se expressar e ganhar identidade como tal. E deste autor espera-se a possibilidade da novidade, da crítica à tradição a partir de um conjunto de textos. Certamente podemos identificar aí um passo decisivo para a constituição da História, num primeiro momento como gênero e depois como disciplina. Uma escrita da história que buscará sua legitimidade não mais nos textos canônicos e na autoridade que deles emanaria,

Essas definições não se vinculavam apenas à leitura dos muitos escritos sobre a história publicados no decorrer do Século XIX, mas também aos pressupostos teóricos com os quais inspirei-me na elaboração das questões específicas que acabo de enunciar. Ao mesmo tempo em que lia a documentação, pareceu-me relevante entender como se constituíam questões para o Século XIX, o que era questão para aquele período. Passei a procurar quais problemas constituíam o século da história, a indagar o que efetivamente foi feito em relação aos seus problemas, a sublinhar as formas de interpretação com as quais aquela época tratava, construía, recortava e reposicionava seus problemas. Por meio dessas preocupações gerais, algumas perguntas bem mais específicas puderam emergir: *Em que condições o passado dos estudos históricos pôde ser problematizado enquanto objeto a ser conhecido? A quais procedimentos de recortes esse passado foi submetido, que partes desse passado foram consideradas pertinentes? Enfim, o que “se fazia” com o passado dos estudos históricos no Século XIX*²⁴?

Para lidar com essas questões, dediquei-me à identificação de um conjunto de noções que se repetiam nesses documentos, à coleta de um grupo de conceitos que ordenavam e organizavam suas narrativas, procurando realçar na descrição e na leitura dos documentos as noções e os conceitos com os quais e a partir dos quais o passado dos estudos históricos foi construído, discutido, disputado, significado, interpretado. Desse modo, o livro estará repleto de *caracteres e meios* (políticos, sociais e literários), de *escolas* históricas, de *gerações* historiadoras, de *movimento* histórico, de *línguas*, de *gêneros* textuais, de *faculdades* (como a imaginação, por exemplo) e de *concepções* de história. Essas são apenas algumas das *unidades da interpretação* que encontrei nesses documentos, unidades estas que desempenhavam funções no mínimo duplas e de simultaneidade, funcionando como aquilo pelo qual se poderia interpretar o passado dos estudos históricos e aquilo que se tornava o passado dos estudos

mas na pesquisa original de textos de outra natureza”.

²⁴ A confecção dessas questões foi inspirada nas reflexões de Michel Foucault (2014abc; 2015ab). A respeito do estatuto e da função da noção de “problematização” em Foucault, o trabalho de Salies (2013) foi fundamental.

históricos²⁵. Ou seja, não procurei historiar essas unidades apenas como “resultados” da interpretação, tampouco somente como “utensílios” da compreensão, mas pensando-as como que dando forma ao espaço mesmo aonde essas interpretações se organizavam, suas regiões constituintes. Com satisfação, mas também com certo temor, seria incapaz de afirmar então que compus este trabalho com muito mais do que *contextos historiográficos*. Com isto, procuro salientar as circunscrições deste trabalho que intenta narrar apenas algumas das condições, das noções e alguns dos conceitos que possibilitavam a feitura de *atos historiográficos*, que davam sentido aos estudos históricos em sua liberação temporal.

No sentido desses pressupostos, posso dizer a você que o século XIX é um período interessantíssimo para se estudar o *acontecer* dessas unidades, para historiar como elas se transformavam no tempo, como elas transformaram o tempo e a história. Por conta desse interesse e dessa dedicação, chego até a imaginar que este livro seja uma dedicatória às formas como nos relacionamos com os estudos históricos no tempo. Uma dedicatória aos modos como narramos o passado dos estudos históricos, aos modos como narramos seus progressos, seus desenvolvimentos, seus regressos, suas viradas, suas voltas, suas revoluções, suas faltas e até seus retrocessos. Às formas como construímos *movimento* para a historiografia. Aos modos com os quais constituímos o *movimento histórico*, para retomar a expressão utilizada por Jullian²⁶.

²⁵ Dentre os textos que me inspiraram a pensar essas unidades, para além dos estudos de Rodrigo Turin e Michel Foucault, referenciados anteriormente, gostaria de destacar outros textos que, assim como o presente livro, procuraram refletir acerca da historicidade de algumas destas noções tão importantes para a construção de passados dos estudos históricos, exemplarmente: (MARCEL; ORAIN, 2018; *Vingtième Siècle*, 1989; CLAUDINE, 1988; BLAVIER, 2010). Para uma reflexão a respeito de problemas associados a estas noções na pesquisa histórica, ver FOUCAULT (2008).

²⁶ Aliás, essas dedicatórias têm relação com duas obras que se tornaram marcos para as discussões em torno da historiografia e de sua história, nas últimas décadas. De um modo específico, penso nas obras de Michel de Certeau, *A escrita da História* (1975), e de Hayden White, *Meta-História. A imaginação histórica do século XIX* (1973). De certo modo, com Certeau (2000), cito e “altero” uma de suas questões: O que se fabrica quando o historiador faz história da história? Lembrando-me, é claro, da precisão do conceito de história indicada em uma de suas notas de rodapé: “Uma vez por todas, quero precisar que emprego a palavra *história* no sentido de *historiografia*. Quer dizer,

Essa dedicatória se relaciona de maneira íntima com uma das questões que marcou as transformações dessa pesquisa. Ela indagava: o que seria possível narrar a partir do estudo de escritos que não mantinham entre si, necessariamente, relações de identidade, seja pelas formas e problemas, seja pelos objetivos, objetos e sujeitos por eles almejados e construídos? Quando reunia e lia as fontes para este trabalho, percebi a importância de considerar, sobretudo, o conjunto de referências por eles mesmos construído; quer dizer, o próprio *corpus* documental foi composto, pouco a pouco, com os escritos sobre o passado dos estudos históricos que serviam de referência para outros escritos que tratavam desse problema. Metodologicamente, portanto, o trabalho de levantamento e de leitura documental seguiu o que se pode chamar de *démarche* regressiva: pela leitura de escritos mais próximos ao recorte final (início do século XX ou final do século XIX), pude encontrar e ler escritos publicados anteriormente.

Isso me inspirou a construir a narrativa com a mesma *démarche*, ou seja, uma narrativa que, ao inverter o fluxo temporal, desnaturaliza a ordem cronológica e procura evidenciar as diversas temporalidades do (tratamento do) passado dos estudos históricos naquele período. Neste caso, posso perguntar: tal sentido narrativo seria inevitável ao historiador? Creio que ele seja tão (in)evitável quanto a flecha que nos direciona a um futuro cada vez melhor, tão (in)contornável quanto a seta que nos impulsiona ao progresso e à civilização, tão (in)evitável quanto a reiteração da prescrição de que o caminhar de uma leitura deva seguir da esquerda para a direita de modo necessário, natural, até esperado. Não espero então que a partir dessa narrativa, seja possível negar os progressos, os desenvolvimentos e as inovações da historiografia, tampouco construir um sentido inevitável de leitura do passado dos estudos históricos. O

entendo por história uma prática (uma disciplina), seu resultado (um discurso) e sua relação”. Com White (1992) – que teremos a oportunidade de ver citado outras vezes no presente livro – penso e inspiro-me na importância dos nossos relacionamentos com o “século da história” para as reflexões a respeito da historiografia produzidas nas últimas décadas (CERTEAU, 1987; 2000; 2011; WHITE, 1992; BENTIVOGLIO; TOZZI, 2017).

sentido narrativo deste livro é, dessa maneira, inevitavelmente histórico e/ou possível. Fundamenta-se na crença de que a atenção dedicada a esses modos de interpretar, de narrar e de pensar os estudos históricos em sua liberação temporal seja algo que possa contribuir para os muitos trabalhos que constituem “[...] um tempo de estase, momento de pausa em que o olhar para trás se torna legítimo: para abranger o caminho percorrido, para tentar entender onde nos encontramos hoje e por quê” (HARTOG, 2003a: 21).

Em outras palavras, pratico um pressuposto teórico, metodológico e narrativo no qual acolho e destaco o caráter irregular de acontecimentos e obras; com o qual, ao procurar apreender emergências, relações e caminhos específicos, aceito “desregular seus raciocínios, deixar a própria irregularidade criar um campo de análise e de apreciação” (FARGE, 2015: 76).

Tal apreciação se dará em quatro capítulos. Começarei pelas primeiras décadas do século XX, passando pelas décadas seguintes a 1870 e pela metade do século XIX, até chegar às primeiras décadas do XIX. E para dizer de modo bastante geral, os quatro capítulos reúnem, cada um, escritos “provenientes” de quatro “momentos” que, nos últimos 200 anos, cristalizaram-se nas narrativas acerca da historiografia francesa oitocentista. Cada capítulo reúne, então, textos que foram publicados entre alguns marcos cronológicos afirmados, negados e disputados como fundamentais para a compreensão da historiografia oitocentista.

Assim, no primeiro capítulo, trabalho com um conjunto de textos que, nas primeiras décadas do século XX, comemoraram os centenários de Instituições fundadas no Século XIX, ao mesmo tempo em que o diagnóstico de crises da história era anunciado. Entre desejos e lamentações pelo século que acabara de terminar, batalhas com o passado dos estudos históricos e pela verdade do passado dos estudos eram travadas. Textos como o de Langlois, nesse momento, participaram das tensões e das prescrições por uma nova forma de se problematizar o passado dos estudos históricos.

O segundo capítulo persegue algumas das referências construídas nos primeiros anos do século XX e pensa nas tensões em torno do marco de 1870 para o desenvolvimento da historiografia. Textos como o de Jullian e o de Monod abrem e fecham esse capítulo que, no seu próprio curso, será constituído por respostas às seguintes questões: “O que é a história da história”? “Quando ela começou a ser feita”?

No decorrer desses dois primeiros capítulos, como você pode ter pressentido, não haverá a escolha de *uma* resposta para essas questões, até porque, no movimento regressivo da narrativa, será possível compreender quais perguntas e quais respostas puderam ser cristalizadas *entre* as primeiras décadas do século XX e as últimas décadas do século XIX – e este é um dos meus objetivos centrais. Não trato das *origens*, das *tradições* ou das *evoluções* de um *gênero* ou de uma *forma* de se escrever a história, neste caso, a história da história. Em outro sentido, narro algumas das condições que possibilitaram a emergência da *histoire de l’histoire*, que possibilitaram e constituíram uma cena de embates e de disputas pela definição da história da história. Esse momento da narrativa será composto, antes de qualquer coisa, por algumas das contradições, das batalhas e das forças que estavam em jogo na virada do século XIX para o XX. Naquele momento, as próprias noções de *tradição* e de *gênero* e os questionamentos em torno das *maneiras* de se escrever a história foram utilizados e congregaram-se de um modo específico, permitindo que a história da história se tornasse um problema e um modo de problematizar. Desse modo, no espaço que une e separa esses dois capítulos, narro a *emergência* da história da história enquanto um problema do saber histórico e enquanto um modo de se problematizar o passado dos estudos históricos²⁷.

Em seguida, o terceiro capítulo tratará de textos publicados em meados do Século XIX. Ao mesmo tempo em que me pergunto acerca das características desse período marcado nos capítulos anteriores como um momento de passagem entre “dois séculos”, procuro destacar a sua

²⁷ A noção de *emergência*, apreendida dessa maneira, advém da leitura do texto de Foucault (2015b) “Nietzsche, a Genealogia, a História”.

importância para a difusão e para a dispersão de uma questão: “Como se escreve a história”? Procuro descrever como essa questão poderia ocupar diferentes localizações, contribuindo, dentre outras coisas, para as separações entre o “antigo” e o “moderno” nos estudos históricos e para a construção das *Ciências históricas*.

No quarto e último capítulo, chegaremos ao momento que nos será prometido durante todo o livro: a Origem do Século XIX. Nesse capítulo, continuo a estudar a regularidade dos questionamentos em torno das formas e maneiras de se escrever a história, tentando narrar como esses questionamentos não ocupavam, necessariamente, uma posição central, tampouco difusa, mas “inicial” ou “introdutória” em relação a outro passado que ao mesmo tempo continha e dava identidade aos estudos históricos em suas liberações temporais.

Se a partir de diferenças e (ir)regularidades, os dois primeiros capítulos se voltarão à análise do problema da emergência da *histoire de l'histoire*, o terceiro e o quarto capítulos serão levados a uma questão que poderia ser compreendida como a *grande questão*, como a questão dotada do poder de (re)unir muitos escritos, até mesmo com o poder de (re)unificar o Século XIX. Como argumento na parte final do livro, a questão “como se escreve a história?” – apresentada desde o primeiro capítulo pelos documentos – não cumpria funções idênticas no decorrer do período estudado, tampouco ocupava as mesmas posições em relação ao passado dos estudos históricos. Em outra direção, narro como o questionamento em torno das maneiras de se escrever a história se repetiu *em diferença*. No decorrer dos quatro capítulos, e melhor dizendo, no decorrer do século XIX, as formas e as funções da indagação em torno das formas da história se alteraram. No tempo, esse questionar-se pôde constituir diferentes passados para os estudos históricos e constituir-se enquanto uma unidade e/ou um princípio de interpretação e de prescrição dos estudos históricos.

Agora, creio que seja possível observar que esses quatro capítulos se posicionam no interstício ou na intersecção de três “temas” ou, para dizer de maneira demasiadamente esquemática, três histórias se

entrelaçam no presente livro: a história da constituição do Século XIX enquanto passado dos estudos históricos; a história da constituição de passados dos estudos históricos para o Século XIX e; a história da constituição de modos de problematização desses passados. No entrelaçar dessas “três histórias”, há uma simultânea problemática da definição dos contornos do Século XIX enquanto objeto da história e da definição dos contornos do que era, do que significava fazer uma história da história. Assim, nessa simultaneidade, é possível narrar a construção de um objeto para os estudos históricos que se chama “a historiografia do século XIX”, ou ainda se preferirmos, “o Século (da história) XIX” e, ao mesmo tempo, acompanhar a eleição de um modo de torná-lo objeto para o saber histórico.

Em vários momentos deste livro, especialmente nos começos de cada capítulo, tentei construir cenas de pesquisa. Elas não apenas introduzem o capítulo em questão, mas também tecem relações entre aqueles que o antecedem e que o sucedem. Cenas que ligam o livro à sua escrita, e vice-versa. Neste sentido, gostaria de ensaiar, neste final de introdução, uma cena de pesquisa que fosse geral o bastante para abraçar todo o corpo do livro que será lido a seguir. Mas creio que a cena do enigma inicial com seus desdobramentos tenha sido o bastante. Restaria dizer, então, que eu teria, do início ao fim (e vice-versa), uma única e singela ambição, uma breve e simples questão e nada mais do que uma frase para estudar. Eu procuraria compreender em quais condições foi possível que um dia alguém afirmasse, no início de um trabalho, que não teve a ambição de fazer uma história do movimento histórico na França do século XIX. Eu estudaria nada mais do que uma frase, aquela que, do início do livro de Jullian, em 1897, veio pousar no topo do presente trabalho, tornando-se uma de nossas epígrafes. Por isso, senão um título, senão um aviso, assumo o *risco* de uma última consideração. Uma (des)ambição que pode disseminar-se sob o efeito

do eco, da reverberação e daquilo que *retumba*, pois sabemos escutar em sua descontinuidade o sabor que desdobra o contínuo e a repetição. Neste livro, não tenho a ambição de fazer uma história da história da história.

CAPÍTULO I:
O SÉCULO XIX ACABOU DE TERMINAR

Un siècle vient de finir. Déjà devenu passé, il va comparaître
devant ce que Schiller appelle « le tribunal de l'histoire ».
Quel jugement portera sur lui l'avenir?
(BOURDEAU, 1904: 179).

[...] o topos adquire sua própria história, uma história que
subtrai sua verdade
(KOSELLECK, 2006: 48).

Nosso passado começa a mudar
(LATOUR, 2013: 16).

Este capítulo nasceu do encontro com um documento resistente. Um documento que, no regime de composição da presente pesquisa, demorou para se tornar documento. A princípio, ele estaria ou deveria estar “fora” e “escondido”; fora do recorte cronológico e escondido como apenas um instrumento para compor o derradeiro *corpus* documental deste que é um trabalho a respeito da historiografia oitocentista. Esse documento foi publicado em 1933 e era uma lista, ou melhor, era composto por várias listas: era uma *Table de la Revue des Études historiques (1833-1933)* (SOCIÉTÉ..., 1933). Em suas páginas, encontrei um conjunto de referências dos artigos publicados na *Revue des Études historiques* durante cem anos, todas elas antecedidas por uma promessa de acolhimento inscrita em seu prefácio. Nele, passamos a saber que se tratava de uma *table* feita para ser interessante, útil e fácil para as pesquisas de trabalhadores (SOCIÉTÉ..., 1933: 1-2). Quais trabalhadores? Quais pesquisas? Sem responder a essas questões imediatas, “saltei” do prefácio em direção as páginas seguintes, e iniciei a cópia de suas referências, sobretudo daquelas que foram datadas do século XIX, e que também

fossem interessantes ao meu trabalho. Linha a linha, lista por lista, caminhei por essa exposição de textos e nomes em busca de um sinal indicador da porta de saída. Não a encontrei, e impulsivamente dei meia volta, quase como alguém que se esquece de dizer algo relevante após a despedida. Com essa impressão de lembrança apócrifa, parei de copiar as referências que teriam o direito de compor esta tese e voltei um tanto afoito ao pequeno prefácio que prometia recordar:

Recordamos que a atual *Société des Etudes historiques*, de 1833 a 1872, foi chamada de *Institut historique*, e que teve por órgão uma Revista que, de 1834 a 1840, possuía o título de *Journal de l'Institut historique*; de 1841 a 1882, o de *Investigateur*; de 1883 a 1899, o de *Revue de la Société des Etudes historiques* que, desde 1899, tornou-se *Revue des Etudes historiques* (SOCIÉTÉ..., 1933: 1).

Suturado com fios de memória, o atual crê em seus nomes de antanho. Acreditei que esses nomes me reconduziriam para “dentro” do século XIX, para dentro do recorte inicial da pesquisa, de onde talvez nem devesse “sair”. De certo modo, foi isso o que aconteceu, principalmente porque, em seguida, folheei alguns textos de Manoel Luiz Salgado Guimarães; textos de sua autoria e em sua homenagem (GUIMARÃES, 2005; 2002; 2003; 2006; TURIN, 2013). Diante do baralhamento daqueles nomes e cronologias de 1933, algumas palavras de Guimarães poderiam ajudar:

Entronizada em um panteon, a História disciplinar refaz sua trajetória apresentando este percurso como um desenvolvimento natural do conhecimento em busca de cientificização, apagando os traços que inscrevem este procedimento no mundo histórico, tornando-se a própria memória da disciplina (GUIMARÃES, 2002: 184-185).

No texto do qual extraí essa citação, Manoel Guimarães narrava as tensões entre dois projetos de constituição da escrita da história

oitocentista na França, “entre amadorismo e profissionalismo”, entre o *Institut historique* e a *Société de l'Histoire de France*¹.

Esta cena, portanto, reunia três momentos em que o passado dos estudos históricos oitocentistas esteve em questão. E graças a esse encontro, fui em busca dos documentos que registrassem, em 1934, o centenário da *Société de l'Histoire de France*, mas tive de “avançar” mais 50 anos. Em 1984, a SHF comemorava os 150 anos de seu nascimento, ocasião na qual Charles-Olivier Carbonell iniciava seu discurso com uma frase providencial: “os aniversários são a providência dos historiadores da historiografia” (CARBONELL, 1983: 111; Cf. BERCÉ; CONTAMINE, 1994). Por volta de cinquenta anos antes, nas primeiras décadas do século XX, a SHF discutia orçamentos e datas para seu centenário, e aparecia nas narrativas comemorativas do concorrente de outrora (SOCIÉTÉ DE..., 1934a).

Das tensões constituintes desta cena de pesquisa nasceu o primeiro capítulo da tese e também, por assim dizer, a sua primeira frase: em 1933, um pouco depois e um pouco antes, o Século XIX, o século da história completava cem anos. Rapidamente, porém, acrescentou Manoel Guimarães (2002: 184): “A afirmação do século XIX como o século da história adquiriu o estatuto de uma afirmação que parece não comportar maiores questionamentos”. Valeria a pena, então, repetir que neste livro não persigo inícios, fins, ou meios da historiografia oitocentista. E, no entanto, serão encontrados vários desses marcos a seguir. Como explicar esta suposta contradição? É que a existência deste livro depende desses cortes e suturas que compuseram o Século (da história) XIX. Da leitura obstinada de textos históricos que discutiam os rumos para o passado dos estudos históricos, fortaleci a minha crença de que meios, fins e inícios são constructos disputados no tempo; de que o delineamento de passados e presentes da historiografia exige a utilização de ferramentas conceituais dignas de historicidade.

Neste primeiro capítulo, a narrativa é feita na companhia de um grupo de textos que construíram passados historiográficos nas

¹ A partir daqui, utilizarei, quando oportuno, SHF para *Société de l'Histoire de France*

primeiras décadas do século XX. Ele possui dois marcos delimitadores que funcionam, sobretudo, como pontos de partida. De um lado, em seu início, parto de três datas em que Instituições fundadas no século XIX completaram cem anos de existência: 1934 (*Société de l'Histoire de France*), 1933 (*Institut historique*) e 1921 (*École des Chartes*). Trata-se do primeiro subtítulo deste capítulo, quando me dedico aos textos que instituíam passados para essas Instituições ao mesmo tempo em que sublinhavam a “Instituição” como uma unidade da interpretação incontornável para se problematizar o passado dos estudos históricos na França. Do outro lado, em seu final, está uma das epígrafes deste capítulo, aquela de 1904, que afirmou e prometeu o fim do século XIX e seu futuro julgamento. O segundo e o terceiro subtítulos tratam de textos que anunciavam crises e batalhas (novas, tradicionais) na história, assim como prescreviam modos diversos de se problematizar o passado dos estudos históricos.

Centenários e instituições de passados dos estudos históricos

Por volta de 1934, a *Société de l'Histoire de France* entrava no segundo século de sua existência. Esta “senhora”, que vivera mais de cem anos, esperava que outros séculos se somassem à sua existência. Mas seu centenário estava envolto pelas incertezas do amanhã (SOCIETE DE..., 1935; 1936-1937). Mesmo que os recentes festejos revigorassem o número de seus membros, sua situação financeira era preocupante. Apesar da felicidade em ver que, algumas vezes, sucessivas gerações de uma mesma família se juntaram a ela, e continuavam a integrar essa Instituição, o olhar para o lado trazia inseguranças. Nesse olhar para *sociétés* contemporâneas e semelhantes que interrompiam suas atividades naquele mesmo momento, via-se o futuro da SHF colocado em suspeição. Apesar de tal apreensão, ela se comprometia a continuar suas atividades, inclusive para dar o exemplo às numerosas Instituições, nacionais e estrangeiras, que lhe demonstraram fraternos sinais na ocasião de seu aniversário (SOCIETE DE..., 1936-1937: 102-113).

Nos anos anteriores e posteriores ao seu aniversário, esta senhora manteve seus hábitos. Em suas assembleias, realizadas nas dependências da *École des Chartes*, e principalmente nos discursos de seus presidentes, era habitual que uma parcela do tempo fosse dedicada aos membros “chamados por Deus” nos anos precedentes. Após a feitura dessa “lista fúnebre”, ainda segundo o hábito, o presidente pedia a permissão do lugar para tratar de uma *question historique*.

Com esse mesmo ritual, em maio de 1937, o então presidente Jules Viard (1862-1939) propunha como questão histórica uma discussão acerca daquele que poderia ser considerado o primeiro livro de História da França em língua francesa (SOCIETE DE..., 1936: 129-134). Ele se referia à recente edição, empreendida pela SHF, do nono volume das *Grandes Chroniques*, advindas do século XIII (VIARD, 1920-1953)². A evidenciação desse marco primordial para a historiografia não significava a ausência de estudos históricos mais antigos, anteriores ao século XIII. Não era esse o princípio de corte. O presidente sabia que desde o século VI, desde a *Historia Francorum*, de Grégoire de Tours, houve o desenvolvimento da escrita da história a respeito da França. Tais obras, no entanto, eram escritas em latim. Na língua francesa, e até o século XIII, somente existiam poemas, textos frutos da imaginação.

Se a língua, o gênero textual e a faculdade da imaginação fundamentavam o estabelecimento de rupturas naquele passado compreendido como primordial, o nome de um “lar” para muitos daqueles estudos históricos trazia estabilidade e permitia marcar uma continuidade. Viard destacava como a abadia de *Saint-Denis* se tornara, desde os reinados de Luís VI e de Luís VII, e por muitos séculos ainda, o mais importante foco dos estudos históricos. Por meio desse lugar, desse foco da historiografia de outrora, dessa unidade da interpretação, o discurso do presidente faria uma volta; reafirmaria o marco da língua e o relacionaria ainda com outros critérios de ordenamento do passado historiográfico. Por meio da narrativa das relações que existiram entre a

² Por volta de sessenta anos mais tarde, as *Grandes chroniques* receberam também a atenção da obra *Les lieux de mémoire* (Cf. GUENEE, 1986).

abadia e os membros da família real, o discurso de Viard pôde colocar em jogo outras unidades interpretativas que auxiliavam na compreensão do passado em questão.

Se era certo que as obras produzidas em latim faziam parte do processo de desenvolvimento e de crescimento de importância dos estudos históricos, seu idioma não lhes abria ao público. Os familiares do rei não compreendiam essas crônicas da abadia, pois ignoravam o latim. A prescrição real de traduzi-las para o francês, de torná-las disponíveis a todos, fazia sentido ao presidente porque esse ato repousava em uma concepção de história que fora útil às preocupações morais do santo rei. Segundo Viard, para aqueles que viveram no século XIII e na primeira metade do século XIV, a história era o espelho da vida, e graças a esse espelho, cada um poderia observar o mal a prevenir e o bem a ser realizado (SOCIETE DE..., 1936: 133.).

Línguas, reis, abades, abadias, obras, gêneros textuais, faculdades intelectuais, concepções de história, preocupações e utilidades morais, público leitor e suas respectivas possibilidades e limites de leitura da história. Eis um conjunto de critérios e de unidades interpretativas úteis para o ordenamento de passados historiográficos. E não se trata de um conjunto aleatório ou circunstancial. Nessas poucas páginas em que foram registradas esse discurso presidencial, pode-se ler um grupo bastante geral de ferramentas utilizadas nos textos que faziam companhia ao de Viard, no início do século XX.

Poderíamos perguntar, contudo, acerca do estatuto destes textos: esses escritos que Viard nomeia de “crônicas” e de “estudos históricos”, esses escritos editados, publicados e transformados em *question historique*, eram documentos para se compreender um período da Idade Média ou seriam escrita da história? Essa questão foi, propositalmente, pensada como uma armadilha útil. No discurso de Viard, os antigos estudos históricos eram documentos que representavam – eram representantes e produziam representações de – uma época. Primeiramente, eles foram escritos em latim, e da sua tradução, apareceram as *Grandes Chroniques*. Ao lado da distância entre o latim e o francês, entre as crônicas e os

estudos históricos, Viard posicionou a tradução e um lugar para bem delinear as relações e as condições de continuidade, de permanência, de desenvolvimento e de nascimento do primeiro livro de História da França em francês. A questão-armadilha é útil para nós, e não compõe a *question historique* de Viard. No final de seu discurso, após mobilizar um conjunto de ferramentas e de documentos que dariam sentido ao primeiro livro de História da França, Viard pôde apresentar aos seus ouvintes uma importante conclusão: as *Grandes Chroniques* ofereceriam o mesmo interesse e as mesmas garantias de veracidade que os escritos em latim. Essa conclusão soma outra dimensão de utilidade à questão-armadilha proposta anteriormente. Ela permite compreender de que modo as criteriosas unidades da interpretação utilizadas por Viard puderam cumprir dupla função. Se por um lado elas ordenavam, evidenciavam, davam sentido ao passado dos estudos históricos, por outro lado, essas mesmas ferramentas eram úteis na determinação e na medição da veracidade e da autenticidade que tais obras históricas poderiam oferecer.

O antecessor de Viard na presidência da SHF, *le comte de Manneville* (1865-1944), ajuda-nos a compreender a complexidade, a coerência, a disponibilidade e alguns dos nomes que permitiam e autorizavam essa forma de se relacionar com o passado da historiografia. Na apresentação da vasta *question historique* da qual viria a tratar, Manneville se lembrava do tempo em que estudava filosofia, do tempo em que fora discípulo de Immanuel Kant (1724-1804), com o qual pensava a relatividade do conhecimento (SOCIETE DE..., 1936-1937: 67-81. Mas o vocabulário de suas lembranças não era apenas germânico. Ele bem poderia ser traduzido aos historiadores, dando sentido e nome a uma questão. Partindo da relatividade do conhecimento em Kant, o presidente trouxe aos seus ouvintes a questão da relatividade da verdade histórica. Também em suas lembranças, Manneville encontrou essa questão formulada, elegantemente, no discurso que seu antigo *chef*, Jules Cambon (1845-1935), proferia diante da *Société d'histoire diplomatique*, anos antes, em 1920. Entre Kant, Manneville e Cambon, entre lembranças que cruzavam mais de um século, seria possível afirmar que a história era somente uma interpretação do passado. Manneville recitava a formulação de Cambon

que trazia questões como a seguinte: mesmo entre os historiadores mais eminentes, quem ousaria dizer que a história se abstrairia do momento presente? Circunstâncias, correntes de opinião, temperamento dos escritores e o interesse de seu partido eram alguns dos elementos que influíam no espírito. Cambon e Manneville sabiam que, a partir da “consciência contemporânea”, eram levados a condenar ou a absolver homens que obedeciam a paixões diferentes das suas. Eles sabiam que a história nunca seria uma ciência definitiva e que seus julgamentos estariam sempre submetidos à “revisão das gerações futuras” (SOCIETE DE...,1936-1937: 78). Isto, que até pode parecer uma resposta, era apenas a formulação da questão.

Para desenvolver a questão, Manneville apresentou alguns casos exemplares como as transformações pelas quais a figura de Napoleão havia passado, mesmo após sua morte. O presidente comprovava, desse modo, a existência de “variações nos julgamentos históricos”. E essas variações também possuíam seus critérios, suas leis, suas regras e seus fundamentos. Poderiam estar relacionadas às ideias que mudam no tempo, aos diferentes pontos de vista, à localização geográfica, bem como poderiam se dar em relação às diferentes escolas de historiadores (SOCIETE DE...,1936-1937: 79-80). Se por um lado estas razões acompanhavam a *question* inicial, por outro, elas deram lugar a uma nova questão. Quando faltavam poucas páginas para o final de seu discurso, Manneville perguntou aos seus ouvintes: “devemos, portanto, crer na relatividade da verdade histórica” (SOCIETE DE...,1936-1937: 79)?

A resposta a essa difícil questão iluminaria outro dever e também duas Instituições. Segundo o presidente, era preciso distinguir os fatos e a interpretação dos fatos. Para tal distinção, que mirassem duas Instituições. A *Société de l'Histoire de France*, donde saíam trabalhos desamarrados de toda paixão, e que eram absolutamente e estritamente desinteressados. E também a *École de Chartes*, lugar no qual aprendia-se que a respeito dos fatos haveria “uma verdade certa, absoluta”. Nesta *École*, seria possível construir trabalhos sobre fundamentos sólidos “ao abrigo das revisões futuras” (SOCIETE DE...,1936-1937: 80-81).

“Ao abrigo das revisões futuras”. Diante de tempestuosas dúvidas, diante das comprováveis modificações nos julgamentos históricos, diante da crença na relatividade do conhecimento e na relatividade da verdade histórica, lições e conclusões foram extraídas nesses anos que avizinhavam e delimitavam centenários. Elas tinham o poder de instituir marcas de nascença, o poder de marcar as Instituições; poder duplo e simultâneo de construir passados específicos para Instituições e de afirmá-las como unidades incontornáveis da ordenação de passados.

Tanto nos textos publicados em 1934, ano do centenário da SHF, como naqueles publicados em 1933, encontrei a repetição desta lição do “abrigo das revisões futuras”. O interessante é que ela não funcionava apenas como uma prescrição ao presente e ao futuro da historiografia e daquela Instituição. Era também uma prescrição ao passado. Uma lição-prescrição advinda do passado e com a capacidade de se tornar aquilo que dá identidade ao passado institucional, ao mesmo tempo em que o solidariza ao presente comemorativo. No centenário da *Société de l'Histoire de France*, lidava-se com esta missão de se manter ao abrigo do futuro e sob (e sobre) o abrigo do passado.

Em 1934, Louis Madelin (1871-1956) assinalava o quão evidente era, enquanto presidente em exercício, o seu dever de retraçar a história da SHF através do século passado. Discursava seu orgulho pelo zelo, pelos esforços, pelo trabalho de um século dessa Instituição. O orgulho, seu e daquela *Société*, envolvia um saber, relacionava-se à capacidade de permanecer digno aos seus fundadores. A SHF completava um século e estava orgulhosa de ter sido construída sob os auspícios de homens como Guizot, Barante, Mignet e Thiers (SOCIETE DE..., 1934: 72-73).

No ano anterior ao centenário, em 1933, esses nomes também marcavam presença nos textos publicados pela SHF em seu *Annuaire-Bulletin*. Estavam presentes, inclusive, porque faziam falta. Aquela “hora atual” não trazia a certeza de como se realizaria a comemoração da importante *Société*. Graves preocupações faziam repensar o projeto de se pedir ajuda ao poder público. Thiers e Guizot não estavam mais lá (SOCIETE DE..., 1933: 95).

Naquele mesmo ano, esses nomes também fariam parte dos textos publicados na *Revue des études historiques*. Em 1933, enquanto a *Société de l'Histoire de France* preparava e até lamentava os ausentes para o centenário, a *Société des études historiques* completava seus cem anos de existência e apresentava em seu periódico alguns textos a respeito de seu passado. Para além de textos mais gerais, que pensavam a Europa e a França entre 1833 e 1933, no número do centenário da *Revue des études historiques* foram publicados 5 artigos mais específicos, que tratavam de maneira mais restrita dos cem anos vividos por aquela *Société*. Os recortes efetuados desde os títulos desses textos oferecem uma interessante perspectiva geral de como aquele(s) passado(s) foi organizado³. No conjunto desses artigos, tratou-se de Joseph Michaud, fundador do *Institut historique*; do movimento histórico na França, desde 1871; da *Société* e da *Revue des Études historiques*, de 1833 a 1933; do *Institut historique*, de 1845 a 1872; e da *Société des Études historiques* de 1872 a 1932. Isolados, inter-relacionados e entrecortados nessas narrativas, avisto fundadores, Instituições, periódicos e movimentos históricos que povoavam cem anos passados de historiografia francesa.

Mas antes que essas várias datações e nomeações voltem a “embaralhar” nossa leitura, talvez seja necessário e útil retomar algumas das breves palavras que prefaciaram a *table* inspiradora deste trabalho. Ao (re)organizar as referências das publicações de 1833 a 1933, a *Table de la Revue des Études historiques* também organizava o próprio passado daquela Instituição, indicando a centralidade de seu periódico na compreensão de seu desenvolvimento. Apesar de saber quão aleatórios poderiam ser os critérios de organização dos artigos passados, a *Table* permitiria compreender um sentido fundamental no desenvolvimento daquela

³ A seguir, volto a citar o trecho com o qual iniciei este primeiro capítulo, com o intuito de remarcar a variação nominal dessa Instituição no decorrer de um século, mas também para avisar que, daqui em diante, quando fizer referência a essa Instituição, deixarei que essa variação de nomes (que era também uma maneira de marcar as suas transformações e permanências no tempo) apareça segundo o critério dos textos que contaram a sua história por ocasião do centenário. “Recordamos que a atual *Société des Etudes historiques*, de 1833 a 1872, foi chamada de *Institut historique*, e que teve por órgão uma Revista que, de 1834 a 1840, possuía o título de *Journal de l'Institut historique*; de 1841 a 1882, o de *Investigateur*; de 1883 a 1899, o de *Revue de la Société des Etudes historiques* que, desde 1899, tornou-se *Revue des Etudes historiques*”.

Instituição e de seu órgão periódico. “No começo, os mais variados objetos eram tratados nesse órgão que, *pouco a pouco*, foi exclusivamente consagrado aos ‘estudos históricos’” (SOCIÉTÉ..., 1933: 1-2).

Em 1933, sabia-se que os tempos do início do *Institut historique* eram felizes. Quiçá, mais felizes. No início do século XIX, longe das diligências, os homens não se tinham levado pelo “turbilhão da rapidez”. Naqueles tempos, tomava-se tempo para fazer as coisas lentamente e com cuidado, e os escritores não temiam obras de fôlego, pois os leitores não se desencorajavam na centésima página (RAIN, 1933: 321-334.). Foi em tal época que Joseph Michaud (1767-1839) fundou o *Institut historique* (BORDEAUX, 1933).

Quando Henry Bordeaux (1870-1963) foi convidado para homenagear a obra daquela Instituição, e para elogiar seu fundador, duas afirmações lhe serviram de base: a *Société des études historiques* completava cem anos de “preciosa obra de erudição e de clareza documental” e seu fundador estava ultrapassado, mas fora um precursor. Esse precursor ultrapassado não havia sido estranho à renovação da história atribuída a Augustin Thierry. Mais do que isso, se fosse argumentado que a história se renovou no século XIX, os leitores e os ouvintes de Bordeaux veriam que Michaud esteve na origem dessa renovação. Michaud, ultrapassado no presente; Michaud, fundador, precursor e um renovador da história no passado... Este elogio-homenagem a um fundador e a uma Instituição trazia em sua narrativa a tensão entre um passado historiográfico digno de homenagem e um “presente-cume” que não podia se abster da relação com os progressos anteriores. É inclusive por isso que a conclusão do texto de Bordeaux não me é estranha, ainda mais se comparada aos textos com os quais trabalhei anteriormente, referentes ao centenário da SHF. Para Bordeaux, a *Société des études historiques* poderia ficar orgulhosa de seu fundador, especialmente por ter se mostrado digna da missão por ele transmitida de melhor conhecer e amar o passado francês. A narrativa de homenagem elogiosa construía um passado centenário obrigado a conviver com um presente insistente. Um presente que insistia em mostrar como aquele passado era mais do que passado; era precursor e ultrapassado.

Se o passado dos estudos históricos do qual falava esse artigo era quase que evidente, pois era evidenciado pela necessidade centenária e pela autoria fundacional, de que presente Bordeaux falava? Que presente historiográfico oferecia a alcunha ultrapassada e precursora à renovação da história empreendida por nomes como Thierry e Michaud? Se levar em conta a organização que a *Revue* fez dos artigos, em 1933, posso afirmar que esse presente possuía “cinquenta anos de literatura histórica” e foi apresentado na forma de um “magnífico *tableau*”⁴ por Louis Madelin – à época, presidente da SHF. Em um texto no qual a *Société* aniversariante parecia não ter sido convidada, Madelin se propôs a narrar o “movimento histórico na França desde 1871” (MADELIN, 1933). A justificativa para esse recorte cronológico era manifesta: 1871 havia sido o ano de um golpe, de um corte claro na “história do pensamento francês” (MADELIN, 1933: 267). A partir dessa unidade mais abrangente (o pensamento francês) e de seu recorte cronológico inicial (1871), Madelin passou a mobilizar recortes e unidades mais específicos que preencheriam esses limites do passado e do presente dando forma, conteúdo e relevância ao que ele chamava de “movimento histórico” na França dos últimos 50 anos.

O início de sua narrativa se deu naquele momento “confuso” que tinha como data o ano de 1871. Não se tratava de narrar o momento em si, mas a resolução comum advinda daquele ano: todos se envolveram em uma renovação da França. Apesar das formas de agir diferentes, todos buscavam tirar dos acontecimentos uma lição e uma regra. Diante de acontecimentos “essencialmente políticos”, interrogava-se a história, para explicar ou para evitar o retorno. O recorte de Madelin, entretanto, não se fez rígido em uma data. Ele também assinalaria os anos de 1867 e de 1870. Em 1867, representantes de épocas anteriores desapareceram ou morreram e com eles uma *âge* (época, era) também parecia sucumbir. Não muito longe de 1867, no domínio da história, uma geração de historiadores era composta por mortos ou por vivos de obra acabada. Geração constituída por historiadores como Guizot, Thierry, Michelet,

⁴ Palavras utilizadas por Bordeaux ao se referir ao texto de que trato a seguir, escrito por Louis Madelin.

Duruy, Thiers e Edgar Quinet; geração constituída por historiadores voltados para a política e que buscavam nos arquivos formas de justificar suas ideias. Para os jovens, “nascidos após 1830”, e que tinham em 1870, “de 25 a 40 anos”, a geração que passava parecia estar presa a uma concepção histórica desatualizada (MADELIN, 1933: 268).

O recurso das gerações de historiadores não foi o único utilizado por Madelin ao construir o “golpe” inicial. O movimento histórico também se relacionava com o movimento de outros gêneros literários. Para Madelin, desde os últimos anos do Segundo Império, e dentre as formas de reação ao romantismo, houve o *realisme* que prevalecia em todos os domínios. Seria difícil pensar, portanto, que a história, “a ciência por excelência do documento”, escaparia desse “movimento de espíritos”, desse realismo, que havia trazido a todos os gêneros literários o cuidado documental (MADELIN, 1933: 269-270).

Mas se a ênfase do marco inicial estava no pós-Guerra contra a Alemanha, Madelin voltava precisamente a este ponto para construir sentido ao seu texto. E três nomes foram assinalados em suas relações com a História e com a Guerra. Na busca pelo “segredo da derrota” francesa, Renan, Taine e Monod teriam se colocado na “escola do vencedor”. E essa escola, ao menos para Monod, possuía um mestre que se chamava Mommsen (MADELIN, 1933: 270).

Os destinos desses três homens que não tinham nascido historiadores se ligariam aos desdobramentos da história na França. Enquanto Renan se afastara da história, Madelin se voltou a Taine e a Monod para melhor discernir o que ocorrera nos “últimos 50 anos”.

Como nos conta Madelin, Taine acreditava que o necessário conhecimento de uma ciência política deveria ser fundado na ciência histórica, e esta, nunca havia existido na França. Mesmo que uma afirmação desse tipo mostrasse a Madelin que Taine (1828-1893) conhecia mal o seu país, foi exatamente a partir dos volumes que compuseram a obra *Les origines de la France contemporaine* que Madelin assinalaria, outra vez, a cronologia historiográfica por ele proposta. Quando, em 1892, a obra de Taine estava acabada, “vinte anos” tinham se passado do momento

em que a França se tornara um dos focos mais ativos e brilhantes da ciência histórica. 1867, 1870, 1871, 1872 e também 1821. É que para continuar, e para problematizar a assertiva de Taine, Madelin recordava aos seus ouvintes e leitores que a renovação dos estudos históricos estava em preparação desde antes; desde, por exemplo, a criação de Instituições como a *École de Chartes* (MADELIN, 1933: 272-273).

Mas era certo que 1871 havia marcado a data em que os estudos históricos tomaram uma vida e um método que lhes permitiram adquirir um lugar magnífico no grande movimento científico do fim do século. E Madelin recorria a outros mestres e Instituições ao datar a força do método e a disciplina por ele exigida. O excesso desse método, que poderia parar a empreitada histórica ao invés de fecundá-la, possuía um “exemplo vivo” chamado Monod. A força desse método, que penetrava ao ponto de transformar até os homens anunciados como mestres de outro gênero de história, possuía o caso mais famoso em Fustel de Coulanges. Monod e Fustel foram mestres de conferências da *École Normale* nas décadas de 1870 e 1880. Segundo Madelin, após 1885, todos aqueles que abordavam a história, todos os alunos desses e de outros mestres, foram levados a se curvar, mais ou menos, diante da disciplina exigida pelo método (MADELIN, 1933: 274-276). Os alunos dos mestres se tornaram historiadores de todos os domínios e conhecidos em muitos lugares. Esse grande movimento se expandia por várias Instituições.

Por isso, em 1933, Madelin, ele mesmo um aluno desses mestres, tinha a certeza de que os senhores que o escutavam não esperavam dele uma “magnífica enumeração dos historiadores” que nos últimos 35 anos ilustraram “*notre école historique*” (“nossa escola histórica”). Em uma “bibliografia” como essa, 500 nomes deveriam ser inscritos. E eles formariam uma “legião”, quase um “exército”, para “*notre gloire*” (“nossa glória”) (MADELIN, 1933: 278).

Essa glória possuía cinquenta anos e não se concentraria em nomes eminentes, fossem eles 10 ou 100. Ela estaria na “massa incontável de trabalhadores” que em meio século tinham dado à obra sua contribuição, fosse ela pequena ou grande. Segundo Madelin, esse

recorte não representaria um desrespeito aos precedentes. Ele sabia dos traços que subdividiam o passado dos estudos históricos: a “França, depois do século literário – o XVII – e o século filosófico – o XVIII, – havia conhecido – entre 1814 e 1870 – a época poética”. No meio século seguinte, a França conheceu sua época histórica: “*l’histoire a tout dominé*” (MADELIN, 1933: 280).

A narrativa do movimento histórico na França contada por Madelin possuía, assim, fatos e unidades que, em suas combinações, permitiam compreender e medir os sentidos e o caminho da história até o seu presente. Guerras, gêneros literários, mestres, discípulos e Instituições, com diferentes tempos e gerações, se emaranhavam ao ponto de produzir uma “massa” densa e passível de identificação no contemporâneo. Entre traços e rastros, específicos e gerais, pequenos e grandes, o passado historiográfico por ele enunciado construía um edifício histórico que não apenas abria os elementos do passado, mas ventilava presente e futuro.

Havia, segundo Madelin, uma “tendência natural” do espírito nacional francês que não escapara aos historiadores: a imaginação. Mas a partir de 1870, essa tendência foi controlada com a imposição de um método mais rigoroso, até ao excesso. Em sua forma “rigorosa ao excesso”, a escola histórica francesa e seu método não teriam permanecido por muito tempo, mas sua existência havia sido boa. E foi assim que uma reação necessária a uma tendência natural teria fundado o caráter próprio da escola histórica francesa. A reação do método e da ciência ao espírito de arte e criador foi condição para que, em seguida, uma concordata restabelecesse o equilíbrio, abrisse as janelas, dobrasse as cortinas. Utilizo tal imagem pois, em sua conclusão, Madelin afirmava que o “caráter da obra histórica francesa” poderia ser vislumbrado como um edifício, de fundações sólidas, ornado pela arte, aonde seus habitantes não eram privados de fazer correr o ar e a luz (MADELIN, 1933: 282).

Enquanto o texto de Madelin apontava para fora da Instituição comemorada, em 1933, e construía outras datas historiográficas que lhe atravessavam e ultrapassavam, pode-se dizer que os três textos que seguiram o dele, no número comemorativo da *Revue des Études historiques*,

faziam voltar os olhares de forma mais específica à Instituição centenária, mas também direcionavam os leitores para um número da *Revue* que não era aquele do centenário. De um lado, construía marcas entre 1833 e 1933, do outro, sinalizavam um marco que havia possibilitado aquelas narrativas.

Fossem dedicados aos cem anos do *Insitut historique* e de seu periódico (COMBES DE PATRIS, 1933: 283-296), ou a momentos que entrecortavam o centenário (DESLANDRES, 1933: 297-304; DEBORDE DE MONTCORIN, 1933: 305), esses textos indicavam a ciência de um *dever* para aqueles que presenciavam o centenário da *Sociétés des études historiques*. Indicavam o compromisso de se perguntar “qual lugar ela ocupou no movimento histórico contemporâneo e medir o trabalho por ela realizado desde seu nascimento” (COMBES DE PATRIS, 1933: 283). Isso envolvia reafirmar quão propícia havia sido a década de 1830 para o surgimento de empreitadas como o *Institut historique*. Com este nome, que permaneceria até 1872, era seguro afirmar que ele fora fruto de sua época e ainda lhe restava a honra de ter sido o primeiro.

Se até aqui, sabíamos que o nome do fundador era Michaud, não se poderia esquecer-se também de Eugène Garay de Monglave (1796-1878). Ambos estavam na origem do vasto programa do *Institut* que além de mantê-lo ao abrigo do “inovador” Thierry, acolhia nomes de relevo como Thiers, Guizot e Chateaubriand. A diversidade desses nomes e a vastidão do programa inicial trouxeram àquele lugar uma característica permanente, apesar da variação temporal: o ecletismo. O *Institut* fora um salão onde todas as opiniões eram representadas. Uma “tribuna livre” e uma “*société encyclopédique*” capaz de ter feito sozinha, durante muitos anos, o trabalho para o qual várias *sociétés* especializadas eram necessárias naquele presente (COMBES DE PATRIS, 1933: 283-304).

Para apreender esse ecletismo, e muito mais, para se ter “um reflexo da vida intelectual geral” seu periódico seria uma “mina inesgotável”. Ele era umas das bases fundamentais para se comprovar como, entre períodos de crescimento e de crise, e até mesmo entre guerras (a de 1870, bem mais nefasta para o *Institut* do que a de 1914), o trabalho fora realizado sem interrupção (DEBORDE DE MONTCORIN, 1933: 305; COMBES DE

PATRIS, 1933: 283-296). Por meio daquele órgão via-se como seu período inicial foi o mais fecundo – e esta observação servia especialmente para o presente, quando o número de publicações se tornava quase um exagero. É que a fecundidade do *Institut* estaria intimamente ligada à curiosidade universal dos fundadores que, por conseguinte, explicaria a variedade dos primeiros cinquenta anos de sua existência. Pouco a pouco, no entanto, novas publicações periódicas haviam lhe tirado o peso da tarefa. Pouco a pouco, foi confirmado que o ecletismo definiria aquela Instituição, pois todos os gêneros de estudos históricos foram compreendidos. Era certo, portanto, afirmar que a *Société* havia permanecido fiel ao seu espírito e a sua tradição. Fiel ao espírito e à tradição, composta e definida pela variedade e pelo ecletismo, a *Société des études historiques*, e seus resultados documentados pela *Revue*, faziam ver a sua importância para a “criação contínua que é a História” (COMBES DE PATRIS, 1933: 296).

Se podemos afirmar que estes textos cumpriam o dever de narrar passados historiográficos para a França, e que inseriram o *Institut* e seus marcos no *movimento histórico* daquela nação, também poderíamos dizer que, dentre seus marcos, a fundação do *Institut* foi o mais referenciado, até reverenciado. Sempre que os autores a ele faziam referência, entretanto, parecia haver uma regra do dizer pouco, de no máximo acrescentar alguns detalhes, circunstâncias e personagens. Em 1933, os primórdios do *Institut* eram “brilhantes” (COMBES DE PATRIS, 1933: 283-296), o período de seu começo era “heroico” (DESLANDRES, 1933: 297), mas foram tocados de maneira cuidadosa e comedida. Em 1933, aquela *Société* se tornava centenária, mas fazia apenas onze anos que ela havia descoberto seus inícios.

No ano de 1922, em um “canto obscuro” da *Bibliothèque de l’Arsenal*, seis registros dos doze primeiros anos (1834-1846) do *Institut historique* foram encontrados. Com eles, Paul Deslandres (1874-1942), considerado um historiógrafo oficial para a *Société des études historiques* durante seu centenário, escreveu um texto acerca do período heroico daquela Instituição (DESLANDRES, 1922: 299-324).

Com certo tom de preocupação, o texto se iniciava perguntando como aqueles registros chegaram até a *Bibliothèque de l'Arsenal*. Além de apontar para necessidade de melhores cuidados em relação a eles, a pergunta introduzia a enunciação da importância dos documentos ainda inéditos. Eles permitiriam “expor as engrenagens” do Instituto.

Com a permissão desses registros que acabavam de ser transformados em documentos, Deslandres compôs uma narrativa detalhada, ao ponto de poder precisar que a fundação do *Institut* não fora simplesmente obra de dois *savants*, mas sim de que cada um deles possuía funções mais específicas – Michaud fora o fundador mais antigo e Monglave escrevera os estatutos. Saber que o grupo fundador era tão variado implicou na necessidade de matizar o projeto inicial do *Institut*, que deveria ser visto como a proposição de uma *Société* tão científica quanto histórica. Tais nuances ajudavam a compreender como os trabalhos preliminares teriam sido tão ágeis, contribuindo para que todos os órgãos pudessem começar a funcionar rapidamente. “Desde seu nascimento, o Instituto Histórico é, por assim dizer, adulto” (DESLANDRES, 1922: 302).

A exposição das engrenagens e dos órgãos daquele que nascera adulto envolvia uma pluralidade de fatos: recrutamento, administração, eleição de membros, serviços em relação ao público, formas e temas das atas, etc. Com tais fatos, a narrativa de Deslandres construía uma rede constituída e constituinte de valores institucionais. Ele descrevia os caminhos iniciais da Instituição e delimitava quais eram os caminhos para se interpretar uma Instituição. Assim, era necessário estudar a forma de recrutamento dos membros para se pensar nas tendências do *Institut*. Por meio dos registros, sabia-se que a nova *Société* era familiar. Era composta por filhos e irmãos de sócios. E isso oferecia ao estudioso sinais da fraternidade e da caridade. O que não significava falta de seriedade. Ao contrário, as eleições, os trabalhos de seus membros em questões de propriedades literárias, a identificação de plágios, mostravam a Deslandres que o *Institut* exercitava uma “verdadeira magistratura moral” (DESLANDRES, 1922: 303). Era detentor da independência até nos julgamentos sobre colegas, conferindo “toda sua dignidade à crítica” (DESLANDRES, 1922: 316). Certa vez,

conta-nos Deslandres, em um dos variados cursos gratuitos oferecidos ao público, o conselho do *Institut* demonstrou bastante responsabilidade ao repreender um professor de mnemônica que havia esquecido de fazer seu curso.

Comparado aos textos que, anos depois, contariam o centenário, o artigo de Deslandres também fazia uso da noção de tradição, relacionando-a com ideias, projetos e práticas que teriam sido fundamentais para o *Institut*. No sentido dessas comparações e desses paralelos entre a Instituição passada e a presente, seu texto trazia muitas lições negativas. Quando ele olhava a criação, a audácia inicial, não poderia ignorar que a *Société*, nascida adulta, possuía, em 1922, uma tarefa muito mais modesta. Esta modéstia, entretanto, não era justificada apenas pela multiplicação de Instituições e pela variedade de periódicos, assim como não era justificada apenas pelos fatos advindos do *movimento histórico*. Deslandres, por exemplo, dedicaria toda uma parte de seu texto para analisar a “exclusão das senhoras” do *Institut*. Nos anos por ele analisados, e ainda de acordo com o “espírito fraternal”, via-se multiplicar os irmãos, mas não havia irmãs. A participação das “mulheres de letras” era condicionada pelo intermédio dos “homens de letras”; muitas vezes, os trabalhos realizados por elas apenas poderiam ser ouvidos se fossem lidos por eles. Esta situação, entremeada por diversas reivindicações femininas, duraria ainda muito tempo. Ao narrar estes fatos, Deslandres construiu um parágrafo composto por uma única frase: “Eugène de Monglave era casado com uma *femme des lettres*” (DESLANDRES, 1922: 316). Problemas, desentendimentos e crises como estas, não impediriam, contudo, que Deslandres concluísse seu texto na companhia da existência gloriosa da *Société*. Sua vitalidade durante a “recente” guerra era marcante. Ele havia desbotado, empalidecera um pouco, mas não degenerara. O *Institut* soube conservar os traços eternos de sua fundação (DESLANDRES, 1922: 324).

Em 1922, antes das comemorações dos centenários, Deslandres confirmava e apresentava, assim, algumas das condições iniciais para que os marcos dos progressos historiográficos fossem instituídos. Mas, na verdade, foi em 1921, no ano anterior ao texto de Deslandres, que a

ciência histórica francesa, ela mesma, chegou ao seu centenário! Ou, pelo menos, ela chegava a *um* de seus centenários.

Esse foi o título do artigo publicado na abertura da *Revue* da *Société des Études historiques*, em 1921: “Um centenário da ciência histórica francesa a *École des Chartes* (1821-1921)” (MIROT, 1921: 1-18). Esse artigo de Léon Mirot (1870-1946) foi construído, sobretudo, a partir dos textos que abriam o livro do centenário da *École des Chartes* (PROU, 1921)⁵, publicado naquele mesmo ano. Enquanto o artigo de Mirot resumia a história e a obra da *École* em uma narrativa una e contínua, no livro da Instituição centenária, Maurice Prou (1861-1930) construía sua narrativa em duas partes separadas: uma dedicada à história daquela Instituição (*Histoire de l'École*) e outra dedicada à sua obra (*L'œuvre de l'École*). A divisão de Prou é importante, especialmente, para que eu prossiga neste exercício de entender de que modo, no início do século XX, fatos constituintes do passado da historiografia foram organizados, separados, isolados e colocados em relação, mesmo que o recorte primeiro fosse o da Instituição.

Como nos conta Prou, nas origens da *École*, os estudos históricos estavam em perigo. A partir da Revolução Francesa houve o corte e a suspensão da tradição beneditina. Caso ela não fosse ressuscitada, mesmo que sob outra forma, os efeitos seriam desastrosos para os desenvolvimentos progressivos da historiografia francesa. Este alerta advindo do futuro fazia referência à dispersão das congregações religiosas e à interrupção dos estudos de erudição, graças à Revolução. Entre 1791 e 1806, confirmava Prou, nenhum livro de erudição histórica apareceu na França. Espíritos cultivados se espantavam com o abandono e com o iminente desaparecimento dos estudos históricos. Não havia condições de formar discípulos e as instituições existentes não comportavam órgãos apropriados de ensino das ciências auxiliares (PROU, 1921: I-IV).

Contemporâneo ao espanto dos espíritos cultivados, havia o projeto de história de Napoleão I. Um projeto que chegava a tocar no futuro da *École*, mas que não era o mais necessário para o início do século XIX. Aquele projeto não visaria formar eruditos, nem relacionaria a história

⁵ A partir daqui, quando oportuno, utilizarei *École* para me referir à *École des Chartes*.

com o estudo de documentos, ou seja, poderia deixa-la se arrastar, naquele momento, aos erros do “anterior”, aos erros dos filósofos historiadores do século XVIII. Mesmo assim, Prou não deixava esquecer que o Imperador possuía uma concepção clara de como a história deveria ser escrita, e também da necessidade de recorrer aos documentos. O diretor da *École* não ignorava também o importante fato de que Napoleão propunha anexar cursos de “bibliografia crítica” ao *Collège de France*. Sua ideia “era como uma previsão do curso de historiografia tal como agora é professado na *École des Chartes*: ‘Conhecer o que resta dos historiadores antigos’” (PROU, 1921: IV).

O Imperador até poderia prever, mas não compreendia ou não queria considerar o sonho, existente naquele momento, de uma “ressurreição dos beneditinos sob uma forma laica”. A história contada cem anos depois servia também para assinalar o que era necessário ao passado. Era necessária uma escola em que se aprendesse a escrever a história, para renová-la, e não uma que expusesse os resultados adquiridos pelos séculos precedentes. Um curso de historiografia não seria necessário para aquele momento, diferentemente da *École de chartes* que seria uma necessidade e uma urgência. O Imperador, a Revolução, esses seres de iniciais maiúsculas, contribuíam para a comprovação de certo atraso (até porque projetos existiam desde o início do XIX) e do caráter necessário para a criação da *École*. As origens difíceis, heroicas e humanas dessa Instituição ajudavam-na a se tornar um duplo ponto de origem: um marco temporal da historiografia e uma unidade basilar para se interpretar a situação e os processos da historiografia. Esse emaranhado, no entanto, era mais evidente nos textos a respeito do *Institut historique* do que no texto de Prou. Ainda no sentido desta comparação, a *histoire de l'École* construía a sua trama mais saliente nas “engrenagens” que fizeram aquela Instituição funcionar durante cem anos. Na verdade, um pouco menos e um pouco mais. Isso depende se consideramos o marco da Revolução Francesa ou o marco efetivo de fundação em 1821, ambos considerados por Prou como fundamentais para o nascimento da *École de chartes*. Isso também depende se levamos em conta que o recorte final da “história da

École” não foi 1921, mas sim, 1918 (PROU, 1921: V-VIII). Da Revolução Francesa, passando por 1821 e 1921, até chegar a 1918.

Para chegar até lá, essa história perseguiu, ano a ano, os cursos, as relações estabelecidas com outras Instituições, a participação de ministros-historiadores (Guizot foi um nome que “compareceu” em todas essas histórias do início do XX), o papel específico de alguns professores, bem como as leis internas e externas que haviam movimentado a *École*. Ao acompanhar a mudança dessas leis, Prou construiu um fio para a narrativa que possibilitava compreender um sentido fundamental para a história da *École*.

Em 1872, ao mesmo tempo em que era restabelecido o exame para entrada naquela Instituição (suprimido em 1849), discutia-se um projeto de lei no qual os jovens da *École* seriam dispensados do serviço militar. A sua aprovação, vista a partir do centenário, tinha o mérito de “reconhecimento da utilidade social da história”. Além disso, mesmo que os alunos não fossem obrigados ao serviço militar, Prou reconhecia que eles estavam cientes de que a história era um dos elementos do patriotismo e de que o conhecimento do passado seria uma das bases mais sólidas da ideia de pátria. Não seria ao acaso que, em 1914, muitos decidiram pegar as armas em defesa do “patrimônio nacional” no confronto com a Alemanha. Naquele mesmo ano, no mês de novembro, em *Saint-Germain-des-Prés*, local em que trabalharam os Beneditinos, local em que fora enterrado Mabillon, ancestral intelectual dos *chartistes*, foi celebrado um serviço fúnebre para os *confrères* mortos pela pátria (PROU, 1921: V-VIII).

A história da centenária *École* possuía, assim, um pouco menos de cem anos (desde 1821) e um pouco mais de cem anos (desde a Revolução Francesa). Sua narrativa se encerrava com as cerimônias dedicadas aos mortos depois da “Grande Guerra” de 1914-1918. O livro inscrevia esse marco e trazia inscrito em si os nomes de seus alunos e ex-alunos, pois isso transmitiria ao futuro a “memória e o exemplo de sua bravura”. Em meio a uma “dolorosa glorificação”, o livro media o caminho percorrido, pesava os resultados de predecessores e apresentava história, memória e ensinamentos ao futuro. Por meio do livro, ensinava-se e aprendia-se que

“o futuro era solidário do passado”; aprendia-se a ser zeloso ao “conciliar o progresso com a manutenção das tradições” (PROU, 1921: LXXVIII; LXXX). O artigo de Mirot, a respeito do centenário da *École*, também se encerrava com os arquivistas e alunos da *École*, esses “mortos gloriosos”. Seus nomes faziam lembrar que “aqueles que se consagram a escrever a história de seu país, também sabem fazer essa história e dar suas vidas pela Pátria” (MIROT, 1921: 18)⁶.

Com o final da “história da *École*”, a “obra da *École*”. Nessa segunda parte, apesar das relações com a anterior, Prou inseria questões específicas que deveriam guiar sua narrativa (PROU, 1921: LXXXI-CCLXX.). Seu ponto de partida estabelecia, como princípio, que a centralidade da *École* estaria no ensino. Assim, caberia a ele perguntar se tal ensino havia produzido frutos, se havia exercido influência sobre os estudos históricos. Para responder a esses questionamentos, Prou reinseriu os sentidos da ausência e do perigo que marcariam a história na virada do século XVIII para o XIX. Entre uma concepção de história em que não havia preocupação com o controle dos documentos e os beneditinos que coletavam, publicavam e criticavam documentos, por volta de 1820, os últimos haviam desaparecido, deixando para a história um lugar de não mais do que um gênero literário dependente da filosofia e da política.

A obra da *École* concordava com a sua história, mas não podia ignorar as discordâncias dos tempos que as relacionavam e que as tornavam possíveis. Pelo menos em relação a dois domínios de produções daquela Instituição havia uma espécie de adiamento temporal que poderia colocar em questão certo protagonismo da *École*. Ela se inseria no movimento histórico francês, era por ele confrontada e esse adiamento fazia retroceder e postergar o lugar que ela teria ocupado e desempenhado. E isso se fazia valer, notadamente, em relação a

⁶ A respeito dessa relação entre escrever e fazer (a) história, Hartog (2017: 20) nos oferece importantes pontos de comparação, ao pensar em Chateaubriand e no hoje. “Quando Chateaubriand, recapitulando o que foram suas diferentes carreiras, nota: ‘Eu fiz a história e eu a podia escrever’, ele quer dizer: eu desempenhei um papel político, ‘eu assinei tratados e protocolos’, eu fiz a história e estou, portanto, na posição de escrevê-la. Hoje, a expressão: ‘Eu faço história’ quer dizer banalmente ‘Eu me tornei historiador’”...

dois dos domínios da história que a *École* havia participado: as obras acerca do método histórico e as pesquisas historiográficas (“*recherches historiographiques*”) (PROU, 1921: LXXXI; CXLIX).

A narrativa do que era a obra da *École* começava, aliás, por uma distância que faz o leitor ir e vir, desde a sua fundação até as últimas décadas do século XIX, e vice-versa. A relação que aquela Instituição havia mantido com o “método histórico” trazia dificuldades para uma história que deveria medir desenvolvimentos. Era certo que a *École* havia aplicado o método histórico desde a sua fundação, mas somente nas últimas décadas do Oitocentos é que ela havia formulado as suas regras. Da aplicação à formulação, foi apenas nas décadas de 1880 e de 1890, conta-nos Prou, que obras como *Introduction aux études historiques* (1898), de Langlois e Seignobos, expuseram magistralmente o método e a arte de investigar e de escrever a história (PROU, 1921: LXXXI-LXXXIII). Entre a aplicação e a formulação do método histórico, como reduzir essa distância de mais de 60 anos? Mesmo que a importância do método histórico fosse uma evidência, por que começar a narrativa da obra da *École* por um aspecto no qual ela parecia estar atrasada até em relação a si mesma? Composta por muitas obras que contribuíram para o movimento histórico francês, a *Œuvre* da *École* possuía seu fundamento mais basilar no ensino. Entre a formulação e a aplicação, a suposta distância resistiria por pouco tempo, pois fora pelo ensino que os antigos alunos *chartistes* contribuíram na disseminação e na imposição de sua disciplina.

A respeito das pesquisas historiográficas da *École*, preciso trazer a recordação de que dei início ao presente tópico com um recuo temporal que, talvez, não fosse o mais provável. A *question historique* que Jules Viard apresentou aos membros da SHF, nas dependências da *École*, instituiu o primeiro livro de história da França em francês, editava as *Grandes Chroniques*. Por acaso, mas nem tanto, o presente tópico termina com uma referência produtora de certo tipo de encontro entre os progressos medievais e os progressos oitocentistas da “literatura histórica”.

Dentre os muitos ramos da obra produzida pela *École*, um subtítulo de seu livro centenário foi dedicado à *historiographie* e às pesquisas

historiográficas. Assim como no caso do método histórico, o “tardio” vinha afetar o lugar que aquela Instituição havia consagrado aos estudos acerca da literatura histórica. Desta vez, no entanto, foi preciso assumir que o curso de historiografia era tardio em relação às pesquisas. Desta vez, o *ensino* funcionava não para amenizar a distância entre aplicação e formulação, mas para confirmar o caráter tardio de um curso de *historiographie*. O que não impedia de apresentar muitíssimos nomes que desenvolveram pesquisas historiográficas desde a fundação da *École*. Desse grupo de autores, emergiu, exemplarmente, um livro caracterizado como um “repertório crítico e cronológico dos anais, crônicas, biografias e documentos diversos”. Um “instrumento de trabalho incomparável” precedido por uma introdução que era “a mais completa história da literatura histórica da Idade Média” (PROU, 1921: CXLVIII). Todas essas caracterizações faziam referência à obra de Auguste Molinier (1851-1904), desenvolvida em cinco volumes e intitulada *Sources de l’histoire de France des origines aux guerres d’Italie* (1904). A eleição dessa obra de Molinier traz a possibilidade de retomar a questão que propus à *question historique* de Viard, no início deste tópico. Essa questão, a nossa, pensava nas relações entre a edição/crítica de fontes (*sources*) que possuíam o estatuto, ao mesmo tempo, de documentos para a realização de estudos históricos e de estudos históricos de outros tempos, passíveis, portanto, de serem fontes para uma “história da literatura histórica”⁷.

Bem como anunciava a obra do centenário da *École*, o livro de Molinier era precedido por uma grande introdução que partia das “origens da historiografia medieval” até chegar à “erudição no século XIX”⁸. Molinier se explicava: “não é em algumas páginas que podemos narrar em detalhe a lenta evolução do gênero histórico na Idade Média” (MOLINIER, 1904: II). E também não era sob critérios indefinidos que aquela narrativa e suas

⁷ Talvez, hoje, ao reunirmos essa dupla função documental, não seria impossível apelidá-los de “documentos historiográficos”. O respeito à dispersão do vocabulário do período, porém, pode ajudar a compreender as especificidades e as “repartições” pactuadas naqueles textos.

⁸ Molinier foi o responsável pela primeira parte (*Des origines aux guerres d’Italie* – 1494) da empreitada que reunia vários autores e que possuía como título *Les sources de l’Histoire de la France depuis les origines jusqu’en 1815*. A primeira parte foi publicada em 1904.

fontes poderiam ser organizadas. Atravessando 10 séculos, a introdução expunha os “fatos essenciais” de uma “longa história” e as “leis” que haviam regrado o “lento desenvolvimento de todo um gênero literário” (MOLINIER, 1904: II). Para contar, especificamente, do movimento da erudição no século XIX, Molinier combinava os encorajamentos advindos de Instituições (a *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* teria o papel predominante para o renascimento oitocentista dos estudos históricos), de regimes políticos e de associações privadas. Desses três pontos irradiadores do passado da literatura histórica, e no movimento específico da erudição, a *École* tinha seu lugar ressaltado, pois seria necessário reconhecer a sua predileção pelo estudo de “documentos diplomáticos” em relação ao estudo de “fontes narrativas” (MOLINIER, 1904: CLXXVI). Assinalar tal predileção era fundamental ao livro de Molinier. Diferente da ênfase que a *École* havia dado aos diplomas e às cartas, Molinier enfatizava historiadores latinos e da Idade Média. Desse modo, ele dava primazia às fontes narrativas, “quer dizer, obras cujos autores entenderam fazer obra de historiadores” (MOLINIER, 1904: CLXXX).

Os estudos históricos franceses e a história da França começaram na Idade Média e no século XIX. Remetiam-se, um ao outro, em um círculo virtuoso do qual parecia depender a possibilidade de ambos existirem e progredirem. Neste sentido, o “manual” de Molinier e o livro do centenário da *École* mantinham relações entre si que permitiam a circularidade e o emaranhado característico de muitas dessas tentativas de repor no tempo a *historiographie*. Como nos contava o livro do centenário da *École*, o caráter tardio de um curso de historiografia, quase que previsto por Napoleão, não impedira que diversas pesquisas historiográficas surgissem no decorrer da história e na extensão da obra daquela Instituição. Molinier era um exemplar desse grupo de pesquisas que saíram da *École* e reverberaram em outras Instituições como a SHF. Desde o início, os *chartistes* se interessaram pelas crônicas, interessavam-se por esses manuscritos que, repletos de curiosidades, eram um convite não apenas ao preparo de materiais para historiadores, mas também um convite para escrever a história. Esses manuscritos, fontes para a história constituídas por “narrativas históricas”, contribuíram para que muitos *chartistes* se dedicassem aos historiadores

franceses da Idade Média. Essa dedicação se manifestara ora pelo estudo de historiadores franceses de antanho, ora pela publicação e edição de anais, crônicas e memórias que advinham da Idade Média até os séculos XVII e XVIII (PROU, 1921: CXLVIII). Molinier, aquele no qual essas duas formas da manifestação de uma dedicação estavam presentes, sabia que seu “manual”, diante de outros “repertórios históricos” existentes na França, ocupava um lugar específico por sua visada geral (MOLINIER, 1904). Estava ciente de que ao narrar a evolução da literatura histórica ele teria que lidar com os incessantes progressos da ciência histórica em seu presente. Sabia que a medida “lenta” havia passado, que seu livro receberia críticas, especialmente porque esses progressos eram medidos, em seu tempo, “mês a mês”. Molinier consolava-se, porém, nessa mesma certeza dos progressos penetrantes que uniam e diferenciavam tempos da historiografia. Com eles, sob e sobre seus poderes instituidores de passados e de presentes historiográficos, Molinier podia afirmar que sua obra ofereceria um “real serviço” aos progressos futuros dos estudos históricos (MOLINIER, 1904). Em lares centenários da história aprendia-se a fazer pesquisas historiográficas e apreendia-se que a historiografia, em sua liberação temporal, podia ensinar, consolar e fazer progredir.

Crises, batalhas pacíficas e uma densa floresta

Comemorada, glorificada, institucionalizada e centenária, a história estava em crise! Em 1934, um membro da Academia espanhola contava, na *Revue des questions historiques*, certo episódio ocorrido em uma universidade americana. Eugenio d’Ors (1881-1954) descrevia o início de um curso sobre a teoria da história, no qual uma difícil questão foi proposta ao público. Um professor perguntava se haveria, na história, um historiador muito importante e de sucesso; um historiador que fosse como um Freud para a psiquiatria, um historiador que fosse como um Bergson para a filosofia, como um Einstein para a física matemática...

Não houve uma resposta, ou melhor, a resposta efetivamente dada foi o silêncio (D'ORS, 1934: 398-408).

O tempo da pergunta e o tempo de uma resposta que calaria o silêncio eram diferentes. O professor explicou aos ouvintes que se a mesma questão fosse feita meio século antes, nomes como os de Taine e de Fustel de Coulanges apareceriam. Isso porque, cinquenta anos antes, a história se encontrava no centro das humanidades: era “a ordem de saber em torno da qual gravitam as outras” (D'ORS, 1934: 398).

Nesse artigo que unia “meta-história” e “crise da história” em seu título, o autor partia da cena inicial de uma aula de teoria da história para avaliar a mudança pela qual seu presente passava. Trataria da história, argumentando o quanto tais mudanças ultrapassavam a história. Para tanto, Ors estabelecia uma interessante comparação com a música. Este procedimento lhe ajudaria a esclarecer que essa mudança geral se referia a perda da primazia do tempo em relação ao espaço. Tanto a música, quanto a história, ao mesmo tempo, sentiam semelhantes temores. Se faltavam, por exemplo, referências historiadoras, com a música não seria diferente. A primazia que as artes do tempo se beneficiaram até então começara a ceder lugar às artes do espaço – a arquitetura poderia ser um bom exemplo. A música e a história, quer dizer, a “arte do tempo” e a “ciência do tempo” começavam a perder sua centralidade (D'ORS, 1934: 398).

Ao explicar essa perda, Ors mobilizava a demasiada ternura do século XIX pela memória do “velho filósofo Heráclito” (D'ORS, 1934: 403). A impossibilidade de se banhar num mesmo rio em duas diferentes vezes atravessara o tempo até chegar aos apoiadores da evolução no Oitocentos. Esse passado de longa distância que poderia ser ultrapassado estava ligado à “complexidade contingente dos acontecimentos e da descrição cronológica” (D'ORS, 1934: 408). Se, a princípio, Ors comparava a história com a música, em seguida, para confirmar o caráter e o desenrolar da “atual” crise da história, ele traçaria um paralelo entre a história e aquela que a antecedeu no estado de crise: a ciência. Novamente, semelhanças e repetições. De forma semelhante à história, a crise da ciência, datada do final do século XIX, havia manifestado anteriormente a tensão que

parecia nova para muitos: história e ciência deveriam ser caracterizadas pela busca do que era relativo ou daquilo que fosse absoluto? Em ambas as crises, toda uma crítica se organiza, animada por um “espírito de batalha”. E como era sabido, “a ação corrosiva da crítica” poderia colocar em dúvida a possibilidade de se conhecer os acontecimentos à distância (D’ORS, 1934: 400).

O diagnóstico de Eugenio d’Ors anunciava a crise da história, de certa história, de certo modo de pensar (d)a história⁹. Creio que nos seja familiar seu diagnóstico, ainda mais se nos lembrarmos que seu texto é contemporâneo de muitos dos escritos de Lucien Febvre (1878-1956), inseridos em seu livro *Combats pour l’Histoire* (FEBVRE, 1933; 1934ab; 1952). Publicados na *Revue de Synthèse*, eles traziam um conjunto de análises e críticas em que autores e problemas da história foram datados e marcados como pertencentes ao século anterior. Também para Febvre, a história estava em crise. A história, no modo como fora produzida durante o século anterior, teimava em se fazer representar nas primeiras décadas do novo século – ou, pior, Febvre via que algumas dessas histórias nasciam mortas (FEBVRE, 1934a)¹⁰.

⁹ Com um recorte cronológico semelhante ao de Eugenio d’Ors, mas sem dividir “duas crises”, Gerard Noiriel (2005: 91-103) se dedicou em seu livro *Sur la “crise” de l’histoire* (1996, reeditado em 2005) a essa “primeira ‘crise da história’”. Em sua análise, partia de uma clivagem entre dois tipos de reflexões que tiveram um “papel direto nas transformações ulteriores da disciplina”. A primeira na qual filósofos concebiam a epistemologia como “um esforço visando fornecer novos fundamentos teóricos à história” e; a segunda na qual as reflexões propunham contribuições para o estudo da lógica das ciências, e possuiriam o único objetivo de esclarecer “o que fazem os historiadores quando eles pesquisam”.

¹⁰ Texto no qual Febvre analisa a *Histoire de la Russie* de Seignobos, publicada em 1932. De acordo com Christophe Charle (2013: 15, 251), as obras que refletem a respeito da história e do historiador podem ser divididas em duas “grandes categorias”. A primeira se ligaria a uma “reflexão teórica e global sobre o ‘métier’ do historiador”, tratando dos pressupostos da disciplina e de suas relações com outras disciplinas e outras ciências. O exemplo mais famoso desta primeira categoria seria o livro *Apologie pour l’histoire* (1949), de Marc Bloch. A segunda grande categoria teria o seu “exemplo tipo” na obra *Combats pour l’Histoire*, de Lucien Febvre, e possuiria como característica central a dedicação a “debates mais específicos de método que dividem os historiadores ou relacionam a evolução de suas orientações ao curso de ‘viradas’ historiográficas para encontrar, por genealogia, as origens das questões historiográficas do momento”. A indicação de Charle, portanto, nos foi útil ao darmos atenção a alguns dos textos de

Sua lição de abertura do curso de *histoire de la Civilisation moderne* no *Collège de France* possibilita interessantes comparações aos textos discutidos no subtítulo anterior (FEBVRE, 1934b). Assim como no texto de Madelin (1933) acerca do movimento histórico desde 1871, o “exame de consciência” proposto por Febvre anunciava o ano de 1892 como um importante marco para o passado da história. Segundo Madelin, naquele ano, fazia duas décadas que a França havia se tornado um brilhante foco da ciência histórica; para Febvre, 1892 foi o ano da supressão da cadeira de *Histoire et de Morale* no *Collège de France*, ano em que a história jogara e ganhara a partida. Ao problematizar a história em seu presente, avaliando as ideias que formaram sua “geração”, Febvre se apoiava em duas datas que, a princípio, eram institucionais, mas que viriam a dizer mais: “de 1892 a 1933”. Em 1892, o *Collège* havia seguido a sua razão de ser com aquela supressão, pois a história estava sonolenta e segura, e possuía uma filosofia feita de qualquer maneira e dissimulada sobre a “almofada do evolucionismo”. Quarenta anos depois, em 1933, criava-se uma cadeira de *Histoire générale et de Méthode historique appliquée*. A supressão e a criação faziam parte do caráter do *Collège*, pois como explicava Febvre, aquela Instituição não teria sido feita para voar ao auxílio da vitória, mas para precede-la (FEBVRE, 1934b).

A conferência de Febvre possuía, no mínimo, então, dois lugares privilegiados para a realização de um poderoso exame de consciência. Por um lado, era dita de um lugar que precedia vitórias (o *Collège de France*), por outro, era publicada no lugar em que se preparava o futuro, ou seja, a *Revue de Synthèse Historique* (FEBVRE, 1934b: 100). Para preceder a vitória e para preparar o futuro da história, de outra história, seu exame de consciência construía um rol de ideias que formaram a sua geração e que não mais podiam fazer parte de seu presente.

A história que vencera no passado possuía uma definição estranha de si mesma: fazia-se com textos, definia-se pelo material e não pelo

Febvre publicados nos mesmos anos em que “a história comemorava centenários”, para pensarmos, especificamente, como esses textos problematizavam, recortavam e construía o passado historiográfico oitocentista. A respeito de Febvre, ver também: (HARTOG, 2003; 2017).

objeto. Triunfava dessa maneira, negando-se (enquanto) uma disciplina, afirmando-se como um método. Classificava fatos, seguia rigorosamente a ordem cronológica. Sem saber, ou contra a própria vontade, projetava o presente no passado. Era atraída pelos períodos de origem, porque neles estariam mistérios a serem esclarecidos e ressurreições a serem ensaiadas (FEBVRE, 1934b: 98-105).

Esse conjunto de ideias propostas por Febvre ao século XIX e ao seu presente-futuro produziam um *necessário* exame de consciência que, em “plena crise”, e diante das dúvidas que nasciam de guerras, deveria problematizar um mundo, o “moderno”, do qual muitos se orgulhavam (FEBVRE, 1934b: 98-105). Se o *anterior* era atraído pelas origens, um dos pressupostos fundamentais para que o exame de Febvre se tornasse possível também partia de uma crença original. O professor do *Collège de France* e autor da *Revue de Synthèse* sabia que na origem de toda aquisição científica há o não conformismo. Sabia que “os progressos da Ciência são frutos da discórdia”, sabia que Ela ou Elas (as Ciências, no maiúsculo, mas também no plural) transpõem graus sucessivos, avançam, e nunca alcançam o “cume” (FEBVRE, 1934b: 104-106).

No mesmo ano de sua aula inaugural no *Collège de France*, Febvre tratava de carências, ausências e faltas dos historiadores franceses. Tratava da timidez com que historiadores evitaram amplos temas que ultrapassavam o “quadro restrito da monografia” (FEBVRE, 1933: 205). Ele renunciava, porém, ao ato de buscar longamente as causas dessa carência, e limitava-se a estudar os seus sinais, em especial, um de seus sinais: a ausência de Histórias da França no sentido tradicional da palavra. Tanto a limitação, quanto a renúncia tinham sua razão de ser. Segundo Febvre, para se buscar longamente e “descobrir” as causas de tal carência seria preciso que se empreendesse uma “história da História” na França, “desde mais de meio século” (FEBVRE, 1933). Uma história da história possuía seu lugar, sua definição, sua função e, por fim, uma renúncia: a de fazê-la.

A referência à década de 1870 no texto de Febvre estava ligada ao problema de representantes, ou melhor, de manifestações do século

historiográfico anterior naquele presente historiográfico. A ausência de uma história “verdadeiramente crítica” da nação francesa apontava para a “verdadeira questão” de Febvre: aquilo que o grande público chamava de história, seria mesmo história (FEBVRE, 1933: 207)?

Obras como a *Histoire sincère de la nation française* (1933), de Seignobos (1933), seriam representantes de “conformismo”, daquilo que era tradicional em uma concepção de história (FEBVRE, 1933: 229). Seria preciso especificar nas datas, segundo Febvre, o que seria a França, os franceses e até os excluídos. A enunciação desse problema, no entanto, lembrava a Febvre que a própria noção de problema seria estranha a Seignobos. Na sequência, e para concluir, a prescrição de Febvre tinha o poder de melhor delimitar (reabilitar e recortar) outros passados (e futuros de passados) historiográficos para seu país: “A França deve recompor seus anais para colocá-los em contato com os progressos da inteligência’. O próprio espírito da história? Sim, em Chateaubriand” (FEBVRE, 1933: 230-231)¹¹.

Lamentações, faltas do passado da história, desejos para o seu presente e seu futuro se repetiam e faziam com que textos acerca de passados historiográficos criassem laços entre si – muitas vezes até com recomendações diferentes um em relação aos outros. No ano de 1917, em um artigo publicado na *Revue des Études historiques*, Auguste Laborde-Milaa se queixou: “sempre que tivemos a oportunidade, e ainda muito recentemente a respeito da Exposição dos Estudos históricos de São Francisco, nós lamentamos, aqui, a ausência de uma história da história e desejamos que ela fosse empreendida por um ou por vários” (LABORDE-MILAA, 1917b: 252).

No mesmo ano, Laborde-Milaa publicara um artigo a respeito dos *Études historiques françaises à l'exposition de San-Francisco* (LABORDE-MILAA, 1917a). No cerne desse texto, que começava por anunciar a não hesitação da França em participar de “batalhas pacíficas” (a presença da França na exposição, mesmo que invadida pela guerra), o autor analisava um livro-

¹¹ Febvre fazia referência ao prefácio dos *Études historiques* (1831) de Chateaubriand que, segundo Hartog (2017: 134-135), além de ser “um adeus à história”, era “um amplo panorama historiográfico, o primeiro de seu gênero”, no qual estaria “o próprio programa da nova escola histórica” que não poderia ser o de Chateaubriand.

catálogo útil, dentre outras coisas, para “levar” a exposição aos franceses que não puderam comparecer (EXPOSITION..., 1915). Mais especificamente, ele avaliava um capítulo escrito por Charles-Victor Langlois (1863-1929) e dedicado aos estudos históricos da França (LANGLOIS, 1915). As exposições de Langlois e de São Francisco traziam impertinentes exclusões e ênfases ao narrar o movimento da ciência histórica francesa. A partir dessas faltas, Laborde-Milaa sublinhou alguns pontos problemáticos que pareciam não requerer qualquer réplica – pelo menos, não uma que adviesse de Langlois. Dentre tais pontos, gerava incômodos no crítico de Langlois a possibilidade dos estrangeiros não conhecerem bem os estudos históricos franceses, pois a narrativa das exposições se concentrava e enfatizava, excessivamente, o suposto “renascimento” da historiografia que teria acontecido no período posterior à década de 1850. Como teria se feito um “renascimento” (“instauração definitiva do método científico de investigação”) se, pela narrativa de Langlois, o período anterior havia sido tão difícil? Como justificar tal transformação na historiografia francesa afirmando que fora ela realizada/inaugurada por “ninguém e muitos”, por uma “geração” (LANGLOIS, 1915: 95-97)?

A *notice* redigida por Langlois apenas se propunha a “indicar as direções gerais e situar” as obras que foram escolhidas para a exposição como as mais características da produção histórica francesa (LANGLOIS, 1915: 73). O começo era claro: “a história dos estudos históricos na França começa no século XVI (LANGLOIS, 1915: 73)”. Para os séculos XVI, XVII e XVIII, Langlois perseguia a oposição entre os domínios da erudição histórico-filológica (fornecedora de modelos para outros países) e aquele da “literatura histórica”. O historiador a ser elogiado, neste caso, era Voltaire, mesmo diante do século XIX. “Durante a Revolução e o Império, nada” (LANGLOIS, 1915: 78). “O período que se estende desde a Restauração até o final do Segundo Império (1815-1856 aproximadamente) certamente não foi estéril, mesmo no campo da pesquisa” (LANGLOIS, 1915: 88). Apesar dos exercícios louváveis pela erudição, e para descrever a literatura histórica daquele período, Langlois partia de Gabriel Monod, com o qual era possível afirmar tanto o renascimento desenhado a partir da segunda metade do século XIX,

quanto a menor importância que historiadores precedentes tinham dado aos fatos. A partir desse momento, o texto de Langlois se tornava bastante semelhante ao “movimento histórico” construído por Madelin, e citado algumas vezes até aqui. Diferente de Madelin, e como criticava Laborde-Milaa, Langlois concentrava menor atenção em autorias específicas e resistia à “tentação instintiva” de enumerar obras (LANGLOIS, 1915).

A referência a essa exposição, ou melhor, a “essas exposições”, não poderia faltar, portanto, quando Laborde-Milaa se dedicou, em 1917, à apresentação de duas recentes contribuições para a História da história. Acompanhado da obra de Eduard Fueter, *Histoire de l'historiographie moderne*, traduzida para o francês, em 1914, e da obra de Louis Halphen (1880-1950), *L'Histoire en France depuis cent ans*, publicada no mesmo ano na França, Laborde-Milaa pôde retomar as lamentações da ausência, as faltas e os desejos de uma história da história. Com elas, o autor reafirmava a utilidade de se desemaranhar “como se formou o *ideal* moderno da história” (LABORDE-MILAA, 1917b: 252).

A boa recepção dessas obras, porém, não impediu que o crítico de Langlois começasse sua análise, exatamente, pelo que não era feito, por aquilo que nelas faltava. Dentre outras coisas, a Fueter, faltavam elementos no recorte inicial e final. De um lado, Fueter não dava a atenção ao período da historiografia anterior ao Renascimento, e do outro, ele se recusou a tratar da “historiografia contemporânea”, ou seja, daquela historiografia produzida nos últimos anos do século XIX. Apesar de faltas como essas, seria inegável que, graças a Fueter, havia uma fundamental e inicial exploração da “densa” e “virgem” floresta da história da história. Graças a Fueter, esse “terreno” estava seriamente demarcado (LABORDE-MILAA, 1917b: 253).

A partir de Fueter e de Halphen, Laborde-Milaa acreditou, então, que seria possível considerar e nomear cinco grandes épocas da “maneira como os modernos escreveram a história” (LABORDE-MILAA, 1917b: 254). A primeira seria a da *Historiographie Humaniste* “(1420-1720 aproximadamente)”; a segunda seria aquela da *Historiographie rationaliste*, do século XVIII; em seguida, teríamos a *Historiographie Romantique*,

aquela que começou a acabar depois de 1848. A quarta época possuiria um nome mais difícil. Gostariam de poder chamá-la de época da *Histoire Positive* ou *Réaliste*. No entanto, era necessário se resignar e nomeá-la de *Historiographie Pseudo-Réaliste* ou *Romantico-Positive* (LABORDE-MILAA, 1917b: 259-257). A historicização do *ideal* moderno de história poderia custar resignações como estas: o *pseudo* se unia ao *realiste* e a divisa entre o que era romântico e positivo deixava de ser uma evidência. Enquanto isso, a quinta época da historiografia moderna recebia, primeiramente, nomes que a localizavam entre “os últimos quarenta anos” e a “omissão voluntária e lamentável” do Sr. Fueter (LABORDE-MILAA, 1917b: 257).

Mesmo que o livro de Halphen tenha outras (sub)divisões e outros recortes (cem anos da História na França), foi ali que Laborde-Milaa buscou a quinta fase da historiografia moderna, que possuía um nome e uma caracterização “real”: *Le Règne de la Critique*. Esses últimos quarenta anos, aquela historiografia atual francesa, seriam marcados pelo triunfo de uma nova escola, a mesma que fora selecionada pela questionável “exposição” de Langlois. O problema final lançado por Laborde-Milaa relacionava as delimitações desse passado da historiografia e a sua abertura (ou conclusão). A quinta fase – identificada pelo ideal de uma história científica – marcaria o final do desenvolvimento historiográfico francês ou haveria a possibilidade de se pensar em outras formas (futuras) de se escrever história?

Madelin, Febvre e Laborde-Milaa consideraram recortes cronológicos não idênticos para o passado historiográfico oitocentista, mas concordavam, de maneira geral, com a importância do pós-1850 (1856, 1870, 1892, etc) para os estudos históricos de sua nação. Uma das questões postas a essa ênfase historiográfica, no entanto, estava no fato desse “triunfo”, dessa “vitória”, desse “renascimento” significar ou não a “palavra final”, como dizia Laborde-Milaa, quando se propunham a narrar a história dos estudos históricos franceses. Esse recorte da história da história que identificava “ninguém e muitos”, e que traria identidade ao que poderia ser chamada “escola histórica francesa”, era um problema para os historiadores franceses das primeiras décadas do século XX. A

repetição nesses e em outros textos de fórmulas como “nos últimos 50, 40, 30, 20 anos...” traziam as vantagens e também as desvantagens de se conceber a historiografia em processo, em evolução, em progresso, enfim, em tensão com as solidariedades de um passado cada vez mais presente. Fim eminente?

Entre nascimentos, mortes e renascimentos, entre “novas” e “senhoras” da historiografia, Laborde-Millaa tornava público seus desejos por uma história nascida nas (das e pelas) crises, e que era ainda “jovem”: possuía uma “quinzena de anos” (LABORDE-MILAA, 1917b: 252). Vivendo entre exames de consciência, críticas, notícias, manuais, quadros, inventários, histórias de gêneros literários e do movimento histórico, sem ignorá-las, e também sem hesitar durante “batalhas pacíficas”, a jovem de nome refletido e duplicado se dispunha a apresenta-las à “densa floresta” que, até então, havia sido pouco, nada, ou mal explorada. Naquele cenário, no campo mesmo de uma das disputas em torno da delimitação, da definição e da interpretação de um recorte do passado historiográfico oitocentista, a jovem história da história foi indicada para entrar em batalha como o melhor modo de se relacionar com a historiografia em sua liberação e em seu movimento temporal e histórico. A historicidade da história como condição, perigo e arma. Entre outros escritos sobre a história, uma forma de construir e de criticar as verdades do nosso passado não poderia, talvez, nascer “adulta”, mas quando nasceu, parecia eleita há/a tempo(s).

A história tradicional e a história da história

Há um grande número de livros, em diversas línguas, onde o leitor curioso encontrará inventários e quadros, completos ou parciais, mais ou menos detalhados, da produção histórica na França desde as origens até agora, e notadamente durante o último século (LANGLOIS, 1915: 73).

Neste quadro sumário do movimento histórico na França desde o início do século passado até o presente momento, propusemos de não nos determos sobre todos os nomes e sobre todas as obras célebres, mas somente de marcar as grandes direções do trabalho realizado pelos nossos historiadores e a evolução de seus métodos (HALPHEN, 1914: 1).

Foi até agora um lugar comum celebrar os progressos realizados pelos estudos históricos desde o início do século XIX. O século XIX foi o “século da história”, eis o que está convencionalizado. Mas o próprio progresso da história acarretou problemas que não estão resolvidos (BERR, 1911: V).

Havia um acordo, um pacto: a história progredira desde o início do século XIX. Mesmo que os sentidos, as direções, os meios, os recortes, os movimentos, e até os inícios estivessem em discussão, os estudos históricos tinham progredido. Mesmo que os problemas advindos desses progressos não estivessem resolvidos, ou nem tivessem sido colocados pelo século que precedeu o XX, o progresso prosseguiria. Mesmo que os próprios textos que narravam tais progressos fossem passíveis de críticas e estivessem disponíveis para a sua reposição no tempo...

Como esperado, não se tratou e nem se trata aqui de narrar um momento no qual uma forma de se escrever e pensar a história cedeu lugar a outra, momento em que uma história já senhora, deu lugar a uma jovem história; movimento e momento natural e até necessário em que uma concepção de história vence e triunfa sobre a “anterior” (?). Aliás, este último subtítulo também poderia ser apelidado de “o triunfo de uma história...”. No entanto, graças à ordem narrativa desta tese, que pensa em retrospecto para narrar modos de se problematizar e de constituir passados historiográficos, seria inverossímil caracterizar qualquer história que tenha “vindo depois” como a vitoriosa¹². Neste sentido, e quem sabe,

¹² Para uma discussão mais detida a respeito do movimento histórico na França nas primeiras décadas do século XX, em especial, acerca das marcas historiográficas de novidade construídas em torno dos *Annales* e de seus fundadores, ver, exemplarmente: (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012; NOIRIEL, 2005).

para além dele, não seria impossível dizer que nas primeiras décadas do século XX, entre crises, batalhas, florestas desbravadas e aniversários centenários, foi a história tradicional que ganhou. Ela cumpriu sua grande missão! Naquele presente, essa forma de história conquistou e/ou recebeu de “presente” um século inteiro para si – o anterior, aquele que terminara de acabar. Ganhou, portanto, o/um futuro também. Não seria então necessário especificar, destrinchar e até espezinhar essa história que ficou no passado? Mas para que? Se todos sabem, em detalhes, de que história estou a falar. A *história tradicional*, o seu século, a(s) sua(s) face(s) e a sua forma de proceder não seriam evidentes?

Neste subtítulo, seria incapaz de trabalhar com muitos dos textos e debates que coabitavam os primeiros anos do século XX e que prescreveram um presente e um futuro que fossem novos em relação a um passado historiográfico tradicional (nascido adulto?)¹³. Por isso, escolhi seguir, precisamente, as referências oferecidas por Laborde-Milaa e por Langlois¹⁴. Das discórdias entre aqueles dois textos, nascia um marco cronológico para uma forma de se problematizar passados historiográficos. Como lemos, a “*histoire de l’histoire*”, em 1917, possuía uma “quinzena de anos” (LABORDE-MILAA, 1917b: 252). Entre Laborde-Milaa e Langlois, uma referência em comum, em língua francesa, a respeito da França, e da qual retirei uma das citações iniciais deste último subtítulo: *L’Histoire en France depuis cent ans*, de Louis Halphen.

Quando Halphen se propôs a não ficar detido na celebridade de obras e autores, ele obedecia ao desejo de trazer não mais do que “exemplos tópicos” de historiadores para seu livro (HALPHEN, 1914: 1-2). Sabia que a “personalidade de um homem de talento” deveria reter a sua atenção apenas na medida em que tal homem fosse um “iniciador” ou o

¹³ Digo isso porque a trama específica com a qual escolhi terminar este capítulo (parte da trama de toda a tese) não se descola, necessariamente, dos intensos e complexos debates e disputas entre “a ciência histórica” e “as ciências sociais” no início do século XX. Para um conjunto mais amplo de textos (tanto os que participaram daqueles debates, quanto aqueles que os dotaram de historicidade no decorrer do século XX) indico dois recentes estudos que me auxiliaram a compor um recorte mais específico para a presente narrativa: (HIRSCH, 2016; BORGES, 2013).

¹⁴ Referências inscritas e prescritas nos textos que compuseram o subtítulo anterior.

“reflexo das tendências gerais de uma época”. Seu livro, então, seria nada mais do que um “esboço” acerca da história e dos historiadores franceses nos últimos cem anos. Um esboço que, se valesse a pena, especialistas poderiam “retocar, corrigir, completar” (HALPHEN, 1914: 1-2).

Se imagino, por um instante, que o livro de Halphen (1914) tivesse sido escrito após os textos de Laborde-Milaa (1916 e 1917), seria possível afirmar que as proposições de Halphen retomavam, no mínimo, duas das principais considerações do crítico de Langlois: a primeira relacionada à demasiada ênfase que Langlois havia dado à historiografia produzida nos anos seguintes à década de 1860 e, a segunda, relacionada à ausência de nomes específicos que marcariam aquele suposto renascimento dos estudos históricos franceses. Dos sete capítulos que constituem a obra de Halphen, os quatro primeiros foram dedicados à primeira metade do século XIX, sendo que o quinto capítulo ainda tratava da historiografia francesa nas décadas de 1850 e 1860¹⁵.

No início do livro, as repetições de que o século XIX havia sido o “século da História” tomaram a atenção do autor. O acordo do qual Henri Berr falara, em 1911, não era imune aos recursos documentais-bibliográficos utilizados por Halphen. Para este, a história nunca esteve tão comprometida como no “dia seguinte” a Revolução Francesa. Bastaria consultar, exemplarmente, o relatório que Dacier oferecera a Napoleão, em 1810, para se entender a necessidade de atrair os olhares do Imperador para aquele gênero de estudos¹⁶.

Segundo Halphen, naquele mesmo momento em que a história “morria por inanição”, houve o começo do despertar da curiosidade histórica na França. Tal momento seria composto também pelos romances históricos de Walter Scott e por obras como *Génie du christianisme* (1802) de Chateaubriand que contribuiriam, fortemente, para essa “reabilitação do passado”. Mas Halphen pedia que seus leitores não se iludissem, pois mesmo que essas obras poéticas tivessem notas e prefácios históricos,

¹⁵ Os cinco primeiros capítulos são intitulados da seguinte maneira: “*Le réveil de la curiosité historique au début du XIX^e siècle*”; “*L’histoire « philosophique »*”; “*L’histoire pittoresque*”; “*La chasse aux documents*”; “*Retour à l’histoire synthétique*”.

¹⁶ O relatório citado por Halphen foi o de (DACIER, 1810).

faltava-lhes, totalmente, “o sentido histórico”; seria vão nelas procurar os traços que pintavam uma época, porque seus leitores encontrariam muitos anacronismos. Mesmo assim, os livros de Scott traduzidos, desde 1816, fizeram sucesso até a década de 1830. Foi importante para Halphen, em todos os seus capítulos, pensar quanto e como livros de história eram lidos. Essa busca, permitiu-lhe narrar que a partir de 1820, a preponderância dos romances históricos caminhava ao lado da “reanimação” do “gosto da história”. E os testemunhos de Thierry e Barante ainda atestavam o papel central dos romances históricos para o “renascimento dos estudos históricos” na França (HALPHEN, 1914: 1-2). Ameaçada de morte, relacionando-se com o romance, a história preparava seu renascimento.

O modo de trabalhar por “exemplos tópicos” permitiu que a obra de Halphen fizesse o passado historiográfico dar seus passos em direção a 1914 e, ao mesmo tempo, possibilitava a coexistência narrativa de diferentes modos de história que teriam convivido nas primeiras décadas do século XIX, e até para além delas. Os nomes célebres transitavam entre concepções e formas de história, e estas lhes atravessavam. Thierry e Guizot, por exemplo, eram bons representantes do despertar da curiosidade histórica oitocentista, assim como testemunhavam a dupla influência da literatura e da política na historiografia – a história para eles era também uma “arma de combate”. O que não impedia de serem inscritos no rol de autores que produziram uma “*histoire philosophique*”, uma “*histoire pittoresque*” e ainda terem partido à “caça de documentos”. A ordenação, a organização e a repartição da narrativa do passado historiográfico apontavam para essas classificações que delimitavam e extrapolavam a vontade do temperamento dos autores.

Duas formas em um mesmo período produziam na narrativa de Halphen uma tensão que fizera a história marchar: de um lado, “filosofar”, abordar e apresentar os fatos de uma maneira fatalista teria sido uma moda da qual nenhum historiador escapara; do outro, “evocar o passado” e trazê-lo “vivo sob nossos olhos” por meio do detalhe e do pitoresco. Segundo Halphen, muitos historiadores das primeiras décadas do século

XIX se colocavam entre o parafrasear dos documentos e a penetração da “alma dos mortos” (HALPHEN, 1914: 55-56).

A partir dessa tensão os capítulos seguintes puderam encadear o movimento que possibilitaria o nascimento, por exemplo, do *Institut historique*. Intimamente relacionado ao abuso da literatura e da filosofia dos historiadores da “época precedente”, a década de 1830 teria sido marcada pela ocupação favorita, quase a única de um “exército de eruditos”: a caça de totalidades documentais (HALPHEN, 1914: 57-79). Esta imagem de “exércitos” – que, como vimos, poderia gerar contendas para aqueles que buscassem passados historiográficos constituídos por autorias mais específicas – foi seguida por um capítulo dedicado à obra de Michelet, tanto a sua produção como também a sua posteridade. Ao lado de Michelet e de seus leitores historiadores, Halphen tratava do “retorno à história sintética” (HALPHEN, 1914: 81-113). Tratava da complexidade de Michelet em sua relação com os documentos e com a imaginação, assinalando o quanto este historiador foi aprovado na posteridade, a partir de 1850, quando os historiadores voltavam a abordar assuntos menos específicos e a expandir suas maneiras. O conceito de geração foi colocado em funcionamento para uma demarcação mais específica daquele período historiográfico, pois, para bem entendê-lo, seria possível comparar Renan, Taine e Fustel de Coulanges, os “três historiadores mais representativos da geração que por volta dos anos 1850 chegava à idade adulta” (HALPHEN, 1914: 96).

Quando a narrativa de Halphen alcançou a década de 1860, na França, ela retornou ao início do XIX e foi além. O quinto capítulo, responsável por contar o “renascimento da história antiga” (HALPHEN, 1914: 115-143), fazia bem mais do que dar destaque a um período sobre o qual a historiografia passaria a exercer seu domínio. Esse capítulo instaurava, na verdade, as condições para que a história da história contada por Halphen criasse um sentido produtor de seu presente historiográfico. A inexistência da história da antiguidade na França saída da Revolução foi rompida nas décadas de 1850 e 1860, pois, como nos conta Halphen, foi esse o momento da “curiosidade das coisas da Alemanha”. Teria sido a

partir daqueles anos que historiadores franceses se tornaram instruídos pela “escola dos eruditos alemães”. “Coisas da Alemanha”, como a erudição, o rigor e o controle documental conduziriam e possibilitariam o “reino da crítica” na historiografia francesa, e esta, em algumas décadas, alcançaria seu “estado atual”¹⁷.

Um modo habitual de se instaurar cortes e novidades em passados historiográficos estava intimamente relacionado a capacidade dessas narrativas em construir e enfatizar passados anteriores que fossem providos de ausências e faltas, ou melhor, que fossem desprovidos do que viria a acontecer. Não foi diferente com a ascensão do “reino da crítica” que, na história contada por Halphen, pôde acontecer, inclusive, porque o ensino histórico era ausente na França. Nos últimos anos do Segundo Império não teria havido preocupação de ensinar aos historiadores seu *métier*. Por isso, 1865 seria uma boa data para marcar quando “uma falange de corajosos universitários” começaram a demandar reformas, sob o exemplo alemão. Cursos de “método histórico” e de “exame crítico” de fontes começaram a surgir, audaciosamente. 1865, mas também, 1868, quando o ministro Victor Duruy, “ele mesmo historiador”, declarava-se a favor das “novas tendências” e dos “estudos severos”. 1868: o ano em que a *École pratique des hautes études* fora criada para oferecer os métodos e para formar com exercícios práticos os historiadores. Enquanto Laborde-Milaa observava, em 1917, o desbravar de uma “floresta densa”, Louis Halphen narrava o momento precedente como aquele em que os atores se viam lançando uma “boa e fresca semente”. Era um momento de contrapartida ao “gênero oratório” com o qual os historiadores até então tinham se valido: “era necessário lutar diretamente contra seus últimos representantes, atacá-los corpo a corpo, derrotá-los ou desqualificá-los” (HALPHEN, 1914: 147). A produção das bordas do “estado atual” da historiografia francesa tornara-se possível com esse reino supremo do “espírito crítico”. Todos aqueles que se submetessem às leis da história,

¹⁷ “Le règne de la critique” e “L'état actuel” são os títulos dos dois últimos capítulos do livro de Halphen.

saberiam que ela era uma “ciência difícil”, e não mais uma simples distração ou um passatempo.

O estado atual começava e tinha seus limites no reino do espírito crítico. O domínio da história não parava de crescer. E isso, explicava Halphen, não apenas no sentido progressivo de um mundo que envelhecia, mas também no sentido do domínio sobre um passado cada vez mais “alto” e “distante” (HALPHEN, 1914: 169). O “campo dos estudos históricos” se tornara quase ilimitado, e consequentemente, houve a necessidade de divisão do trabalho (HALPHEN, 1914: 171). A necessária especialização trazia, porém, inconvenientes. Ao permitir somente pesquisas aprofundadas, a ciência ganharia e o “grande público” se queixaria da inacessibilidade das obras dos historiadores de profissão (HALPHEN, 1914: 172). Para que essa “ruptura” não se tornasse definitiva, para que essa “vala” não crescesse, Halphen afirmava que muitos historiadores produziam obras mais gerais e acessíveis. “Mas o mal-estar do qual sofre a história é mais profundo” (HALPHEN, 1914: 175). Com a especialização, os historiadores se expunham a não perceber as grandes linhas e até mesmo a perder a “inteligência dos detalhes”. Uma disciplina nova, a sociologia, ofereceria o “fio condutor”? Segundo Halphen, historiadores e sociólogos discutiam e não achavam, facilmente, terrenos de acordo (HALPHEN, 1914: 179).

A história, a ciência e a ciência histórica estavam em crise. A história, especialmente, sofria de um mal-estar profundo. Entre os diagnósticos do atual oferecidos por Halphen e por Febvre, Henri Berr e a *Revue de Synthèse Historique* foram referências incontornáveis – mesmo que em sentidos diferentes. E quando Halphen narrava as discussões entre “historiadores e sociólogos”, provavelmente não era somente para destacar e atenuar o lugar de Berr e da sociologia no “estado atual” das discussões em torno da escrita da história. Três anos antes de seu livro, em 1911, após uma conversa entre os dois a respeito da obra *La synthèse en histoire* (BERR, 1911), Berr pediu ao “chartiste” que enviasse suas críticas à *Revue de Synthèse Historique*. Halphen respondeu ao pedido do “caro Diretor”, e o resultado foi uma interessante coautoria em um artigo que, desde o seu

título, recortava duas histórias: a história tradicional e a síntese histórica (BERR; HALPHEN, 1911).

Ao apresentar esse texto, Berr dizia da vantagem em responder às críticas de Halphen, pois assim estaria respondendo a toda uma “classe de historiadores” que possuíam semelhantes desconfiças em relação à sua obra (BERR; HALPHEN, 1911: 121). Se comparadas ao seu futuro livro, as críticas de Halphen se localizavam em pontos semelhantes como, por exemplo, no problema dos diálogos/contraposição entre a busca de leis, de repetições, de “razões profundas” e a “história propriamente dita” (BERR; HALPHEN, 1911: 121-130). E se quisermos saber qual seria a “classe de historiadores” anunciada por Berr, Halphen nos esclarecia. Para ele, o livro de Berr não havia conseguido dissipar seus “preconceitos de historiador ‘*historisant*’ e de erudito impenitente” (BERR; HALPHEN, 1911: 122). Apelidando a si mesmo de “historiador *vieux-jeu*” (antiquado), Halphen não conseguira tirar proveito do livro do amigo. Berr compreendia a ironia do colega em relação àqueles que “pretendem inovar”, e dez anos depois, em 1921, inseriria esse artigo em um livro de título semelhante: *L'Histoire traditionnelle et la synthèse historique* (BERR, 1921). Ao reunir e ao responder um conjunto de “objeções de historiadores tradicionais” à síntese em história, Berr sublinhava que seu novo livro talvez permitisse a inclusão de um subtítulo: “*Psicologia de historiadores*” (BERR, 1921: VIII).

A pretensão de inovar e o diagnóstico do mal-estar se enlaçavam. Berr e Halphen concordavam e se contrapunham. Em 1911, Berr acreditava que o mal-estar dos estudos históricos, sentido em “todos os países de forte cultura histórica”, provinha do fato de que um grande número de historiadores jamais havia “refletido sobre a natureza de sua ciência” (BERR, 1911: VI). O problema de seu presente era tradicional e possuía passado. Era a própria história da história que ensinava como os historiadores postularam leis e, portanto, era necessário estudá-las, investigá-las em suas variedades (BERR, 1911: 34).

Enquanto a história da história ensinava e apontava para o estudo de leis, por meio do estudo da história de outras ciências, Berr podia afirmar que “todas as ciências começaram por ser um amálgama semelhante de

concepções *a priori* e de induções empíricas, de verdades parciais. Um corpo de ciência se constituiria, definitivamente, pela eliminação de teorias arbitrárias e pela coordenação de resultados adquiridos” (BERR, 1911: 35). O trabalho pela síntese, portanto, deveria envolver a feitura de uma “história das concepções de história” (BERR, 1911: 260). Berr não se referia, porém, a qualquer história da história. Ao “reagir” contra as filosofias da história, a história proposta também deveria protestar contra o desdém ou a indiferença de muitos historiadores em relação às filosofias da história (BERR, 1911: 39-40). Seria uma “História das Teorias da história”, uma “história aprofundada da história”, uma história que soubesse tirar das antigas filosofias da história mais do que o “puro historismo”. Neste caso, o *Manuel de Bibliographie historique* (1904) de Langlois seria um bom exemplo de quem, deliberadamente, havia deixado de lado a teoria da história. Até aquele momento, segundo Berr, pouco fora feito dessa(s) história(s) fundamentais para a constituição da ciência.

Sem aviso prévio, fiz um breve intervalo na descrição que realizava do livro de Halphen antes mesmo dele, efetivamente, “acabar”. É que Halphen também possuía suas reservas ao *manuel* de Langlois. Mesmo que os motivos fossem diferentes, os textos de Langlois a respeito do passado dos estudos históricos tiveram um lugar bem parecido nos escritos de Laborde-Milaa, Berr e Halphen. No caso de Halphen, o lugar de Langlois foi construído logo após o capítulo dedicado ao estado atual da história, em um interessante *appendice*, intitulado *note bibliographique*. Essa parte do livro foi dividida em três partes: I. “Trabalhos gerais”; II. “Estudos sobre alguns historiadores”; e III. “Inventários do trabalho histórico” (HALPHEN, 1914: 185-209). Nelas, Halphen não apenas construía um rol de referências (documentais-bibliográficas) que lhe foram úteis e que o poderiam ser para trabalhos vindouros, como também organizava, classificava e ordenava, temporalmente, a história da história e outros modos de se tratar a historiografia.

Dentro do conjunto de *inventários do trabalho histórico*, Halphen inseriu as “bibliografias propriamente ditas” e também os “balanços” da produção histórica. Escritos como o relatório de Dacier, os *Études historiques*

de Chateaubriand e algumas exposições dos progressos produzidas nas últimas décadas do século XIX inseriam-se nesse grupo de textos que nem sempre davam uma “ideia bem clara das mudanças que ocorreram nas concepções e métodos históricos de nossos historiadores” (HALPHEN, 1914: 209), mas que, simultaneamente, eram úteis para se orientar em meio a massa crescente. Numerosos e inumeráveis seriam os trabalhos que Halphen colocava no grupo de *Estudos sobre alguns historiadores*. Muitos destes seriam encontrados nas histórias da literatura francesa, e Halphen escolhia especialmente aqueles que pudessem auxiliar em uma “história dos métodos e das concepções históricas”. Por fim, obras como a de Halphen, obras de história da história estavam, então, inseridas no primeiro grupo, naquele de *trabalhos gerais*. Para pertencer a esse grupo, a condição central era a de ter tomado o “conjunto do movimento histórico” para estudo. Aqui, o famoso texto de Gabriel Monod que fundava a *Revue historique*, em 1876, aparecia modestamente em uma nota de rodapé. Aliás, Monod servia de nota para que Halphen apresentasse a obra que havia lhe inspirado e aberto, em diversos pontos, o “caminho”, mesmo que seu recorte cronológico não ultrapassasse o ano de 1870. Tratava-se do livro de Camille Jullian (1859-1933), intitulado *Extraits des historiens français du XIXe siècle* (JULLIAN, 1897). O *Manuel* de Langlois também ali estava, mas era limitado em relação ao século XIX francês, pois apenas realizava a história dos principais empreendimentos históricos.

Enquanto para Laborde-Milaa a história da história possuía uma quinzena de anos e duas contribuições modelares, o livro de Halphen – que era uma de suas referências – expandia, organizava e classificava o passado da história da história. Assim como Laborde-Milaa, Halphen lamentava que uma de suas principais referências, Camille Jullian, tivesse se negado a tratar de historiadores ainda vivos. Lamentação dupla: pequeno número de histórias da história e os recortes temporais das que existiam – Fueter era o exemplo de Laborde-Milaa, Camille Jullian foi o exemplo de Halphen. E quanto a Langlois? Ele era duas vezes criticado, ora pelas ênfases em determinados períodos do passado dos estudos históricos, ora pelos critérios de organização utilizados. Apropriando-me, por um instante, do vocabulário deles, seria possível dizer que Langlois

era um notável exemplo tópico para se compreender o lugar da história da história no movimento histórico desde os últimos anos do século XIX.

O recitado *manual* de Langlois foi publicado no século XIX e no século XX. Em 1904, seu projeto possuía oito anos de idade. Sua primeira parte, de 1896, intitulada *Instruments bibliographiques*, trazia o anúncio de que a futura segunda parte seria dedicada a um “vasto assunto, de uma importância capital” nunca tratado até então: “a história e o quadro da organização comparada dos estudos históricos até os nossos dias” (LANGLOIS, 1896: 67). Na realização dessa segunda parte nomeada como “história e organização dos estudos históricos”, Langlois a precedeu de capítulos preliminares nos quais mostrava que havia uma “família de obras” que compreenderiam as “Histórias dos estudos, ou das pesquisas, ou da literatura histórica [*Historia historiæ*]”. Eram obras alemãs, publicadas desde meados do século XVIII e que tinham em comum a “aridez” de serem “nomenclaturas puras e simples” de historiadores e obras. No século XIX, ao lado desse modo de história da história, vários teriam colocado em segundo plano a nomenclatura para “marcar mais fortemente a evolução dos métodos e modos de escrever história”. Dessa vez, havia um nome francês para servir de referência a Langlois: o “excelente ensaio” de Monod publicado, em 1876, na fundação da *Revue historique* (LANGLOIS, 1901-1904: 250-252).

Cronologicamente, a *Historia historiæ* de Langlois seguia os passos de Monod, do Renascimento “até o presente”. Seu movimento, sua forma de análise, porém, construíam como pontos de partida da interpretação, precisamente, o que seria criticado por Halphen. A história contada por Langlois fazia os progressos, as mudanças, as obras caminharem “sob os auspícios” de determinados empreendimentos, da autoridade pública, das *Académies* e *Sociétés savantes*, das *Universités* e das *Écoles spéciales* e, por fim, de empreendimentos privados e particulares (LANGLOIS, 1901-1904: 250-252). Sob os auspícios ou sob o abrigo, a unidade institucional ultrapassava os deveres comemorativos de passados historiográficos.

No mesmo ano do “manual” de Langlois, foi publicado aquele de Molinier, elogiado no centenário da *École des chartes* como pertencente a um

grupo de pesquisas que, desde o século XIX, desde até as “previsões” de Napoleão, comprovava e recuava no tempo a existência das pesquisas acerca da historiografia. Foi também, em 1904, que o século XIX terminara de acabar, como alertava Jean Bourdeau (1848-1928), uma das epígrafes deste capítulo (BOURDEAU, 1904). A hora de formular uma sentença ao século XIX não havia chegado, mas o momento seria propício para a realização de um “balanço”, de um “exame de consciência”, como recomendado por Pitágoras ao término de cada dia (BOURDEAU, 1904: 179).

“Os séculos são os dias da humanidade” e a condição do presente era de estar sempre infeliz consigo mesmo (BOURDEAU, 1904: 179). A posteridade, não levando em conta as dores que não sentira, considerava os bens adquiridos como herança. Neste sentido, para Bourdeau, o século que acabara de terminar legaria ao século que se abria seu “tumulto ardente” de ideias e sentimentos contrários, e todos concordariam que o século XIX fora o mais agitado e o mais vivo de todas as épocas. Sua proeminência estava na “verdade científica”, e ao lado de suas duas criações que coroavam o “edifício” (a história e a psicologia), não se poderia esquecer do esforço dos sucessores de Auguste Comte em unificar e classificar todas as ciências (BOURDEAU, 1904: 179, 184, 187).

Charles Seignobos (1854-1942) não os ignorou e não foi por eles ignorados¹⁸. Apostava, como muitos de seus contemporâneos, no “caráter histórico” da própria história e das outras ciências. Tornava possível, assim, que a emergente ciência se banhasse no “velho rio” e, talvez, tomasse consciência de sua inevitável historicidade, até quem sabe de sua “juventude”. Tornava possível, então, que o lugar da história, enquanto navegadora “tradicional” e experiente das *mesmas* águas, fosse respeitado.

¹⁸ Penso nas relações entre o texto de Seignobos (1901), *La méthode historique appliquée aux sciences sociales*, e aquele de Berr (1902), *Les rapports de l'Histoire e des sciences sociales d'après M. Seignobos*.

CAPÍTULO II:

O SÉCULO XIX COMEÇOU EM 1870

Or la date de 1871 n'est remarquable dans l'histoire de l'historiographie française que parce que, justement à cause des circonstances particulières de la vie nationale, aucune œuvre historique n'y fut publiée (CARBONELL, 1976: 456).

Ce qui frappe tout d'abord ceux qui ont suivi depuis trente ans le mouvement historique en France, c'est combien il a gagné à la fois en étendue et en profondeur, surtout depuis la guerre (MONOD, 1889: 598).

Se as cenas do “final” do Século XIX, aquelas com as quais iniciei o capítulo anterior, funcionaram, mesmo que precariamente, creio que a chegada às presentes linhas tem como companhia a impressão de que somente agora “adentrarei”, de fato, o século XIX, ou pelo menos, com a impressão de que jamais me retirei dele. Restaria, como conforto, a serenidade de adentrá-lo precavido? O conforto e a serenidade possivelmente estariam relacionados a uma partilha da “necessidade de conhecer cientificamente as origens e a genealogia do que é, as variadas formas do ser, e os modos, senão as leis, do devir” (LANGLOIS, 1901-1904: 334).

Neste sentido, posso afirmar que avisos não faltaram. Mesmo assim, se outras advertências forem solicitadas, esteja ciente: “é uma banalidade dizer que o século XIX foi o ‘século da história’” (LANGLOIS, 1901-1904: 339). E por isso mesmo, sejamos respeitosos e despretensiosos: “a obra histórica do século XIX é e permanecerá fundamental, quaisquer que sejam os destinos ulteriores da erudição. Ela é imensa, e ninguém pode ter a pretensão de descrevê-la ou de conhecê-la inteiramente” (LANGLOIS, 1901-1904: 339). Além disso, não seria preciso dizer que “o século XIX não forma um período indivisível na história dos estudos

históricos” (LANGLOIS, 1901-1904: 345), pois se sabe que, por volta de 1870, houve um “renascimento”:

O segundo renascimento dos estudos históricos, por volta do terceiro terço do século, não foi sincrônico em todos os países. Um índice confiável, a fim de fixar o ponto de partida, é fornecido, em cada país, pela data em que uma “Revue historique”, que durou, foi criada. Ora, [...] a *Revue des questions historiques* (católica) e a *Revue historique* foram fundadas, respectivamente, em nosso país, em 1869 e em 1876 (LANGLOIS, 1901-1904: 334).

A causa desse renascimento trazia em si um movimento de aperfeiçoamento e de decadência. Para Langlois, o aperfeiçoamento da ciência foi funesto para a “arte” dos historiadores. Enquanto a literatura histórica teria florescido nos três primeiros terços do século XIX, ela entrava em decadência nos últimos 30 anos, vistos do ponto de vista do início do século XX¹.

Neste capítulo, continuarei a discutir a construção desses “pontos de partida” na constituição de passados historiográficos. Dessa vez, no entanto, algumas promessas nos foram feitas, especificamente, acerca do passado de uma história da história. A partir de Langlois e Halphen, em discordância com Laborde-Milaa e Henri Berr (LABORDE-MILAA, 1917b; BERR, 1911), passamos a saber que a *histoire de l'histoire* nasceu nas últimas décadas do século XIX. Mais do que isso, se eu intentasse uma espécie de síntese entre esses quatro autores,

¹ As discussões em torno de um “pré”, de um “pós” e de 1870 como marco na historiografia não se restringem ao período estudado pelo presente trabalho, apesar de a ele ser dedicado. Para além do livro de Carbonell indicado em nossa epígrafe, os critérios utilizados no debate recente acerca desse marco para a historiografia oitocentista, aonde debate-se a figura e a profissionalização do historiador, fundamentalmente, podem ser acompanhados, por exemplo, nos seguintes textos: (NOIRIEL, 1990; GAUSSEN, 2015). O livro de Gaussen, em especial, foi bastante inspirador para que eu me voltasse à historicidade da construção desses períodos e marcos historiográficos.

seria possível dizer que, ao lado dos progressos da história, a *histoire de l'histoire* “germinava” desde a segunda metade do século XIX. Neste sentido, ao lado das indicações de Langlois, a tríade bibliográfica construída por Halphen – I. “Trabalhos gerais”; II. “Estudos sobre alguns historiadores”; e III. “Inventários do trabalho histórico” (HALPHEN, 1914: 185-209) – será um importante guia para compreender as tensas relações de convivência construídas entre formas de se abordar passados dos estudos históricos que, apesar de poderem (ou não) serem classificados como história da história, ainda assim seriam formas úteis para o ponto de vista da *histoire de l'histoire*, da “história dos métodos e das concepções históricas” (*histoire des méthodes et des conceptions historiques*) (HALPHEN, 1914: 185-209).

Entre *pontos de partida* construídos para um *ponto de vista*, algumas questões podem ser redimensionadas: a organização de um passado de escritos para história da história não seria uma condição para a prática e para a proposição da história da história? A sua simultânea problematização enquanto possibilidade “histórica” de escrita da história também não seria outra condição para que ela fosse praticada? Essas questões, porém, talvez ainda busquem, demasiadamente, o que haveria de genuíno nas palavras e nas coisas.

Por isso, este capítulo começa pela reflexão a respeito daquilo que seria, talvez, a unidade mais geral de interpretação do passado dos estudos históricos, o *movimento histórico* – primeiro subtítulo. Em seguida, dedico dois subtítulos aos *inventários* do trabalho histórico e às *histórias da literatura* em suas relações com problemas e problematizações do passado da historiografia. No quarto e último subtítulo, o nome de um autor, “Monod”, nos ajudará a aprofundar e a resumir algumas das questões que comecei a fazer desde o capítulo anterior. Entre o capítulo anterior e o presente capítulo, com a ajuda de “Monod”, posso até fazer a promessa de que este momento do livro trará respostas mais precisas às seguintes questões: *O que é a história da história? Quando e como ela começou a ser feita?*

Do movimento histórico

Em 1933, Madelin narrou o movimento histórico na França, tomando o ano de 1871 como ponto de partida (MADELIN, 1933). Seu *tableau* que era composto por cinquenta anos de literatura histórica não transformava em questão o estatuto daquele discurso pronunciado em meio a comemorações. Nem Madelin, nem um de seus leitores, discutiam se aquele texto seria um tipo específico de *história* e, de modo semelhante à conferência de Febvre, a naturalidade dos sentidos e das utilidades que envolviam o lidar com o movimento histórico de outrora parecia, antecipadamente, disponível aos que falavam, ouviam, escreviam e liam.

Pouco tempo antes do discurso de Madelin, o estatuto, a definição e os precedentes de uma *história* do movimento histórico foram centrais para o encerramento do livro de Halphen (HALPHEN, 1914). Quando, em 1914, ele buscou seus precedentes, ou seja, quando estava à procura de trabalhos, de quadros, de visadas panorâmicas e gerais, de histórias da história que tivessem tomado em seu conjunto o movimento histórico na França, Halphen indicava com relevo e ressalvas um livro de longo título: *Extraits des historiens français du XIX^e siècle publiés, annotés et précédés d'une introduction sur l'histoire en France* (JULLIAN, 1897). Esse livro de Camille Jullian (1859-1933) se iniciava, porém, com as seguintes palavras: “Nas notas que seguem, não tivemos a ambição de fazer uma história do movimento histórico na França no século XIX” (JULLIAN, 1897: I).

As primeiras palavras do livro de Jullian permitem que repitamos aquele exercício de escrita no qual imaginamos que um livro tenha sido publicado após a sua recepção; que um texto, ao invés de ter sido objeto de críticas futuras, seja uma resposta as suas vindouras ressignificações. Dito de outra maneira, caso a obra de Jullian tivesse sido publicada após a de Halphen, creio que seríamos praticamente obrigados a identificar uma discórdia e uma reposta direta. Jullian apresentaria discordâncias em relação às classificações de Halphen, pois negava que tivesse a ambição de fazer uma história do movimento histórico na França no século XIX.

A ambição de 1914 em relação ao movimento histórico buscou seu precedente em 1897, em uma negação da ambição do fazer histórico.

Ao encontro dessas (des)ambições, pareceria, então, inevitável a eleição de uma questão primeira e fulcral para este subtítulo: o que é *fazer uma história do movimento histórico*? Em 1933, Madelin parece fazê-la de maneira evidente, ao ponto de não ser preciso sequer anunciá-la. Em 1914, Halphen a fez, problematizando-a, refletindo a seu respeito, construindo em Jullian e para Jullian um marco e uma marca. Finalmente, em 1897, Jullian não teve a ambição de fazê-la. Para a nossa relativa tranquilidade, no entanto, temos conhecimento do alerta lançado por Langlois acerca de uma despreensão dos olhares que se dispusessem a envolver a historiografia oitocentista.

Se por um lado, esses três textos podem ser utilizados para representar as tensões que entremeavam prescrições e definições de como a história deveria ser escrita naquele período, por outro – nem oposto, nem por detrás – uma das repetições que entreteciam aqueles textos era o *movimento histórico*. Em sua clara e evidente existência, entre a negação e a afirmação de uma história, de sua história e da possibilidade de se fazer história, esse *movimento* era *histórico*, da história, pertencia à história, assim como a constituía. O movimento histórico alternava-se entre posições, mas tais posições não pareciam ser alternativas para os textos que o interpelavam, interpretavam-no, e eram por ele, a partir dele, de seu interior e de suas bordas, interpretados e interpelados. A imagem de um emaranhado? Por isso, faço uma sutil redução no tamanho dessa pergunta que nos acompanhará, de certo modo, em todo o presente capítulo, inclusive para que outras questões possam emergir. *O que é movimento histórico?*

Desde 1871, como nos contou Madelin, ou desde cem anos (1814?), como marcou Halphen, o movimento histórico, essa grande unidade, poderia ser parte de uma unidade de aparência ainda maior, chamada de “pensamento”. No “interior” do pensamento, o movimento histórico poderia se relacionar com o movimento de outros gêneros literários (o realismo em contraposição ao romantismo), bem como

poderia manter relações com outras ordens de movimentos, compostos por acontecimentos políticos – o corte de 1870 atingira o pensamento e também a política. Além dessas interrelações, que parecem apontar para o exterior e para o lado, o movimento histórico era constituinte e constituído por outras unidades que, dependendo dos critérios e princípios eleitos pela narrativa, ou como notava Halphen, dependendo do *ponto de vista*, poderiam tornar o movimento e o seu quadro mais geral e mais completo.

Como alguém que caminha em torno de uma obra de arte exposta, em torno de um corpo em autópsia, ou até mesmo ao redor de um edifício, os observadores do movimento histórico davam sucessivos passos para os lados e para trás, e viam *historiadores* (vivos, mortos e leitores) e suas *obras* (acabadas ou não). Após alguns passos, ainda em recuo, ainda para o lado, viam a formação de *gerações* historiadoras, dependentes de nascimentos, de amadurecimentos e de chegadas à vida adulta. Cada vez mais distantes, mas sem parar a marcha apreciadora, viam essas datas e figuras se tornando mais miúdas e esmiuçadas, quase apagadas, mas ainda presentes em diferentes *escolas* históricas e também em *concepções de história* (atualizadas ou não). Em passos que formavam espécies de círculos cada vez mais distantes do ponto original, mas que também prometiam a chance de uma visada mais completa e mais geral, essas unidades ascendiam diante e, pouco a pouco, cada vez mais distantes de seus olhares. Ao final desses passos, que bem poderiam figurar uma espiral em volta do objeto apreciado, restava aos observadores um passo fatal, uma queda anunciada. Nesse momento, compreendiam que diante, distante, abaixo e por trás de seus olhares, desde o início, o objeto visto era aquele mesmo do qual faziam parte; entendiam que ao descreverem e escreverem o movimento histórico, envolviam e eram envolvidos por esse mesmo movimento. Devia-se, não por acaso, justificar-se e desculpar-se, repetidamente, por aquilo que se quis e que não se pôde ver, pelas áreas iluminadas e por aquelas sombreadas, pelo o que o presente, ele mesmo em movimento, permitia e proibia (pre)ver. Neste ponto, a imagem espiralada e até progressiva do movimento histórico parece também um emaranhado labiríntico. Eis os textos, e mais especificamente, as introduções e as conclusões de Madelin

e Halphen. Antes deles, vejamos o que foi feito na introdução dos *Extraits des historiens français du XIX^e siècle*, de Jullian.

Seu livro possuía dois títulos, ou até dois livros. Sua obra era constituída por duas partes relacionadas e também independentes. Primeiramente, 128 páginas chamadas de introdução e de “*notes sur l’histoire en France au XIX^e siècle*”². Logo em seguida, mais de 600 páginas intituladas e compostas por “*extraits des historiens français du XIX^e siècle*” – um conjunto de excertos dos trabalhos dos partícipes do movimento histórico francês oitocentista. Antes dessas duas partes, Jullian inseriu duas páginas de aviso com as quais ele justificava a possibilidade de o livro ser apenas um. Nessas duas páginas, anos depois, Halphen buscava identidades e diferenças para a sua empreitada. Nessas duas páginas de alerta, Jullian foi sucinto e afirmativo ao definir a primeira parte de sua empreitada: era o comentário contemporâneo dos excertos localizados na segunda parte de seu livro (JULLIAN, 1897: I).

Essa introdução, que também poderia ser chamada de *notes* e de *commentaire*, multiplicou os cortes no corpo do objeto, caminhou com passos medidos em anos, e foi dividido em seis grandes partes: I. 1800-1815; II. 1815-1830; III. 1830-1848; IV. 1848-1870; V. 1870-1896, e; VI. *Quelques règles du travail historique* (algumas regras do trabalho histórico). Tais sequências de 8 números separados por hifens diziam pouco ou diziam demais para se manterem sozinhas. Cada uma dessas partes foi subdivida e preenchida com: descrições mais gerais dos estudos históricos em determinado período – “por volta de 1800”; autores e obras específicas – Chateaubriand e Michelet, acompanhados de suas obras *le Génie du Christianisme* e *Histoire de France*; possíveis relações dos historiadores e da história com a política – “sob o Império” ou a partir da “influência dos acontecimentos de 1870”; escolas de historiadores e de histórias – *école narrative* e a *histoire philosophique*; e também com princípios e destinos de

² No mesmo ano de 1897, foi publicado seu livro *Notes sur l’histoire en France au XIX^e siècle*. Por isso, o título da edição que utilizo aqui é um tanto mais longo: *Extraits des historiens français du XIX^e siècle publiés, annotés et précédés d’une introduction sur l’histoire en France*.

gerações de historiadores, como “*la génération de 1830*” (JULLIAN, 1897: 673-674).

Essa simples olhadela no sumário do livro de Jullian permite a visualização da cristalização de períodos ou épocas do século XIX francês que, a princípio, pouco teriam a dizer especificamente da historiografia. Os “passos” cronológicos marcados, aproximadamente, pelos intervalos de 15 anos, poderiam também orientar outra história que dominasse as transformações, as permanências e os acontecimentos da “vida nacional”³. No interior desses marcos, entre eles e a partir deles, porém, eram os estudos históricos que se desdobravam. Ao não ambicionar fazer uma história do movimento histórico, Jullian alertava seus leitores de que apenas recolocava “em seu meio político e literário os escritores e as obras” cujos excertos foram publicados na parte que dava título ao seu livro. Apesar de sua desambição, os fatos que faziam caminhar a narrativa, as unidades a partir das quais ela se organizava apontavam, a todo momento, para a composição do movimento histórico.

Na França, esse movimento tinha em seu início a penúria de historiadores e o pouco gosto para a história. O testemunho de homens como Thierry que viveram, sentiram e representavam a posteridade do intervalo de 1800 a 1815 atestava a Jullian essa origem negativa e de ausência (JULLIAN, 1897: III-VII). Naqueles mesmos anos iniciais do século XIX, porém, Jullian assinalava que homens nascidos entre 1787 e 1798, como Guizot, Thierry e Michelet formavam uma nova e jovem via, com os ouvidos voltados a Chateaubriand. “Em 1814, uma geração de grandes historiadores chegava à idade adulta” (JULLIAN, 1897: XIII). O nascimento de homens, a chegada deles à vida adulta, as críticas que esses homens (grandes historiadores no futuro) endereçaram aos historiadores de um presente prestes a se tornar (ultra)passado eram fatos tecidos e entretecidos por Jullian para a construção da juventude de futuras escolas históricas, assim como para a construção dos primeiros passos de uma geração. Armado com as noções de *geração* e de *escola*, Jullian reunia diferentes nascimentos em um novo nascimento da história. A dupla de

³ Lembrem-se da crítica de Carbonell inscrita em nossa epígrafe.

noções era fundamental para que a história encontrasse seu lugar em um movimento que era, ele mesmo, duplo. Movimento da história e histórico que circunscreve o nascimento da história e narra a história do nascimento. Movimento nascido pelo saber, e ao mesmo tempo condenado a nascer sabendo que poderia apenas renascer, nascer *à nouveau* (JULLIAN, 1897: XIV)⁴. Movimento que parece estar, a todo o momento, a beira da morte e, “naturalmente”, prestes a renascer. Movimento disposto a possuir vários renascimentos ao mesmo tempo em que por eles é possuído.

A construção de sentido e de movimento para a historiografia oitocentista por meio dessas unidades da interpretação possibilitou àquele observador dos estudos históricos um caminhar que partia dos escritores até chegar ao movimento geral, e vice-versa. Ao partir de *escolas* e *gerações*, Jullian buscava os *caracteres* (políticos e literários) comuns entre escritores, e como resultado narrativo, eram as próprias escolas e gerações que “retornavam”, dessa vez, com nomes (autorais e literários) mais específicos⁵. Desse modo, os nomes que marcavam a virada e a cena de 1800 a 1830 poderiam reaparecer de 1848 a 1870. Os recortes e os intervalos prometidos pelo sumário de Jullian, assim como o movimento histórico, parecem reorganizar a temporalidade historiográfica à revelia dos recortes cronológicos sumários. Thierry e Michelet, na companhia de suas escolas, serão visados pela narrativa até que seus destinos desaguassem no nascimento da geração de historiadores de 1870, até o momento em que, passada a organização da ciência histórica, entre 1830 e 1848, eles pudessem ser e pertencer à “*génération de 1830*” (JULLIAN, 1897: LXXX).

⁴ Se aqui me dedico especificamente ao funcionamento de noções como de geração e de escola históricas no texto Jullian, cabe indicar, ao mesmo tempo, algumas referências que problematizam de modo mais geral os usos delas nas ciências humanas: (MARCEL; ORAIN, 2018; *Vingtième Siècle*, 1989; CLAUDINE, 1988; BLAVIER, 2010). Para uma reflexão a respeito de problemas associados a estas noções na pesquisa histórica, ver: (FOUCAULT, 2008).

⁵ Inclusive, é por esse caráter circular e construtor de unidades, identidades e tradição(ões) que chamo esse conjunto de instrumentos utilizados na construção de passados dos estudos históricos de *unidades da interpretação*. Como assinalado na introdução, ao lado do *corpus* documental, o seguinte texto me inspirou a sublinhar esta questão no presente livro: (FOUCAULT, 2015).

Regida pelas gerações historiadoras, a narrativa de Jullian se desdobrava pelo encadeamento e pelos limites das *influências* – ao menos, a partir da primeira geração do Século XIX. A cada geração, haveria um ambiente literário e político determinante que influenciava todo e qualquer escritor, inclusive, aqueles chamados de historiadores. Com o passar do tempo, podia-se medir quanto e quais as influências autorais haviam sobrevivido aos destinos geracionais. Michelet, por exemplo, encontrará seus “princípios” entre 1815 e 1830 e só começará a findar na década de 1870, isso é claro, com as devidas considerações acerca dos elementos advindos dele e passados às gerações vindouras. Como um espelho, talvez um pouco embaçado, Jullian construía permanências e diferenças para o passado historiográfico, tentando, simultaneamente, elucidar quais os historiadores desse passado enfatizaram as continuidades ou as transformações ao escreverem história.

O fato de que, em 1914, Halphen considerasse a introdução de Jullian um *tableau d'ensemble*, não impediu que ele mesmo observasse o caráter sucinto de seu precedente. Tal caráter sucinto, aliás, somava-se a um limite cronológico semelhantemente criticado por Laborde-Milaa em sua leitura da história da historiografia realizada por E. Fueter. Jullian e Fueter, vistos por Halphen e Laborde-Milaa, teriam imposto às suas respectivas narrativas a não transposição do ano de 1870⁶. Ao narrar esse limite, Halphen citava os objetivos que Jullian inscrevera na advertência de seus *extraits*, como aquele de apenas localizar escritores em seus meios, reunindo instrumentos que permitissem o entendimento dos fragmentos que comporiam a segunda parte do livro (HALPHEN, 1914: 188; JULLIAN, 1897: CXXIII).

Logo no início, portanto, Jullian avisara qual seria o “final” do Século XIX e visava seus próprios limites ao narrar os historiadores oitocentistas. Estava ciente de que os leitores o perdoariam por não ter querido analisar as obras e contar a vida de historiadores que estivessem

⁶ “Pois, após essa data, Sr. Jullian, desejoso de não falar dos vivos, contentou-se com breves indicações acerca dos últimos trabalhos de Fustel de Coulanges, Renan e Taine”, ressaltava Halphen (1914: 188).

vivos. E havia um motivo bastante preciso para isso: “[...] não convém falar ainda” (JULLIAN, 1897: CXXIII).

Ainda não convinha sequer falar de Renan e de Taine (falecidos respectivamente em 1892 e 1893) da mesma forma que falara de Michelet e Mignet (falecidos respectivamente em 1874 e 1884). Em 1896, todos eles estavam mortos, mas não viveram do mesmo modo as revoluções de 1830, de 1848 e de 1870 – “pode-se quase dizer que Michelet morreu, em 1874, das dores que tinha sofrido pela França” (JULLIAN, 1897: CXXIII). Ou, de forma ainda mais específica, o contragolpe e as influências dos acontecimentos políticos de 1870 sobre a literatura histórica foram analisados, por Jullian, a partir de quatro nomes pertencentes ao antes e ao depois de 1870: Fustel de Coulanges, Renan, Taine e Duruy. Para Jullian, era importante assinalar que, entre 1889 e 1894, esses quatro historiadores morreram na última página de sua obra. Na sequência, quando Jullian dedicou um subtítulo ao trabalho histórico nos últimos 25 anos, sabia da existência de uma “descendência” de historiadores, mas os “autores” que compuseram nesse momento a sua narrativa possuíam, sobretudo, nomes de Instituições, de Revistas e de nações. O trabalho histórico *se fazia*, e ao observá-lo em oposição à disciplina alemã, era perceptível que o individualismo francês persistiria para sempre, negando o *esprit d’école* (JULLIAN, 1897: CXXIV). O “espírito de escola” penetrava o passado da historiografia ao saber que não possuiria o futuro.

Em 1896, e “desde 25 anos”, a *spécialisation* teria feito muitos progressos. Todos os países e todas as épocas da história haviam sido abordados, e Jullian não tinha certeza se a inferioridade científica da França em relação à Alemanha existia ou permanecia. Para ele, a França trabalhava menos, mas refletia mais sobre o que fazia, de bom grado. Na França, “as regras do método histórico foram estabelecidas mais asseadamente”, e o leitor as encontraria disseminadas no grande conjunto de excertos de historiadores organizado por Jullian (JULLIAN, 1897: CXXV-CXXVIII). Disseminadas na grande parte de seu livro, Jullian as formularia na conclusão de sua introdução. Por meio de fórmulas, construídas a partir

de variados historiadores franceses, Jullian pedia permissão aos leitores para lembrá-los de como esses escritores pensaram da história.

Dentre essas fórmulas, gostaria de destacar algumas, a começar pela primeira: o dever de trabalhar sem preconceito, sem cólera, sem paixão preconcebida. Essa primeira regra é seguida por outras como a necessidade buscar sentido nos textos a partir da época precisa em que foram escritos. Não se poderia jamais separar o texto do contexto, e deveríamos ainda localizá-lo no pensamento do autor, buscando exatamente o que o autor quis dizer. Essas e outras regras não permitiriam ao historiador esquecer-se de que sua ciência era uma ciência conjectural e que era próprio de sua tarefa duvidar.

Sob esses deveres e regras, sinto que, dessa vez, somos nós que prenunciamos o passo fatal, nossa derradeira interrogação: será mesmo que Jullian não ambicionou fazer uma história do movimento histórico? Por tudo o que escrevi até aqui, creio que seria insuficiente responder *sim* ou *não*, inclusive porque as regras e os deveres que constroem a resposta constroem, ao mesmo tempo, a pergunta. Então, por que colocar em dúvida a vontade derradeira, o desejo verdadeiro, a primeira e última (des)ambição de Jullian? Focado no superficial “dito e feito”, uma das minhas grandes surpresas se deu ao saber que Jullian negou, que ele não teve a ambição de fazer algo, que ele possuía o que negar. Existia algo que podia servir à desambição! Sua negação, sua desambição não escondia ou ocultava algo mais profundo. Ao contrário, elas (se) expunham aos contemporâneos leitores, alertando-os, produzindo a desesperança naqueles que esperavam encontrar ali, talvez alhures, uma “história do movimento histórico da França no século XIX”.

Lembre-se que a partir do *comentário* de livros de história, que após alocar cada um dos seus autores em seus respectivos meios literários e políticos, que após e a partir da formulação de algumas regras do fazer histórico, chegaríamos bem orientados à leitura de extratos dos historiadores oitocentistas, título do livro e sua grande parte. Do início ao fim, de Chateaubriand a Fustel de Coulanges, passando por nomes como Thierry, Guizot, Mignet, Tocqueville, Duruy e Taine, seríamos capazes

de entrever que esse conjunto de nomes eleitos possuíam um sentido que os perpassava e os ultrapassava; um sentido que unia, separava, classificava, decifrava e produzia solidariedades entre nomes que, muitas vezes, não puderam tomar consciência dos lugares e das relações que desempenhavam. A introdução do livro de Jullian era, em 1897, aquilo que antecedia, aquilo que comentava e construía um sentido para o Século XIX, aquilo que desaguardaria na formulação de regras e na compilação de historiadores oitocentistas. Em 1914, a introdução de Jullian se tornaria uma história do movimento histórico em seu conjunto, uma história da história (*histoire de l'histoire*) precedente a de Halphen. Entre 1897 e 1914, o grande e longo trabalho de compilação e de organização de excertos historiadores tornava-se senão menor, senão menos importante, algo que, inversamente, construía as bases e possibilitava a feitura não de algo que antecede ou que comenta, mas de algo que é resultado: uma história do movimento histórico. As duas partes do livro de Jullian puderam ser (re) unidas, separadas, hierarquizadas e invertidas.

Sutilmente, altero novamente a nossa questão: a introdução do livro de Jullian foi uma história do movimento histórico, uma *história da história*? Dessa vez, de maneira datada, posso responder sim e não: em 1897, não, e em 1914, sim. E se desejarmos, mesmo que ironicamente, a síntese, poderemos apelidá-la de *vindoura* história do movimento histórico ou ainda de *futura* história da história.

De fato, esses codinomes são úteis para a reflexão aqui em curso, e constituem um dos pontos fundamentais do presente estudo. Na virada do século XIX para o XX, o texto de Jullian era um entre outros textos que, de forma correlata à preocupação de construir marcos e divisões para o passado dos estudos históricos (sobretudo para o passado oitocentista da França), passaram a colocar em questão as definições, os marcos, as utilidades e os precedentes dessa atitude frente aos estudos históricos. É possível relacionar a introdução dos *Extraits des historiens français du XIX^e siècle* a outros escritos que, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, negaram, propuseram, prescreveram e colocaram em questão a *histoire de l'histoire*. Na companhia desses textos, e melhor,

por imposição deles, o curso desses dois primeiros capítulos deverão trazer respostas a duas questões: *o que é a história da história? Quando e como ela começou a ser feita?*

Por enquanto, e por mais algumas linhas, retorno ao *movimento histórico*. Sem ignorar as gerações, as escolas, os ambientes e os períodos mais gerais ou mais longos, nem sempre a distância entre aquele que escreve e o *movimento* escrito precisava ser muito grande, mesmo porque, um ano de movimento histórico poderia ser objeto de descrições. Quase vinte anos antes de Jullian, em 1878, Joseph Tolra de Bordas (1824-1890) dedicou-se a uma narrativa “do movimento histórico na França durante o ano de 1877” (TOLRA DE BORDAS, 1878: 193-217; 257-274). O desdobramento desse texto não se dava da mesma maneira que os outros que vimos até aqui. Do conjunto de livros de história publicados em 1877, Tolra de Bordas escrevia pequenos resumos a respeito de alguns, organizando-os em seu texto a partir, sobretudo, da época a qual faziam referência. Desse modo, descrevia os estudos que, em 1877, tomaram como períodos de análise a história antiga, a Idade Moderna, a Revolução Francesa, o período Imperial e assim por diante. Simultaneamente, seu texto se organizava em torno de algumas formas e temas de histórias, narrando como algumas publicações as enriqueceram – “a história diplomática foi enriquecida por publicações valiosas” (TOLRA DE BORDAS, 1878: 214); “dois importantes trabalhos foram dedicados à nossa Marinha” (TOLRA DE BORDAS, 1878: 215).

De tempos mais antigos aos mais recentes, de histórias mais gerais aos tipos, temas e recortes mais específicos de história, a “rápida exposição sumária” evidenciava, construía e caracterizava quais histórias deveriam ter um lugar na descrição do *movimento* em sua manifestação anual (TOLRA DE BORDAS, 1878: 263). Ao final de seu texto, Tolra de Bordas procurava demonstrar o claro lugar que histórias literárias ou da literatura deveriam ocupar em seu esboço sumário. Afirmava, além disso, que dentre os critérios que uma história literária ou da literatura deveria seguir para ser considerada, de fato, uma obra histórica, um dos critérios estaria no necessário pressuposto de que “o movimento literário

está sempre em relação com o movimento social e a prosperidade material de um povo” (TOLRA DE BORDAS, 1878: 264). “Depois da história literária, deve-se dizer uma palavra de história científica” (TOLRA DE BORDAS, 1878: 265), salientava Tolra de Bordas ao resumir trabalhos de publicação documental a respeito de Galileu e acerca de um professor do *Collège de France*.

Quase vinte anos depois, a *futura* história da história de Jullian excluía de si considerações a respeito da história literária, mas sabia de seu dever em dizer dos “historiadores da literatura e da filosofia” (JULLIAN, 1897: II; XXXVII). Além disso, textos semelhantes ao de Tolra de Bordas, ou seja, “resumos bibliográficos destinados a mostrar os progressos feitos pela ciência histórica” (JULLIAN, 1897: I-II), compunham muitas de suas notas de rodapé e mereciam um tópico específico, o último, no apêndice bibliográfico de Halphen.

História do movimento histórico, história literária ou da literatura, história da filosofia, história científica, resumos bibliográficos ou rápidas exposições sumárias dos progressos da(s) ciência(s) histórica(s). Percebe-se que a redução de uma questão – o que é (*fazer uma história do*) o movimento histórico? – não apenas possibilitou construir outro rol de interrelações em um conjunto de problemas-soluções, como também permitiu a apresentação de uma complexa convivência entre estatutos, (re)definições e usos de escritos construtores do movimento histórico. É possível, no entanto, que ainda precisemos de uma direção, de um sentido, de uma prescrição do que poderíamos ou deveríamos fazer diante desse movimento.

Em sua conclusão, Tolra de Bordas assinalava que cada um de nós deveria aplaudir, seguir, exercer e encorajar o movimento histórico. Tais ações, porém, não poderiam ter como causa um vão sentimento de amor próprio, elas encontrariam suas justificativas e seus fins no esclarecimento progressivo da história da “nossa pátria”, bem como na extensão de domínio e na multiplicação da família “de nossa mãe, que é a Igreja” (TOLRA DE BORDAS, 1878: 274).

Inventariar a história em progresso

Em 1914, Halphen completava a sua nota de bibliografia indicando que a produção de *rappports* sobre a história não era uma novidade. Os “livros e os artigos onde os historiadores foram levados a fazer um balanço do trabalho realizado nas várias partes do domínio histórico” remeteriam ao início do século XIX⁷. Apesar de semelhantes empreitadas no decorrer do Oitocentos, esses relatórios e/ou inventários, segundo Halphen, somente reapareciam no último terço do século XIX.

Se de modo específico, Halphen fazia referência a relatórios prescritos pelos governos Imperiais da França, de modo geral, e com bastante naturalidade, ele também assinalava as características em comum que atravessavam esses balanços, mesmo aqueles não prescritos pelo governo. Todos eles seriam “exposições parciais dos progressos de nossos conhecimentos”, e mesmo que não dessem uma “ideia bem clara das mudanças ocorridas nas concepções históricas e nos métodos de nossos historiadores”, todos permitiriam, pelo menos, uma orientação diante da massa crescente de trabalhos (HALPHEN, 1914: 209). Com o intuito de “colocar cada trabalho em seu lugar”, os inventários eram submetidos ao duplo corte do olhar advindo da *histoire de l'histoire* – a oposição geral/parcial e as concepções e métodos dos historiadores –, encontrando sua localização e suas utilidades entre quadros que instruíam e orientavam não apenas para o progresso da ciência histórica, e sim em meio aos progressos, diante dos progressos, inserido nos progressos dos estudos históricos (HALPHEN, 1914: 209). As distâncias entre Jullian e Tolra de Bordas em relação ao movimento histórico, bem como a inserção deles no próprio movimento, eram consolidadas.

Tolra de Bordas não foi citado por Halphen que dava destaque, principalmente, aos relatórios prescritos por Napoleão III. “Ansioso para

⁷ Tanto o presente subtítulo, quanto o próximo, envolvem temas e questões que me acompanharão até o último capítulo deste livro. Não é por acaso que uma das indicações de Halphen, o relatório publicado por Dacier, em 1810, nos ajudou a compor um dos marcos cronológicos desta narrativa.

renovar em todas as coisas as tradições do Primeiro Império”, o Imperador demandava que fossem realizados “Relatórios sobre os progressos das letras e das ciências na França” por ocasião da Exposição Universal de 1867 (HALPHEN, 1914: 202-204).

Essa retomada de uma “tradição muito cedo interrompida” e o caráter específico dessa nova série de relatórios em apresentar “o quadro dos progressos realizados” durante o segundo terço do século XIX pela França, na ordem intelectual, era assinalada pela carta introdutória de Joseph-Daniel Guigniaut (1794-1876), datada de dezembro de 1867 (GUIGNIAUT, 1867: I). Esse conjunto mais amplo denominado de progressos da ordem intelectual foi resumido no título geral dos relatórios como *progressos das letras e das ciências*. Foi a partir desse recorte intelectual e também cronológico (segundo terço do Oitocentos) que áreas menores e inter-relacionadas puderam ser desenhadas em relatórios específicos. A separação entre um relatório que tomava como objetos as “Ciências históricas e filológicas - Progresso dos estudos relativos ao Egito e ao Oriente” e outro dedicado aos progressos dos estudos históricos⁸ me interessa, inclusive, pela possibilidade de, em certo sentido, cartografar as relações dos diversos campos e domínios que, historicamente, foram disputados, (re)partidos e ordenados em determinados momentos. Quando Halphen, quarenta anos depois, ordenava e hierarquizava textos desde o ponto de vista de uma *histoire de l’histoire*, os relatórios de 1867 lhe pareciam um quadro bastante instrutivo da atividade histórica do segundo terço do Oitocentos, apesar de certos defeitos (como a falta de unidade de plano, de espírito e de tamanho do recorte cronológico), apesar “do otimismo de encomenda” frequentemente demonstrado pelos “*rapporteurs officiels*” (HALPHEN, 1914: 202-204).

Foram três os relatores oficiais do volume dedicado aos estudos históricos, cada um deles responsável por uma parte: Antiguidade, Época da Idade Média e Tempos Modernos (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867). Se o plano geral do conjunto de relatórios publicados em 1867 era aquele no qual o início do terceiro terço do século XIX observava o terço

⁸ Trabalharei com ele, em instantes: (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867).

anterior do mesmo século, os relatórios sobre os estudos históricos não compreendiam a mesma quantidade de anos.

Auguste Geffroy (1820-1895) abria a série de relatórios explicitando a dificuldade de “enumerar” os trabalhos que foram realizados, “desde um quarto de século”, e que se voltaram à história da Antiguidade (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: I-II). E este *enumerar* possuía, efetivamente, um sentido bastante específico. Tratava-se de descrever os “campos” e os “domínios” da e na Antiguidade conquistados pela ciência francesa (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 7-8). De maneira semelhante ao texto de Tolra de Bordas, Geffroy construía uma rede de reciprocidade entre obras e subdivisões da história (política, literária, etc.), ao lado de descobertas arqueológicas e documentais, que contribuíram para o progresso daquele quarto de século francês em relação à Antiguidade, e desta em relação àquele período intelectual da França. Ao que chamo, de maneira muito geral, de progresso recíproco, porém, Geffroy possuía em sua descrição, e também em sua conclusão, noções bem específicas como “analogia”, “solidariedade”, “legado” e “tradição”; os progressos dos estudos relativos à Antiguidade permitiam a identificação e o uso dessas noções lá e cá, no antigo e naquele presente também conhecido como tempos modernos. “Em resumo, o movimento histórico do qual Augustin Thierry, Sr. Guizot, Sr. Michelet, outrora, deram o sinal, longe de abrandar-se, foi perpetuado e ampliado, multiplicando-se em diversas vias. Ao serviço da moderna escola histórica, a filologia comparativa, a alta arqueologia e a epigrafia foram instrumentos admiráveis” (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 82). Enquanto dali quarenta anos, o terceiro terço do Oitocentos seria conhecido como o segundo renascimento dos estudos históricos, em 1867, homens como Geffroy assistiam a “um verdadeiro renascimento dos estudos helênicos” (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 84).

Enquanto Geffroy dizia o que seus contemporâneos assistiam, Jules Zeller (1820-1900) cogitava a possibilidade de a história da Idade Média ser aquela que, “desde a nova escola a qual este século deu à luz”, mais precisasse ser refeita (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 85-

45). Geffroy e Zeller reafirmavam o mesmo ponto de partida, os mesmos nomes da primeira escola francesa, e, especificamente avaliando aqueles que se dedicaram à época da Idade Média, Zeller sabia que “os trabalhos históricos de nossos últimos vinte anos formam um segundo período na vida desta nova escola” (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 86). Esse segundo período da mesma e nova escola era demarcado, principalmente, pela mudança na forma com a qual a história passaria a trabalhar com a época da Idade Média, mas também com todas as outras “grandes épocas da humanidade”. Teria havido, naqueles últimos vinte anos, vistos de 1867, uma passagem das “altas visadas filosóficas” e dos “vastos desenhos” a uma penetração em detalhe, a estudos menos extensos e mais restritos. Assim como a narrativa de Geffroy, aquela de Zeller combinava uma descrição contínua de temas e domínios explorados pela história (aspectos econômicos, políticos e de classes) a uma descrição que acentuava as Instituições das quais partiam essas empreitadas dos estudos históricos. “Depois dessa lista, talvez muito longa”, na qual se evitava omitir e julgar, podia-se concluir com a certeza de que zelo e ciência não faltaram aos estudos históricos. Para fazer a prova disso, Zeller recomendava a (re)leitura das obras que constituíam seu relatório (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 144-145).

Dedicado aos “tempos modernos”, o último desses relatórios a respeito dos estudos históricos se iniciava de maneira diferente dos anteriores. Em uma carta ao ministro, Jules Thiénot definia e explicava seus limites, pois, sem esse cuidado, tudo o que havia sido escrito ou dito naqueles últimos vinte anos seria de seu domínio: “em todos os lugares e em tudo, a história foi introduzida. Ela não é mais um dos ramos de nossa literatura, mas a árvore inteira, com seus bons e maus frutos” (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 147). “Em uma palavra, todos tiveram o talento de se disfarçar de historiador, de modo que é necessário, primeiramente, remover as máscaras” (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 147). Para Thiénot, então, não se poderia iniciar o relatório antes de justificar a “*expulsion*” dos trabalhos que não fossem de “*histoire proprement dite*”; não se poderia começar sem justificar a exclusão dos trabalhos em

que a história teria sido a “empregada” e não a “dona da casa” (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 148).

Desse modo, enquanto um “humilde relator do pensamento geral”, Thiénot começava seu relatório corrigindo Thierry que, em 1834, teria colocado em dúvida se o século XIX seria marcado pela história. Para Thiénot, o ilustre Thierry – que estava morto há 10 anos – poderia crer, ter a certeza e estar orgulhoso dos progressos dos quais ele mesmo participava; “o estudo verdadeiro da história realmente nasceu com este século” (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 151). Thierry seria um dos criadores da nova escola histórica, um dos preparadores dessa revolução pacífica dos estudos históricos que, nos dias de Thiénot, teria chegado a sua segunda fase ou segunda época. A partir de Thiénot, podemos entender uma das facetas que condicionavam essas narrativas ao uso dos *progressos*, no plural. Essa segunda fase, de acordo com o autor, não era marcada pelo progresso da composição ou do estilo. Esse segundo movimento possuía um progresso de caráter específico, repetido algumas vezes por Thiénot: “é especialmente no método histórico que se revelou o progresso”; “o método histórico está em progresso!” (GEFFROY; ZELLER; THIÈNOT, 1867: 154).

Ao lado dessa pluralização do progresso, Thiénot estabelecia de maneira mais visível repartições entre modalidades de história e os períodos por elas abarcados. Seu relatório foi dividido em duas grandes partes – histórias gerais e particulares –, e nesta segunda divisão ele dedicava um subtítulo para cada um dos séculos dos tempos modernos. Desde o século XVI, portanto. Depois de um item dedicado aos livros que tomaram o século XVI como objeto, havia espaço ainda para um subtítulo específico para aqueles que estudaram a Revolução Francesa e os primeiros anos do século XIX. Nesta chegada ao final do *rapport*, um constrangimento afastava e aproximava Thiénot de Jullian. A distância temporal daqueles que comentavam ou relatavam o movimento e os progressos dos estudos históricos eram temas incontornáveis tanto em 1867, quanto vinte anos depois, em Jullian. Diferente desse último, não

era um veto a Thiénot escrever a respeito de historiadores ainda vivos. Ao mesmo tempo, porém, em 1867,

Com a *Histoire du Consulat et de l'Empire* de M. Thiers e com o ano de 1815, cessam para nós os livros e os tempos históricos. As épocas seguintes não são do domínio da história. [...]. A história nasce para uma época somente quando ela está inteiramente morta. O domínio da história é, portanto, o passado. O presente convém à política e o futuro pertence a Deus (GEFFROY; ZELLER; THIÉNOT, 1867: 356).

O pássaro da história, que alçava voo somente ao anoitecer, rodopiava e contorcia-se em torno de seus próprios limites, cantarolando seus recentes progressos⁹. Quão belo poderia ser esse tremular? “O que há de mais belo, mais útil ao homem, de fato, do que revelar a si mesmo tudo o que ele foi, tudo o que ele fez durante a longa série dos séculos”? (CÉNAC-MONCAUT, 1869). A indagação respondida por Cénac-Moncaut, diante dos membros do *Institut historique de France*, em 1869, fazia parte da conclusão de seu breve discurso acerca de uma questão muito importante: “os progressos dos estudos históricos no século XIX”. Não se tratou, no entanto, de enumerar histórias e historiadores, mas apenas de se limitar a confirmar que aqueles últimos trinta anos teriam sido tomados pelo ardor desse “notável movimento contemporâneo”. Inútil seria estimulá-lo. Era preciso limitar-se a ter um lugar em seus desenvolvimentos e a submeter-lhe conselhos de prudência, moderação e imparcialidade. No próprio ato de conhecer o movimento, de conhecer a história e o movimento da história, intrincavam-se preceitos, projetos e progressos:

Conhecer a fundo a história política da humanidade, de fato, é aprender a governar o presente, preparar para o futuro, com a ajuda do exemplo de todos os povos e todas as épocas. [...]. Conhecer as diferentes manifestações da arte e da literatura é aprender a evitar os erros de certas escolas, os erros de certos

⁹ Inspirado na imagem construída em: (HARTOG, 2013: 160).

tempos, a penetrar nas obras-primas dos séculos anteriores. [...]. Toda fase política e social da humanidade marcou sua influência, não apenas no espírito, mas na própria forma da história (CÉNAC-MONCAUT, 1869: 97-98).

A evidência do(s) progresso(s), passados e futuros, na história, da história e construída pela história, essa tendência a ser cada vez mais em direção à perfeição, também poderia ser compreendida como uma lei da história, para a história, possuidora de e da história. Vinte anos depois desses relatórios e discursos a respeito dos progressos dos estudos históricos durante o Oitocentos, as reflexões acerca dessa tendência ou dessa lei possibilitavam, simultaneamente, sua confirmação, sua dúvida e sua historicização. Por um lado, Paul Lacombe (1834-1919) colocava em questão a necessidade do progresso e afirmava a possibilidade de decadências, passadas e prováveis (LACOMBE, 1894). Até mesmo aquilo que se chamava de “progresso intelectual” e “progresso do espírito crítico” traria em si “uma nova razão para fazer, na história das verdades, uma parte considerável ao estudo dos erros” (LACOMBE, 1894: 148). Por outro lado, em 1888, ao definir a história como “a ciência dos desenvolvimentos da razão”, Louis Bourdeau (1824-1900) dedicou parte de seu livro a uma “história da ideia de progresso” (BOURDEAU, 1888: 5; 356-361). Desde os gregos até seus dias, Bourdeau sabia como era recente a chegada do espírito humano a “conceber claramente a ideia de progresso” (BOURDEAU, 1888: 356). Progressivamente, do mais antigo e obscuro ao mais moderno e iluminado, a própria ideia de uma “lei da progressão” teria se tornado mais precisa, ao ponto de que o próprio Bourdeau pudesse assegurar:

A teoria de uma lei da progressão entrou doravante no domínio das ideias gerais. Ela provem, com uma evidência crescente, do estudo de todas as ordens de fatos, e quanto melhor conhecemos a história, mais a sua verdade se impõe. A ciência da humanidade deve nela procurar sua coroação e sua conclusão (BOURDEAU, 1888: 360-361)¹⁰.

¹⁰ Ver também: (MALERBA, 2010).

Ainda na década de 1890, dois leitores de Lacombe, lançavam uma “introdução aos estudos históricos” que possuía como uma de suas conclusões a certeza de que os progressos das ciências históricas eram limitados, assim como o era seu “estoque de documentos” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898). O livro de Langlois, dessa vez acompanhado por Seignobos, distingue-se de parte dos textos com os quais trabalhei neste estudo especialmente porque não tinha como principal objeto a narração de passados para os estudos históricos. O que não o impedia, porém, de acertar as contas com os antecessores, construindo um marco para obras que, assim como aquela, dedicaram-se à metodologia das ciências históricas. Para esse tipo de reflexão, o marco seria o ano de 1848. Desde essa data, várias obras dessa mesma família foram produzidas na Europa, e no caso francês, uma das referências para Langlois e Seignobos era um livro, interessante, pensado em 1848 e publicado apenas em 1890: *L'avenir de la Science: Pensées de 1848* (RENAN, 1890). Na última década do Oitocentos, Renan era um dos *savants* que afirmavam os progressos passados da história e sua futura perfeição:

As ciências históricas e suas auxiliares, as ciências filológicas, fizeram imensas conquistas desde que eu as abracei com tanto amor, há quarenta anos. Mas vemos o seu fim. Em um século, a humanidade saberá mais ou menos o que ela pode saber sobre seu passado, e, então, será hora de parar, pois é próprio desses estudos, assim que atingem a sua relativa perfeição, começarem a se demolir (RENAN, 1890: 14).

Historiographie: “a história literária dos livros de história”¹¹

Ainda faltavam pouco mais de 70 anos para o fim quando Halphen indicou outra categoria de estudos úteis à história da história da França

¹¹ Logo abaixo retomarei essa definição inscrita no dicionário da língua francesa de E. Littré (1877: 189).

oitocentista: “ainda mais numerosos, até inumeráveis, são os estudos dedicados, não mais ao conjunto do movimento histórico, mas a alguns historiadores em particular. Todas as histórias da literatura francesa, primeiramente, abrem espaço para os mais famosos deles” (HALPHEN, 1914: 189). Entre os inventários dos estudos históricos e a história da história, e mais precisamente, depois de referenciar os estudos que tomaram de modo geral o movimento histórico, e antes de expor os inventários que acabamos de realizar a leitura, Halphen descrevia, com essas palavras, o que ele chamava de “estudos sobre alguns historiadores” (HALPHEN, 1914: 189-200).

O rol dessas histórias literárias ou da literatura ajudam-me a compreender certas confluências e cristalizações de marcos e divisões para o século XIX, em especial quando tratavam dos livros de história e/ou da literatura histórica. Os três volumes do *Tableau de la littérature française*, publicados entre 1878 e 1888, traziam, desde o início, um “recorte Imperial”. Em cada um dos volumes de Gustave Merlet (1828-1891), gêneros literários foram narrados “sob o Império”. O segundo volume, dedicado ao romance e a história, trazia escolas e nomes de historiadores que existiram no decorrer dos primeiros 15 anos do século XIX (MERLET, 1878-1888). Na década de 1850, foram publicadas as obras de Alfred Nettement (1805-1869) que abordavam a história da literatura francesa “sob a Restauração, 1814-1830” e “sob o governo de julho, 1830-1848” (NETTEMENT, 1876; 1853; 1853-1854). Assim como no caso de Merlet, os capítulos dedicados à história eram, predominantemente, narrados a partir de escolas, muitas das vezes representadas pelo nome de um grande historiador.

Esses livros que abordavam períodos ou épocas mais específicas da literatura francesa não eram, porém, as primeiras referências de Halphen. Ele começava por indicar a *Histoire de la langue et de la littérature française*, de Petit de Julleville (1841-1900), e a *Histoire de la littérature française*, de Gustave Lanson (1857-1934)¹². Talvez, não por acaso, ambas eram mais

¹² A obra de Petit de Julleville conglomerou diversos colaboradores e possui 8 tomos, publicados entre 1896 e 1899. Os dois tomos a respeito do século XIX são os VII

recentes em relação ao seu próprio livro, e abraçavam o século XIX como um todo, sem deixar de recortá-lo, dividi-lo e de considerar os períodos recortados por Merlet e Nettement.

Para o caso da obra de Petit de Julleville, devia-se ler os “dois capítulos substanciais” (HALPHEN, 1914: 189) de Joseph de Crozals (1848-1915) e de Seignobos, ambos com o mesmo título, *L'Histoire*, cada um deles dedicado a uma das metades do Século XIX (CROZALS, 1899: 478-537; SEIGNOBOS, 1899: 258-310). O capítulo de Crozals se iniciava com um breve subtítulo introdutório que dava tom de toda a sua narrativa, e se intitulava “as grandes escolas históricas”. Nessa introdução ele assinalava como as *causas* e *condições* do movimento histórico eram as mesmas do movimento literário; a renovação literária do romantismo seria sincrônica à “primeira eclosão das grandes obras históricas” (CROZALS, 1899: 478). Os dois movimentos teriam emergido do mesmo horizonte da Revolução Francesa. Desse modo, escrever a respeito do movimento histórico da primeira metade do século XIX, dividi-lo em escolas, atentar para os temperamentos de cada historiador eram ações, ao mesmo tempo, necessárias e limitadas pelas condições sob as quais a história era escrita e pensada. E para a primeira metade do Oitocentos, esse pressuposto tinha uma grave consequência. Apesar de terem existido escolas específicas como aquelas “da imaginação” e aquela “filosófica”; apesar da composição de cada uma dessas escolas com *ideias, funções, concepções e tipos de história, métodos, estilos, teorias e questões biográficas*, sabia-se, desde o início, que todos aqueles historiadores eram “homens de ação”, todos eles foram tocados pela política, “e, em nenhum deles, esta marca de fogo jamais foi completamente apagada” (CROZALS, 1899: 480).

Dedicado à segunda metade do Oitocentos, o capítulo de Seignobos era introduzido por dois pequenos parágrafos em que divisas, critérios e marcos foram estabelecidos (SEIGNOBOS, 1899: 258-310). Para Seignobos, vários dos historiadores que fizeram suas reputações

e VIII: (PETIT DE JULLEVILLE, 1899ab). A obra de Lanson, publicada em 1895, chegava à décima primeira edição no ano de 1909 (LANSON, 1895; 1909).

na primeira metade oitocentista, ou seja, nos “tempos do Renascimento histórico”, acabaram suas obras apenas na segunda metade do século XIX. Apesar disso, suas *concepções* e seus *métodos* os fariam pertencer ao período da monarquia constitucional e do romantismo. Enquanto nomes dessa geração precedente prendiam a atenção do público, uma nova geração, desde a década de 1860, trazia uma maneira nova de compreender e de apresentar a história. Renan, Taine e Fustel de Coulanges foram os eleitos de Seignobos como os representantes dessa nova história que se manifestou com brilho, desde 1870 (SEIGNOBOS, 1899: 304).

Enquanto Fustel de Coulanges seria o mais “metódico dos historiadores franceses”, pois ninguém teria falado tão frequentemente do método e feito tantos esforços como ele para conformar o método histórico, Renan e Taine eram estudados “*comme historiens*” (como historiadores), pois não teriam sido, desde o princípio, historiadores (SEIGNOBOS, 1899: 258; 259; 283). Após a descrição dos *procedimentos*, das *ideias*, dos *métodos* e da *crítica* desses historiadores, Seignobos preocupava-se em analisar outros nomes do movimento histórico contemporâneo, sabendo da impossibilidade de apresentar a sua inumerável quantidade. Esta preocupação que assolava muitos outros que se propuseram a narrar historiadores ainda vivos encontrou em Seignobos a seguinte solução: construir uma lista com historiadores membros do *Institut de France*, pois “essa qualidade lhes confere uma consagração oficial que os designa para a atenção do público” (SEIGNOBOS, 1899: 297)¹³.

Essa lista que trazia a Seignobos a consciência de ser menos injusto com as inevitáveis escolhas e exclusões daqueles que tinham um lugar no movimento histórico foi seguida por uma interessante conclusão intitulada por Seignobos como “a orientação da história” (SEIGNOBOS,

¹³ Seignobos listava os historiadores que eram membros de três das cinco *Académies* que compunham o *Institut*, a *Académie française*, a *Académie des sciences morales* e a *Académie des inscriptions et belles-lettres*. A respeito do *Institut*, veja, incluindo alguns dos escritos acerca dessa Intituição produzidos no século XIX: (DESJARDINS, 1857ab; MAURY, 1864; AUCOC, 1889ab; KRIEGL, 1996).

1899: 303). Ao avistar a classificação da história, desde a Antiguidade, entre gêneros literários, Seignobos percebia que ela, nos últimos cinquenta anos, perdia, cada vez mais, sua aparência artística. Bastante conhecido no Oitocentos, o debate da caracterização da história enquanto ciência e/ou arte dependia do entendimento das condições históricas da própria escrita da história. Ciente da evolução da historiografia, de seus movimentos antigos e modernos, Seignobos refletia a respeito de uma perigosa questão que, ao inserir o debate arte *versus* ciência no tempo, poderia colocar em xeque futuros capítulos como aquele escrito por ele:

E na história da literatura francesa que será escrita no final do século XX, ainda haverá um capítulo para os historiadores? É sempre imprudente enunciar previsões com cem anos de antecedência; expõe-se a ser risível na posteridade. Mas pelo menos temos o direito de reunir os fatos já realizados a fim de buscar em qual sentido produz-se o movimento contemporâneo (SEIGNOBOS, 1899: 303).

É bem possível que o nosso riso nem seja aquele temido por Seignobos¹⁴, mas sua preocupação ajuda em meu interesse de entender um pouco mais – sob o foco dos modos de problematização de passados historiográficos – como se dava essa convivência entre (o movimento da) história e (o movimento da) literatura.

Para retomar o vocabulário utilizado por Seignobos, os sentidos da literatura e da história se entrelaçavam, criando algumas dificuldades. Seus respectivos verbetes, inseridos no *Grand dictionnaire* de Pierre Larousse (1817-1875), publicado entre 1866 e 1877, constroem uma interessante convivência. A leitura do verbete *Histoire* nos aproxima, ainda mais, do pressuposto e dos consequentes resultados da crença de que “a história muda a cada geração”, ou seja, de que a concepção, a ideia e as preocupações da história também são submetidas ao tempo e às mudanças de épocas (LAROUSSE, 1866-1877: 300). Esse princípio

¹⁴ Para citar apenas três referências que compõem o debate contemporâneo considerando o século XIX (WHITE, 1992; HARTOG, 2017; JABLONKA, 2014).

da liberação temporal, da historicidade inelutável das manifestações humanas, entranhava-se na própria escrita da história, possibilitando que seu movimento se alojasse de maneiras específicas em determinados séculos. No século XVII, tal movimento teria sido inaugurado por Bossuet; “na França, os Srs. Guizot, Thiers e Augustin Thierry criaram três escolas diferentes, mas com uma vitalidade tão poderosa que o século XIX francês pode ser chamado de *século da história*” (LAROUSSE, 1866-1877: 301).

Essa religião universal, a história enquanto substituta de crenças destruídas e abaladas, estava presente no verbete Literatura do mesmo dicionário (LAROUSSE, 1866-1877: 301)¹⁵. Tão vasta como o pensamento humano, sabia-se que a *littérature* possuía formas múltiplas de se manifestar. Ela poderia se manifestar como a poesia, como drama e também como história. Por isso mesmo, havia uma dificuldade e uma solução intrínsecas à proposta de construir um verbete para a literatura, aos moldes de todo o dicionário. Se a história era uma das formas pelas quais a literatura se manifestava, a literatura se manifestava historicamente, era ela também submetida a necessidade de possuir nascimentos, desenvolvimento e progressos. Pares de recíproca dominância poderiam, então, ser vislumbrados: literatura histórica, história da literatura, história literária (LAROUSSE, 1873: 577).

No mesmo aviso em que Jullian não ambicionava fazer uma história do movimento histórico, ele também nos alertava que, do conjunto de excertos de historiadores escolhidos para a segunda parte de seu livro, a história literária seria excluída e ele apenas selecionaria trechos que tivessem “um verdadeiro valor literário” (JULLIAN, 1897: I-II.). Se, como vimos, a sua introdução era um comentário desses excertos, é possível assinalar um princípio de diferença entre o que se poderia chamar de história literária e história da literatura, pois, no decorrer de sua introdução, Jullian dedicou algumas partes aos “historiadores da

¹⁵ Refiro-me às reflexões de Hartog (2017: 9-30).

literatura”¹⁶. Oras, mas *histoire littéraire* e *histoire de la littérature* não eram expressões sinônimas para uma mesma prática?

Em Jullian, apenas alguns sinais da diferença seriam encontrados. Em Halphen, as referências de nomes diferentes apareciam simultaneamente, e a única separação que deveria ser feita estava centrada na utilidade dessas histórias (literárias ou da literatura) para uma história da história, em seu intuito de compreender, historicamente, as concepções e os métodos da história. No conjunto das indicações de Halphen, não obstante, um nome se dedicava a pensar, precisamente nesse momento de virada do século XIX para o XX, as diferenças entre essas duas formas de se fazer história dos movimentos e/ou dos fenômenos literários. Em 1902, Gustave Lanson construía um resumo e um programa:

[...] poder-se-ia, então, escrever ao lado desta *História da literatura Francesa*, isto é, da produção literária, da qual temos exemplares bastante numerosos, uma *História literária da França* que nos falta e que é quase impossível tentar hoje: com isso quero dizer não um catálogo descritivo ou uma compilação de monografias como aqueles que os beneditinos e a *Académie des Inscriptions* deram para a antiga literatura francesa, mas o quadro da vida literária na nação, a história da cultura e da atividade da multidão obscura que lia, bem como dos indivíduos ilustres que escreviam (LANSON, 1902: 450).

Contemporâneo à construção de marcos e de definições para a história da história, Lanson realizava semelhantes reflexões para a história literária. A diferença entre uma história literária e uma história da literatura ultrapassa a distinção de nomes para colocar em questão os modos de se relacionar historicamente com a literatura na mesma época em que eram problematizados os modos de se relacionar com a história, com a literatura histórica. Catálogos, compilações, inventários ou mesmo as áridas nomenclaturas de autores (historiadores) e obras,

¹⁶ Por exemplo em (JULLIAN, 1897: XXXVII).

como classificavam Langlois e Halphen (LANGLOIS, 1901-1904: 250-252), ainda poderiam ser úteis, mas ocupariam outros lugares com as prescrições de uma história dos movimentos literário e histórico.

Para Lanson tornava-se evidente a utilidade de submeter a literatura francesa ao método histórico (LANSON, 1902: 445). A transformação da qual Lanson se via como partícipe, indicava-lhe, aliás, uma modificação de método nos estudos literários, na qual a crítica cedia lugar à história literária. Neste sentido, o século XIX seria tanto o tempo no qual essa transformação se preparava, como também um objeto de estudos para quem a vivenciava a partir do século XX (LANSON, 1900: 52-83). Era preciso, segundo Lanson, fazer passar, progressivamente, a matéria literária oitocentista do domínio da crítica para o domínio da história. O domínio da crítica, marcado pelas impressões subjetivas que as obras causariam em nós, deveria ceder lugar para o domínio da história, marcado pelo valor relativo, pela literatura no tempo, no passado, enquanto passado. Para tanto, a análise interna de obras deveria vir acompanhada de outros tipos documentais, para que leitores, autores, editoras, bibliotecas (famosos ou não) pudessem ser envolvidas por esta história literária¹⁷.

Se a citação que dá título ao presente item ajuda a justificar o caminho trilhado até aqui, cabe uma dedicação mais atenta ao verbete do dicionário de Émile Littré (1801-1881). Com suas publicações iniciadas no ano de 1873, os volumes comuns de seu dicionário não contêm o verbete “Historiografia”. O volume de 1874, exemplarmente, contemplava o verbete “historiográfico” que, como bem sabemos, é um adjetivo “que concerne ao

¹⁷ Para além dos textos de Lanson citados anteriormente, outra referência importante é: (LANSON, 1904: 621-642). De acordo com Ivan Jablonka, o programa esboçado por Lanson foi recebido com entusiasmo por Febvre, mas apenas seria verdadeiramente realizado a partir dos anos de 1980. Dentre as referências bibliográficas importantes para se pensar a historicidade desses problemas da história literária e da literatura, há um interessante dossiê do centenário da *Société d'histoire littéraire de la France* (1894-1994). Nele, além da identificação de uma persistente indefinição entre uma *Histoire littéraire* e uma *Histoire de la littérature*, o artigo de Yves-Marie Bercé constrói relações entre a história literária e a história da história, mostrando que a última se manifestaria, na França, somente a partir da década de 1960 (*Revue d'histoire...*, 1995; JEY, 2004; LAFORGUE, 2003; VAILLANT, 2017; FRAISSE, 1999; 2003; FAYE, 2014).

historiógrafo”, possível sinônimo de historiador, mas, sobretudo, indicativo de um cargo no Estado (LITTRÉ, 1874: 2029). Ao lado de termos como “historiosofia” (filosofia da história), o verbete referente à historiografia apenas apareceria no ano de 1877, quando Littré publicava um suplemento ao próprio dicionário. Entre as justificativas de Littré para fazer adições ao seu dicionário estavam as modificações da língua no tempo, as palavras estrangeiras e neologismos como a palavra *historicité* que apontaria para o caráter daquilo que é histórico (LITTRÉ, 1877: 189).

Não há uma justificativa específica para o aparecimento do verbete *historiographie*, “a história literária dos livros de história”, apenas dois exemplos de sua utilização, ambos datados do ano de 1876. O primeiro deles fazia referência a uma frase inscrita na seção de crônicas e bibliografias do segundo tomo da *Revue historique*, possivelmente referente a um livro ou ao assunto de um livro publicado em Berlim: “[história da] historiografia alemã do fim do século XV até o presente”¹⁸. O segundo exemplo de Littré era retirado de um artigo de Albert Réville (1826-1906) a respeito de Groen van Prinsterer que prestara “os mais eminentes serviços à historiografia de nossos dias” (LITTRÉ, 1877: 189; RÉVILLE, 1876: 479)¹⁹.

¹⁸ Os colchetes que inseri se referem ao trecho que aparecia na *Revue*, mas que foi suprimido do dicionário de Littré. O provável sobrenome do autor citado pela *Revue* era Prutz. Não encontrei correspondentes para tal nome (LITTRÉ, 1877: 189; CHRONIQUE..., 1876: 663).

¹⁹ Se as referências de Littré para a *historiografia*, enquanto uma *história literária dos livros de história*, remontavam à década de 1870, outros usos dessa palavra podem ser encontrados nas décadas de 1830 e de 1840, por exemplo, em um sentido de similitude à abreviação de uma obra maior, a um *abrégé*, como nos indica o título do livro de C. Verdot (1833), publicado em 1833: *Historiographie de la Table, ou Abrégé historique, philosophique, anecdotique et littéraire des substances alimentaires et des objets qui leur sont relatifs, des principales fêtes, mœurs usages et coutumes de tous les peuples anciens et modernes*. Para o concurso da Universidade de Liège referente aos anos de 1847 e 1848 foi proposto o seguinte “*énoncé de la question*”: “Expor, de uma maneira crítica, os progressos sucessivos da historiografia romana desde sua origem até o século de Augusto, apoiando-se sobre as fontes antigas e sobre os fragmentos de autores”. A *mémoire* de Léon de Closset, intitulada “*Essai sur l'historiographie des Romains jusqu'au siècle d'Auguste*”, foi premiada. Na epígrafe, duas palavras de Cícero: “*Magistra vitae*”. Na primeira frase da introdução: “As inteligências estão em uma íntima relação com a sociedade, e a literatura é o espelho dessas inteligências” (CLOSSET, 1849).

A complexidade de uma breve definição como a de Littré coloca para nós, sobretudo, a possibilidade de retomar, para seguirmos adiante, a dupla acepção da *historiographie*. Este substantivo feminino, como bem denotava a supressão de Littré, desdobrava e redobrava as tensões constituintes do conceito moderno de história, enquanto realidade do passado humano e também como forma de conhecimento desse passado (KOSELLECK, 2006; 2013).

Neste sentido, pratico, por um instante que seja, certo nominalismo, útil aos entendimentos desse desdobrar. Da literatura histórica à histórica literatura, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, na convivência e nas interrelações entre bibliografias, histórias das línguas, histórias das literaturas e histórias literárias, tornava-se possível a realização de uma *histoire de l'histoire*, não de uma *histoire de l'historiographie*. Isso quer dizer que desconheço algum escrito que tenha realizado uma história da história literária dos livros de história. Em 1914, a recitada parte final do livro de Halphen foi por ele intitulada de *note bibliographique*.

Como sabemos, porém, inclusive pelos exemplos de Littré, as tensões constituintes do moderno conceito de história o marcavam com o crivo da anfibia, do duplo, do singular-universal, do paradoxal e reticente colocar-se no jogo, em jogo, em risco. No mesmo ano do lançamento da obra de Halphen, a língua e a historiografia francesas puderam traduzir do alemão *Geschichte* e *Historiographie*. Em 1914, a *Histoire de l'historiographie moderne*, de Eduard Fueter (1876-1928), era traduzida para o francês (FUETER, 1911; 1914).

Da história, sob o seu domínio, graças a seu abrigo, *histoire*, *littérature* e *historiographie* possuíam um grande e múltiplo passado pela frente, repleto de progressos, (re)nascimentos e até decadências. Da definição de uma história literária dos livros de história até a definição de uma história da história, a *littérature* foi incorporada, afastada, capturada pela história. Se a história era uma das maneiras pelas quais a literatura se manifestava, era ela também aquela crença da qual a literatura dependia sua existência e sua liberação. As histórias que tomavam a literatura como objeto de estudo

ocupavam lugar ambíguo na compilação de Jullian, estavam incertas se poderiam acolher a história no futuro, de acordo com Seignobos, e foram escolhidas criteriosamente como recursos para a história da história, em Halphen. Tornam-se mais inteligíveis, agora, alguns dos motivos pelos quais Laborde-Milaa, ao lamentar a pequena quantidade de histórias da história, conjecturava que elas poderiam ter evitado tantas destas “vãs discussões sobre a história, ciência ou arte? Nomenclatura ou tribunal? Grande ou pequena”? (LABORDE-MILAA, 1917: 252).

“Monod”

Antes mesmo de começar a escrita deste livro, ou mais distante ainda, antes mesmo que qualquer trabalho a respeito da historiografia oitocentista possa anunciar-se, certos historiadores de outrora parecem, abrupta e sub-repticiamente, estarem a postos e dispostos a tomarem seus respectivos lugares textuais. Talvez seja uma honra o fato de que eles ainda possam nos habitar; um privilégio recebê-los e senti-los, mesmo que de passagem, em nossos “*corpus*”. Como imaginar o presente trabalho sem o (re)citar de Guizot, Thierry, Fustel de Coulanges, Taine, Michelet e Renan? Como poderia, então, esquecer-me de Gabriel Monod? Logo ele, um nome-marco para a história da história! “Século da história, o século XIX é talvez, mais propriamente, o século dos historiadores no século”, afirmou, certa vez, Carbonell (1992?: 110).

Ao dedicar um subtítulo a Monod, ou melhor, ao observá-lo tomar o seu lugar no presente estudo, pergunto-me se ele não representaria um *resumo* e um *aprofundamento* das questões que tentei descrever até agora. Mesmo que não pudesse “repetir” os passos de um observador do movimento histórico, quem não perceberia que este capítulo partiu daquilo que é mais geral até chegar ao que é, naturalmente, o mais específico, a unidade primordial da interpretação: um historiador.

Em outubro de 2012, ele pairava o olhar sobre os leitores da *Revue historique* (Retour..., 2012). Em tons de roxo, seu busto estampava a capa

da edição que anunciava um *retour* ao fundador da *Revue*. Durante a troca de olhares entre busto e leitores, os diretores daquela edição escolheram a perspectiva historiográfica para tratar de Monod e de sua influência, cientes de que os historiadores atuais utilizavam as armas recomendadas pelo próprio Monod (GAUVARD; SIRINELLI, 2012). Em um dos artigos que compôs aquele número, Olivier Lévy-Dumoulin estudou as relações entre Monod e outros historiadores considerados como representantes da “escola metódica”, concluindo que a posição paradoxal de Monod iluminava os limites da pertinência, e até a inadequação, da noção de “escola histórica” para se narrar a história da historiografia (LEVY-DUMOULIN, 2012).

Cem anos antes, o olhar de Monod, dessa vez em branco e preto, avistou outros leitores. Em 1912, a *Revue* anunciava o grande luto pela morte de seu fundador. Textos de Charles Bémont (1848-1939) e de Christian Pfister (1857-1933) abriam a edição enlutada e possuíam um único título, um nome envolto por um soturno retângulo: **GABRIEL MONOD**. Acompanhados de suas últimas palavras, de seus últimos gestos, esses textos buscaram enunciar os gestos e as palavras que ele (não) pôde ou (não) desejava enunciar durante toda a sua vida. Monod acabara de completar 68 anos, mas para contar a sua vida, seu nome fazia com que esses textos retornassem a certas origens familiares, desde o século XVI. Essas origens apontavam para autores de histórias, para professores do *Collège de France* e para pessoas condenadas pela fé. Essas origens poderiam, então, ser motivo de orgulho a Monod, mas delas ele não falava; “ele queria ser, antes de tudo, filho de suas obras” (BEMONT; PFISTER, 1912: II).

Nesses textos que tratavam a sua morte, a obra (*œuvre*) de Monod transbordava os limites de suas obras (*ouvrages*). Neles, foi preciso, então, descrever seus ensinamentos e ensinamentos, seus escritos e palavras, suas ações, concepções, virtudes e sentimentos. A narrativa de tais caracteres, emaranhados entre si, construía para além de um busto, ou de uma imagem, um corpo e um *corpus* dignos de serem (des) velados. Suas ações, plenas de ardor, durante a Guerra Franco-Prussiana

e durante o caso Dreyfus se relacionavam a sua forma de ensinar, aos seus cursos na *École pratique des Hautes-Études*, assim como estavam relacionadas ao seu rigor, ao seu amor pela verdade e pelo método científico. Acontecimentos e textos referentes ao passado e ao presente de Monod, referentes a si mesmo e aos mortos de outrora, fossem eles historiográficos ou biográficos, deslizavam das mãos do autor Monod e se tornavam úteis para contar a sua vida e a sua obra. Uma *vida-e-obra* repleta e dispersa, mas que teria encontrado seu ponto de equilíbrio em sua obra de predileção, ou seja, na *Revue historique*. Homem e diretor, Monod havia buscado o constante aperfeiçoamento de si e da *Revue*; seu amor pela verdade e pelo próximo preenchiam e atravessavam suas ações morais e intelectuais. Valores como estes foram a fonte de um otimismo determinante até mesmo quando uma longa doença o condenara a inatividade em seus últimos cinco meses de vida. Em seu leito de morte, recomendava a fidelidade a esses ideais que guiaram sua vida e a tornaram mais bela; “na manhã de 10 de abril, ele adormeceu de forma serena” (BEMONT; PFISTER, 1912: XII).

O doce sono de Monod encerrava um texto e a *vida* (enquanto ponto de partida da interpretação), para que outro texto pudesse inverter o caminho de análise do finado historiador. A unidade da interpretação *vida-e-obra* poderia também ser *obra-e-vida*, contanto que ambos os caminhos de descrição do morto pudessem construir Monod. Nesse caminho, uma das ênfases incontornáveis estava nas relações entre seus cursos e obras. Ao lê-los e escutá-los, era possível entender como, pela análise de crônicas medievais, Monod “teve a satisfação de dar uma impulsão vigorosa aos estudos de historiografia”. Pelo seu ensino e seus escritos relacionados à *École pratique des Hautes-Études*, formaram-se discípulos que perseguiram essa obra. Tornou-se possível, exemplarmente, a publicação do repertório de crônicas finalizado por Auguste Molinier (1851-1904)²⁰. A própria fundação da *Revue historique* se deu com o seu “estudo magistral” acerca “Do progresso dos estudos

²⁰ Faziam referência à obra de Molinier intitulada *Sources de l'histoire de France* (1904) inscrita em nosso primeiro capítulo.

históricos na França desde o século XVI” (1876a). O espírito crítico de Monod penetrava as crônicas, a historiografia e também se manifestava nos muitos necrológios por ele redigidos. Por isso, inclusive, os textos que ele escrevera a respeito de si e de outros, fossem necrológios, estudos biográficos, retratos ou lembranças, assumiram funções variadas na hora de sua morte. Serviam para compreender, do início ao fim, e vice-versa, Monod. Serviam para apontar quais foram os objetos e temas de sua pena, e faziam voltar sobre ele mesmo a pena dos enlutados. Eles recordavam, aliás, o fato de Monod, após seu casamento, ter se instalado na casa que durante muito tempo havia sido a casa de Michelet. Desde a morte desse mestre, em 1875, Monod começou a estudá-lo. Em 1899, quando a viúva de Michelet faleceu, Monod, que com ela mantinha constantes conversas, tornou-se o herdeiro de seus documentos. Entre 1905 e 1910, Monod fora chamado para a cátedra de *Histoire générale et de méthode historique* do *Collège de France*, na qual estudou o antigo habitante de seu lar e também do *Collège de France*. O espírito crítico desvelava mortos e era condição para que eles também pudessem morrer, viver e conceber obras enquanto autores, enquanto seres humanos, enquanto historiadores. Quando anunciaram a morte de Monod, Bémont e Pfister lidavam, enfim, com uma impossibilidade: “seria impossível apresentar um quadro do desenvolvimento da história na França da segunda metade do século XIX e do início do século XX sem evocar, incessantemente, sua memória” (BEMONT; PFISTER, 1912: XXIII-XXIV).

Neste subtítulo final, parto, precisamente, desses lugares construídos para “Monod”, desses lugares construídos para um historiador em sua relação com um quadro do desenvolvimento da história em determinado período. No início do capítulo anterior, procurei tratar da unidade da interpretação “Instituição” entre parênteses, e utilizei textos advindos de Instituições para pensar na sua cristalização enquanto recorte privilegiado para problematização de passados historiográficos. Aqui, o exercício é semelhante, e procuro inserir “um Autor” entre parênteses, ou melhor, entre aspas. É improvável que eu consiga afirmar ou negar um inelutável lugar para Monod no movimento histórico de sua época. Coloco-me agora diante de um fato incontornável: no conjunto de escritos que discutiam

e narravam o passado dos estudos históricos na França, entre as últimas décadas do século XIX e a primeira do XX, existe a repetição de um nome de família como autor, a repetição de Monod. Desse modo, privilegio aqui alguns de seus textos para entender como e quais passados historiográficos foram narrados naquele período, atentando, especialmente, à produção de uma unidade da interpretação fundamental para a construção de passados dos estudos históricos: o autor chamado de historiador.

Em 1907, Monod tratava, simultaneamente, de dois desses autores: Alphonse Peyrat (1812-1890) e Michelet (MONOD, 1907). Ambos precisavam ser lembrados, mas apenas um deles devia ser retirado do esquecimento. Peyrat permaneceu sozinho no título do artigo, mas partilhou as suas páginas com diferentes autores que haviam criticado os primeiros volumes da *Histoire de France* de Michelet, na década de 1830. Com o intuito de narrar os começos, a estreia de Peyrat na crítica histórica, Monod articulava um conjunto de documentos (artigos, cartas e livros) publicados e remetidos a Michelet (e por ele respondidos) por volta de 1830. Assim, os documentos “herdados” não diziam apenas do “testador”, pois, mediante sua utilização, ao “herdeiro” era permitido investigar questões que ultrapassavam a vida do morto, sem deixar de constituí-la. Entre esses papéis que apontavam, de diversos modos a Michelet, o nome de Peyrat cintilava e se destacava entre outras críticas da mesma época. Esse destaque lhe era conferido por Monod especialmente pelo modo com o qual produzira sua crítica. Atento às questões de método, aos deveres do historiador, aos problemas que tensionavam o estudo de documentos em relação aos fatos e às possibilidades de se construir uma síntese (proposta por Michelet), Peyrat combinava a proposição de questões a um sentimento de respeito e de admiração por Michelet. As ideias de Peyrat estavam a frente de seu tempo, pois ele teria produzido crítica histórica como um contemporâneo de Monod. Por tudo isso, ele deveria “ser tirado do esquecimento”. E para além da singularidade de Peyrat, o ato de lembrá-lo se assentava na real importância que ele possuía quando pensado “do ponto de vista da história dos métodos históricos” (MONOD, 1907: 37).

Dois anos antes, a marquesa Arconati-Visconti (1840-1923), filha de Peyrat, ofereceu ao *Collège de France* uma soma de cinquenta mil francos, destinada ao apoio de um curso complementar de história geral. Ela sabia da demanda que os próprios membros do *Collège* fizeram ao ministro da Instrução pública com o intuito de reestabelecer um ensino que, durante o século XIX, fora professado por nomes como os de Daunou e Michelet. Sua carta ao administrador do *Collège*, de 5 de abril de 1905, explicitava ainda que o título dessa cátedra complementar e temporária, *Histoire générale et méthode historique*, bem corresponderia ao caráter do curso: analítico e sintético, onde seriam estudadas as regras de método e de crítica da investigação histórica e as grandes forças e ideias que contribuíam para a evolução histórica. Escolhido para essa cátedra, Monod iniciou sua lição de abertura no *Collège* assinalando o quanto ela retomava e fazia reviver a antiga cátedra de *Histoire et Morale*, e dedicou-se a contar a história desse antigo curso em sua aula inaugural (MONOD, 1906: 241-268, 463).

Essa história, fazia remontar, primeiramente, à virada do século XVIII para o XIX, ao movimento de ideias que possibilitou a transformação da concepção de história. Se história e moral eram inesperáveis, suas posições poderiam diferir. A história da cadeira mostrava, precisamente, essa mudança que precedia e permitia o momento do discurso de Monod. Mudança pela qual a história deixava de ser uma “escola de moral”, e poderia se tornar um “laboratório das ideias morais”.

Na aula de Monod, um nome ecoava, recuava e se repetia: Daunou. No início do Oitocentos, naquela mesma cátedra, Daunou havia feito “a teoria da história considerada como uma das formas da arte de escrever”; apreciara “a obra dos historiadores antigos e submetia suas narrativas a um exame minucioso”, assim como fazia uma exposição dos sistemas de filosofia da história. A frente da cátedra, entre os anos de 1819 e 1830, Daunou era útil para demonstrar a importância das cátedras de teologia, pois delas saiu “todo o movimento de crítica de textos e de crítica histórica do século XVII ao XIX”. A partir de Daunou, representante do século XVIII e admirador de Tucídides, a partir do que

ele não viu, do que não podia ver e da própria história da cadeira, Monod conseguia descrever o caminho que a história tomou no século XIX, com suas regras, intervalos e ritmos próprios. Daunou não podia ver que depois da *histoire idéologique* do século XVIII, a *histoire romantique* tomaria a palavra. O romantismo poderia ser visto como uma “primeira forma do realismo” vindouro, apesar de seu excesso. Desse modo, Monod narrava três concepções históricas que aconteceram no século XIX, sabendo, porém, que apenas duas delas eram, de fato, oitocentistas. Enquanto a primeira representava o século XVIII, a história romântica, ou melhor, na história romântica anunciava-se o caminho que a história seguiria em direção ao realismo.

Monod dividia e recortava em dois o Século XIX por meio de suas interrelações, de suas reações dentro de si mesmo, considerando aquilo que viria a emergir, antes mesmo de sua ascensão. Considerava que determinada concepção de história tomava a palavra (não) dita, ainda por dizer e dita anteriormente. Isso não quer dizer, porém, que transformações fossem impossíveis. Aliás, o fim da cátedra de História e Moral, com a morte de Alfred Maury (1817-1892), foi explicado por Monod como uma *transformation* relacionada a mudanças das condições do ensino superior de história na França. Desde a ausência desse ensino, no início do século XIX, o *Collège* havia se tornado, no decorrer do Oitocentos, uma escola superior de história. As cátedras de línguas, literaturas e artes tomaram um “caráter histórico”; um ano após a morte de Maury, uma cátedra de história das ciências foi criada²¹; a história não aparecia mais como um “campo de estudos especial e limitado”, e sim como um método aplicável à toda forma de atividade humana. Nessas condições, faltavam justificativas para a manutenção de uma cátedra de história geral (MONOD, 1906: 258-259).

²¹ De acordo com Annie Petit (1995), a criação da cátedra de *histoire générale des sciences*, no *Collège de France*, se deu em relação à herança e ao triunfo do positivismo. Enquanto Comte demandava, desde a década de 1830, a criação dessa cátedra, foram seus sucessores que se tornaram os professores responsáveis pelo seu ensino, e consequentemente, pela constituição da disciplina *histoire des sciences*.

Ora, então de onde teria vindo a ideia de fazê-la renascer, pouco mais de dez anos depois de sua *transformation*? “Da própria evolução dos estudos históricos”, respondia Monod. A história da cátedra mostrava a Monod que, do movimento mesmo do desenvolvimento dos estudos históricos franceses, havia uma volta às proposições de sínteses, de trabalhos gerais, de tentativas de generalizações históricas vistas, em meados do Oitocentos, com desconfiança²². Desse “renascimento”, dessa curva evolutiva que parece retomar o que já se tomara dantes enquanto possibilidade do e no devir, Monod (re)inaugurava a cátedra, e questionava-se: qual o campo de estudos aberto a um professor de *histoire générale*? Para ele, era preciso retomar, “de um novo ponto de vista”, o que tentara Daunou, um século antes. Daunou, atento às maneiras de se escrever a história, às suas concepções, aos princípios da crítica histórica, poderia ser tomado de novo e de nova forma. Abria-se a Monod, abria-se a um professor de história geral na primeira década do século XX, um campo de estudos que poderia incluir o estudo da “evolução que se produziu durante os últimos séculos na concepção de história e na maneira de escrevê-la”. Abria-se um campo que deveria abarcar a feitura da *histoire de l'histoire*.

No presente de Monod, porém, outra questão parecia dominar as anteriores. Uma questão que tentava delimitar as partes que os fatores espirituais (ideias, sentimentos, paixões) e aqueles econômico-materiais ocupavam na evolução histórica. A partir do conjunto mesmo dessas questões (dominantes e dominadas), a partir das relações entre moral e história, e com o intuito de compreendê-las, Monod escolheu estudar, em seu curso, a vida, a obra e o ensino de Michelet. Se a história não era mais uma escola de moral, Monod não era discípulo de Michelet, e nem poderia pensá-lo como um modelo. Admirava-o, amava-o, e o considerava como uma fonte de inspiração para os historiadores do futuro (MONOD, 1906: 266-267).

²² Em 1909, Monod e Bemont (1909: 1-14) diziam da importância da *Revue de Synthèse* em sua contribuição para o trabalho realizado pela *Revue historique*. Com simpatia, olhavam os esforços da nova *Revue* em “restaurar a filosofia da história sobre novas bases”.

Enquanto Michelet conquistava lugares diversos no passado e no futuro da historiografia, o presente de Monod lhe reservaria um lugar de referência incontornável quando se tratava do fazer “história da história”. A afirmação dos necrólogos de Monod acerca do local inesquecível ocupado pelo finado em um *quadro* do desenvolvimento da história na França pode assumir outros sentidos – local do perigo, do ambíguo e da morte. Lugar aonde, do interior da evolução e do desenvolvimento históricos, do e no próprio *movimento histórico*, construíam-se *pontos de vista* outros para o saber histórico, permitindo aos historiadores a proposição de uma história na qual o *movimento* e os *pontos de vista* com os quais se relacionavam (de forma dominante e dominada) tornassem-se objetos submetidos à crítica histórica e ao conhecimento histórico. Os textos de Monod construíam e solidarizavam um passado para a primeira e um presente-futuro para a segunda; narravam temporalmente a crítica histórica, possibilitando a compreensão de seu passado e a sua incorporação, a sua submissão, o seu domínio pelo conhecimento histórico. Ser domínio de um saber, ser domínio para um saber; Daunou de novo, de nova forma, de outro ponto de vista; Peyrat retirado do esquecimento, lembrado, sob a condição de servir ao “ponto de vista da história dos métodos históricos”.

Desse ponto de vista, dois anos após a morte de Monod, Halphen fazia uma história da história da França no século XIX, e tecia brevíssimas considerações acerca de dois textos de Monod, localizando-os em relação a sua empreitada. Enquanto o artigo de 1876, introdução da *Revue historique*, estaria próximo ao seu livro, pois era análogo a um “trabalho geral” acerca do movimento histórico na França, o artigo de 1889, intitulado *Les études historiques en France*, aproximava-se de trabalhos com um “objeto muito diferente” daquele proposto em seu livro. Essa relação de proximidade e de distanciamento foi construída por Halphen em notas de rodapé. O trabalho de Monod de 1876 seria análogo ao livro de Jullian, ou seja, seria análogo ao principal precedente para o livro de Halphen. De outro lado, o artigo de Monod de 1889 seria análogo ao trabalho de Langlois, o *Manuel de bibliographie historique* (1901-1904). Dessa relação era possível dizer o que seria e que não seria história da história e quais tipos de trabalhos

contribuiriam para a realização de uma história da história (HALPHEN, 1914: 187-189).

Em 1889, Monod afirmava não poder ter a pretensão de traçar um quadro completo do movimento histórico na França contemporânea (MONOD, 1889: 587-599). Seu *quadro* até poderia ser geral e conciso, mas não completo. Isto significava que, do quadro do movimento histórico, seriam apresentadas apenas suas principais características, e que em relação ao trabalho histórico, ele apenas narraria como se dava a sua organização. Entre as características e a organização, a narrativa de Monod se desdobrava por meio de manifestações *do* movimento e *para* o movimento; dedicava-se a contar o que nascia do movimento histórico e o que contribuía para esse mesmo movimento. Nesse círculo que reduplica, as manifestações do movimento foram narradas, constantemente, como manifestações de manifestações. Ao mesmo tempo em que o lugar da história no ensino ajudava a compreender o movimento, os lugares de história e a história nesses lugares permitiam entender como desenvolvimentos específicos contribuíram para os progressos dos estudos históricos. A ênfase *sincrônica* dessas manifestações, porém, não impedia o estabelecimento de marcos na *diacronia* historiográfica. Seu texto acentuava a importância da segunda metade do século XIX, sobretudo, enfatizando que no conjunto dessas manifestações (fundação de Instituições, ensino e publicações advindas dessas Instituições, por exemplo), havia a “impressionante prova” e a evidenciação de que a Guerra *franco-allemande* era uma divisa historiográfica para a França.

A fundação desse marco historiográfico para a França estava intimamente ligada à própria compreensão de como e do que deveria compor o movimento histórico e o traçado de seu quadro. Tudo o que favorecia os estudos históricos – desde a iniciativa de editores, passando pela ação do governo, até chegar às *Sociétés savantes* – deveria constituir o traçado. Mas esse conjunto emaranhado que se forma e que (se) movimenta não preenchia todo o quadro. De uma ponta a outra dessas unidades, ao perseguir os rumos desses “fios” entrelaçados, existiam os “*caractères* gerais da ciência francesa”. Essas características, a serem

combinadas em um “bom historiador”, eram a erudição, o espírito crítico, a arte e o estilo. Em outras palavras, Monod se referia à literatura e à erudição, à França e à Alemanha, às tradições nacionais da historiografia diante de “novas tendências” estrangeiras. A erudição e a literatura não deveriam ser vistas como “irmãs inimigas”, mas sim como “aliadas necessárias”. Para argumentar que essa relação entre as irmãs não era impossível, Monod se baseava na lembrança de que o passado intelectual francês era composto por autores-historiadores que as representaram e as combinaram. Não se poderia esquecer que a França era o país de Voltaire, de Mabillon e de Renan (MONOD, 1889: 587-599).

A expectativa de harmonia entre essas características da ciência histórica francesa e a sua ligação com a construção de um marco historiográfico pós-1850, e mais precisamente, “desde 1870”, concluíam o texto de 1889 e também aquele de 1876. Da criação da *Revue* ao livro de Halphen, de 1876 a 1914, no transcorrer de quase 40 anos, porém, o famoso e fundador texto de Monod mudou. Nos primeiros anos do século XX, Halphen, Bemont, Langlois e mesmo Monod consideravam-no como uma história da história, uma história dos estudos históricos, ou ainda uma exposição da “história do desenvolvimento dos estudos históricos na França desde o século XVI” (LANGLOIS, 1901-1904; BEMONT; MONOD, 1909). Nos anos seguintes ao nascimento da *Revue*, sua redação respondia a críticas de leitores “benevolentes” e “mediocrementemente atentos” que pensavam a *Revue* como que formada por representantes da “jovem escola histórica”; leitores que não entendiam que a crítica aos historiadores da “época precedente” era uma crítica aos seus resultados e não à sua ambição de generalização. Enfim, leitores que “leram mal o artigo sobre o desenvolvimento dos estudos históricos que servia de introdução e de programa” à *Revue historique* (LA RÉDACTION..., 1879: 1-3).

A *Revue historique*, em 1876, nascia ciente de que a superioridade incontestada das pesquisas históricas francesas pertencia ao passado e não ao presente (FAGNIEZ; MONOD, 1876: 1-4). Na espera de contribuir para o progresso dos estudos históricos, seria então útil e interessante que o programa e a introdução da *Revue* se desse em um texto como *Du*

progrès des sciences historiques en France depuis le XVI^e siècle (MONOD, 1876)²³. Um texto que fosse e que lançasse “um olhar rápido sobre o caminho percorrido durante os últimos séculos pelas ciências históricas”. Um texto que, desde o seu título, tornasse natural esse modo de olhar e de expor os estudos históricos, e que pensasse e soubesse, desde o princípio, como (eles eram) naturais, dispensando maiores justificativas, dispensando-os de serem um problema. Mas isso não é verdade para todo o título do texto. O olhar que envolvia aquele objeto-título avistava os limites de sua visibilidade no *desde* (*depuis*), no duplo *desde* quando a exposição tinha seu *princípio*. Enquanto a utilidade e o interesse do gesto mereceram brevíssimas justificativas de Monod, o “desde o século XVI” lhe ocupou algumas páginas. Era preciso explicar como e por que a Idade Média não possuía estudos históricos nem historiadores. Fosse como um ramo da literatura ou como uma ciência, o presente de Monod datava-se do e no Renascimento. Para ele, os homens da Idade Média eram incapazes de terem em vista o passado, de terem curiosidade pelo passado e não poderiam expor imagens fieis de tempos anteriores. Esses compiladores e cronistas não possuíam crítica histórica e nem a “arte da composição” historiadora, ou seja, ao invés de tomarem os documentos com o objetivo de relatar e representar eventos de maneira original e pessoal, os amantes do presente apenas copiariam fontes e comporiam mosaicos. O presente do Monod não se identificava com os amantes do presente²⁴.

Desde o século XVI, então, letrados e eruditos movimentavam e colocavam em marcha a narrativa de Monod. A lado de acontecimentos de ordens diversas, a literatura histórica e a erudição, com seus ritmos específicos, caminhavam para longe e para perto de seu princípio – longe

²³ Vejam também a tradução e os comentários de (MALATIAN, 2010).

²⁴ No início do século XX, Langlois (1901-1904: 241) colocaria em questão esse marco: “É comum dizer que a crítica histórica data do Renascimento. Muitos historiadores modernos (Ranke, Sybel, Nissen, etc.) escreveram de diversas formas: a antiguidade clássica e a Idade Média tinham poetas e filósofos, mas não críticos ou homens capazes de representar ou de expor corretamente, segundo as fontes, as coisas do passado distante”... E acrescentava: “no entanto, não é bem verdade que a crítica histórica tenha sido totalmente desconhecida antes do século XV, nem que a história do método histórico antes do Renascimento fosse ainda um *desideratum* importante da ciência”.

da Idade Média, perto da segunda metade do século XIX. Esses nomes, necessitados de longas notas de rodapé, muitas vezes até pareciam se adiantar ao próprio tempo, pressentir o seu futuro, e por isso mesmo, poderiam ser prematuros em suas empreitadas – uma coisa não impedia a outra, eram simultâneas. Era o caso de La Popelinière, por exemplo, que buscou estabelecer os princípios do método e da crítica histórica, em 1599, mas tinha entre as mãos materiais insuficientes; queria construir um edifício antes dos fundamentos. A primeira parte da obra de La Popelinière, *Histoire des histoires*, era definida por Monod de uma forma que, paradoxalmente, nos parecerá agora comum: La Popelinière teria realizado uma “exposição sumária do desenvolvimento da ciência histórica desde a origem das sociedades até o século XVI” (MONOD, 1876: 14)²⁵. Prematuro em seu tempo, La Popelinière reapareceria no último parágrafo do texto de Monod, apoiando-o na afirmação de que a história se propunha a um objetivo e a uma finalidade: “o proveito que se tira da verdade” (MONOD, 1876: 38)!

No entrecruzamento dessas trilhas que formavam o caminho para o século XIX, os beneditinos, durante os séculos XVII e XVIII, teriam construído sólidos fundamentos, como a *Histoire littéraire de la France*, iniciada por eles, em 1733, e continuada pela *Académie des Inscriptions*, no século XIX. Mas os trabalhos dos beneditinos não seriam os únicos “representantes” do movimento histórico do século XVIII. Como nos conta Monod, foi naquele mesmo século que, pela primeira vez, fatos e ideias gerais se relacionaram, e buscou-se compreender o desenvolvimento da civilização e suas leis. Depois dos eruditos e dos filósofos, depois de três séculos, podia-se chegar ao século XIX, podia-se continuar a marcha, ou melhor, iniciá-la em direção ao que tornava possível tanto o Século XIX quanto a própria marcha.

Em 1876, não era banal afirmar: “nosso século é o século da história”, especialmente quando se via a história, na passagem do século

²⁵ Lembre-se da referência a Blanke (2006: 27) feita em nossa introdução: “durante o Humanismo, numerosas *historiae historiae* foram publicadas. Livros como os de La Popelinière [...] devem ser vistos como preliminares do que genuinamente pode ser considerado história da historiografia”.

XVIII ao XIX, tornando-se a base, o centro e o objetivo de todas as ciências. No domínio *littéraire*, o desenvolvimento da história corresponderia, segundo Monod, ao desenvolvimento das ciências positivas, e ambas tornavam o século XIX distinto. Como era sabido, no entanto, os ritmos de desenvolvimento historiográfico não eram, necessariamente, idênticos por pertencerem a uma mesma época. Ao explicar como se deveria entender a regularidade alemã em comparação à menor contribuição francesa, era evidente a Monod que as causas deveriam ser buscadas no “gênio da nação” (MONOD, 1876: 22-29).

A nação e seu gênio, enquanto unidades da interpretação, permitiam a construção da singularidade, das derrotas e das vitórias da França historiadora no Oitocentos. Por ser mais espontânea, mais impaciente, mais inclinada à arte e à imaginação e pela ausência de hábitos de trabalho coletivo, a França ganharia em originalidade e perderia em utilidade científica dos trabalhos. Os historiadores franceses eram autodidatas, sem mestres, sem alunos, literatos antes de serem *savants*. Nomes como os de Thierry, Michelet e Guizot eram *Dii majores* da literatura histórica na França, mas não poderiam representar de maneira completa seu movimento. Ao lado deles e sob sua direção, a França possuía seus eruditos, pouco conhecidos, herdeiros dos beneditinos, trabalhadores da *Académie des Inscriptions* e da *École des chartes*, exemplarmente. Nomináveis ou pouco conhecidos, eram todos *representantes* da ciência histórica francesa. A conhecida aflição em torno do antagonismo entre literatura e erudição se amenizava com o decorrer do Oitocentos. As “irmãs” conviviam em Thierry, Michelet e Guizot, mas eles morriam, sem serem substituídos, desde 1850. No próprio desenvolvimento da ciência histórica francesa, porém, Monod buscava a consolação. O antagonismo diminuía, as “Escolas rivais” de longa data se aproximavam, mas ainda faltava unidade de direção. O momento em que o texto de Monod se tornava público deveria ser entendido, portanto, como de preparação, de começo, de promessa (MONOD, 1876: 29-38).

Entre o final do século XIX e o início do XX, entre os progressos dos estudos históricos e a introdução de um curso a respeito de Michelet, entre

a espera de harmonias historiográficas e a percepção de sua realização no tempo, onde estavam os historiadores? Os textos de Monod até aqui estudados possibilitam algumas respostas. É sabido que esses homens, até mesmo em suas formas pré-oitocentistas, eram representantes de um movimento, de progressos, de escolas, de concepções de história e de métodos; manifestavam-se do interior de manifestações que os antecederiam para além de sua morte. Essas posições nos dizem algo do que eram esses historiadores, mas, talvez, falte profundidade às nossas questões. Reformulemo-las! Do que esses historiadores eram feitos? Do interior do “laboratório das ideias morais”, o que um historiador-necrólogo poderia encontrar em seus corpos e almas? Quais eram os “órgãos” historiadores?

O presente subtítulo começou, precisamente, por responder a essas questões. Sob a supervisão de Monod, comecei por descrever com quantos fios se teciam a mortalha e o morto, mas fiz tal descrição quando Monod ocupava a posição de finado historiador, lembrado, inclusive, pela escrita necrológica que fizera de outros historiadores. Farei agora, então, a leitura de um necrológio escrito por ele, depois dos textos de 1876 e 1889, e antes do início de seu curso a respeito de Michelet, em 1905.

O morto em questão era Ernest Renan (1823-1892), e Monod escreveu seu necrológio no primeiro número de 1893 da *Revue*. O *nécrologie* se iniciava com a apresentação dos requisitos para esse tipo de escrito por meio da afirmação de suas dificuldades. A primeira delas: “é difícil apreciar a importância e a natureza de sua [de Renan] obra histórica sem relacioná-la à sua vida e ao conjunto de seus escritos [...]” (MONOD, 1893: 84). A segunda apresentava o obstáculo de falar com “equidade” de um grande homem que acaba de morrer, pois “para julgar em seu conjunto uma vida e uma obra” seria preciso um longo tempo para considerá-las à distância, em perspectiva, assim como um “objeto de arte” necessita de um “recuo” para sua apreciação. Haveria também a dificuldade relativa à proximidade corporal, pois como seria possível julgar com “imparcialidade”, quando se conheceu esse homem pessoalmente, quando as características de sua voz, de seu sorriso e de

seu olhar ainda eram sentidas. A tais dificuldades “de ordem geral”, seria acrescentado o problema de se tratar de um “morto ilustre” com uma obra considerável, variada, de objetos distintos que abraçaria todos os conhecimentos humanos. Por isso, seriam necessários uma ciência igual a de Renan e um espírito tão capaz quanto o dele. Monod hesitava, mas essas dificuldades funcionariam como motivações para que ele ensaiasse a evocação do que Renan “foi” e do que “fez”, tratando de “desemaranhar” as relações entre sua vida e sua obra, bem como a natureza e as causas da influência exercida por Renan (MONOD, 1893: 84).

Monod começava pela descrição da cidade natal e das raças do pai e da mãe, pois assim compreenderíamos como a “imaginação sonhadora” nasceu no menino Renan. De sucesso em sucesso, anos de entradas em instituições se entrelaçavam a dramas íntimos. Viagens científicas eram acompanhadas de graves doenças, como a febre que ceifou sua irmã, em 1860, na Fenícia. *Vie de Jésus*, o polêmico livro que segundo Monod era “uma das mais puras obras-primas da prosa francesa”, foi publicado em 1863 e dedicado à falecida irmã de Renan. Em 1862, Renan foi nomeado professor do *Collège de France* pelo governo imperial e, no ano seguinte, teve seu cargo revogado, apesar da “serenidade”, “independência” e “imparcialidade” de seu pensamento ao lidar com Jesus. O ensaio prosseguia assim como que apanhando “fios” advindos da vida de Renan que se misturam nas suas obras e vice-versa.

O ano de 1870 marcaria um corte no necrológio e na vida de Renan (MONOD, 1893: 90). Ano da queda do Império, da restituição do cargo no *Collège de France* e de uma nova crise de Renan, dessa vez em relação à “segunda mãe nutridora de sua inteligência”, a Alemanha. Mesmo com uma nova face “friamente realista”, “brutalmente conquistadora”, Renan jamais negaria a essa “mãe” sua dívida, nem suas virtudes e méritos. Ao mesmo tempo, as concepções políticas de Renan evoluíam; de temperamento aristocrata e de raciocínio monarquista constitucional, ele soube apreciar a República e a democracia, pois acreditava que “os grandes movimentos da história têm sua razão de ser”. A partir de 1870, ele estaria em plena posse de seu “gênio”, de sua “originalidade”,

harmônico com seu tempo e consciente de que a alma da França moderna vivia mais nele do que em seus contemporâneos. Daí em diante, houve um “desabrochar” de todas suas faculdades, ele se sentia feliz, e este sentimento lhe inspirava um otimismo filosófico pouco conciliável com sua “ausência de toda certeza”. Para muitos leitores, aliás, Renan se tornava um “apóstolo do diletantismo”. Para Monod, estes não conheciam a vida e a obra, caso contrário, saberiam que esse diletantismo “aparente” não estava no fundo de seu “coração”, nem de seu “pensamento”. “Modesto”, “escrupuloso observador de seus deveres” (privados e públicos), Renan soube lidar com todos os sofrimentos do final da vida, sem se deprimir, mesmo que a própria fala já lhe faltasse. Depois de janeiro de 1892, sabendo de seu destino, visitou sua região natal, e quando se sentiu pior, voltou para morrer em seu posto no *Collège de France*. Em 2 de outubro, ali morria Renan, mas como para ele a morte era apenas uma aparência, nesse mesmo dia ditou uma página sobre arquitetura árabe.

Na última parte do necrológio, Monod explicou a glória de Renan: “seu conhecimento profundo do passado, unido ao dom de fazê-lo reviver pela magia de seu talento literário fizeram dele um incomparável historiador” (MONOD, 1893: 96). E essa glória dependia de três crivos. O primeiro deles pensava um “Renan escritor” e avaliava como sua natureza e seus desejos se refletiam em seu belo estilo. O segundo discorria acerca da “erudição” de Renan que, mesmo não tendo feito grande descoberta, conhecia tudo que tocava na “ciência do homem”. Por meio desses crivos, seria possível dizer como Renan tinha, em alto grau, os “dons e a arte do historiador”, mas ainda faltava o terceiro crivo que perguntaria se Renan teria inovado em “filosofia”. Segundo Monod, por ser muito historiador, Renan foi um “grande pensador” que, sem louvar sistemas metafísicos, tornara-se um “fiel intérprete” de seu tempo.

Em 1894, esse necrológio se tornou um dos capítulos do livro *Les maîtres de l'histoire*: Renan, Taine, Michelet (MONOD, 1894). Os três capítulos dedicados a esses historiadores foram antecidos por uma dedicatória e por um prefácio. Ao dedicar o livro a Charles de Pomairols (1843-1916), um estudioso de Lamartine, as dificuldades-

condições apresentadas anteriormente tornavam-se preceitos desses “estudos”, desses “ensaios biográficos” que visaram “desemaranhar” vida, obra, influência, ideias e sentimentos. Nessa ocasião, todos os pressupostos poderiam ser resumidos em duas palavras: “simpatia” e “reconhecimento”; simpatizar e reconhecer como condições para melhor compreender, analisar e apreciar historiadores (MONOD, 1894: I-VI). Se essa dedicatória parece cumprir a função de apresentar métodos e procedimentos, o que restaria ao “*préface*” (MONOD, 1894: XIV)?

As primeiras linhas do prefácio estabeleciam que os objetos de estudo da obra não eram apenas historiadores, eram mestres. Thierry, Guizot, Mignet e Fustel de Coulanges tinham mérito e glória, mas não possuiriam o “alcance” tão geral e profundo como aquele de Renan, Taine e Michelet. Esses três mestres resumiriam o que havia de “essencial na obra histórica de nosso país e de nosso século”. Para realizar essa espécie de síntese historiográfica, Monod sublinhava três objetivos principais propostos pela história: primeiro, o de criticar as tradições, os documentos e os fatos; segundo, o de desprender a filosofia das ações humanas, descobrindo as leis científicas que as regem e, terceiro, o de devolver a vida ao passado. Ficava claro, desse modo, como cada mestre se encaixava nessas funções. Michelet era o “historiador Ezequiel”, o historiador criador, aquele que por meio do sopro da escrita ressuscitava os mortos. Taine, o “historiador filósofo”, com uma voz grave descobria as leis das ações humanas. Renan era o “historiador crítico”. Um grande criador e pintor, seu poder estava na determinação dos verdadeiros caracteres e condições da crítica histórica. Nessas ramificações da função historiador, talvez leitoras e leitores não se surpreenderão com o papel atribuído a Renan: “desemaranhar e determinar as condições e os limites do conhecimento” (MONOD, 1894: XIV).

Quatro anos depois, em 1898, com a proposta de “examinar as condições e procedimentos, e de indicar o caráter e os limites do conhecimento em história” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898), o nome de Renan era recitado como um marco desse tipo de reflexão que, de modo geral, denominava-se metodologia e teoria da história. Em nome

de Renan, não obstante esse marco temporal-epistemológico, dois marcos historiográficos para a França estavam em jogo: o de 1870 e o de 1848 – o último conhecido também como a metade do Oitocentos. Se Renan e Daunou eram esses dois representantes/definidores de essências da história e da crítica, qual seria o papel de Monod que, retomando uma das definições do dicionário de Larousse, bem poderia ser aquele “observador [que] se observa e se modifica como observador e como observado enquanto observa” ? (LAROUSSE, 1866-1877: 542).

Escolher “Monod”, ao encerrar este capítulo, não significaria, ao menos a um nível bastante profundo, que ele havia bem resumido em si (ele próprio como síntese de um período, portanto) as formas pelas quais era possível se relacionar com o passado dos estudos históricos nas últimas décadas do século XIX? Se pensarmos, por exemplo, nas diversas definições construídas por Laborde-Milaa, Langlois, Halphen e pelo próprio Monod, não estaríamos, então, diante da prova cabal de que a história da história começou antes mesmo de se enunciar, de se programar, de se projetar e de prescrever(-se)? Com ele, estaríamos, portanto, diante de um momento fundamental para pensarmos quando a história da história germinava, e, por conseguinte, tornava-se previsível, recuava-se, ocupando um lugar *original* do *já* começado? Dentro dos modos de dizer a verdade a respeito da historiografia e do historiador, Monod seria um resumo, um representante, um crítico da história, um historiador crítico inserido e inserindo-se no jogo das (im)possibilidades do conhecimento histórico, influenciando, aliás, nas condições que lhe permitiriam ser envolvido por um texto futuro, como este que escrevo.

Diante dessas possibilidades, porém, este subtítulo o envolveu com aspas, tratou de “Monod”²⁶. Desse modo, foi possível narrar a construção

²⁶ Sabemos que esse sinal de pontuação traz alguns riscos por ser capaz de quase estrangular um nome, de criar distâncias em relação à linguagem, de suspender, de pesar, de tornar suspenso na história, capaz de tornar infeliz um pensamento, capaz de, a qualquer momento, despencar e se tornar várias vírgulas. Apesar de tudo isso, corro o risco, mesmo porque, as aspas abraçaram Monod por um motivo mais prosaico. Quando construía o *corpus* documental da pesquisa, quando escrevia, linha a linha, a lista de referências de escritos que discutiam passados para a historiografia no Oitocentos e no início do século XX, o nome de Monod se repetia demasiadamente.

de mestres da história ao mesmo tempo em que se discutia um movimento histórico marcado por historiadores inomináveis e inumeráveis, e até por historiadores tópicos. Mais do que uma unidade da interpretação, o autor-historiador se cristalizava como um princípio das interpretações lançadas ao passado dos estudos históricos, mesmo que não fossem compreendidas (ainda ou jamais) como pertencentes a um (sub)gênero, a um tipo, a um campo, uma forma de história. Mesmo, enfim, que não fosse – ou não pudesse, ou somente pudesse enquanto *devoir* que *germina* desde antes – compreendida como pertencente à região (talvez uma virgem e densa floresta) *de l'histoire de l'histoire*.

Na conclusão deste subtítulo, em “Monod”, reduplicavam-se as imagens construídas no decorrer desses dois primeiros capítulos. Com “Monod”, percebo que cada uma das unidades de interpretação colocadas em jogo na descrição de passados historiográficos, e mais especificamente, que cada uma das unidades que constituem a grande unidade *movimento histórico* eram, em si, também um emaranhado que apontava para regiões mais profundas e obscuras do desenvolvimento, dos modos de narrar o desenvolvimento dos estudos históricos. As figuras do *movimento histórico*, da *história literária*, e dos *progressos dos estudos históricos* apareciam em sua descontinuidade, ironicamente, trazendo a possibilidade de reuni-las, de resumi-las, de sintetizá-las em um nome, em algum nome de historiador, em “Monod”. Ao mesmo tempo, porém, a partir de seus usos, de seus funcionamentos, de suas obliterações e de suas reutilizações nessa curva da virada do século XIX para o XX, pude narrar como os textos de um mesmo autor mudaram, serviram a outros fins, foram reconsiderados e renomeados em torno daquilo que *no fundo* e *prematuramente* quiseram fazer *antes do tempo*, antes de um tempo propício, a frente de seu tempo. Os textos de Monod se tornavam outros, e Monod refletia a respeito de si

Cheguei até a pensar que, antes de qualquer pesquisa em história da historiografia, alguns historiadores estivessem desde o princípio à espera, que eles fossem, naturalmente, o princípio de uma interpretação historiográfica. Em seguida, porém, imaginei que se a lista de documentos fosse um texto, o nome de Monod seria uma repetição, uma recorrente citação, provavelmente estaria entre aspas, “Monod”. Cf. (AGAMBEM, 2012: 99-101).

e de seus textos, de outro modo. Do interior deste livro interessado pelos modos de problematizar e pelas unidades de interpretação colocadas em funcionamento nessas problematizações do passado dos estudos históricos, “Monod” me ajuda a entender como essas unidades e modos funcionavam simultaneamente e, na curva do século XIX para o XX, puderam relacionar-se e serem relacionadas de outra forma, em torno das proposições de uma “história do movimento histórico”, de uma “história dos métodos históricos” e/ou de uma “história da história”.

Ela, por sua vez, capturava e incorporava não apenas outros modos de lidar com os estudos históricos e seus passados, como também capturava e incorporava os passados desses outros modos de se relacionar com o saber histórico. Essa captura e essa incorporação poderiam até produzir alguns paradoxos, pois assumia-se também o dever de informar e dar forma ao novo e ao tradicional, ao mesmo tempo. As posições que La Popelinière, Camille Jullian e Monod viriam a ocupar ilustram bem essas transformações. Antes do Século XIX estar prestes a terminar, e pouco tempo depois dele começar, recomeçar, ou melhor, *renascer*, entre esses dois flexíveis e discutíveis marcos, havia uma instigante convivência entre histórias literárias, da literatura, entre bibliografias e críticas, entre inventários e *não*-histórias do movimento histórico, entre histórias das ciências, histórias dos métodos históricos, das concepções históricas e *quadros* do desenvolvimento dos estudos históricos.

A partir dessa convivência solidariamente controversa, posso, finalmente, trazer respostas às seguintes questões: *O que é a história da história? Quando e como ela começou a ser feita?* Sabemos que por volta de 1917, ela possuía, aproximadamente, 15 anos de idade. Sabemos, melhor dizendo, que ela nasceu em 1897, com a obra de Jullian. Mas, de fato, ela começou, muito antes, na virada do século XVIII para o XIX com obras, no entanto, muito áridas, de nomenclaturas, o que nos leva a crer que ela, em sua melhor definição francesa, nasceu na década de 1870, em um famoso texto de Monod. Responder dessa maneira, porém, seria ignorar que a história da história retomava e renovava pontos de vista da crítica de autores como Daunou, ou seja, talvez seria melhor localizar uma de

suas raízes mais primordiais na crítica praticada desde o início do século XIX, renovando-se ao final do mesmo século. Cabe ainda salientar, não obstante, que no século XVI, La Popelinière realizava uma exposição do desenvolvimento da ciência histórica desde a origem das sociedades até o século XVI, ou seja, fazia uma exposição da ciência histórica desde o momento em que ela ainda não existia até o século que a viu nascer.

A possibilidade de inscrever, no presente trabalho, respostas bastante precisas a duas difíceis questões, está intimamente ligada ao conjunto de textos que, na virada do século XIX para o XX, afirmaram, de forma simultânea e discordante, a novidade e a tradição de uma história da história; reuniram, recortaram, vetaram e prescreveram textos de outrora que teriam contribuído (ou não) para o desenvolvimento dessa história e para o seu nascimento. O pressuposto de que esses textos, suas questões e respostas são dignos de historicidade, dignos de serem colocados em perspectiva histórica, inspirou-me a descrever esse conjunto de discussões inscritas em textos a respeito de passados dos estudos históricos, em suas relações (íntimas ou afastadas) com passados literários e científicos.

Nesse meio, nessas convivências, nessas condições, enfim, não foi apenas o clamor pela feitura de uma história da história que emergiu. Emaranhada a esse clamor, emergiu a repetida tentativa de situá-la, de remontá-la, de torná-la temporalmente possível, de discutir e de tornar discutíveis duas perguntas: *Quando ela passou a ser feita? Desde quando fazemos história da história?* Na virada do século XIX para o XX, na França, houve a emergência de um *problema* chamado de *l'histoire de l'histoire*.

Com essa afirmação, no fundo de suas intenções, não estaria prestes e pronto a afirmar, cabalmente, que a história da história (re) nasceu na virada do Século XIX para o século XX? Ou melhor ainda, não estaria afirmando que, naquela virada, a história da história – existente desde antes sob o manto ou sob o solo de outros nomes – desabrochou, desvelou-se e tornou-se uma forma específica de fazer história?

É compreensível que estas questões pareçam o que há de mais fundamental neste momento. Estamos um tanto distantes da introdução na qual escrevia algumas das (des)ambições deste trabalho. Neste sentido,

gostaria de recitar Jullian de outro modo, e afirmar que não tenho a ambição de fazer uma história da história da historiografia. Apenas narro a história de um problema – o passado dos estudos históricos –, ao mesmo tempo em que procuro dar destaque a alguns dos modos de captura, de construção, de constituição, enfim, de *problematização* dessa importante questão para o saber histórico moderno. A *histoire de l'histoire*, suas origens, seus (re)nascimentos, suas transformações e seu passado-futuro não eram previstos ou previsíveis quando iniciei a presente pesquisa. A centralidade e a eleição da história da história enquanto um problema e um modo de problematização do passado dos estudos históricos possuem, como vimos, suas datas, seus embates, seus debates, suas discordâncias, suas discórdias, seus disparates, enfim, sua emergência.

Não se tratava de um problema se a história da história era ou não um modo *específico* de se problematizar o passado dos estudos históricos. As coisas não eram discutidas desse modo. O problema-solução se congregava na inscrição da história na história, na falta (da escrita) de uma história da história, na chegada (tardia, atrasada, futura) dos métodos e concepções históricos à época em que teriam o privilégio de serem penetrados e (des)velados pela historicidade, assim como outros objetos tinham o sido anteriormente. A época da história era também a época da reflexão. Menos espontânea, talvez menos criativa, tal época era, “obviamente”, *mais* do que aquelas que a precederam. E no próximo capítulo voltaremos a discutir o risco, o dever, a honra e a glória de se ter um lugar diante da crítica, ela mesma histórica.

O século XIX enquanto século da história, de Monod, passando por Langlois até chegar a Halphen, tornou-se uma missão, uma banalidade e uma afirmação a ser problematizada, historicizada. Entre os muitos progressos da história e a sua futura (auto)demolição, era preciso contar-lhe a história, era preciso relacionar-se com a história de um modo mais maduro, do modo mais maduro conhecido até então. Nomes como os de Renan, Daunou e Thierry viam esse futuro-presente como marca, obra e missão de um século, e no final deste mesmo século, ocupariam os lugares de testemunhos, documentos e de referências bibliográficas.

Entre essas promessas de passados e de futuros historiográficos, em seu regime mesmo, as presentes páginas devem, agora, despedirem-se de um ponto de partida e de um ponto de vista. Elas se despedem de 1870 como um ponto de partida para se narrar o passado dos estudos históricos, e este passado elas não mais poderão observar sendo observado do ponto de vista da *histoire de l'histoire*.

CAPÍTULO III:

OS DOIS SÉCULOS XIX E A METADE DO OITOCENTOS

V. Ciências Históricas. – Ciências históricas em geral;
– historiografia ou metodologia e crítica histórica; –
filosofia da história; – geografia, viagens; – arqueologia
e numismática; – etnografia; – cronologia; – genealogia,
heráldica; – diplomática, tratados (GAR, 1869: 22).

Após a despedida, aquela que acabei de inscrever no capítulo anterior, passei a indagar-me se não teria sido, de fato, a hora de parar. Neste instante, imagino você, leitor e/ou leitora do futuro, que folheou a introdução ainda não escrita deste livro, e sabe que não parei, tampouco pararei. Apesar disso, a indagação resguardaria as suas justificativas. Se sabemos quando o Século XIX começou, se sabemos quando ele começou a acabar, por que continuar? Se sabemos que entre esse começo e esse final (possível, provável e até re-querido), a *histoire de l'histoire* emergiu enquanto um problemático modo de se discutir o passado dos estudos históricos, o que justificaria a continuidade da escrita de uma história? A quantidade de páginas-capítulos desejados-pactuados para um trabalho doutoral poderia, por si só, justificar a (des)continuidade de uma escrita? Bem, acredito que este não seja um dos problemas fundantes de nossas “estatísticas” historiográficas.

Um modo de fazer desaguar algumas respostas nessas questões é contar a você o que ocorreu no verão de 1863. Com a chegada do mês de agosto, em Dinard, o cântico das lamentações de um Rouxinol poderia ser escutado¹. Próximo a Saint-Malo, o Rouxinol, também conhecido como

¹ “Um espartano, convidado a ouvir alguém que imitava o canto do rouxinol, respondeu friamente: já ouvi o rouxinol. O mesmo dirás tu, se leste *Henriqueta Renan*, a quem quer que se proponha falar desta senhora que tamanha influência teve no autor da *Vida de Jesus*. A diferença é que aqui ninguém te convida a ver e imitar o inimitável. Renan é

historiador crítico, observou o mar e banhou-se em dúvidas². O mar e as dúvidas se agitaram, as lembranças invadiram as margens, e Renan lamentou ter preferido as ciências históricas. Não teria sido melhor escolher as ciências da natureza? “Se as ciências históricas deixassem o público tão calmo como a química” (RENAN, 1863: 761-774) ...

Devido ao interesse por esse gorjeio que lamenta, é bem possível que nós também não nos acalmaríamos, e gostaríamos, imediatamente, de ouvi-lo sozinho, em seus muitos detalhes, isolando seu som em meio ao murmúrio de tantas outras aves. Mas talvez seja preciso, antes de qualquer coisa, ir mais longe ou mais fundo, e entender o “voo” e o canto particulares de Renan, assim como um alquimista quando observa uma cicatriz na face de alguém, e vai em busca das raízes que estariam cravadas no espírito do ser que possuir tal marca.

O Rouxinol era o melhor amigo de um famoso químico, chamado Marcelin Berthelot (1827-1907)³. No início da década de 1860, apesar da distância causada pelas viagens do Rouxinol, os constantes diálogos entre os dois não cessavam, e as trocas de cartas deveriam torna-los ainda mais próximos. Os nascimentos de filhos, os banhos de mar, as hospedagens em hotéis, os encontros para o chá, as reformas em imóveis vizinhos, as dificuldades na hora de fazer as crianças dormirem, a esperteza e a inteligência delas e os pêsames pelas mortes de familiares foram alguns dos temas da vida remetidos por Ernest Renan (1823-1892) e Berthelot naqueles anos. Digo que foram alguns dos temas porque não foram os únicos. O Rouxinol, que segundo o grande amigo, marcaria com o seu nome o Século XIX assim como os filósofos marcaram o século XVIII,

o próprio rouxinol [...]”. Tratam-se das primeiras linhas da análise que Machado de Assis realizou das correspondências de Renan com a sua irmã, Henriette. A análise completa se encontra no texto “Henriqueta Renan” publicado, primeiramente, na *Revista Brasileira*, em outubro de 1896, e posteriormente em suas *Páginas recolhidas*. Cf. (MACHADO DE ASSIS, 2015: 571-579).

² Faço referência à eleição de Renan enquanto “historiador crítico”, como lemos no capítulo anterior, acompanhados de “Monod”.

³ Em 1885, Berthelot publicaria um livro a respeito das origens da alquimia: (BERTHELOT, 1885). Em 1898, era publicado o livro de correspondências entre Renan e Berthelot: (BERTHELOT; RENAN, 1898). A partir daqui faço uso de algumas dessas cartas, especialmente daquelas publicadas no início da década de 1860.

acabara de ser suspenso do *Collège de France* e de lançar a sua *Vie de Jésus* (RENAN, 1863)⁴. Renan, no entanto, praticava uma “abstenção em matéria epistolar”. Essa prática nomeada pelo amigo Berthelot e da qual reclamava ao mesmo tempo em que agradecia a Madame Renan por lhe informar da vida do ausente e melhor amigo, não o impedia de contar das *nouvelles* parisienses ao Rouxinol. Enquanto o livro acerca de Jesus caminhava sobre as polêmicas, o curso suspenso agitava o Rouxinol que discutia as suas futuras ações em relação a tal problema. Agitado, ele estava disposto a pagar com o próprio dinheiro um curso no *Collège de France*. O químico o acalmava ao mesmo tempo em que o dissuadia da tentativa de reabrir o curso. Seria o melhor momento para o livro, para a liberdade de escrever, mas o curso deveria esperar. Nesse momento de perdas, Renan anunciava ao amigo que estava a escrever uma carta com suas visões a respeito da “filosofia geral sobre a história do ser”. A carta, que partiria das conversas entre o Rouxinol e o químico, foi publicada em outubro de 1863, com o título “*Les sciences de la nature et les sciences historiques*”, e se iniciava com as lamentações de Renan que possuía apenas uma vida e que escolhera para ela as ciências históricas (RENAN, 1863: 761-774). O primeiro subtítulo deste capítulo tratará, precisamente, desse interessante diálogo entre Renan e Berthelot.

Agora sabemos, então, que o presente capítulo deveria receber como título os nomes de Renan, do Rouxinol ou até mesmo do historiador crítico? De fato, seu nome se repetirá do início ao fim deste capítulo. Mas isso, aprendemos com “Monod”, pode nos levar para outros pontos de partida, para outras perspectivas. Este capítulo não toma como foco a escrita da história de Renan. Não posso negar que seu canto, mesmo depois de vários verões, ainda me traga satisfação, descontração e ajude-me a escrever, mas volto aos seus escritos, dessa vez, com outros objetivos⁵.

Renan repetia, constantemente, que as combinações entre uma história erudita e outra filosófica desaguariam em uma história crítica do

⁴ Primeiro volume da *histoire des origines du christianisme* (1863-1882).

⁵ Retomo neste capítulo alguns escritos de Renan com os quais trabalhei durante minha dissertação de mestrado e que hoje, em relação a outros documentos e questões, ajudam-me a compor o presente livro. Não obstante, cabe citar aqui um importante e recente trabalho acerca de Renan (HARTOG, 2017).

espírito humano. Nessa história, todas as produções humanas deveriam receber sentido histórico, deveriam receber suas interpretações através dos tempos, sob a lei do tempo. Tratava-se, segundo ele, de algo incontornável ao pensar o e no Século XIX. Muitos como ele, antes e depois, dedicaram-se a dizer que o século XIX era, seria e teria sido o século da história. Em torno dessa afirmação, Renan inscrevia uma missão, uma obra, uma ciência que, no próprio movimento de autorreflexão, poderiam redefinir, aumentar e resumir seus nomes e marcos: “[...] na grande obra que permanecerá a de nosso século: a história crítica do espírito humano” (RENAN, 1857D: 3); “[...] fundar a grande ciência do nosso século: a história filosófica do espírito humano” (RENAN, 1857C: 2-3); “Sim, a história é, em certo sentido, a criação própria e original de nosso tempo [...] não há qualquer exagero em dizer, a história não possui quarenta anos [...]” (RENAN, 1857A). No segundo subtítulo deste capítulo, outros nomes, marcos e objetivos textuais serão estudados e, nesse momento, procurarei dar destaque às demarcações de métodos e de ciências com as noções de “antigo” e “moderno”.

Ao se concentrar nesse “um pouco antes” e nesse “um pouco depois” de 1850, o presente capítulo reflete, portanto, acerca do que acontecia nesses “meados” do Século XIX para que eles pudessem se identificar para além de um momento de passagem em relação às porções de tempo que os antecedem, que os ultrapassam e que poderiam até torná-los ultrapassados. Para tanto, foi importante sublinhar uma “grande questão”: *Como se escreve a história?* No último subtítulo, ao estudar a regularidade dessa questão, bem como as suas diferentes funções, tornou-se possível salientar que estes capítulos – quero dizer, este e o próximo – não são constituídos por uma espécie de *pré-história da história da história*, tampouco seriam uma descrição de algo que germinava antes de nascer. Ambos os capítulos se dedicam à dispersão e à difusão de questões em torno do passado dos estudos históricos, tentando narrar como tais questões não se congregavam do mesmo modo, não constituíam o mesmo ou um único modo de se relacionar com o passado dos estudos históricos.

Um resumo de “nossa filosofia científica”

Dinard, 4 de agosto de 1863.

Meu querido amigo,

Eu quero refutar suas acusações, ou provar, pelo menos, que se escrevo poucas cartas, eu não me esqueço de um amigo como você. Estou tão longe de te negligenciar que passo minhas horas contigo. Para distrair meu pensamento do assunto que o preencheu nesses últimos tempos, comecei a colocar por escrito certas visões da filosofia geral sobre a história do ser, relacionadas às conversas que tivemos juntos. Eu faço isso sob a forma de carta que endereço a ti. Responderás se quiser, e essas duas partes juntas poderiam formar um todo, resumindo nossa filosofia científica. Será como você desejar, é claro; pois para mim, ao escrever essas ideias, eu queria, acima de tudo, satisfazer-me e distrair-me (BERTHELOT; RENAN, 1898: 292-293).

A primeira parte desse resumo da filosofia científica, o texto em formato de carta ao qual Renan se referia em sua correspondência foi publicado na *Revue des Deux Mondes*, em outubro de 1863 (RENAN, 1863: 761-774). Desde o seu início, o texto desdobrava aquele título que repartia as ciências em dois: naturais e históricas. As identidades, as concepções e as relações entre essas ciências introduziam a carta e introduziam na carta as posições que elas poderiam e deveriam ocupar. A história, que em seu sentido ordinário seria constituída pela “série de fatos que sabemos do desenvolvimento da humanidade”, poderia adquirir um sentido verdadeiro se não fosse indiferente aos resultados advindos das ciências naturais. No sentido verdadeiro da história o “infinito da duração que nos precedeu” se tornaria uma questão, e ela bem poderia ser “entendida como o quadro do que podemos saber do desenvolvimento do universo”. Foi também nesse momento introdutório que aparecia a lamentação das ciências históricas que não seriam mais avançadas por não deixar o público tão calmo como a química. Nesse perigo das ciências históricas, Renan encontrava sua nobreza. A íntima relação da história com a política e com a moral não

eliminava seu direito de se consolar do desdém dos amigos de Berthelot. Aqueles que tratassem as ciências históricas como curiosidades inúteis não as compreendiam (RENAN, 1863).

A partir dessas considerações iniciais, o grande agente do texto, da história e do mundo entrou em cena: “o tempo me parece cada vez mais o fator universal, o grande coeficiente do eterno ‘vir a ser’” (RENAN, 1863: 762). Com a força desse pressuposto, todas as ciências estariam, então, “escaloadas por seu objeto em um momento da duração”. Cada uma das ciências teria por missão “ensinar” um período da “história do ser”. Essa história possuiria sete períodos e o texto de Renan narraria quais ciências “revelariam” tais períodos, a começar do sétimo, último e “atual” período até chegar ao primeiro e mais antigo período da história do ser.

Antes mesmo de retomar e resumir, neste subtítulo, cada um desses *períodos*, de acordo com a ordenação e a sequência propostas por Renan, creio que pululam em você importantes e variadas questões. Os pressupostos do texto de Renan, citados no parágrafo que acabo de escrever, são mesmo muito interessantes e podem desencadear muitas ideias para as pessoas que se dedicam às reflexões acerca da história. De minha parte, devo adiantar que seu pequeno e complexo texto está intimamente ligado ao título que dei ao presente estudo. Não haveria nesse título uma *evidente* e lógica sequência de raciocínio de uma ciência ou de uma parte ou área da ciência? De um modo bastante geral, o passado (dos estudos históricos) não seria, evidentemente, o *objeto* da história (da história)? Quando, porém, a liberação e a ordenação temporal das ciências *depende* dos momentos da duração que seus respectivos objetos ocupam, os marcos e as relações entre as ciências-objetos se modificam; podem, simultaneamente, recuar, aproximar (-se) e adiantar (-se), podem ser unos e duplos, podem estar “aqui” e “lá”, muito “próximo” e muito “distante”; poderiam estar no passado e no futuro daquele que os observa e os delimita de um presente que não deixaria de ser, ele mesmo, “vir-a-ser”⁶.

⁶ Recordo-me das seguintes palavras de Foucault que podem tomar mais corpo até o final deste subtítulo: “[...] descobrindo a lei do tempo como limite externo das ciências humanas, a História mostra que tudo o que é pensado o será ainda por um pensamento que ainda não veio à luz” (FOUCAULT, 2016: 515).

No texto, Renan começava a sua descida nas escadarias – as ciências estariam *escalonadas* – pelo sétimo, último e atual período, nomeado como período histórico. O seu nome, se bem compreendidos os pressupostos de todo o artigo, adianta qual seria a ciência responsável pela revelação dessa época: a “mais jovem de todas as ciências”, a história. Para que ela fosse escrita, no entanto, a humanidade teve de chegar a um estado muito avançado de reflexão. O século de Renan não o deixava esquecer-se que os prodígios da indução científica haviam conseguido “muito recuar os marcos da história” (RENAN, 1863: 762-764).

A filologia e a mitologia comparadas, neste sentido, fariam atingir épocas bem anteriores a todo documento escrito. Com elas, abria-se um período da produção de mitos e de linguagem, o sexto período, ou ainda, o período da “humanidade inconsciente”. Antes de escrever, o homem falaria e criaria mitos. De acordo com o autor, a fala e os mitos seriam “fontes” que, conservadas “intactas durante milhares de anos”, poderiam nos colocar em contato com as “origens da consciência humana”. O vocabulário do historiador o acompanhava em seus passos descendentes ao ponto de que a filologia e a mitologia poderiam ser mais bem definidas como uma “história pré-histórica”.

Era possível recuar ainda mais, descer mais alguns degraus. Por meio de ciências como a geologia, a zoologia e a antropologia, seria permitido expandir o “horizonte” para além das origens da “consciência humana”. O acolhedor abraço da história mostraria que enquanto a filologia era a história antes da reflexão, a antropologia poderia ser a história antes da linguagem. E a geologia? Para Renan, os estudos das camadas geológicas serviriam na comprovação de que o desenvolvimento da humanidade se daria de forma lenta e sempre em relação aos períodos precedentes. O geólogo, desse modo, poderia se tornar historiador na abertura do quinto período, esse momento do desenvolvimento individual de cada planeta, em especial, das “evoluções” sucessivas da Terra.

Nesse texto, Clio parecia incansável e disposta a transpor supostos limites. Renan até chegava a aguardar o dia em que a zoologia seria histórica, o dia em que ela não mais se limitaria a descrever a fauna

existente e tentaria descobrir como a forma presente foi adquirida. Nessa “ciência dos tempos primitivos” a zoologia e a botânica poderiam ser vistas como “os mais antigos documentos da história da vida”.

“Mas nossa ciência histórica para aí” (RENAN, 1863: 766)? Não, era possível continuar. No século XIX, a astronomia já teria realizado o trabalho de ultrapassar toda concepção planetária. E assim a Terra era vista como um indivíduo de um conjunto mais amplo. Eis o quarto período, o “período planetário”; nele, sistemas se desprenderiam de uma massa central, passando a ter um desenvolvimento individual: a terra começaria a existir.

Neste ponto, imagino que alguns leitores (do século XIX e do século XXI) poderiam se confundir por conta dos largos e rápidos passos da ciência histórica. Neste caso, Renan ajudaria com um exemplo: o *Système du Monde* de Laplace seria a história de uma época pré-terrestre, ou uma história do mundo antes da formação da Terra, ou ainda uma história da Terra em sua unidade com o sol.

Quase que unido a esse quarto período, o terceiro receberia o nome de período solar. Ainda com a astronomia, era perceptível que a história do mundo significaria a história do sol. Neste sentido, Renan explicava que as galáxias e a via láctea se tornariam documentos de uma história muito antiga, de uma história pré-terrestre. O sol, porém, seria apenas mais um de sua “espécie”, e a astronomia teria dificuldades para ultrapassar tal período. Como continuar? Era chegada a hora da química de Berthelot. Com suas “soberanas clarezas”, ela abria o período molecular, “a história do mais velho período do mundo, a história da fundação da molécula” (RENAN, 1863: 767). Sim, a molécula também era fruto do tempo.

O historiador e o químico se encontrariam, então, respectivamente, nos períodos mais recentes e mais velhos do mundo. A química do grande amigo revelava o mais velho período que não era, porém, o primeiro. Ao menos de forma “virtual”, haveria a física mecânica. O período atômico, primeiro e mais antigo, nos transportaria para um mundo composto de forças desprovidas de toda qualidade química. “Assim, a mecânica me parece a ciência mais antiga devido ao seu objeto” (RENAN, 1863: 768).

No texto de Renan, o tempo explicava o universo, e o universo era explicado pela ciência histórica, acompanhada, é claro, de outras ciências que revelariam períodos específicos da história por meio do trabalho com seus documentos e fontes. Nesse universo, biólogos, químicos e geólogos também poderiam ser historiadores. Nesse universo, a terra e os mitos poderiam ser documentos da ciência histórica. Devido aos seus objetos, as ciências poderiam possuir nomes e períodos específicos, mas não se esqueceriam de que eram ciências *históricas*. “Em suma, o que chamamos de história é a história da última hora, como se para compreender a história da França estivéssemos reduzidos a saber o que se passou há uma dezena de anos” (RENAN, 1863: 768).

Em suma, o tempo poderia explicar o universo. Não obstante, sabia-se que, sozinho, o tempo ficaria “eternamente estéril”. Recuar ao máximo os limites do passado e “descobrir” os elementos que o explicam não era o bastante. Para que o tempo não ficasse solitário, era preciso ainda outro princípio: a tendência ao progresso; um necessário e permanente “ser cada vez mais”, “uma mola íntima” que empurraria tudo à vida. O casamento entre o tempo e a tendência ao progresso permitia que desta “longa história”, induções acerca do futuro fossem realizadas. Para Renan, o “infinito do tempo” seria depois de nós, o que fora antes de nós: diferente. Tudo o que tivesse começado acabaria – inclusive a humanidade. Apenas a consciência não acabaria. O “triunfo do espírito”, da ciência, esse “verdadeiro reino de Deus”, permaneceria. Diante disso, como afirma Renan ao final de seu texto, nesta teologia, poderíamos até ressuscitar.

No final de 1863, a resposta de Berthelot, a parte que completaria o resumo idealizado por Renan foi publicada (BERTHELOT, 1863). Enquanto Renan ordenava as ciências pelo tempo e pela tendência ao progresso, Berthelot as repartia em dois métodos: o ideal e o positivo. Os métodos seriam os princípios a partir dos quais as ciências se definiriam, e o título de sua resposta adiantava ao amigo e a outros leitores que havia uma ciência ideal e uma ciência positiva.

Desse modo, a ciência positiva estabeleceria fatos fundados nunca de forma incerta e obscura, mas sim na observação e na experiência. Enquanto

isso, a ciência ideal envolveria o possível e o hipotético, trataria de causas primeiras e do fim das coisas. A ciência ideal não apenas retomaria problemas antigos em relação à nova e positiva ciência, como também estabeleceria uma relação com o tempo diferente, pois ela nunca deixaria de mudar. Quando estivesse constituída, a ciência positiva estaria para todo o sempre. Neste sentido, ciência ideal encontraria seus graus de certeza e de verdade na companhia dos métodos colocados em funcionamento pela ciência positiva. Por isso, de acordo com o químico, as duas seriam legítimas, as duas seriam necessárias, pois toda concepção de conjunto seria impossível sem a mistura de ambas. O próprio texto de Renan, aliás, demonstraria, segundo Berthelot, as fundamentais relações entre ambas.

Seria, portanto, a ciência histórica uma ciência ideal? Na divisão entre dois métodos, que lugar seria ocupado pela história? Segundo Berthelot, a história se localizaria em um grupo “à parte”. As leis da história seriam mais difíceis de descobrir que as do mundo físico; a experimentação não interviria e a observação seria incompleta. Assim como Renan havia feito, Berthelot destacava em sua carta o saber do amigo: “vós sabeis melhor do que ninguém, por quais maravilhosos artifícios de adivinhação, apoiados sobre os indícios mais diversos, o historiador suplementa essa eterna impotência, e reconstrói, em parte pelos fatos, em parte pela imaginação, um mundo que ele não conheceu, que ninguém nunca voltará a ver” (BERTHELOT, 1863: 457).

Em um resumo da “nossa” filosofia científica, as ciências se repartiam e se ordenavam a partir de seus métodos, a partir do tempo e a partir da tendência ao progresso. As ciências eram históricas, naturais, ideais e positivas. E, é claro, havia a ciência histórica: entre elas, sobre elas, antes delas, em seu interior e exterior – “à parte”.

Em 1898, seis anos após a morte de Renan, foi publicada a obra que reunia as correspondências trocadas entre Berthelot e Renan (de 1847 a 1892) (BERTHELOT; RENAN, 1898). Em sua introdução, Berthelot – já conhecido pelos seus trabalhos em química e em história das ciências – narrou como as características intelectuais e morais de Renan sempre os fizeram estreitar as relações, mesmo com todas as “peripécias da existência”. O primeiro

encontro entre os dois teria ocorrido somente quando Renan decidiu abandonar a carreira clerical em 1845. Essa decisão, segundo Berthelot, pôde se consolidar graças às relações entre ambos os “espíritos filosóficos”; entre as “certezas das ciências físicas e naturais” e as “aberturas” que Renan já possuía para as “ciências das línguas e da história”.

Em 1876, mesmo ano em que Monod afirmava a inexistência dos estudos históricos antes do século XVI e contava da publicação, naquele mesmo século, de uma exposição sumária do desenvolvimento da ciência histórica desde a origem das sociedades até o século XVI, as duas cartas que resumiam a “nossa” filosofia científica foram publicadas em um livro de Renan (RENAN, 1876). Com uma dedicatória a Berthelot, Renan marcava a data em que os dois começaram a “pensar juntos”: “você tinha dezoito anos, eu tinha vinte e dois”. Esses trinta anos de pensamentos entrelaçados, no entanto, poderiam gerar algumas dificuldades, pois essa “íntima associação intelectual” impossibilitava reconhecer de quem realmente seriam as ideias expostas em seu livro. Para Renan, seria como tentar partilhar os membros do filho entre o pai e a mãe. Neste sentido, se nos lembrarmos das variadas definições de marcos e de identidades para a *histoire de l’histoire*, discutidas nos capítulos anteriores, creio que não seria difícil imaginar que um químico e um historiador estivessem um tanto orgulhosos.

Tão antigo quanto o moderno: quadro, estado, estatística, distinções

No ano de 1865, Joseph Tolra de Bordas (1824-1890) concluía seu rápido esboço acerca dos estudos históricos no século XIX com a consciência de que suas palavras poderiam apenas trazer uma ideia bem imperfeita daquele movimento bem como da superioridade de sua época (TOLRA DE BORDAS, 1867: 134). Seu *tableau* dos estudos históricos oitocentistas, discursado na *Académie des jeux floraux*, ganhava destaque na academia que, anos antes, havia proposto como tema do prêmio de eloquência um *tableau* acerca da poesia francesa no século XIX. Como bem alertava e perguntava no início de seu discurso: “hoje é a vez da história:

poderia ela ser esquecida, ela cujos ensinamentos estão tão acima daqueles da poesia?” (TOLRA DE BORDAS, 1867: 5).

Para começar o discurso, era preciso dizer aos contemporâneos que eles não estavam mais no tempo em que Aristóteles caracterizava a poesia como melhor e mais filosófica do que a história. Quando Aristóteles afirmava que o poeta era o único filósofo e o historiador era apenas cronista, Tolra de Bordas ponderava o que não era passível de ser visto pelo “gênio pagão”. No tempo de Aristóteles, não era possível compreender a misteriosa marcha da humanidade dirigida pela mão da Providência. Essa passagem do gênio pagão à Providência era fundamental para que o *tableau* afirmasse, desde as suas primeiras páginas, que a história havia recebido sua dignidade apenas do cristianismo, e que a filosofia da história era uma ciência cristã. A ruptura com o pagão e a emergência do cristão possibilitavam que a compreensão da história como “mestra da vida humana” possuísse uma vida longa: de Cícero a Bossuet, do antigo ao século XVIII – este último também conhecido naquela época como século “precedente”.

O século que precedeu o século da história seria, de acordo com o autor, marcado pelo conflito entre o espírito da filosofia e o gênero histórico. Mais do que um conflito, o século XVIII, por aperceber-se muito superior às épocas precedentes, não poderia mergulhar na erudição em busca do passado. Não havia, portanto, exagero em afirmar que o século XVIII não teria produzido qualquer historiador que fosse notável. A crítica e a imparcialidade teriam faltado aos historiadores e filósofos daquele século. A crítica, enquanto “respeito e culto das fontes”, e a imparcialidade, enquanto “boa fé nas induções e nos julgamentos” seriam as condições da história e aquilo que faltava à história produzida no século anterior (TOLRA DE BORDAS, 1867: 10-11).

A partir das faltas do passado dos estudos históricos uma reação se tornava mais do que possível, tornava-se necessária. “Repete-se todos os dias que o nosso século é o século da história; e, é preciso confessar, essa fala, se não a tomarmos muito a sério, contém alguma coisa de verdadeiro” (TOLRA DE BORDAS, 1867: 10). É que em nenhuma outra época via-se tanto interesse e tanto ardor em relação aos fatos passados. O pressuposto

que funcionava nesse *tableau* era aquele com o qual era possível saber que cada época possuiria uma inteligência, e a inteligência do século XIX não seria poética nem filosófica. “Não é nem a imaginação nem o julgamento que dominam na nossa geração, mas a memória [...]”. “Chegou o momento em que a memória [...] é mais útil do que prejudicial” (TOLRA DE BORDAS, 1867: 10). A inteligência daquela época seria histórica, e sua explicação do passado da história era lógica. Tolra de Bordas sabia da existência de faculdades que, *necessariamente*, trabalhavam na “criação de um regime novo”. A filosofia, a crítica e a poesia *já* teriam cumprido seus papéis, elas *já* teriam destruído a sociedade e a literatura antigas. Era chegada a hora de uma faculdade que abrisse “o tesouro das lições e das experiências do passado”. O tempo da memória havia chegado (TOLRA DE BORDAS, 1867: 10).

Um quadro, um estado, uma estatística e algumas distinções são os “protagonistas” deste subtítulo. Dou continuidade, dessa forma, ao estudo acerca dos modos com os quais o passado dos estudos históricos foi tratado no Século XIX. Ao lado desse problema central, gostaria de sublinhar, agora, um questionamento que, de maneira dispersa, instituiu-se e cristaliza-se como algo, ao mesmo tempo, incontornável e “auxiliar” nos textos em que os rumos do passado da história foram discutidos. Esse questionamento, há pouco, foi citado *en passant* com o texto de um químico que, reconhecendo a importância da história do espírito humano, sabia o quão necessário era marcar e demarcar métodos e ciências com o “antigo” e o “moderno”⁷.

O quadro elaborado por Tolra de Bordas é bastante interessante para se pensar nessas relações. Diversos marcos da ruptura e do moderno, como se viu, puderam se repetir em seu texto. Para narrar o quadro da história em marcha, o autor destacava algumas imagens que, até aqui, tive a oportunidade de descrever a partir de outros textos: a “ausência” ou interrupção da história no século XVIII, a longa permanência de uma história enquanto ensinamento e a “reação” que marcaria a virada para

⁷ Para a escrita deste subtítulo, foram muito importantes as reflexões de F. Hartog contidas nos seguintes livros: (HARTOG, 2003); (HARTOG, 2015).

o Século XIX, por exemplo. Após construir essa chegada ao “tempo da memória”, assim como muitos de seus contemporâneos, Tolra de Bordas distinguia história e historiadores, descrevia algumas obras, diferenciava concepções de história que conviviam no século da história e procurava diferenciar e identificar escolas históricas. A respeito das escolas históricas, duas questões – uma mais geral em relação ao presente trabalho e outra mais específica ao presente tópico – chamam a atenção. A primeira se localiza no cuidado do autor em relativizar a sua classificação de historiadores, pois sabia que as nuances separavam e distinguiam cada um dos historiadores ali considerados, mesmo que fossem alocados em uma “escola particular e sob uma denominação uniforme”. A classificação poderia ser adotada em princípio, mas não poderia ser exclusiva ou absoluta (TOLRA DE BORDAS, 1867: 19).

A segunda questão, mais específica, toca precisamente nos “princípios” de seu texto. As relações entre o gênio pagão e a ciência cristã não foram apenas uma introdução daquilo que antecedia o século da história, elas também o compunham. Para que o *quadro* fosse escrito, Tolra de Bordas enunciava que a “vontade de Deus” e a “vontade do homem” seriam duas partes indivisíveis da história. Havia quem negasse a primeira ou a segunda parte desse princípio, mas isso pouco importava, pois, “a negação de uma de suas duas partes acarretava a negação da outra”. A partir desse princípio, a partir dessa definição de uma concepção de história fundamental, a nomeação de algumas escolas até poderia se assemelhar com a de outros contemporâneos (escola fatalista, descritiva, etc), mas o princípio supremo da história as alterava desde muito antes (TOLRA DE BORDAS, 1867: 15-20). Seria preciso repetir que não se estava mais no tempo de Aristóteles?

Como declarou Gaston du Fresne de Beaucourt (1833-1902) na introdução da *Revue des questions historiques*, em 1866, a utilidade de um trabalho de “revisão histórica” não teria necessidade de ser demonstrada (DU FRESNE DE BEAUCOURT, 1866: 5-10). Necessária, difícil e até ingrata, a revisão histórica se tornava possível e fundamental como expressão do espírito essencial do Oitocentos, o espírito crítico, e também como condição de reabilitar e de conquistar a simpatia da multidão que respeitava *savants* e eruditos, mas que com eles pouco simpatizava. Um dos

mestres da escola moderna, Thierry, poderia ser retomado para justificar essa tarefa que, mesmo não sendo tão temerária, envolveria polêmicas e ataques ao presente dos estudos históricos, permitindo que o erro fosse destruído e que a verdade se estabelecesse.

No ano anterior, Jules Belin de Launay (1814-1883) identificava, de forma semelhante, que aquele era um momento propício para revisões históricas (BELIN DE LAUNAY, 1865). Em meio ao terceiro quarto do século XIX, falava-se de uma esterilidade dos estudos históricos, logo uma revisão histórica contribuiria para reafirmar a história como uma das faculdades mais próprias a construção de solidariedades entre gerações, mostrando que ela seria colocada nas contas das boas ações de sua época (BELIN DE LAUNAY, 1865: 5-6). Neste sentido, ao narrar o “estado” e os “progressos” dos estudos históricos no Oitocentos, ele focaria no que havia de mais recente de descobertas acerca dos passados mais longínquos, procurando desenrolar, sob os olhos de seus ouvintes, a enumeração e os resultados dos estudos mais consideráveis em história, desde o início do século XIX.

Se de um lado a relação do século XVIII com o que era antigo estaria ligada ao desdém, ao que era frívolo, indiferente e aos preconceitos, do outro, o século XIX de Belin de Launay poderia ser descrito com diversos progressos que se localizavam no conjunto de estudos constituintes das ciências históricas, estudos estes capazes de ampliar e de recuar os marcos do passado. Os sete períodos descritos por Renan, alguns anos antes, eram, de certo modo, condensados nos 60 anos de estudos históricos apresentados por Belin de Launay. A marcha dos estudos históricos e o seu domínio se davam em direções, ao mesmo tempo, opostas e progressivas, ao futuro e ao passado, do Oriente para o Ocidente. Em pouco mais de 60 anos de Século XIX, milhares de anos passados teriam sido descobertos, conquistados, dominados, retirados de seu “mutismo”.

Assim, entre o “estado” e os “progressos” das ciências históricas, era possível medir o que do passado estava sólido e o que ainda era somente hipotético. Por meio dessa divisão, o diagnóstico apontava para algumas esperanças. Na sabedoria de que o passado seria o “tesouro e o arsenal do futuro”, esperava-se que as ciências que tratavam de uma

época anterior à “época histórica” chegassem à virilidade adulta. Era preciso reconhecer também que a história ainda estaria longe de um saber suficiente, e isso considerando os progressos com os quais a França teria ajudado a ressuscitar a Assíria e o Egito. Sentindo-se em meio a um “dilúvio de documentos históricos”, o autor esperava, por fim, que as causas da superioridade da inteligência europeia fossem conservadas. Que o Oriente permanecesse budista e a Europa cristã, pois em elementos como estes estariam as causas da aptidão ao progresso e da supremacia exercida pela Europa, exercida pela civilização.

Pouco menos de dez anos antes do discurso em que Belin de Launay traçava o estado e os progressos do *domínio histórico* no terceiro quarto de seu século, o *Institut historique* comemorava 25 anos de seu nascimento, em 1859. Ele chegava a “idade adulta” e dentre os textos que o comemoravam, havia uma “estatística” de seus trabalhos (RENZI, 1859: 101). Composta por várias páginas de tabelas que, ano a ano, quantificavam as publicações que compuseram o periódico do *Institut*, a estatística possuía, em seu interior, subdivisões que permitiam enumerar em quais saberes se publicava mais. Do total das memórias, em suas diversas classificações (história, ciências, arqueologia, literatura, etc) a quantidade das memórias em história era maior do que a metade do total de todas as memórias publicadas (total: 523; história: 291). Além disso, para cada ano do periódico, as mais notáveis memórias ganhavam destaque ao lado de seus autores. Por fim, mas dessa vez fora das linhas e dos quadros construtores dessas tabelas, foram listadas as questões que, desde 1835, compuseram os 14 congressos de história organizados por essa Instituição.

No ano de 1849, ocorreu o último desses congressos, e a primeira questão indicada para ser discutida pelos seus participantes era a seguinte: “dar a conhecer, em traços gerais, os caracteres que distinguem a escola histórica moderna da escola antiga”. No dia 4 de dezembro, o senhor Buchet de Cublize subiu à tribuna e leu o texto escrito por uma senhora, *Mme. Maury*, acerca dessa questão. Segundo as atas, o texto era notável “pela retidão da crítica sobre a escola moderna”, e sua leitura foi interrompida diversas vezes pelos aplausos (TROISIEME, 1849: 176-178). Devido ao horário da

assembleia, porém, a discussão desse texto foi marcada para o dia seguinte. Quando a discussão foi retomada, outras duas memórias foram lidas a respeito da mesma questão: uma fazia a crítica dos historiadores modernos e dava preferência aos antigos historiadores, a outra elogiava a filosofia da história e, “conformemente”, preferia os “historiadores contemporâneos aos antigos”. A discussão que começara às 14 horas, e que se estenderia durante três horas e meia, foi marcada, antes de tudo, por esses embates de preferências entre as escolas históricas antiga e moderna. A memória de Maury foi elogiada, atacada, eleita como a melhor e ocupou uma posição central em um debate julgado como muito importante, mas que ao mesmo tempo não teria recebido as respostas esperadas. Um dos defensores da memória de Maury, explicava que ela não havia se pronunciado acerca da escola moderna, e indicava a necessidade de “fundar, enfim, uma verdadeira escola histórica”, fazendo votos para que o *Institut* se colocasse a frente dessa fundação (TROISIEME, 1849: 178).

Das três memórias que participaram desse debate, apenas a de Maria Maury foi publicada no mesmo ano do congresso. Não encontrei informações se a memória publicada naquele ano possuía as mesmas palavras da memória lida por Buchet de Cublize durante as discussões. Esta ausência não me impede, porém, de jogar luzes sobre as palavras que Maury colocou logo em sua introdução. Após assegurar o quão vasto seria aquele tema que exigiria os talentos de um Michaud ou de um Voltaire, Maury afirmava: “eu não tenho nada desses grandes homens”; e completava: “está no caráter da mulher tentar os impossíveis; é por isso que não recuei diante do cavalheirismo desse empreendimento” (MAURY, 1849: 232-238).

Ela esperava que a resolução da questão acerca das diferenças entre as escolas moderna e antiga acontecesse durante os debates, sobretudo, porque pensava haver uma questão prévia a ser resolvida: “a história moderna segue as leis de uma escola” (MAURY, 1849: 232)? Responder “sim” ou “não” dependeria de uma reflexão extremamente embaraçante:

Uma escola é a conformidade sucessiva que adotam, entre eles, os mesmos artistas de uma mesma fórmula, para chegar, pelos mesmos procedimentos e pela mesma conformidade de

idéias, a edificar, sobre uma base comum, um grupo de obras que, partindo dos mesmos princípios, tendem a um mesmo fim. Se não me engano, é isso que devemos entender por estas palavras: uma escola (MAURY, 1849: 10).

Acompanhada dessa reflexão que deveria anteceder qualquer diferenciação entre escolas históricas, Maury avaliaria, primeiramente, se a *histoire ancienne* seria mesmo uma escola para, em seguida, ver se a *histoire moderne* também possuiria uma escola. Se essas escolas fossem encontradas, somente então a autora poderia, por meio de um paralelo, responder à questão proposta.

Maury dividiu a escola antiga em três partes: “os livros santos”, “história grega” e “história romana”. Na sua primeira parte, Maury sublinhava a “escola histórica sagrada”, a “escola das escolas históricas”. Apesar das diferenças entre tempos, apesar das mudanças das relações que, pela história, estabeleciam-se entre Deus e os homens, a autora sabia que essa primeira escola histórica existia nos antigos e nos modernos, para os antigos e para os modernos. Mesmo que tivesse se desenvolvido no tempo em direção a uma ordem de ideias mais terrestres, a escola fundada por Moisés teria seus seguidores até mesmo no século XIX. Se a escola hebraica se fundamentava na unidade teológica, os historiadores profanos teriam outra fé como regra comum: a fé patriótica. “A história profana tomou como única regra de conduta o amor dos grandes homens cujos grandes feitos foram por ela cantados” (MAURY, 1849: 235).

Se as regras de conduta partilhadas pelos escritores definiriam a identidade de uma escola, haveria uma escola moderna? Partindo da Idade Média até chegar ao século XIX, Maury não via nos historiadores cronistas um fio condutor único: “cada um procede de acordo com seu tempo, de acordo com seu temperamento, de acordo com seu século” (MAURY, 1849: 236). Em Voltaire, o filósofo apaixonado teria dominado o historiador calmo, e seria a partir desse “gênio da crítica” que se poderia observar a rota seguida pela história moderna: “o livre exame parece-me ser a base sobre a qual as histórias modernas se situam”. Desde Voltaire,

e desde 1789, a rota da (filosofia da) história teria seguido um movimento de orgulho, este pai da ambição (MAURY, 1849: 236-237).

Após a análise das vias seguidas por historiadores antigos e modernos, era chegada a hora de responder, então, à questão prévia: a história moderna teria sua escola? A resposta foi negativa. Era possível formular várias frases do que *todos* os antigos faziam em paralelo e oposição com aquilo que *alguns* dos modernos faziam: *todos* os antigos teriam escrito do ponto de vista da “paixão alta” enquanto *alguns* dos modernos escreviam do ponto de vista das “baixas paixões”... Por meio de um conjunto de frases como essas, Maury modificava a questão proposta pelo *Institut*. Apesar da ausência de uma escola moderna, a questão não estava anulada, mas sofria uma alteração graças à “apreciação crítica” feita pela autora. Por isso, ainda seria possível distinguir os caracteres das histórias antigas e modernas, apontando para uma consequência que respeitava, antes de tudo, à alteração realizada por Maury. Um conjunto de frases que colocavam lado a lado os antigos e os modernos voltaria a atuar, e a autora esperava que a questão ainda fosse resolvida, pois a falta de uma escola moderna dificultava o estudo da história assim como diminuía a sua autoridade:

A história antiga suscita o que ela acredita ser o bem para celebrá-lo, a moderna exuma o que lhe parece ser o mal para criticá-lo; [...]. A história antiga se orientava para a tradição, a moderna desorienta a cada edição; [...]. A história antiga encontrou na fábula uma história, a moderna faz da história um romance; [...]. A história antiga era, enfim, uma síntese ardente, a moderna é apenas uma fria análise (MAURY, 1849: 237-238).

O procedimento do paralelo aplicado à distinção de supostas escolas históricas não apenas iluminava o passado dos estudos históricos como também trazia em si a argumentação de que a luz sobre a possibilidade de se definir uma escola moderna adviria do passado. Valores, preceitos, procedimentos e formas de se escrever a história possuiriam caracteres modernos e, por isso mesmo, a conformação dessa dispersão em *école* não teria *ainda* se realizado. A questão teria a sua resolução no futuro (?).

Entre quadros, estados, progressos, estatísticas e distinções, os estudos históricos viviam um momento em que o espírito crítico que a definia também a consumia. A sua identidade em relação ao que poderia e deveria ser antigo, anterior e precedente fazia uma volta reflexiva que a tornava plural (ciências históricas). Questionamentos que liberavam os estudos históricos e seus objetos temporalmente não evidenciavam, necessariamente, a superioridade do século da história. Pelo menos, não em seu presente. Em relação aquilo que era anterior e posterior ao presente da história, ela criava domínios no passado e resistia àquilo que poderia ser, em si mesma, (nem) tão antigo quanto o moderno. A (sua) misteriosa marcha, a sua rota deveria ser interpretada, as solidariedades desveladas, assumidas e utilizadas pelo presente. Por um presente a ser constituído, com muitos temores, no futuro.

Tal futuro dependeria, portanto, do enfrentamento de um momento em que os estudos históricos estavam dispostos a serem questionados diante de seu caos, de sua possível esterilidade e até da falta de simpatias por parte dos cidadãos franceses. As figuras das revisões históricas e das apreciações críticas colocavam em tensão, em questão e em paralelo não apenas os erros e os progressos do que era ou deveria ser moderno, mas também colocavam em suspenso a quantidade e a qualidade desses resultados e progressos em seus próprios critérios de medição.

Como se escreve a história?

Eis uma *grande questão*! Não seria necessário dizer que todas as discussões narradas até aqui apontam para uma única questão? Os muitos escritos que, desde o primeiro capítulo, construíram e disputaram imagens para o passado da história não seriam ou não deveriam ser (re)unidos em torno dessa questão tão antiga: *como se escreve a história*? Por meio desses escritos, não se deveria (re)unir um conjunto de respostas a ela? Por conseguinte, o ato de marcar tal questão com o “antigo” não

significaria, simultaneamente, a sua prescrição, a promessa de uma (re) tomada e o anúncio de sua própria historicidade (HARTOG, 2001)⁸?

Ao designá-la como uma *grande questão*, cabe dizer, não quero com isso afirmar que ela seria a primeira ou a última questão ao nos relacionarmos com o passado dos estudos históricos, ou até mesmo que ela representaria a essência dessas relações. Em outra direção, espero que até o final deste subtítulo (e para além dele), seja possível retomá-la por meio de sua amplitude de deslocamentos, de posições e pela sua capacidade de unir e oferecer um grande lar para um conjunto de questionamentos importantes quando, no Século XIX, estavam em jogo as relações com e as construções de um passado dos estudos históricos. Trata-se de um exercício ou de um movimento semelhante àqueles dedicados às “Instituições” no primeiro capítulo, e a “Monod”, no capítulo anterior.

Bem, não foi por acaso que iniciei o presente capítulo indagando(-me) acerca da continuidade da escrita, evocando algo como uma fábula que poderia ser intitulada: *O Machado, a Química e o Rouxinol* (AGAMBEN, 2005: 149-156.). Retomo, a princípio, um texto do Rouxinol que coloca em jogo essa *grande questão*. Dividido em duas partes, ele foi publicado no mês de janeiro de 1857, e lamentava a morte de um historiador que possuiria as bondades de um pai para Renan. Dedicado a uma das glórias da França, esse texto possuía um nome como título: Augustin Thierry⁹.

No início, narrava-se que Thierry sabia, desde cedo, qual seria a sua missão e a característica do século XIX. Cada século teria um gênero particular de literatura pelo qual se exprimir, e no sentido desse pressuposto, a história seria a criação própria e original do século XIX. Mais do que na “rigidez dogmática” do século XVII, mais do que na “aspereza filosófica” do século XVIII, o século XIX era um momento favorável para “compreender movimentos”. Por meio da identificação das condições originais do século XIX e de suas relações com os séculos anteriores, Renan construía esse recorte cronológico pautado, especialmente, nos gêneros de literatura de cada tempo. Era possível, porém, especificar ainda

⁸ Ver, especialmente, a introdução.

⁹ Trabalho, a partir daqui, com os seguintes textos (RENAN, 1856; 1857A; 1857B).

mais tal recorte e afirmar, sem exagero, que a história não chegava a ter 40 anos. Se essa cronologia poderia incomodar àqueles que se lembrassem da existência de historiadores desde a Antiguidade, ela sinalizava, em outro sentido, que as formas pelas quais os historiadores sentiam o tempo era outro critério de distinção. Dos historiadores da Antiguidade até, pelo menos, Mézeray, no século XVII, não seria possível encontrar o que o século XIX requeria para a “inteligência crítica de épocas remotas”, não havia o “sentimento imediato da vida do passado”, mas apenas “enormes anacronismos” e julgamentos feitos na “medida do presente”.

Para marcar o que permitiu que algo novo surgisse na história, Renan procurou investigar as linhas fundamentais do método de Thierry, considerando autores, escolas, instituições e coleções a ele relacionados. Essas preocupações certificavam a data de nascimento da história, pois era sabido que Thierry, desde 1817, leu Fauriel, Chateaubriand e Walter Scott para expor seu método. Esse momento seria dominado por uma antiga escola, uma “história falsa”, “erigida em teoria nacional”, intolerante como um dogma e representada por nomes como Velly, exemplarmente. Até havia um futuro melhor, localizado nas coleções beneditinas continuadas pela *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, mas, além de Thierry, poucos eram os homens destinados a escrever as “verdadeiras imagens do passado”.

Após a narração dessa “conquista” em relação a uma antiga escola, Renan se dedicou à exposição de escolas e teorias da história contemporâneas ao “ilustre mestre”. Enquanto na obra de Thierry seria possível achar a “intuição direta dos sentimentos e das paixões do passado” e “a ação dos homens”, outros historiadores, voltados à “especulação”, viam “fórmulas gerais” e “desenhos providenciais”. Renan se apressaria em dizer que não se tratava de uma crítica à escola que via, nos casos desse mundo, a “aplicação de leis superiores”, pois sabia-se que a história admitiria tanto a teoria abstrata quanto a narrativa minuciosa. Seria dessa forma que a “história teórica” e a “história narrativa” se combinariam; seriam desse modo que, de alguma forma, segundo Renan, Thierry e Guizot se completariam na construção do grande edifício da história.

A exposição de diferentes escolas e teorias da história possibilitou que Renan objetivasse o “charme” dos escritos de Thierry, ou seja, a capacidade desse historiador de mostrar imagens e personagens com expressão, relevo e vida. Nesse “gênero de restituição”, poucos historiadores teriam superado Thierry que sabia “descobrir” nas “letras mortas” tudo sobre as relações sociais de outras épocas. Para explicar esse charme de Thierry e a “alma” dessa história, Renan sublinhou o conjunto de ideias chamadas de liberalismo pela Restauração. A ideia das nacionalidades, base do sistema histórico de Thierry, se relacionaria com as lutas políticas que ele se envolvera durante a juventude. Daí sairia a crítica de que a Thierry faltava “impessoalidade passiva”, ou seja, ele não atenderia a necessidade de apenas reproduzir, sem transformações, os dados documentais. Renan salientaria, porém, que a “inteligência do presente” era fundamental para a história. E mesmo que a publicação de documentos fosse uma “condição da história”, eles seriam mudos sem alguém que soubesse “animá-los”.

Da relação dos historiadores com os documentos, Renan marcava outra diferença significativa para o momento de Thierry que descobria os documentos no sentido de dar-lhes novos valores e usos para a escrita da história. Essa “renovação dos estudos históricos” teria se dado pela iniciativa de Guizot, Villemain e Cousin: três ministros que proveram a ciência de tantos textos quanto um compilador poderia fornecer. A importância desses ministros, aliás, ajudava a demarcar que a Restauração, junto ao liberalismo, seria fundamental para toda produção intelectual.

O trato com as críticas endereçadas à obra de Thierry também poderia ser útil para a discussão de algumas questões fundamentais dos estudos históricos. Dentre elas, Renan indaga como os historiadores lidavam com a descoberta de novos documentos e, conseqüentemente, de erros circunstanciais de alguns historiadores. A essa crítica contra Thierry, Renan respondia que todas as generalizações seriam atacáveis e a única maneira de fugir dos ataques era limitar-se às insignificantes particularidades. Mas essa história, sem imaginação, reprodutora de documentos, seria a mais falsa de todas. Diferente disso, Thierry faria e

entenderia a história como arte e como ciência; a perfeição da forma seria tão essencial quanto a perfeição das especificidades.

Diante da morte de Thierry, restaria, segundo Renan, o conforto de sua grande lição moral. Seu “espírito de investigação” e seu “apetite de verdade” faziam abraçar e suportar a vida com “ardor” e “coragem”. Aprendia-se que a história era uma obra imortal.

Seria possível negar que esse texto de Renan possuía como objetivo central responder como Thierry escrevia a história ou, pelo menos, responder como se escrevia a história nas primeiras décadas do século XIX? Sim, e neste caso, a introdução do texto o negaria, ou melhor, o objeto da negativa era outro. Na introdução do texto acerca de Thierry, afirmava-se não ser necessário narrar a “vida quase milagrosa”, nem fazer “elogios ordinários”, o que estaria em questão nesse texto seria apenas a obra do finado. Para tratar da obra como questão, o texto procuraria mostrar seu valor científico, defendê-la das críticas injustas, penetrar em seu espírito e fazer compreender seu sentido elevado.

É inegável, porém, que a *grande questão*, tão importante nos relacionamentos com o passado dos estudos históricos, ali trabalhava. As questões acerca dos métodos, das formas de se escrever (fossem elas passadas, presentes, ou prescritas para o futuro), das tendências historiadoras, das formas de se sentir o tempo influenciando em diferentes concepções de história, do estilo, do momento político e/ou do posicionamento político em relação à escrita da história povoaram, entre outras questões, aquele texto. Povoaram com a função de permitir, ao mesmo tempo, a defesa (ou o ataque) de uma obra, a exposição de seu valor científico, a sua compreensão e uma espécie de expansão ou alargamento que, para além de *um* historiador ou de *uma* obra, abrigaria aquilo que seria a obra de toda uma época, o caráter de uma ciência. Escolhi esse texto de Renan, sobretudo, porque nele está cristalizado esse acúmulo de questionamentos heterogêneos que poderiam (ou melhor, poderão, anos depois) ser prescritos para a realização de uma *histoire de l'histoire*. Por meio de outros textos contemporâneos a esse, será possível começar a isolar alguns dos fragmentos compositores dessa *grande questão*,

percebendo a dispersão de suas funções e, na relação deste capítulo com o próximo, um deslocamento.

Nessa mesma época, especificamente, em 1863, outro historiador que faria parte da futura “trindade” eleita por Monod, pronunciava-se a respeito do passado dos estudos históricos. Hippolyte Taine (1828-1893), em um texto que trazia em seu título o presente e o futuro da história (TAINE, 1863: 626-649), iniciava-o com uma breve descrição do “primeiro passo” da história ocorrido “há sessenta anos na França”. Esse primeiro passo ou transformação da história teria se dado a partir do estudo das literaturas. Foi a partir dele que Taine poderia não apenas enxergar a via presente da história, mas também o caminho que ela deveria trilhar. No início do século XIX, fora percebido que uma obra literária não seria apenas um jogo da imaginação, mas que por meio de seus monumentos haveria a possibilidade de encontrar formas de sentir e de pensar de outros tempos. Tais formas de sentir e de pensar se tornariam “fatos de primeira ordem” para a história (TAINE, 1863: 626-627).

Dez anos antes da publicação de Taine, a *Histoire de la littérature française sous la Restauration*, de Alfred Nettement (1805-1869), dedicava um longo capítulo a um importante gênero de literatura que se chamava história (NETTEMENT, 1853: 1-124). “Nada de mais importante na literatura que a história”, eram as palavras que abriam aquele capítulo. As ideias de história, as diversas concepções de história uniam e classificavam autores que, apesar de muito diferentes em relação aos temas por eles abordados, poderiam ser alocados em determinada escola. Em 1848 e em 1890, *L’avenir de la Science*, de Renan, asseverava: “um livro é um fato” (RENAN, 1890). Com isso, explicava que a história literária possuía um novo papel no século XIX. Não se tratava aqui apenas do pressuposto de que toda obra do espírito humano receberia sua explicação da história. A reflexão se voltava, antes, contra concepções muito falsas de que a “imortalidade em literatura” consistiria no fato de que autores seriam lidos pelas gerações futuras. Ilusão a ser renunciada! Escritores como Renan não seriam estudados no futuro pela sua forma de dizer ou pelo seu toque clássico – “somos pensadores e nosso pensamento é um ato científico” (RENAN, 1890: 224-

226). Os livros seriam fatos pois ocupariam um lugar no desenvolvimento da ciência, a imortalidade estaria em suas descobertas. “A história literária está destinada a substituir amplamente a leitura direta das obras do espírito humano”. Não havia dúvidas de que uma obra poderia dar a conhecer os “estados intelectuais” de determinada época, não havia dúvidas de que o pensamento de determinada época teria o seu lugar na história do espírito, o que revoltava Renan, era fazer desse pensamento, passado e “sem crítica”, um modelo absoluto em seu presente¹⁰.

Naquele presente, a crítica seria indispensável para a autonomia de qualquer ciência. Estava situado no próprio desenvolvimento do espírito humano a causa da crítica, a causa do espírito moderno. E esse espírito possuía em sua “inteligência refletida” a afirmação da crítica (RENAN, 1890)¹¹. Quando Taine afirmava saber o presente, o futuro e os passos da história, era também a isso que ele fazia referência. O primeiro passo da história que transformava homens ausentes em presentes fazia parte dessa grande mudança da qual nomes como Chateaubriand e Thierry teriam participado. O segundo passo dependeria da “educação crítica” do historiador, por meio da qual ele perceberia, nos homens visíveis de outrora, o homem invisível, o homem interior e escondido por trás daquilo que lhe seria exterior (TAINE, 1863: 626-649)¹². Um mundo subterrâneo, a alma, este segundo objeto poderia se tornar o objeto próprio do historiador. Eis o que não se poderia fazer nos séculos anteriores. O segundo passo representaria, para Taine, o que acontecia em história no seu presente. Este passo da história estava quase terminado, o andar de sua evolução indicava uma nova via em direção à sistematização desses muitos sentimentos e ideias dos homens, “e esse sistema tem como motor primeiro certos traços

¹⁰ A respeito da relação entre crítica e história em Renan, ver: (RUDI, 2017).

¹¹ Lembrem-se de que, anos depois, a “Introdução aos estudos históricos” de Langlois e Seignobos construiria, com essa obra de Renan, um marco para a metodologia das ciências históricas na França.

¹² Naquele mesmo ano, Léo Joubert introduzia seus *Essais de critique et d'histoire* indicando a fecunda e indispensável união entre crítica e história para o discernimento daquilo que era verdadeiro. Para ele, o espírito do homem e suas obras *sempre* tiveram como objetivo *essencial* a busca da verdade, logo, quando a crítica se ausentasse, as obras humanas perderiam esse guia da marcha de conquista. Cf. (JOUBERT, 1863).

gerais, certos caracteres do espírito e do coração comuns aos homens de uma raça, de um século ou de um país” (TAINÉ, 1863: 633).

Em 1866, esse texto se tornaria a introdução da *Histoire de la littérature anglaise* (TAINÉ, 1866). Pouco menos de 20 anos depois, Taine se tornaria um mestre, o historiador filósofo da trindade de Monod. Renan, o autor do “*futuro da ciência*” (1848, 1890), se tornaria o historiador crítico. *Filosofia, crítica e arte*. Uma tese, uma imagem, uma evidência a respeito da historiografia na França – no tempo, no Século e para além da França, em sua procura pelas essências – estava disponível. Filosofia, arte e crítica seriam os três elementos constituintes e definidores da história na França. Apenas na França e somente acerca da França? Bem, o tempo e os progressos intelectuais de outras nações ficariam responsáveis pela resposta final. Naquela mesma década de 1890, o historiador crítico de Monod se tornaria um marco – de outro tipo – para uma introdução aos estudos históricos, aquela de Langlois e Seignobos (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898; MONOD, 1894).

Apesar da sedução dessa marcha fatal da crítica, não desertarei da *démarche* regressiva desta tese. Apenas faço algumas dessas paradas ou retomadas para convencer-me de que leitores ainda me acompanham. Continuo, neste sentido, na via desse jogo, apontado por Taine, entre o exterior, o histórico, o subterrâneo e o sistemático do homem, sobretudo, em relação à posição ocupada pelo historiador.

No ano de 1860, o segundo volume de *Les oeuvres et les hommes*, de Jules Barbey d'Aurevilly (1808-1889), dedicava-se aos “historiadores políticos e literários”. Desde a sua introdução, ao pensar nas diferenças entre historiadores e historiógrafos, exclamava: “Sim, que o Livre Pensamento tenha seus historiadores, mas que a França tenha seus Historiógrafos” (BARBEY D'AUREVILLY, 1860)! A ordem se relacionava ao fato de que o Livre Pensamento seria o pai da diversidade em história. O Livre Pensamento possibilitaria que historiadores sem escola, como Michelet, emergissem. O Livre Pensamento seria aquilo que possibilitaria contraditórias interpretações, visões autorais e a variedade mesma das escolas históricas. A partir dele, então, seriam criados chefes e soldados,

mestres e discípulos, criadores e seguidores. Como se pode perceber pela citação, o pai dessas diferenças poderia ter seus historiadores que “escreviam suas histórias como seus romances, e seus romances como suas histórias”, a França, por outro lado, deveria estimular os cargos de historiógrafos para que os franceses possuísem um “domínio público de verdade inalienável” (BARBEY D’AUREVILLY, 1860: 8).

Vinte anos antes, Alexis de Tocqueville (1805-1859) investigava o preceito de que um estado social (democrático) sugereria, naturalmente, certas leis e costumes políticos, mas também faria nascer certos sentimentos e modos de pensar desconhecidos para sociedades aristocráticas como a Europa. A primeira parte do terceiro volume de seu *De la démocratie en Amérique* trataria da influência da democracia sobre o movimento intelectual, e o penúltimo capítulo dessa parte trataria de “algumas tendências particulares aos historiadores nos séculos democráticos” (TOCQUEVILLE, 1840: 167-175)¹³. Na descrição dessas tendências, Tocqueville colocava em jogo uma tensão das maneiras de se escrever a história bastante regular no Século XIX: o lugar maior ou menor que a ação dos homens ocuparia nas narrativas e nas explicações dos historiadores. Para ele, os historiadores que escreviam nos séculos aristocráticos “fazem depender todos os acontecimentos da vontade particular e do humor de certos homens”, enquanto que os historiadores que viviam nos séculos democráticos mostrariam tendências contrárias, e não atribuiriam “quase nenhuma influência do indivíduo sobre o destino da espécie, nem dos cidadãos sobre a sorte do povo. Mas, por sua vez, fornecem grandes causas gerais a todos os pequenos fatos particulares” (TOCQUEVILLE, 1840: 167-168).

Entre o Livre Pensamento e as influências que a democracia e a aristocracia exerceriam sobre as tendências dos historiadores e sobre as concepções de história, duas questões poderiam ser feitas: de que ponto de vista o historiador poderia ou deveria se colocar? Formas específicas de historiografia estariam relacionadas às particularidades de um país? Essas

¹³ Para um estudo minucioso e incontornável acerca de Tocqueville, cito a obra que me inspirou a inseri-lo neste momento do presente trabalho (JASMIN, 2005).

questões não apenas poderiam ser feitas, elas foram, de fato, propostas na composição de um congresso científico realizado, em 1842:

14º Por que a França é mais rica que os outros países da Europa em memórias históricas? – Por que essa forma de historiografia se desenvolveu em primeiro lugar e de preferência neste país? [...].

17º O historiógrafo, para escrever a história de uma nação, deve se colocar no ponto de vista subjetivo de sua própria religião e de sua nacionalidade? Ou ele deve se colocar no ponto de vista da época que ele narra? Ou o ponto de vista do cosmopolitismo filosófico deve ser, por ele, adotado preferencialmente (CONGRÈS SCIENTIFIQUE DE ..., 1843: 27)?

A 17ª questão oferecia opções de deveres ao historiador. Era preciso dar preferência a determinados pontos de vista, assim como era possível fazer combinações entre as partes da questão como um todo ao escrever a história de uma nação. Assim ela foi abordada e respondida pelos debatedores. Um conjunto de prescrições foi lançado e tipos de historiadores se tornaram possíveis em relação aos pontos de vista escolhidos – historiador filósofo, apaixonado, científico, etc. Uma das respostas, porém, não se limitou a prescrever tipos de historiadores, e demandava uma distinção e um trabalho prévios para que a questão pudesse ser bem respondida. Primeiramente, seria necessário “distinguir a historiografia da investigação histórica”. Em segundo lugar, “para resolver essa questão, seria preciso passar em revista todos os historiadores de todos os tempos”. Se o primeiro caminho, possível no espaço das discussões de um congresso, não foi descrito, o segundo também não seria. Enquanto isso, a 14ª questão, que possuía recortes (espaciais, temporais e tipológicos) bem delimitados, obteve uma réplica significativa: o silêncio¹⁴.

A difusão das perguntas em torno das maneiras, das formas de se escrever a história, das tendências dos historiadores, de seus métodos, de suas concepções de história, de suas formas de pensar a (escrita da) história

¹⁴ Não houve registro em torno dessa questão.

poderia estimular a diversidade das repostas e não impedia seus silêncios. A repetição da *grande questão* – assim como a dispersão de seus fragmentos e de seus questionamentos constituintes –, acontecia no mesmo momento em que um conjunto de desejos e diagnósticos de grande importância para os estudos históricos em suas relações com o passado, o presente e o futuro. Revisões históricas, correção de erros, temores pela esterilidade da história, a ausência de uma base comum à escola moderna e a necessidade de se passar em revista historiadores do passado.

Uma das marcas desse momento está na íntima, tensa e complexa relação entre a historicidade das ciências e de seus objetos. Um resumo como aquele de “Renan-Berthelot” aproximava o tempo muito recuado dos objetos aos mais recentes progressos das ciências responsáveis por sua revelação. Esse movimento de aproximação parecia, no entanto, e simultaneamente, demandar um certo afastamento na relação das ciências com os seus objetos, no sentido de definir identidades e “dominações” nas relações que as ciências mantinham entre si, no presente. Perguntar “como se escreve a história?”, naquele momento, acumulava outras funções e possibilitava outros ordenamentos nas liberações temporais relacionadas a tais temas.

Assim, comecei a discutir neste subtítulo a importância da *grande questão* para o tratamento do passado dos estudos históricos. Procurei, desde o início, não pensar essa questão como a essência da relação com o passado dos estudos históricos. O que possibilitou a compreensão de que ela podia ocupar posições diversas nessa relação com o passado dos estudos históricos (nem sempre dominante, nem sempre dominada). Ela também podia reunir e dispersar em torno de si, ao menos, três importantes “esperanças” da interpretação do passado dos estudos históricos. A sua espera por algum “nome” que viesse ocupar esse incômodo “se” da questão (que obliterava e criava um espaço a ser preenchido por alguém que a concebesse e a escrevesse). A espera de que a questão pudesse ser repetida, retomada e respondida, não de uma vez por todas, mas quantas vezes fosse *necessário*. Esse conjunto sucessivo – as vezes evolutivo e progressivo – era composto de respostas ou de soluções que deveriam,

eles mesmos, encontrar o caminho de volta ao “lar” que lhes viu nascer. Intimamente relacionada com essas duas esperanças, aguardava-se, também, que no processo fosse possível aprender e apreender “como se escreve a história”, aprender e apreender o processo no qual as questões e as soluções se desenvolviam; aprender com e apreender o passado dos estudos históricos. Desse modo, se por um instante ousasse afirmar que a *essência* da relação com o passado dos estudos históricos naquele período seria encontrada nessa *grande questão*, seria bastante interessante buscar naqueles escritos a dispersão de funções, de posições, de questionamentos e de disputas que a tornaram tão grande. Foi isso o que comecei a fazer neste tópico. Ou melhor, foi isso o que comecei a fazer desde aquela solitária epígrafe que abriu o presente capítulo:

“V. *Ciências Históricas*. – Ciências históricas em geral; – historiografia ou metodologia e crítica histórica; – filosofia da história; – geografia, viagens; – arqueologia e numismática; – etnografia; – cronologia; – genealogia, heráldica; – diplomática, tratados” (GAR, 1869: 22, grifos meus).

A partir dessa epígrafe, e em sua companhia, consigo até dizer que este capítulo tentou melhor compreender esse “*ou*” e aquele “*e*” que instabilizavam, ordenavam, relacionavam, diferenciavam a *historiografia*, a *metodologia* e a *crítica histórica*, no mesmo momento em que o estudo da história capturava outras ciências, capturava-se em outras ciências que também revelavam o passado. A ciência à parte alcançava outros plurais em busca de sua cientificização. Em meados do Século XIX, esse “*ou*” e aquele “*e*” poderiam se difundir na *grande questão* e torná-la difusa. A “historiografia ou metodologia e crítica histórica” puderam, naquele momento, unir-se e separar-se na disputa por um alto lugar no interior das *Ciências Históricas*.

Se no início deste capítulo imaginei um químico e um Rouxinol orgulhosos de sua prole quando, na virada do século XIX para o XX, discutia-se a *histoire de l’histoire* – e, cabe salientar, no tópico em que me encontro, é bastante difícil não me lembrar da centralização da *grande*

questão prescrita à *histoire de l'histoire*, em Laborde-Milla –, no final deste capítulo, não escuto mais apenas o canto inigualável de um Rouxinol. Quando digo de certo deslocamento de funções e posições da *grande questão*, ecoam aqui, em outra direção, os conselhos de um velho viajante que, *na origem do Século XIX*, dava adeus à História, desejando e duvidando que novos viajantes pudessem escutá-lo:

[...] se é bom ter alguns princípios convencionados ao tomar a *plume*, para mim, trata-se de uma questão inútil perguntar como a história deve ser escrita: todo historiador a escreve de acordo com seu próprio gênio; um narra bem, o outro pinta melhor; este é sentencioso, aquele é indiferente ou patético, incrédulo ou religioso: toda maneira é boa, desde que seja verdadeira. [...]. Cada um, portanto, escreverá como vê, como sente; vós só podeis exigir do historiador o conhecimento dos fatos, a imparcialidade dos julgamentos e o estilo, se puder (CHATEAUBRIAND, 1831: I-CLXI; XLVIII).

Acompanhado das palavras de Chateaubriand, pode-se até encontrar outro fio que unifique todo o presente trabalho, isto é, talvez eu estude, do fim ao início, a (in)utilidade da *grande questão*. Quer dizer, até mesmo quando descrita como inútil, a questão de “como se escrevia a história” era prescrita. Mas ela se repetia *em diferença*, em diferentes posições, para diferentes funções. Nem sempre central, como na virada do século XIX para o XX, e nem sempre difusa e disseminada em torno de um “não” que prescreve, ao futuro e ao passado, formas de se escrever a história enquanto ciência. Entre a voz de Chateaubriand e as considerações de Barbey d'Aurevilly, por exemplo, parece haver uma distância e uma proximidade a serem consideradas. De que “ponto de vista”, de que modos de relação com o passado dos estudos históricos essa distância/proximidade daria “testemunho”? O vocabulário dessa questão, assim como os conselhos de Chateaubriand, pode repercutir nesse final de capítulo sob a condição de que, *na origem do Século XIX*, outros marcos, critérios e textos possam ser descritos.

CAPÍTULO IV: NA ORIGEM DO SÉCULO XIX

L'essentiel, sur le fond, se joue entre 1820 et 1830
(GAUCHET, 2002: 9)¹.

Ahora bien, y llegados a este punto, nos encontramos que el
'pasado histórico' de la práctica histórica ya no es lo que era
(MUDROVICIC, 2013: 28).

[...] le premier véritable essai d'histoire de l'histoire de
France (GAUCHET, 1986: 217-316).

As epígrafes anunciam um ponto de chegada, um começo, o fundamental, e também indicam a mudança e o movimento em relação a algo de primordial. Talvez, então, o presente e último capítulo seja o mais importante deste trabalho. Talvez, na origem do Século XIX, eu encontre seu segredo e sua identidade primeira, primordial, original. Retomando uma imagem repetida a respeito da história e do passado, não seria possível afirmar que aqui estaria a porta de entrada do edifício – aquela porta que permitiria entender o que veio antes, depois, antes do depois e após aquilo que é “o anterior”? Antes de começar, de acabar e de ter seus meados, e durante os três capítulos anteriores, a promessa de um passado dos estudos históricos, ou melhor, a promessa de um momento fundamental do passado dos estudos históricos na França foi feita a nós, através de nós e em nosso meio. Se pensarmos que (re)conhecer o passado dos estudos históricos, e nele reconhecer-se, não seja apenas o “portal” do edifício, mas que também possa ser o seu solo, seus alicerces e a sua forma, talvez fosse até possível dizer que a promessa dos primórdios dos estudos históricos tivesse dirigido nossos passos.

¹ Esta edição retoma e completa a antologia publicada, primeiramente, em 1988.

Uma pessoa muito querida, leitora atenta que vem acompanhando de perto o desenrolar destes capítulos, mostrou-se preocupada quando eu lhe confidenciava os planos para o presente e último capítulo. Ela indagou: “eles não ficarão incomodados com essas palavras”? A sua pergunta não se referia apenas ao que acabo de escrever, mas também se relacionava com uma citação que eu havia feito, minutos antes, numa voz alta e feliz: “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada de sua origem – é a discórdia entre as coisas, o disparate” (FOUCAULT, 2015: 276). Quando ela expos a sua preocupação, eu lhe contei, em resumo, dos debates em torno da noção de origem na escrita da história, cristalizados enquanto um dos marcos da ruptura entre o Século XIX e uma história que não fosse tradicional; debates inspiradores para algumas das questões que eu havia narrado no primeiro capítulo, aliás. Ela então se acalmou, e eu me incomodei com a sua calma. O incômodo foi tamanho que não me contive em treplicar: “de certo modo, na companhia dos escritos que compuseram os capítulos anteriores, bem como na companhia dos escritos publicados nas primeiras décadas do século XIX, este capítulo perguntará se tais textos não estariam certos quando afirmavam que as previsões feitas na *Origem do Século XIX*, de algum modo, teriam se realizado”. Sua calma se dissipou num arregalar de olhos risonhos, e eu pude continuar a escrever.

Espero que, assim como você, ela tenha se lembrado das muitas vozes que, nos capítulos anteriores, narraram repetidas vezes os começos institucionais, intelectuais, críticos e revolucionários do Século XIX. Mais especificamente, das vozes que retomavam certos *nomes-marcos* das primeiras décadas do século XIX para fundamentar aquilo que era tradicional e aquilo que era novo, para fundar e fundamentar o Século XIX, para mostrar, não obstante, que desde o início do século da história estavam previstas pesquisas historiográficas, era prevista, de alguma forma, sob outras formas, a *histoire de l'histoire*.

Foi nesse entrecruzar de nomes e textos *marcos* que escolhi e organizei os escritos compositores deste capítulo. Cada um de seus subtítulos trabalhará, sobretudo, com os textos desses historiadores

recitados no decorrer de toda a tese. Começarei, como anunciado no primeiro capítulo, com François-René de Chateaubriand (1768-1848) e seu *préface* dos *Études ou discours historiques*. Em seguida, trabalho com um conjunto de textos de Augustin Thierry (1795-1896). Por fim, os dois últimos subtítulos tratam, respectivamente, do *Cours d'études historiques* de Pierre Daunou (1761-1840), e do relatório a respeito do progresso dos estudos históricos de Bon-Joseph Dacier (1742-1833). Na companhia deles, continuarei a estudar, principalmente, a regularidade, as posições e as funções da *grande questão* (como se escreve a história?) em suas relações com o passado dos estudos históricos na França das primeiras décadas do século XIX.

A coroa dos sacrifícios e o espírito da história

Em Chateaubriand, Febvre encontrou o próprio espírito da história quando recitava a necessidade da França “recompôr seus anais para colocá-los em contato com os progressos da inteligência”. Em Chateaubriand, Halphen viu um exemplar da série de *inventários do trabalho histórico*, um exemplar das bibliografias e dos balanços da produção histórica que nem sempre davam uma “ideia bem clara das mudanças que ocorreram nas concepções e métodos históricos de nossos historiadores”, mas que seriam úteis para se orientar em meio a massa crescente.

Halphen e Febvre buscaram esses precedentes no prefácio dos *Études ou discours historiques sur la chute de l'empire romain*, publicado em 1831 (CHATEAUBRIAND, 1831: I-CLXI). Enquanto a obra como um todo teria requerido do autor de dez a quinze horas por dia, e parecia coroar todos os seus sacrifícios com um último sacrifício, o *préface* teria o caráter de uma obra a ser feita, em preparação. Nesse prefácio, a necessidade de recompôr os anais da França e de coloca-los em contato com os progressos da inteligência era precedido, aliás, pelo diagnóstico de que uma revolução terminara e de que outra revolução se preparava. Foi a partir dessa necessidade de “reconstrução sobre um novo plano” que

Chateaubriand formulou algumas questões que norteariam o *préface*: “[...] onde é preciso buscar materiais? Quais são os trabalhos executados antes do nosso tempo? O que há para elogiar ou para acusar nos escritores da Antiga escola histórica? A Nova escola deve ser inteiramente seguida, e quais são os autores mais notáveis desta escola? Tudo é verdade nas teorias religiosas, filosóficas e políticas do momento (CHATEAUBRIAND, 1831: I-CLXI. p. II)”?

Estas seriam as questões *examinadas* pelo prefácio que mostraria, aos jovens viajantes, as pedras e o solo sobre os quais Chateaubriand construiria uma história da França, onde ele gostaria de construir seu edifício. E nesse sentido, as subdivisões do prefácio são bastante interessantes para que se entenda a repartição, as relações e os ordenamentos dos “alicerces”. A partir delas, é possível compreender como se organizam as questões do “solo” sobre o qual uma história da França deveria ser construída: 1. “Origem comum dos povos da Europa. Documentos e historiadores estrangeiros a consultar para a história da França; 2. “Arquivos franceses”; 3. “Escritores da história geral e da história crítica da França, antes da revolução”; 4. “Escola histórica Moderna da França”; 5. “Escola histórica da Alemanha. Filosofia da história. A história na Inglaterra e na Itália”; 6. “Autores franceses que escreveram história desde a revolução; memórias, traduções e publicações. Teatro. Romance histórico. Poesia. Escritores fundadores de nossa nova escola histórica”; 7. “Desses estudos históricos” (CHATEAUBRIAND, 1831: I-CLXI. p. II)².

Para que pudesse chegar aos próprios estudos históricos, Chateaubriand começou por diferenciar concepções de história. Era preciso dizer que os antigos a concebiam de outra maneira, como um “simples ensinamento”, e a “verdade material”, para eles, importava pouco. Os antigos falhavam em relação aos modernos, e a história pesava menos aos antigos. Enquanto os antigos historiadores pareciam viajantes que contavam o que viam, a história no tempo de Chateaubriand tornara-se “enciclopédica”. A história moderna se tornava repleta de inconvenientes com a sua necessidade de fontes e de detalhes. Por isso, antes de tudo, era

² Ver o sumário do primeiro volume.

preciso buscar e classificar documentos. Aliada à diferença de concepções de história, a busca de documentos estimularia o encontro de outros historiadores, de historiadores que fossem outros, de outras regiões e de outros tempos.

Chateaubriand, o construtor sacrificado o bastante para que ele mesmo não pudesse construir, indicava como início a busca de riquezas estrangeiras e francesas. Dentre esses tesouros, historiadores foram encontrados. As diferenças de concepções de história não o impediam de olhar para os beneditinos e enxergar a futura *Académie des Inscriptions*, recomendando-os aos futuros historiadores. Essa continuação era narrada inclusive para que as interrupções dos trabalhos sobre documentos, durante a revolução, ficassem explícitas. O passado desses e nesses documentos era um fato do qual o inexistente futuro e os futuros possíveis dependiam. Se o passado nada fosse, o que seria do futuro? (CHATEAUBRIAND, 1831: XXX).

Os desejos e os temores de Chateaubriand entrelaçavam o passado revolucionário à possibilidade mesma de se conhecer (e de se destruir) o passado. Não admira, então, que o tópico de seu prefácio a respeito daqueles que escreveram história da França *antes da revolução* começasse pelo diagnóstico da impaciência e dos julgamentos duros de seus contemporâneos em relação àqueles que trabalharam nos anais franceses antes do marco revolucionário. A “Superioridade” em relação aos que escreveram antes poderia ser questionada, e os anteriores, em determinados aspectos, poderiam até ser melhores, como era o caso das descrições de certos reinos feita por Mézeray. Os historiadores dos séculos XVII e XVIII se enganavam, mas também criavam, faziam entrar novos temas na história da França.

O que feria seus contemporâneos, segundo Chateaubriand, era o fato de que eles não se encontravam nessas histórias escritas no passado. Aqui, a reflexão de Chateaubriand atingiria um ponto fulcral, pois tocaria na possibilidade mesma de julgar a história e os historiadores de outros séculos e do próprio Século. A reflexão em torno das distintas concepções de história se apoiava no princípio de que a história mudava

com as épocas, reformava seus julgamentos a partir de suas experiências, era suscetível do aperfeiçoamento próprio da espécie humana, refletia os costumes e as opiniões do homem. “Em uma palavra, os historiadores do século XIX nada criaram”, apenas possuíam diante dos olhos um novo mundo. Liam, viam, buscavam e julgavam de outro modo, coisas diferentes (CHATEAUBRIAND, 1831: XLI).

Nesse novo mundo, a escola histórica moderna da França poderia ser chamada de “escola Política” (CHATEAUBRIAND, 1831: XLIV). Ela também seria filosófica, mas de modo diferente em relação ao século XVIII, ou melhor, em oposição a ele. Quando Chateaubriand descreveu a escola moderna francesa, ele a dividia em dois *sistemas* que obedeciam a deveres em relação à escrita da história. Assim, haveria o sistema da “história descritiva” e o sistema da “história fatalista”. No primeiro sistema, opondo-se à história filosófica do século anterior, a história deveria ser escrita sem reflexões, constituindo-se como uma simples narração dos acontecimentos. No segundo sistema, suprimia-se uma parte dos detalhes, e centrava-se na narrativa dos fatos gerais. A partir dessa caracterização geral, o que faria Chateaubriand? Expor suas dúvidas e suas apreciações em relação aos dois sistemas que possuíam, aliás, cada um, o seu lado verdadeiro. Se a perfeição seria o casamento entre uma história Filosófica, Particular e Geral, um casamento entre esses três sistemas de deveres da escrita da história, a conclusão apontava para outra direção, para os historiadores. Entre deveres e princípios da história, a citação com a qual terminei o capítulo anterior indicava a prescrição historiadora de Chateaubriand (CHATEAUBRIAND, 1831: XLVIII)³. Quando prescrevia a inutilidade da *grande questão* (“trata-se de uma questão inútil perguntar como a história deve ser escrita”), não era apenas a identidade entre boa forma, verdade e diversidade que se repetia. Prescrevia-se, no jogo próprio

³ Eu a recito aqui: “[...] se é bom ter alguns princípios acordados ao tomar a *plume*, para mim, trata-se de uma questão inútil perguntar como a história deve ser escrita: todo historiador a escreve de acordo com seu próprio gênio; um narra bem, o outro pinta melhor; este é sentencioso, aquele é indiferente ou patético, incrédulo ou religioso: toda maneira é boa, desde que seja verdadeira. [...]. Cada um, portanto, escreverá como vê, como sente; vós só podeis exigir do historiador o conhecimento dos fatos, a imparcialidade dos julgamentos e o estilo, se puder”.

de suas palavras, a inevitabilidade da indagação em torno das *maneiras de se escrever a história* e o princípio que deveria orientar uma análise sobre a historiografia, ou seja, *o historiador*.

Esse “exame dos princípios da escola moderna Histórica considerada em seus sistemas” era ponto fundamental para se compreender as coordenadas de seu prefácio, ou se preferirmos, para compreender as distâncias, as medições e as profundidades sobre as quais estariam os alicerces do futuro edifício (CHATEAUBRIAND, 1831: LXV): antes da revolução e desde a revolução, países, escolas Antiga e Moderna, sistemas, princípios e deveres da escrita da história. Esses critérios se repetiram quando Chateaubriand examinava as escolas da Alemanha, da Inglaterra e da Itália, e seriam ainda utilizados quando, no encerramento de seu prefácio, ao dissertar acerca de seus próprios estudos, ele combinava e escolhia esses sistemas para dirigir os seus passos.

Foi a partir desse exame geral que ele analisou os historiadores franceses da escola Moderna. Nessa parte, sem desrespeitar os princípios e os sistemas, Chateaubriand inseria interessantes observações. Uma delas ajudava a explicar o longo e plural título daquela parte do prefácio – “Autores franceses que escreveram história desde a revolução; memórias, traduções e publicações. Teatro. Romance histórico. Poesia. Escritores fundadores de nossa nova escola histórica”. À força daqueles tempos históricos era atribuído o fato de que diversos gêneros de trabalho recebiam o selo da história, a partir dessa força, tudo assumia a forma de história.

Essa força advinda de seu tempo, essa força que rompia, criando distâncias e divisões classificatórias, expressaria, ao mesmo tempo, a possibilidade de se ver casamentos entre escolas históricas anteriores e posteriores à revolução. É que dentre os escritores que se ocuparam da história *desde a revolução*, alguns teriam permanecido fiéis à antiga escola. Entre casamentos e fidelidades, o caso de Daunou seria exemplar para dizer de alguém que parecia “pouco favorável à moderna escola” (CHATEAUBRIAND, 1831: LXVI).

Chateaubriand seguia em seu texto a ordenação dos gêneros e temia que, ao nomear diversos autores, os nomes que escapassem de sua memória não recebessem as devidas homenagens e a devida justiça. A memória, a homenagem e a justiça apareciam então como deveres de um texto que realizava, ele mesmo, um exame dos deveres: memória, homenagem e justiça como funções que aquela análise da historiografia deveria cumprir. Com esses critérios, era chegada a hora de tratar especificamente dos historiadores. Para tanto, Chateaubriand deu atenção e nomes aos “fundadores de nossa escola moderna Histórica”, ou seja, fazia lembrar, homenagear e justiça por meio da estratégia textual que elegia um lugar específico em *escolas* da história, um lugar para os seus *fundadores*.

No interior desse sistema descritor de sistemas, Barante seria o nome do historiador criador da escola Descritiva, e os elogios literários pouco lhe importariam. Enquanto isso, Thiers e Mignet seriam os *chefs* da escola Fatalista, possuidora de “mil erros detestáveis em seu sistema” (CHATEAUBRIAND, 1831: LXCII.). De outro lado, Sismondi, Guizot e Thierry seriam os “grandes reformadores de nossa história geral” (CHATEAUBRIAND, 1831: LXXX.). Entre criadores, *chefs* e reformadores, Thierry possuiria um lugar especial. Por meio de suas excelentes *Lettres sur l'histoire de France*, ele teria restituído o “verdadeiro caráter” a um tempo “desfigurado por nossa antiga escola”. Chateaubriand apoiava-se em sua autoridade, e sabia do talento de Thierry que não era apenas verdadeiro, era também progressivo posto que, com o tempo, seus julgamentos um tanto absolutos teriam sido revisados. Desse modo, o lugar especial de Thierry envolvia a reforma da história, mas não de toda e qualquer história, pois era o passado *da França* que estava em questão. Para analisa-los, ou seja, para examinar Thierry e as maneiras pelas quais o passado da França era escrito, Chateaubriand não podia ignorar a forma mesma com a qual Thierry teria julgado os historiadores que lhe foram anteriores. As relações com o passado dos estudos históricos faziam parte do rol de questões que interrogavam o lugar do historiador em determinado presente e sua posição em relação aos progressos da inteligência historiadora. A restituição verdadeiramente progressiva do

passado francês, antes desfigurado, não poderia advir de julgamentos muito absolutos que, por sua vez, desfigurassem o passado dos estudos históricos.

As prescrições advindas da pergunta de *como se escreve a história* se entranhavam, portanto, na prescrição da “mesma” pergunta, com outro tempo verbal, com um objeto específico, e com um progressivo (e infinito?) desdobrar-se: *como se escrevia a história da França?* Novamente, a verdadeira história da França estaria por vir, e naquele momento, o excesso de trabalho de Thierry já o havia privado de sua visão. Esperava-se, então, que ele ainda pudesse ditar, por muito tempo, aos seus amigos e admiradores as páginas dos anais da França. Baseando-se nessa esperança, Chateaubriand poderia dizer ao futuro: “a história terá seu Homero como a poesia” (CHATEAUBRIAND, 1831: LXXXI).

Homero, Ezequiel e as bondades de um soldado ferido

O que foi Homero para a poesia grega, Augustin Thierry o seria para a história: um “iniciador”. Mais do que isso, ele seria o “primeiro historiador popular”, uma “vítima do dever”, o “primeiro herói”. Em 1906, alguns anos após não ter tido a ambição de fazer uma história do movimento histórico, Camille Jullian proferia uma conferência acerca de Thierry e do movimento histórico sob a Restauração, e iniciava sua fala com essa comparação a Homero, explicando que a buscara nos *Études historiques* de Chateaubriand (JULLIAN, 1906: 129-142).

Antes que Michelet pudesse se tornar o historiador Ezequiel de Monod, Renan havia utilizado a mesma imagem daquele profeta do passado para falar de Thierry, aquele que, com as bondades de um pai, permitiu que *L'avenir de la Science* fosse publicada em partes, em meados e no final do século XIX. No futuro da ciência histórica, e do futuro da ciência histórica, Thierry pertenceria e bem representaria um tempo que fundava a história e anunciava o Século da história.

A última epígrafe deste capítulo, a respeito do que seria o primeiro ensaio de história da história da França, fazia referência a partes da obra de Thierry, a partes da obra em que ele poderia ser visto como “historiador da história da França”⁴. Este primeiro ensaio recebera de Thierry o título de *Considerations sur l'histoire de France*, e fora publicado em 1840, enquanto algo que deveria preceder seu *Récits des temps mérovingiens* (THIERRY, 1842).

Segundo Thierry, essa obra possuía duas partes distintas: a primeira de “dissertação histórica” (*Considerations sur l'histoire de France*) e a segunda de “narração” (*Récits des temps mérovingiens*) (THIERRY, 1842: 3). Desse modo, a segunda parte dependia de uma “dissertação preliminar”. A segunda parte dependia de considerações precedentes que tornassem claro o ponto de vista do autor, que esclarecessem aos leitores o pensamento histórico que influenciou o início daquelas pesquisas. Havia uma unidade e um encadeamento que eram lógicos, segundo Thierry. Para tornar a segunda parte forte, era preciso que antes fosse realizado o “exame” dos “diversos sistemas históricos que reinaram sucessivamente e simultaneamente” desde o Renascimento até o seu presente. Desde o século XVI até o “estado atual da ciência”, Thierry perguntava se a partir desse exame de histórias e de historiadores anteriores e representantes de sistemas históricos passados resultaria um sistema bem determinado. A pergunta acerca dos resultados, porém, não era a pergunta final. Thierry ia além, e tentava discernir as fraquezas e as incompletudes desses sistemas, tentava julgá-los escrupulosamente, buscava separar o que haveria de verdadeiro e de falso, procurava distinguir o que havia de morto e de vivo. Seu exame seria algo útil, pois, de tempos em tempos, seria útil que um homem de “estudos conscienciosos” fizesse “o balanço de cada porção da ciência” (THIERRY, 1842: 14-15).

Essa utilidade do *exame* e do *balanço* a serem feitos de tempos em tempos era lembrada aos leitores, inclusive, porque ele mesmo havia feito outra série desses exames, doze anos antes, em suas *Lettres sur l'Histoire*

4 Os textos citados de Gauchet são incontornáveis, não apenas para a obra de Thierry, mas também para a compreensão da tese em torno da unificação da ciência histórica na França no início do século XIX. Cf. (GAUCHET, 2002: 9). Esta edição retoma e completa a antologia publicada primeiramente em 1988; (GAUCHET, 1986: 217-316).

de France. A lembrança também era útil para que uma diferença fosse marcada. Entre as *Considerations* e as *Lettres*, entre 1840 e 1827, o gênero de obras tratadas por ele havia mudado. Enquanto nas *Lettres* ele havia feito um balanço das obras de “história narrativa”, o gênero de obras analisado em suas *Considerations* parecia exigir um pouco mais do que duas palavras para ser bem definido. Em 1840, ele examinava

[...] um gênero de obras históricas menos populares, mas cuja crítica não é menos importante, porque é a partir daqui que o verdadeiro e o falso fluem e se propagam no campo da história propriamente dita. Eu quero dizer dos escritos cujo o objeto ou a pretensão é oferecer a filosofia, a política, o espírito, o sentido íntimo, o fundo da história. Estes impõem as doutrinas e os métodos às obras narrativas; eles reinam despoticamente pelas ideias sobre o domínio dos fatos; eles marcam, em cada século, com uma impressão particular, seja mais fiel ou seja menos exata do que antes, a massa das recordações nacionais (THIERRY, 1842: 17).

Essa descrição não era o bastante, pois Thierry não cessou por aí a tentativa de nomear o que fazia e qual era seu objeto. Era preciso dizer ainda que seu exame tomava como objeto teorias fundamentais, “grandes sistemas da história da França” e distinguia os elementos que os compunham. Ele procurava suas leis de sucessão nas “relações íntimas” que esses sistemas estabeleciam com a época em que apareceram. “Em uma palavra, aponte e descrevi o caminho percorrido até hoje pela teoria da história da França, todas as grandes linhas seguidas, ou abandonadas, de onde se partiu, por onde se passou, em qual ponto se está, e para onde caminhamos” (THIERRY, 1842: 16-17).

Após caminhar em diversas direções, multiplicando as definições do que fazia, uma redução poderia emergir. Suas *Considérations sur l’histoire de France* seriam, enfim, páginas de “história crítica”. Se Thierry poderia ser comparado a Homero enquanto um iniciador, pode-se dizer que “Homero” possuía um modelo. Neste caso, o iniciador aprendia com o “criador de uma ciência nova”; seu exemplo era um “historiador das coisas do

espírito” que se chamava Abel-François Villemain (1791-1870). Quando Thierry tentava julgar e esclarecer as relações entre tempos e livros, ele encontrava o curso de literatura francesa, ministrado por Villemain, nos anos finais da década de 1820 (VILLEMAIN, 1828-1838). O curso acabara de ser publicado, e Thierry encontrava ali, em alta perfeição, a “aliança entre a história e a crítica”; costumes e ideias, caracteres dos homens e das obras, influência recíproca entre escritores e seus séculos elevavam “a história literária à dignidade da história social” (THIERRY, 1842: 17-18)⁵.

Foi também naqueles anos finais da década de 1820 que Thierry se dedicou a realizar um balanço de história da França. No ano de 1827, porém, segundo sua própria comparação, o gênero de histórias da França, por ele examinado, teria sido outro. Naquele ano, ele publicou um livro que reunia 25 *Lettres sur l'histoire de France* (THIERRY, 1827). Em sua introdução, Thierry sentia a necessidade de avisar a seus leitores de uma espécie de anacronismo que acompanhava sua publicação. O alerta se devia ao fato de que 10 dessas cartas foram publicadas, em 1820, e possuíam como objetivo submeter obras de história da França a um “exame severo”, apresentando “julgamentos” – um tanto absolutos, segundo Chateaubriand. O anacronismo desses “fragmentos de críticas” se relacionaria, então, ao surgimento de obras que revolucionaram a maneira de escrever e de encarar a história, entre 1820 e 1827. Apesar disso, Thierry aceitou reproduzir tais cartas, pois elas ainda seriam úteis no ataque de frente à falsa ciência e na proposição de que os novos historiadores parassem de seguir escritores do Antigo Regime e passassem a recolher suas próprias impressões (THIERRY, 1827).

Para cumprir essas utilidades, tais cartas construíram, repetidamente, uma íntima relação entre a necessidade de uma história da França e os defeitos das histórias que existiam. Três crivos – o método, o verdadeiro e o falso – uniam e diferenciavam histórias e historiadores. Para Thierry, de uma forma geral, os historiadores modernos seguiram métodos que arranjavam o passado de acordo com o presente e, assim, omitiam e travestiam os fatos de mil maneiras. Mediocridade, uniformidade

⁵ Ver também o prefácio da obra de Villemain referenciada acima.

e comodidade seriam valores desses escritores que multiplicaram as falsidades. Velly, um escritor que viveu no século XVIII, seria um bom exemplo da cólera de Thierry, ainda mais porque gozava do título de historiador nacional. Velly poderia ser aclamado como “historiador agradável”, de “bom tom” e até “galante”, mas não como historiador nacional, ainda mais porque Velly nada compreendia com essa palavra⁶.

Esse modo “colérico”, por assim dizer, de Thierry, gerava desconforto, pois essas observações particulares, *en passant* e polêmicas acerca de um dos historiadores modernos não se sustentavam sozinhas. Era necessário que elas fossem seguidas por um “julgamento mais sério” desses indivíduos que receberam o título de historiadores de seus contemporâneos; era preciso “examinar” os direitos deles ao título de historiador, bem como passar pelo mesmo exame a opinião do século que assim os denominou, para então buscar as causas da voga que eles obtiveram ou que ainda obtinham. Com esses objetivos, Thierry dedicou uma nova carta às histórias da França de Mézeray, de Gabriel Daniel e, mais uma vez, de Velly. A narrativa segue, assim, contando como os historiadores respondiam às necessidades e exigências de seu público e os métodos que seguiram. Mézeray publicava sua história no século XVII, respondia a um público com pouca ciência e a uma história pensada como tribuna na defesa de partidos. Seu público não exigia profundidade nem exatidão histórica, e Mézeray chegava a confessar que o estudo das fontes trazia muita fadiga e pouca glória. A sequência do exame de Thierry procurou mostrar como no final do século XVII, por meio dos progressos da ciência, o crédito de historiadores que não se apoiavam na citação de textos foi diminuindo e, assim, o gosto do verdadeiro e do sólido cresceu. Em 1721, apareceria a história da França de Gabriel Daniel, a primeira a conter o verdadeiro método, pelo qual o objetivo da exatidão permitia que o aspecto e a linguagem de cada época fossem escrupulosamente reproduzidos. Daniel, porém, limitado pelas influências de seu século, de seu estado e de sua ordem (a dos jesuítas), não possuía ciência suficiente para abraçar, totalmente, a história e acabava, muitas vezes, por tomar

⁶ Refiro-me às seguintes cartas: (THIERRY, 1827: 1-9; 10-19; 20-27).

partido e se mostrar fanático. Quando Velly, o objeto da cólera de Thierry, voltou à cena, não foram necessárias muitas palavras. Bastou a Thierry dizer que era uma vergonha para o século XVIII o sucesso que a obra de Velly obteve. Velly não possuía a ciência que faltou a Mézeray, nem a moralidade que faltou Daniel (THIERRY, 1827: 20-27; 28-40).

Essa história do que “faltou”, do que os historiadores não fizeram, instigava uma questão para Thierry: “*Qual é a melhor história da França*” (THIERRY, 1827: 38)? Essa questão parece ser, simultaneamente, a primeira e a última, aquela que poderia unir e diferenciar o passado, o presente e o futuro dos estudos históricos. Ela introduzia o exame de métodos e julgava os limites de uma introdução à história. Para se escrever a história (da França), perguntava-se, *introdutoriamente*, como se escrevia a história (da França). A pergunta era introdutória, servia de introdução, ocupava lugar útil, inicial e específico. Talvez, em outros momentos, ela até pudesse servir para emitir definições mais gerais acerca da natureza da história – como quando Renan analisava esses escritos “paternos”. Nas primeiras décadas do século XIX, porém, o título da obra de Thierry era mais longo: *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire* (Cartas sobre a história da França, para servir de introdução ao estudo dessa história)⁷.

Para Thierry, os métodos que foram objetos de sua narrativa não seriam uma especificidade francesa. Seriam, na verdade, “grandes métodos históricos” que foram sucessivamente seguidos por historiadores de todos os países. A questão agora, então, deveria ser outra: haveria lugar para se fazer algo de novo? A resposta de Thierry ressaltava que a “arte de verificar as datas” não seria o bastante para romper com o falso existente em sua época. O exame do que havia faltado ao passado dos estudos históricos indicava o que seria necessário ao presente dos estudos históricos. Seria necessária uma *nova arte* que distinguisse a falsidade de cor e de caráter. Essa nova arte interrogaria se as representações de homens

⁷ Neste sentido, cabe destacar que, no momento em que Bouvard e Pécuchet interrogaram “qual é a melhor História da França”, as *lettres* de Thierry foram recomendadas. Ver: (FLAUBERT, 1895 : 148).

e coisas do passado pertenceriam, realmente, a eles ou se, na verdade, eram, falsamente, transportadas do presente ao passado. O caminho para a solução desse problema era, então, um novo problema. Tratava-se da difícil relação entre a “língua” presente e a língua do passado, entre os nossos significados e aqueles de outro tempo. Na saída do “círculo de ignorância e de falsidade”, Thierry aconselhava que os nomes e as coisas fossem, fielmente, interpretados.

Quando, em 1827, essas cartas foram compiladas e publicadas em livro, e logo após os avisos de Thierry do seu anacronismo devido a revolução que a maneira de se escrever a história teria passado em 7 anos, ele diferenciaria métodos. Essas distinções não se aplicariam apenas a outros historiadores, mas também a ele mesmo. Em suas *Lettres sur l’histoire de France*, ele utilizaria dois métodos diferentes e, respectivamente, dependentes de seus objetos. Caso o objeto fosse o passado da França, ele se apagaria e deixaria falar os fatos a partir da narração. Quando, porém, trabalhasse com as obras de historiadores, Thierry recorreria a outro “gênero de prova”, escrevendo “dissertações” que combinariam “narrativas” e “fragmentos de historiadores originais” (THIERRY, 1827: X).

Entre as *Lettres* e as *Considérations*, no ano de 1834, Thierry também recorreu a esse gênero de prova para escrever uma história das ideias e dos trabalhos históricos. Essa história tomava como objeto um historiador do século XIX. No título desse escrito utilizado como prefácio do livro *Dix ans d’études historiques*, não era preciso inserir o nome do historiador examinado, bastaria dizer que se tratava de uma “história das *minhas* ideias e dos *meus* trabalhos históricos” (THIERRY, 1835: I-XXXV). Essa história, que era também um prefácio, explicava que os textos de Thierry, inseridos naquele livro, tinham o poder de mostrar ao leitor cada ponto e cada passo de sua rota, de seu caminho, de sua “carreira histórica”. Segundo Thierry, por meio da leitura dos escritos de um historiador, seria possível ver as modificações de ideias, de estilo, de maneiras, seus progressos, bem como os desenvolvimentos do pensamento. A partir e apesar dessas potências a serem observadas pelo leitor, Thierry passava a

narrar coisas que poderiam ser observadas em sua carreira histórica desde 1817 até 1834.

Ano a ano, essa história perseguiu as leituras, as ideias, as situações políticas e as suas relações com o historiador. Descrevia paixões, sucessos, lamentos, atenções, crenças, acertos e falhas, o que foi feito, o que não foi e o que poderia ter feito; sempre que possível, utilizando longas citações de comprovação. Nesse caminho e, em alguns momentos, a história das ideias de Thierry repete em si os progressos gerais do método que ele narrara para os séculos anteriores. Ao mesmo tempo, essa história de seus trabalhos históricos remetia, duplamente, para o próprio historiador e para os trabalhos históricos contemporâneos. As relações de amizade de Thierry foram narradas com a condição de se referirem às impressões de seus trabalhos, como, por exemplo, sua relação com Fauriel, em 1821. Relação marcada por longas caminhadas nas quais Thierry contava tudo o que havia lido nos documentos. 1821 seria um ano cheio de charme, porque “na união misteriosa que se forma entre o autor e sua obra”, esse ano corresponderia ao mês mais doce de um casamento, ou seja, ao primeiro mês. É que em 1822, passava a fase da leitura dos documentos e chegava um momento mais áspero, menos atraente: momento da escrita. Essa história das ideias e dos trabalhos históricos, assim, também compactava tempos mais vastos em fases específicas do trabalho de um historiador (THIERRY, 1835: XXI-XXIV).

O final dessa história se deu em um limite dos passos, ou melhor, no momento em que um limite do corpo se inscreveu na carreira e vice-versa. Thierry “devorava” com os olhos os documentos e, com o passar dos anos, uma doença em sua visão permitiu que ele lesse e escrevesse apenas a partir de outros olhos e de outras mãos. Assim, em 1829, Thierry terminava uma carreira, mas para iniciar outra, mais lenta, mais calma e mais clara de revisão de seus próprios trabalhos. No limite entre essas “duas épocas”, Thierry sublinhava que essa história também poderia ser utilmente lida como um “testemunho”. Essa história-testemunho de um “soldado mutilado em campo de batalha” serviria, inclusive, para combater o abatimento moral, a amargura da nova geração que reclamava da falta

de emprego para as inteligências e para mostrar a força que possuía o “devotamento à ciência” (THIERRY, 1835: XXXIII-XXXV).

Testemunho, julgamento, exame, balanço, fragmentos de crítica, história das ideias e dos trabalhos históricos. Esses escritos não construíam ou não fariam parte da nova arte de verificação das representações, referida por Thierry? Ele não construía claramente essa analogia. De todo modo, para ele, assim como para Chateaubriand, as relações com o passado dos estudos históricos se davam *antes* e *em prol* dos objetos a serem historiados. A *grande questão* ganhava os tempos de outrora com a condição de que fosse útil para a (história da) França. Nos escritos do soldado e do velho viajante, a França e a sua história não seriam “exemplares” – como lemos no capítulo anterior – para se tratar, de modo geral, “*como se escreve a história?*”. O solo, a base, os alicerces não eram os mesmos, ou se preferirmos, para continuar a metáfora: no capítulo anterior, o edifício deveria passar por “revisões”.

O que resta de novo dos historiadores antigos

No início do século XX, sabia-se que o começo do século XIX era constituído por espécies de previsões dos futuros cursos de historiografia. Nessas previsões teriam se afirmado o objetivo de se conhecer o que resta dos historiadores antigos⁸. Monod, em 1906, na reinauguração da cátedra de História e Moral do *Collège de France*, recitava o nome de Daunou, não como uma previsão, mas como alguém que havia atentado para as maneiras de se escrever a história e para as suas concepções passadas. Para Monod, no início do século XX, estava aberto um campo de estudos que poderia incluir a história da história, que poderia incluir o estudo da “evolução que se produziu durante os últimos séculos na concepção de história e na maneira de escrevê-la”. Neste sentido, seria

⁸ Refiro-me às comemorações do centenário da *École de chartes*. O nome de Daunou não era citado.

preciso retomar, “de um novo ponto de vista”, o que havia tentado Daunou, no século anterior.

No século anterior, mais precisamente entre os anos de 1819 e 1830, Daunou professava seu curso de história no *Collège Royal de France*, um curso que forneceria as “noções preliminares que devem servir de introdução à história” (DAUNOU, 1842: XXXII)⁹. Como informava Daunou, e como confirmava um de seus ouvintes (Thierry, 1835: 215-224), o curso era dividido em três partes: a primeira seria composta por lições acerca do exame e da escolha dos fatos; a segunda trataria da distribuição dos fatos na ordem dos tempos e dos lugares e; a terceira parte seria dedicada à maneira de expor os fatos (DAUNOU, 1842: XXXII).

Do novo ponto de vista proposto por Monod até a terceira parte de uma introdução aos estudos históricos, pode-se assinalar um deslocamento, sobretudo, em relação aos *fatos*. Em relação a eles, as três partes do curso de Daunou se desdobravam e encontravam sentido. A terceira e última parte de seu curso encontrava sua justificativa na possibilidade de, a partir das muitas maneiras com as quais a história fora escrita, instituir regras para que os fatos fossem “revestidos” com as melhores formas. Era uma condição para o estudo da “teoria da arte de escrever a história”. Convinha, é claro, deixar aos talentos e ao gênio “uma grande liberdade na escolha das formas” e reconhecer que apenas um pequeno número de regras poderia ser estabelecido. De todo modo, sabia-se que as regras mais seguras deveriam ser aprendidas nos “modelos antigos” (DAUNOU, 1842).

No ano em que o curso concluía as duas primeiras partes, Daunou reafirmava os objetivos da terceira parte, explicando que no ano seguinte não trataria de “observações puramente teóricas sobre a arte de escrever história”. O estudo das regras gerais dessa arte e de suas aplicações geraria um conhecimento com o qual seus ouvintes poderiam melhor se beneficiar da leitura dos grandes historiadores (DAUNOU, 1843).

⁹ É interessante sublinhar, inclusive pela organização dos capítulos deste livro, que o curso de Daunou foi publicado no decorrer da década de 1840 em vários volumes. O vigésimo e último volume de seu curso foi publicado em 1849.

Quando a terceira parte de seu curso se iniciou, Daunou partia exatamente da utilidade de se conhecer a “teoria desse gênero de literatura” não apenas para quem escrevia história, mas também para quem a lia (DAUNOU, 1844: 1-3). Para se ler um livro de história, seria preciso conhecer como esse livro se preparava e se compunha, observar a prática dessa classe de escritores, esclarecer seus procedimentos, reconhecer seus artifícios. Em Daunou, os sentidos de *teoria*, de *maneiras de escrever a história* e de *métodos*, os sentidos dessas três noções se uniam em uma sinonímia flexível que estimulava o *exame* do que até então havia sido feito na arte da escrita histórica¹⁰.

Grande parte desse exame proposto por Daunou seria desenvolvido por meio de escrupulosas análises dos livros de historiadores antigos, como Heródoto e Tucídides, por exemplo. As primeiras lições, no entanto, mesmo que repetissem seus nomes em muitas ocasiões, fariam algo bem mais extenso, como o estudo dos “tratados sobre a arte de escrever a história desde Cícero” até o século XVIII¹¹. Essa longa empreitada se iniciava em Cícero, porque antes dele não teriam existido tratados desse tipo, e terminava na análise das obras de Mably, publicadas no século XVIII. Na introdução dessa análise, encontra-se um importante pressuposto para tão longo percurso:

O estilo histórico é o produto de grandes progressos da civilização: um grande poeta pode emergir de um povo inculto; um hábil historiador se faz esperar muito tempo; sua arte supõe instituições mais avançadas, uma época mais brilhante do estado social. A imaginação é suficiente para o poeta embelezar e enriquecer uma linguagem disforme; o historiador precisa de uma língua formada, capaz de expressar um grande número de ideias e de enobrecer detalhes minuciosos (DAUNOU, 1844: 125-126).

¹⁰ Um exemplo oportuno dessa unificação se encontra no artigo que Daunou redigiu acerca das *Lettres sur l'histoire de France*, no qual explica que o “exame severo” que Thierry faria de *métodos* ou de *maneiras de se escrever a história* anteriores ao século XIX indicava que esses métodos e essas maneiras ainda existiam em seu presente. Cf. (DAUNOU, 1827 : 716-725).

¹¹ Ver as quatro primeiras lições do tomo VII, citado acima.

No sentido desse pressuposto dos progressos em relação ao estilo histórico, não haveria uma contradição que até impediria a busca pelos modelos antigos? Um modo de responder, resumidamente, e de acordo com as aulas de Daunou, a essa suposta contradição é que a ignorância poderia progredir e progredia. Mas esse é apenas um dos pontos dessa questão. Desde a aula inaugural, quando anunciava a busca por modelos antigos, ele se justificava pelo fato de louvar a simplicidade e a clareza do estilo. O leitor deveria aprender, receber instruções, ensinamentos e lições do texto histórico. Escrever história deveria significar escrever para a posteridade, segundo Daunou. Seria preciso, então, que o historiador não buscasse o embelezamento de sua escrita, pois se a centralidade estava nos fatos, era seu trabalho possibilitar que os leitores tivessem esses fatos diante dos olhos. Por todos esses requisitos, os antigos poderiam apoiar com maior segurança os bons preceitos e as leis das maneiras de se escrever a história. Por que embelezar ou florir o estilo, tornando a história ali escrita suspeita? Entre os historiadores modernos ou românticos (fossem aqueles do século atual ou os cronistas da Idade Média), haveria, então, uma linha do progresso da decadência do estilo histórico, do ponto de vista de Daunou, em sua relação com os antigos (DAUNOU, 1842; 1844; 1849).

Nas primeiras décadas do século XIX, como nos conta Daunou, repetia-se frequentemente que a literatura seria a expressão da sociedade. As poucas explicações dessa máxima levavam o professor a se perguntar se aquilo queria apenas enunciar um fato ou uma regra. Enquanto um fato, Daunou estava de acordo que as produções literárias de uma época ofereciam alguma imagem da sociedade na qual desabrochavam. O exame dos historiadores antigos, aos quais ele dedicara grande número de suas lições, o atestavam. Por outro lado, como alertava Daunou, perigos e falsidades se apresentariam caso a máxima da relação entre sociedades, tempos e produções literárias se desse enquanto uma regra, “se ela se desse por um preceito, se ela significasse que a arte de escrever deva se modificar de acordo com as doutrinas, as modas e os caprichos de cada geração. Seria melhor crer que ela não faça qualquer sentido do que emprestar-lhe um sentido tão absurdo” (DAUNOU, 1844: 293-294).

A “literatura enquanto expressão de uma sociedade” seria uma regra ou um fato? No mesmo momento em que se davam essas reflexões de Daunou, no mesmo momento em que ele *examinava* modelos antigos, Thierry projetava a história enquanto expressão do século XIX. No caso de Thierry, a regra não era contrária ao fato, e o fato, mesmo que fosse futuro, mesmo que estivesse em desenvolvimento, poderia confirmar a regra percebida através do progresso mesmo dos estudos históricos.

Na origem da tradição dos progressos: o século da filosofia foi o século da história?

Quando o Século XIX tinha acabado de terminar, o nome de Dacier ocupava as primeiras e as últimas páginas da história da história escrita por Halphen. Assim como Thierry, Dacier seria um testemunho da situação dos estudos históricos no início do século da história. Assim como Chateaubriand, Dacier poderia ser classificado como um dos autores dos *inventários do trabalho histórico*, o primeiro de uma série interrompida de relatórios sobre os estudos históricos. Quando, há pouco, Chateaubriand falava das continuidades dos trabalhos na *Académie des Inscriptions*, era ao nome de Dacier que ele fazia referência.

O longo título de seu relatório é bastante elucidativo: “Relatório histórico sobre os progressos da história e da literatura antiga desde 1789 e sobre seu estado atual, apresentado a Sua Majestade, o Imperador e Rei, em seu Conselho de Estado no dia 30 de fevereiro de 1808 (DACIER, 1810)”. O relatório tratava do progresso de um conjunto de ciências com as quais a *Classe d'histoire et de littérature ancienne* do *Institut de France* trabalhava. Todas estas ciências teriam como centro a história, todas elas serviriam à história, combinar-se-iam em prol da história. Partindo da filologia, passando pelas antiguidades, pelas línguas e literaturas e pela história, o relatório terminaria por tratar da filosofia.

Acerca da história, sabia-se que nenhuma outra nação havia produzido tantos historiadores quanto a França, e isso desde os tempos

de Grégoire de Tours que havia morrido no século VI. Nesse inventário de riquezas, elaborado por Dacier, era a história enquanto arte que teria as suas obras enumeradas, não enquanto ciência. Com essa divisão, e para além dos marcos que o intitulavam, a história até passava por séculos mais antigos, sabendo, porém que “é no século XVIII que a história foi a mais cultivada na França, e que nossos escritores nesse gênero eram os mais distintos” (DACIER, 1810: 171). Os progressos, ali inventariados, indicavam que não se poderia afirmar a superioridade dos estudos históricos no passado ou em outras nações: a França e o futuro venciam (GAUSSEN, 2015).

A superioridade, porém, não impedia sofrimentos. Dacier salientava que a história da Idade Média era um dos ramos da literatura que mais havia sofrido com a revolução. 1789 se impunha como um ano capaz de dividir o conjunto de obras históricas *enumeradas* pelo inventário. O “desde 1789” era incontornável. Era incontornável o momento em que, pela liberdade, calava-se a liberdade, e impedia-se que a história levantasse a sua voz. “Desde 1789”, no entanto, ainda era possível dizer que o trabalho no gênero histórico continuava. O relatório não apenas enumerava, como também citava nomes, explicitando os defeitos de métodos que teriam acometido alguns desses autores, como, por exemplo, as narrações difusas, a pouca força de expressão e o espírito de partido (GAUSSEN, 2015).

Na origem do *Século XIX*, encontramos o começo do século XIX e a potencialidade da França em ser superiora a outras nações. Diante do Imperador, e em dívida com o Imperador, a história acabava de ter o seu “renascimento”, e prometia a ele que, sob seus auspícios, ela seria capaz de enunciar “as mais sadias máximas da moral”. Mais do que isso, ela, a história, preparava-se para um dia celebrar, com dignidade, “o maior dos reinos e a maior das nações” (GAUSSEN, 2015: 2). Histórias com espírito de partido poderiam ser criticadas pelo relatório que, sob auspícios reais, poderia promover um dos renascimentos da história.

No momento mesmo em que a história se comprometia, ela ocupava um lugar central e organizador do relatório que era, em seu próprio título,

“histórico”. Como explicar, no entanto, que o relatório terminasse com considerações acerca da filosofia? Para Dacier, aliás, as considerações acerca da filosofia não poderiam seguir a mesma forma daquelas feitas aos outros ramos do conhecimento. O julgamento individual seria muito delicado, e Dacieralaria apenas da ciência, não de homens.

De acordo com o *rapporteur*, as mesmas causas que haviam preparado a revolução política teriam também feito parar o “aperfeiçoamento das teorias filosóficas”. 1789 e suas causas repartiam e marcavam as ciências. Mesmo assim, a filosofia teria escapado do “navrágio” que havia ameaçado, dentre outras coisas, “o repositório dos conhecimentos humanos”. Dacier confiava, ou melhor, esperava que, assim como nas relações estabelecidas entre a arte médica e as doenças mais funestas, a filosofia tomasse as lições e as instruções daquelas tristes experiências. Nesse momento do relatório, a história poderia retornar, não apenas ao lugar inicial e central, mas ao seu lugar primordial: “a história, considerada como um quadro moral das opiniões e dos costumes, das revoluções que elas experimentaram, das causas e dos efeitos dessas revoluções, é a primeira escola de filosofia; porque a filosofia também é uma ciência experimental” (DACIER, 1810: 329).

Dacier passava, então, a tratar de como o estudo da história da filosofia era negligenciado entre os franceses. Para ele, essas pesquisas históricas acerca das doutrinas, dos sistemas e dos métodos da filosofia de outrora poderiam iluminar a “estrada certa” por meio dos exemplos do passado. Essa estrada seria mais lenta, sem dúvida, mas ajudaria a evitar as “lacunas dos falsos sistemas” e o “abismo da dúvida absoluta” (DACIER, 1810: 334-335). Para ele, trabalhos como aqueles de Condorcet (1743-1794) teriam alguma importância, mesmo que o transporte do cálculo para as ciências morais revelasse os vícios, os erros e insuficiência do método, mesmo que as suas concepções do futuro da espécie humana permitissem que a sadia razão visse ali apenas um romance. Mesmo assim, o julgamento em relação a Condorcet não poderia ignorar sua “ousadia e grandeza” (DACIER, 1810: 329-330).

Nessas considerações acerca da filosofia e de sua história, há uma interessante relação com o curso de Daunou. O último volume de seu curso se dedicava, sobretudo, à história de sistemas filosóficos, assim como de suas relações com a história. Nas aulas que o compunham, o romantismo (do passado e do presente) seria criticado e Luciano de Samósata seria louvado pela sua inteligência. Do livre exame de todas as teorias, as diferenças entre historiadores antigos e modernos eram buscadas em suas *concepções* e *maneiras*, e os modelos deveriam ser os antigos. Nesse mesmo volume, o nome de Condorcet também receberia o destaque de Daunou, aquele que, no final do século XVIII, havia feito com que o Estado financiasse a edição de três mil exemplares do “Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano” (CONDORCET, 1794). Nessa obra que acreditava nas leis da continuidade do aperfeiçoamento do homem e na história enquanto aquela que deveria expor esses progressos, foram descritas nove épocas passadas, a décima se iniciava da seguinte maneira:

Se o homem pode predizer, com uma segurança quase completa, os fenômenos dos quais ele conhece as leis; se, mesmo quando lhe são desconhecidos, ele pode, a partir da experiência do passado, prever com grande probabilidade os acontecimentos do futuro; por que deveríamos considerar como um empreendimento quimérico, aquele de traçar, com alguma verossimilhança, o quadro dos destinos futuros da espécie humana, conforme os resultados de sua história (CONDORCET, 1794: 327)¹²?

Na obra de Dacier, o século da história não poderia ser o século da filosofia, não apenas porque a filosofia ainda deveria se recuperar do naufrágio revolucionário, mas sobretudo porque a preceituosa noção, de que um gênero de literatura afloraria particularmente em determinados

¹² No segundo capítulo deste livro, quando tratava das definições do século XIX enquanto século da história, a partir do *Grand Dictionnaire Larrousse*, um dos nomes referenciados enquanto partícipe desse movimento era o de Condorcet. Na França, a edição mais recente dessa obra de Condorcet é de 1987 (CONDORCET, 1987).

séculos não se colocava em seu texto. No curso de Daunou, o preceito não deveria ser um preceito e a superioridade viria dos antigos.

Da parte de Thierry e de Chateaubriand, as diferenças eram e deveriam ser marcadas, ainda mais quando se tratasse de definir as maneiras pelas quais se escrevia a história da França. O problema do passado dos estudos históricos e sua *grande questão* deveriam se agregar, conglomerar-se, constituir-se em relação ao passado da França, a partir desse passado. *Qual é a melhor história da França? Sobre quais bases e de quais maneiras ela era escrita?* Eis duas questões que estimulavam e pareciam unir os exames, os julgamentos, os balanços, enfim, os diversos modos de tratar o passado dos estudos históricos que Thierry e Chateaubriand procuravam instituir para o passado nacional.

Nas primeiras décadas do século XIX, anunciava-se uma ideia muito interessante, instigante e desafiadora; uma ideia que une, ao mesmo tempo em que ajuda a diferenciar todos os capítulos deste trabalho; uma ideia que até ao ser negada parece se reafirmar e carregar aos limites tanto a afirmação quanto sua negação. Falo da ideia de que as formas e as maneiras de se escrever a história se alteram e se modificam de acordo com os homens que a escrevem. E se os homens, acompanhados de suas instituições, costumes, valores, suas produções espirituais e intelectuais se transformam de acordo com o passar das épocas, as maneiras de se escrever a história, as formas de concebê-la, as *concepções* de história não escapam do movimento que transcorre e solidariza gerações. Quando falava do perigo dos românticos, Daunou trabalhava com o termo “resistência”. Resistência aos românticos do passado ou em relação aos que tomariam o futuro? Condorcet traria, possivelmente, verossimilhança a essa temida dúvida.

A irônica pergunta com a qual iniciei o presente capítulo e que indagava se na *origem* do Século XIX as previsões feitas se concretizariam não era uma vã provocação. Ela apontava, antes de tudo, para as condições de possibilidade de um século ser definido, possuído, (pre)dito em sua relação com os estudos históricos e com os seus passados.

Nessas primeiras décadas do século XIX, duas interessantes respostas foram dadas neste sentido. Em 1838, François Guizot (1787-1874) enunciaria a importância dos estudos históricos para o seu século que, diferente do anterior, não deveria desdenhar o passado e os fatos. Entre a “esperança no futuro” e o “respeito ao passado”, por meio de sua harmonia, resultados morais imprescindíveis poderiam ser alcançados pela humanidade, resultados estes que poderiam conduzir a humanidade. Os estudos históricos seriam “maravilhosamente adequados”, e a seguinte pergunta encontraria nos estudos históricos a sua resposta: “o que é a vida, o que é o pensamento de um homem, de um povo, se está encerrado no presente, se não trazem atrás e diante deles mesmos, além do ponto que ocupam e de onde fogem tão rapidamente, esses longos olhares que ampliam a alma com destino? ” (GUIZOT, 1838: 6-7).

Três anos antes, Prosper Brugière Barante (1782-1866), assim como Guizot, conhecia os rumos da marcha da civilização e as íntimas relações que a “arte histórica” estabelecia com os seus desenvolvimentos no tempo. Sabia que os estudos históricos ganhavam sua identidade em relação aos tempos em que floresciam, na relação com os tempos, esses estudos representavam “o espírito, a vida moral de cada época”. Nessa marcha dos estudos históricos, a partir dela, graças a sua compreensão, o próprio Século XIX, ele mesmo enquanto ator, poderia ter seus quereres, seus procedimentos, suas indagações, seus interesses, suas explicações e seus desejos. Ele, o Século XIX, desejava que certos homens desempenhassem a função de profetas:

Mas o que torna o século eminentemente histórico é que em todas as ciências morais ele procede apenas pela narração. Em vez de renovar os sistemas, ele quer que sejam descritos; em vez de julgá-los, ele tenta explicar as circunstâncias que os produziram, cada um em seu próprio tempo. Ele indaga menos da porção de erro que pode ser encontrada em cada um deles, do que das causas que tornaram este erro necessário. Em todas as coisas, é a progressão que o interessa; ele procura no passado motivos para confiar no futuro e deseja dar ao historiador a alta missão do profeta (BARANTE, 1835: 45).

No movimento próprio aos dois últimos capítulos desta livro, a repetição da *grande questão* não implicou a compreensão da inexistência de outras questões importantes para o saber histórico, tampouco implicou a ideia de que a questão “como se escreve a história?” tenha sido *criação* oitocentista. O que não é evidente, porém, é o fato de que a repetição da *grande questão*, com suas diferentes funções e posições, com sua maleabilidade e capacidade de congregar e hierarquizar problemas diversos (a verdadeira história da França; a história enquanto ciência e; a historicidade dos estudos históricos) foi fundamental para delimitar as fronteiras passadas e futuras de uma época que se envelopou com o timbre da história. A partir daquilo que não era evidente, ou melhor, a partir de algumas das questões e dúvidas que possibilitavam a construção de evidências, esses dois últimos capítulos convidam a perceber a relevância de se dotar de historicidade questões que se cristalizaram de determinado modo em momentos específicos.

Neste sentido, foi possível entender como nas primeiras décadas do século XIX, eram disputadas e construídas condições para que o Século XIX tivesse futuro. Para que “Ele”, sem desprezar o passado, e ao mesmo tempo rompendo, dividindo e demarcando passados, construísse marcas e datas de fundação e de fundamentação de um século enquanto século da história. Em suas relações com o passado, com o presente e com o futuro dos estudos históricos, o século XIX pôde ser o século da história a partir da (e sem negar a) constatação de que produções históricas o *antecediam*.

Entre as primeiras décadas do século XIX e os meados daquele século, estabelecia-se um momento de dúvidas a serem retomadas e confirmadas, um momento de prever, de prescrever e de duvidar que o século XIX seria o século da história. Quando Thierry morreu, Renan o tranquilizaria dizendo, duplamente, que os historiadores tinham razão.

Mas, se o século XIX construiu, recortou, examinou, criticou, problematizou, elegeu(-se) “o século da história”, e lançou previsões, prescrições e até “maldições” ou faltas para seu futuro e para seu passado; se “Ele” até parece ser determinante quando qualquer historiador pense em ser historiador; se “Ele” parece ter previsto com duvidosas certezas

que seria futuro, e que no futuro, seria um incontornável passado, talvez não seja inútil fazer uma pergunta de ordem bastante prática, da ordem da prática historiadora: o Século XIX, pensado enquanto problema, ou até mesmo enquanto sujeito-objeto do saber histórico, tem futuro?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É justamente essa erosão primeira que o século XIX buscou na sua preocupação de tudo historicizar, de escrever, a propósito de cada coisa, uma história geral, de remontar incessantemente no tempo e de repor as coisas mais estáveis na liberação do tempo. Também aí, é preciso, sem dúvida, rever a maneira como se escreve tradicionalmente a história da História (FOUCAULT, 2016: 512).

On n’a point eu l’ambition [...] de faire une histoire du mouvement historique en France au XIX^e siècle (JULLIAN, 1897: I).

Como foi possível que um dia alguém afirmasse não ter a ambição de fazer uma história do movimento histórico na França do século XIX? Ao final de um século preocupado em tudo historicizar, num século em que cada coisa foi (re)montada e (re)posta no tempo, no século em que a estabilidade das coisas foi incessantemente erodida pelo tempo, de que maneira seria possível compreender que alguém não tivesse a ambição de fazer uma história do movimento histórico? Diante dessas questões, possivelmente indignadas, talvez não houvesse de fato alternativa. Seria preciso, com urgência, (re)ver a maneira como se escrevia *tradicionalmente* a história da história.

Quando comecei a escrever o presente livro, quando ainda tateava alguns de seus documentos e confeccionava comunicações para congressos, anoiteci na companhia de um colega que me disse com a certeza de um sorriso: “claramente você quer fazer uma história da história da historiografia”! Seu sorriso noturno não havia feito uma pergunta, mas eu respondi com um constrangedor silêncio. Não sei bem se o silêncio foi tão profundo como aquele da plateia de um curso de teoria da história que, nas primeiras décadas do século XX, não conseguia nomear um historiador que fosse tão famoso como Einstein. E o constrangimento,

creio, não foi tão grande quanto aquele de um professor de mnemônica, lembrado por ter se esquecido de ministrar seu curso. Tampouco acredito que o sorriso que plantou meu silêncio tenha sido idêntico ao riso temido por Seignobos. Riso advindo do futuro, trazendo temor àquele que previa e prescrevia que, na virada do século XX para o XXI, a história não possuiria um capítulo em um livro de história da literatura.

As questões sorridentes deles ainda não me incomodavam. Naquele momento, lia e relia textos como aqueles de Monod, Renan e Thierry, e começava a ler a movimentada imagem do século XIX enquanto previsão, profecia e razão de um tempo. Não por acaso, por se tratar do início de uma pesquisa, eram outras as questões que me incomodavam: *o Século XIX tem futuro?* O que poderia ser dito ainda do “século da história”? Em relação a tantos estudos que construíram e problematizaram a historiografia oitocentista, quais as possibilidades de um livro que viesse a tratar desse tema? Sem respostas muito precisas para essas questões, continuei o trabalho de levantamento e leitura dos documentos, tendo como fundamento a crença de que a história e o passado se transformam com o tempo, são reescritos em relação a mudanças das próprias sociedades que os escrevem, e essas sociedades podem tecer futuros por acreditarem que o passado não está definidamente estabelecido.

Não muito tempo depois, viria a descobrir que, há pouco mais de cem anos, o Século XIX acabava de terminar. Nos primeiros anos do século XX, Jean Bourdeau não apenas afirmava esse final, como também anunciava que aquele século havia se tornado passado e que, no futuro, ele, o século XIX, compareceria no tribunal da história. Sim, nem mesmo o século da história poderia escapar desse tribunal futuro. Ao mesmo tempo, Bourdeau ponderava que ainda não havia chegado o momento do julgamento. Era possível e preciso, porém, que se fizesse um exame de consciência.

Foi também naqueles primeiros anos do século XX que Laborde-Milaa lamentou a ausência de uma história da história e desejou que ela fosse empreendida por um ou por vários. Esse desejo de Laborde-Milaa se baseava na crença de que a história da história seria útil contra os

esquecimentos e as ênfases que determinados períodos da historiografia recebiam em detrimento de outros, como por exemplo a ênfase que se dava à segunda metade do século XIX em detrimento de sua primeira metade. Além disso, ao desemaranhar “como se formou o ideal moderno da história”, a história da história ainda poderia evitar tantas destas discussões a respeito da história: ciência ou arte?

Ao retomar essas duas esperanças nas considerações finais, não estaria prestes a se repetir o sorriso noturno de meu colega? Não seria possível considerar, finalmente, a *histoire de l'histoire* enquanto um “exame de consciência” do Século XIX? Foram, em certo sentido, essas questões que comecei a responder na introdução, quando afirmava que este livro procuraria desnaturalizar a *histoire de l'histoire* e o Século XIX. Assim, ao invés de resgatar as origens ou as identidades esquecidas de ambos, procurei narrar algumas das tensões, das dispersões e das batalhas que, historicamente, possibilitaram a construção e a eleição tanto da *histoire de l'histoire* enquanto um modo de se problematizar o passado dos estudos históricos, quanto do século XIX enquanto o século da história.

Isso se tornou possível a partir do estudo de um *corpus* documental constituído por textos que, do início do século XIX até o início do século XX, construíram um problema, e com ele lidaram: o passado dos estudos históricos na França. O estudo desse *corpus* possibilitou a descrição da dispersão de funções, objetivos, nomeações, enfim, de alguns modos de problematização colocados em funcionamento nesses escritos quando eles se relacionavam com a temporalização dos estudos históricos.

Foi por meio da leitura desse *corpus* mais amplo que pude narrar a interessante emergência da história da história na virada do século XIX para o século XX. Naquela virada, de forma correlata à preocupação de construir marcos e divisões para o passado dos estudos históricos (sobretudo para o passado oitocentista da França), esses textos passaram a colocar em questão as definições, os marcos, as utilidades e os precedentes dessa atitude frente aos estudos históricos. Afirmaram, de forma simultânea e discordante, a novidade e a tradição de uma história da história; reuniram, recortaram, vetaram e prescreveram textos de outrora

que teriam contribuído (ou não) para o desenvolvimento da história da história. Procuraram demonstrar que ela nascera nos primeiros anos do século XX, na segunda metade do século XIX, na virada do século XVIII para o XIX, e até antes disso.

Ausente, prescrita, negada e desejada, a *histoire de l'histoire* emergiu para um problema, com um problema, e vice-versa. Ela emergiu para melhor lidar com os problemas dos estudos históricos – como a sua escrita, seus métodos e suas teorias –, para melhor lidar, também, com o problema do passado dos estudos históricos, livrando-o de esquecimentos e obliterações, narrando suas modificações e seus marcos. Irônica e paradoxalmente, a história da história emergia com um problema. Se ela parecia eleita no tempo certo e há muito tempo para lidar e até resolver contendas em torno dos nascimentos e renascimentos dos estudos históricos, a história da história emergia, ela mesma, com “rasuras” e disputas em sua “certidão de nascimento”. Afinal de contas: *o que é a história da história? Quando e como ela começou a ser feita?*

Nas páginas anteriores, narrei algumas das respostas a essas duas questões. Ao acreditar que tanto as respostas quanto as questões sejam, elas mesmas, dignas de historicidade, dignas de serem colocadas em perspectiva histórica, as suas inter-relações apontavam para a emergência de um problema. Na virada do século XIX para o XX, na França, houve a emergência de um problema e de um modo de problematizar o passado dos estudos históricos chamado de *l'histoire de l'histoire*.

Não foi por acaso que comecei por narrar os centenários de Instituições da história, ao mesmo tempo em que fazia referência aos muitos que criticavam, examinavam e diagnosticavam a crise de uma forma de se fazer história considerada representante e representativa do século XIX. O exame de consciência de Febvre se dava na mesma hora de sua renúncia em buscar longamente as causas das carências historiográficas, limitando-se a estudar os seus sinais, em especial, um de seus sinais: a ausência de Histórias da França no sentido tradicional da palavra. Segundo Febvre, para se buscar longamente e “descobrir” as

causas de tal carência seria preciso que se empreendesse uma história da História na França.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, os desejos de Laborde-Milaa referenciavam o livro de Louis Halphen (1914). Na parte final de sua obra, Halphen, em um exercício semelhante ao de Laborde-Milaa, também fez a eleição de seus precedentes, referenciando textos que, assim como ele, teriam realizado uma história geral do movimento histórico na França. Dentre essas referências, a principal seria a introdução do livro de Camille Jullian, que se intitulava *Extraits des historiens français du XIX^e siècle*. Ao lado de Jullian, e com menos destaque, aparecia o famoso texto de 1876, de Monod, intitulado *Du progrès des sciences historiques en France depuis le XVI^e siècle*.

Se este recuo ao texto de Monod poderia parecer o mais sensato, pude destacar nos debates travados em torno dos modos de se escrever a história, na virada do século XIX para o XX, que havia espaço para contendas que alteravam, e até anulavam, esses marcos para *uma* história da história.

No debate com Halphen, Henri Berr discutia inovações para a historiografia, no sentido de ultrapassar a *Histoire traditionnelle*, e tecia considerações a respeito de *outra* história da história. Uma que não fosse historista, uma história da história que protestasse contra o desdém ou a indiferença de muitos historiadores em relação às filosofias da história. Seria uma “História das Teorias da história”, uma “história aprofundada da história”, uma história que soubesse tirar das antigas filosofias da história mais do que o “puro historismo”. Até aquele momento, segundo Berr, pouco teria sido feito dessas histórias da história que, ao considerarem a teoria da história, seriam fundamentais para a constituição da ciência.

Desse debate entre Berr e Halphen, ganharia destaque um exemplo em comum de história da história a ser criticada e com o qual introduzi o presente estudo: o livro de Ch.-V. Langlois, publicado entre os anos de 1896 e 1904, e intitulado *Manuel de bibliographie historique*. Nesta obra, Langlois anunciava que se dedicaria também a um “vasto assunto, de uma importância capital”, nunca tratado até então: “a história e o quadro

da organização comparada dos estudos históricos até os nossos dias”. Assim como seus contemporâneos, Langlois procurou apresentar alguns antecedentes dessa empreitada. O marco para o início de uma história da história recuava, então, duas vezes: para meados do século XVIII, em sua forma árida; e para a segunda metade do século XIX, em sua melhor forma, enquanto análise da evolução dos métodos e dos modos de escrever história.

Assim como Langlois, Halphen reconhecia um lugar de destaque a Monod nessa construção de um passado para a história da história, mas, certamente, o nome por ele eleito, com maior destaque, foi aquele de Jullian, com o seu livro de 1897, intitulado *Extraits des historiens français du XIX^e siècle publiés, annotés et précédés d'une introduction sur l'histoire en France*. Todo o início do segundo capítulo foi dedicado a ele que, apesar de não ter ambicionado fazer uma história da história, tornou-se um grande marco para ela.

Neste sentido, mais relevante do que saber o derradeiro desejo de Jullian, foi saber que ele negou, que ele, assim como os seus leitores, possuía o que negar e o que não esperar. Sua desambição não escondia ou ocultava algo mais profundo, ela produzia a desesperança naqueles que esperavam encontrar ali, talvez alhures, uma “história do movimento histórico da França no século XIX”.

Com uma distância de 20 anos em relação ao texto de Jullian, o texto de Monod, publicado na fundação da *Revue historique* (1876), era quase um consenso enquanto um marco para a prática da história da história. Nos primeiros anos do século XX, Halphen, Langlois e o próprio Monod consideravam-no como uma história da história, uma história dos estudos históricos, ou ainda uma exposição da “história do desenvolvimento dos estudos históricos na França desde o século XVI”. Esse estatuto, porém, foi constituído no tempo. Quando retornamos aos primeiros anos da *Revue historique*, foi possível vê-lo sendo denominado sem a palavra história, ou seja, o texto de Monod era considerado como um artigo sobre o desenvolvimento dos estudos históricos que servia de introdução e de programa” à *Revue historique*.

Em 1876, no próprio corpo do texto, Monod o considerava como um programa e uma introdução, como um texto que seria e que lançaria “um olhar rápido sobre o caminho percorrido durante os últimos séculos pelas ciências históricas”. O estatuto de seu texto, sua definição, não era um problema a Monod; não lhe exigia maiores explicações, diferentemente, por exemplo, do marco cronológico que ele escolhia como início de seu texto: o século XVI. Século de La Popelinière, um dos marcos que compôs a enigmática cena de nossa introdução. Como foi narrado no decorrer da tese, La Popelinière, talvez, não oferecesse um risco àqueles anunciadores da *histoire de l’histoire*. Ele estaria à frente de seu tempo, e por isso mesmo, seria prematuro.

Nesta cena de virada de século, feita de embates e de disputas pela definição da história da história, algumas relações fundamentais foram estabelecidas com o todo do século XIX. Um conjunto de questões e de textos acerca do passado dos estudos históricos – estudados nos dois últimos capítulos do livro – agregaram-se, congregaram-se e foram capturados pela (nova e tradicional) história da história. Para além do fato de serem (ou não) caracterizados enquanto formas (ultra)passadas de dar sentido à historiografia, esses modos de problematizar se faziam presentes e marcaram as próprias definições e prescrições em relação a história da história. As funções, os objetivos e as utilidades dos escritos produzidos em *meados e na origem do Século XIX* congregaram-se de outro modo em relação à questão “como se escreve a história?”. A centralidade e a flexibilidade de tempo verbal dessa questão, ligadas ao seu reposicionamento ocorrido durante o Oitocentos, não impediam que verificações do passado (dos estudos históricos) ocorressem, mas elas poderiam ocorrer e ocorreram de outro modo. A tensa e conflitante afirmação da historicidade das concepções de história simultânea à afirmação da verdade histórica, por exemplo, expressava bem uma das ambiguidades constituintes da *histoire de l’histoire*. Era incontornável a historicidade da historiografia, mas também era incontornável a busca da verdade histórica.

A congregação reflexiva dessas tensões não se voltou apenas ao passado da (história da) história, mas também construiu “esperanças” ao futuro da (história da) historiografia. Esperava-se que o ponto de vista da história da história resolvesse, com profundidade, algumas dessas tensões. Esperava-se que as profundas causas e carências da historiografia fossem decifradas. Esperava-se que do ponto de vista da história da história, apagamentos fossem silenciados, silenciamentos fossem apagados, preferências fossem ponderadas. A arte do tempo, isto é, a música, estava em crise, mas esperava-se que algumas das harmonias historiográficas fossem, finalmente, desveladas pela *histoire de l'histoire*. O sentido do antigo rio de Heráclito estava envolto pela acidez da crítica, mas esperava-se que a ciência do tempo, e qualquer outra ciência, viesse a navegá-lo, viesse a conscientizar-se de sua corrosão intrínseca e necessária. A França trabalhava menos, mas esperava-se que seu movimento histórico revelasse, por sua própria evolução, do interior de seu desenvolvimento mesmo, o quanto ela refletia mais do que outras nações. Os estudos históricos faziam parte do arsenal de batalha contra outras nações, e esperava-se que a *histoire de l'histoire*, ao decifrar o passado do passado, revelasse ao futuro o quanto a historiografia se inseria em desenvolvimentos que ultrapassavam fronteiras nacionais, reafirmando-as em suas históricas essências, reafirmando-as enquanto cortes da interpretação inelutáveis.

Diante dessas esperanças, desses objetivos e dessas funções da história da história, é bastante provável que a desambição da introdução esteja se tornando cada vez mais clara. De fato, *neste livro, não tive a ambição de fazer uma história da história da história*. O sorriso noturno de meu colega se deu, não por acaso, em um momento no qual esperava certa unidade, certa continuidade representada pelos documentos. Esses gestos de pesquisa, narrados na introdução, foram transformados pela própria pesquisa, e possibilitaram que eu me dedicasse a recitar, isto é, a recolocar em cena, não apenas Jullian, mas um conjunto de textos e tensões em torno da história da história. Tornou-se incontornável descrever o que se esperava de “trabalhadores futuros” ao mesmo tempo em que este estudo se delimitou pelo o que ele não realizaria dessas esperanças passadas.

Neste sentido, desde a introdução, eu não poderia dizer que cumpriria as funções que autores como Jullian, Halphen, Febvre, Laborde-Milaa, Berr e Monod esperavam de um trabalhador do futuro. Não poderia afirmar que o presente estudo se identificaria e/ou manteria uma relação de continuidade com a *tradição* discutida e construída na virada do século XIX para o XX. Mesmo que o atual possa crer em seus nomes de antanho, a reverberação de um eco ou de um *risco* pode nos inspirar a escutar e saborear a descontinuidade de uma desambição.

Se parte fundamental deste estudo foi dedicada a narrar como, na virada do século XIX para o XX, a desambição de Jullian pôde existir. Se os dois primeiros capítulos tentaram contar como a história da história ou a história da historiografia foi eleita enquanto um modo mais autêntico e verdadeiro de se relacionar com o passado dos estudos históricos, essa cena mesma de emergência possibilitou que conhecêssemos outros textos, outras funções, outros questionamentos, enfim, outros modos de se relacionar com o passado da historiografia.

Assim, foi também no decorrer dos dois primeiros capítulos que o tema da “essência” do Século XIX francês ou, se preferirmos, os caracteres que seriam particulares a Escola histórica da França eram desvelados. Por meio do recurso da construção de “mestres da história”, Monod explicava que a *arte* (de escrever), a *filosofia* e a *crítica* resumiam o que seria a historiografia francesa oitocentista. A crítica, neste caso, parecia não ser apenas um dos elementos dessa “trindade”, mas seria ela mesma a base para se construir a trindade, para definir os limites e as possibilidades das reflexões acerca do conhecimento histórico. No sentido dessas funções, o nome de Renan ganhava então um importante destaque enquanto o “historiador crítico”.

Ao mesmo tempo, naquele momento, tínhamos em mãos os dicionários de Littré e de Larrousse nos quais as relações entre crítica, literatura e história se desdobravam em interessantes questionamentos. Enquanto no dicionário de Littré a *historiographie* se definiria enquanto uma “história literária dos livros de história”, Gustave Lanson prescrevia a diferenciação entre uma história literária e uma história da literatura.

Era a união instável entre crítica e história que passava, na virada do século XIX para o XX, a ser contestada.

Essa união, em *meados do Século XIX*, estava intimamente ligada a autores como Renan que definiam a missão de todo um século em torno da feitura de uma história crítica do espírito humano. Todas as produções da humanidade deveriam passar pelos crivos da crítica, da história e da crítica histórica. Essa união, contestada na mesma época em que a história da história emergia, era pregada como um ato fundamental para introduzir e delimitar *como se escrevia a história* (da França) na *Origem do Século XIX*. Entre Thierry e Villemain, passando por Taine e Renan, até chegar a Monod e Lanson, definiram-se os lugares da crítica e da história em um relacionamento no qual os atos de historiar a crítica e criticar a história poderiam construir definições para a história ao mesmo tempo em que questionava as suas bases científicas.

Foi entre o terceiro e o quarto capítulos que dediquei um olhar mais atento a uma questão que, apesar de sua regularidade, não desempenhou no decorrer do século XIX as mesmas funções e não ocupou as mesmas posições em relação aos objetivos de se tratar do passado dos estudos históricos. Entre o terceiro e o quarto capítulos, a *grande questão* se deslocava em posições que se alternavam entre prescrição do futuro, do passado e do presente. Entre a sua difusão dessa *grande questão*, em meados do Século XIX e a sua posição introdutória para a escrita da história da França, havia o pressuposto de que gêneros específicos da literatura aflorariam em determinados séculos e determinariam a identidade de um século, possibilitando a inscrição de uma marca para o Século XIX francês. No final daquele século, Renan poderia afirmar, Monod poderia repetir, o “pai” e “profeta” Thierry poderia docemente falecer com a certeza de que aquele século seria o século da história.

Se agora é bem provável que o sorriso noturno tenha se dissipado, em seu lugar, uma voz distante, incomodada e provocativa indagaria, em busca de uma conclusão: “*afinal de contas, o século XIX foi, realmente, o século da história*”? Como se trata de uma pergunta em sentido real e provocativo, retomarei alguns “ensinamentos” para respondê-la mais diretamente.

Na produção de histórias literárias, histórias da literatura, bibliografias, críticas, fragmentos de críticas, exames de consciência, julgamentos, inventários, relatórios dos progressos, histórias da história, dentre outras denominações, no Século XIX, aprendia-se com o passado dos estudos históricos ao mesmo tempo em que se apreendia esse passado. No campo mesmo de suas disputas pela definição dos rumos desse passado, havia a possibilidade de com ele manter relações de apreensão e de aprendizado. Por meio desses textos aprendia-se como se dava o movimento histórico desde passados (os mais recentes ou os mais remotos) até determinado presente. Mais do que isso, apreendia-se o movimento histórico, pois era preciso dominá-lo, dominar as suas regras, suas leis, sua forma de desenvolver-se, seu caminho ainda não realizado. Neste sentido, para realizá-lo, as prescrições inscritas em muitos desses textos eram quase redundantes, pois a própria descrição trazia em si, em sua enigmática profundidade, o caminho (a ser) percorrido. Aprendia-se não apenas como se dava o movimento passado da história, mas também como ele mudava e deveria mudar.

Aprender e apreender o movimento histórico, para nele se inserir, para nele se organizar, para ordená-lo e para, a partir dele, ordenar, organizar(-se). Aprender e apreender o movimento histórico para que ele se mantivesse em movimento e na história sem impedir que dele se pudessem formular pontos de vista, sem que fosse proibido torná-lo mais lento, mais sincrônico sem deixar de fazer futuro, sem deixar de fazer e dar sentido, repetidamente e diversamente.

Entre apreensões e aprendizados, partilhava-se, no século XIX, a “profecia” de que cada século possuía um gênero particular pelo qual se expressar, um gênero específico a partir do qual se identificava. Os séculos da literatura e da filosofia haviam passado. Era chegada a hora da história. “Soldados”, “poetas” e até químicos sabiam que aquele século seria da história. Um Rouxinol cantarolava repetidamente esse verso, mesmo sabendo que, se o seu século fosse da história, outros não poderiam ser. Apesar de saber que essa definição poderia significar a futura destruição dos estudos históricos, aprendia-se que o século XIX era e seria o século da história.

Assim, no sentido mesmo desses pressupostos, não sei bem o quão interessante seria afirmar, hoje, que o século XIX é o século da história. Sabemos, porém, que para Renan e muitos de seus contemporâneos essa definição foi algo muito importante.

REFERÊNCIAS

FONTES

- ACADÉMIE DES INSCRIPTIONS ET BELLES-LETTRES. Recueil des historiens des croisades. Historiens occidentaux. Tome premier. Paris: Impr. Royale, 1844-1895.
- ACADÉMIE FRANÇAISE. *Complément du dictionnaire de l'Académie française*. Paris: Firmin Didot Frères, 1842.
- ACADÉMIE FRANÇAISE. *Dictionnaire de l'Académie Française*. Tome I (A-K). Paris: Librairie Paul Dupont, 1835.
- ALLIX, E. La philosophie politique et sociale de Mably. *Revue des Études historiques*, 1899. p. 1-18; 120-131.
- ALMANACH DE L'UNIVERSITÉ ROYALE DE FRANCE ET DES DIVERS ÉTABLISSEMENTS D'INSTRUCTION PUBLIQUE. Paris: Hachette, 1839.
- AMPÈRE, J.-J. *Essai sur la philosophie des sciences, ou Exposition analytique d'une classification naturelle de toutes les connaissances humaines*. Paris : Bachelier, 1834-1843.
- AMPÈRE, J.-J. *Mélanges d'histoire littéraire et de littérature*. Paris : Michel Lévy frères, 1867.
- ANNUAIRE DE L'INSTITUT DES PROVINCES ET DES CONGRÈS SCIENTIFIQUES. Paris: Derache, 1846.
- ANNUAIRE DÉPARTEMENTAL DE LA SOCIÉTÉ D'ÉMULATION DE LA VENDÉE. Napoléon-Vendée: Ve Ivonnet, 1868. p. 75-77.
- ASSE, E. Bibliographie critique de Jean-Jacques Rousseau. *Revue des Études historiques*, 1900, p. 377-388.
- AUBER, Charles-Auguste. Étude sur les historiens du Poitou, depuis ses origines connues jusqu'au milieu du XIXe siècle. Niort:L. Clouzot, 1870.

- AUCOC, L. *L'Institut de France et les anciennes Académies*. Paris: Éditions Plon, 1889.
- AUCOC, L. *Lois, statuts et règlements concernant les anciennes académies et l'institut de 1635 à 1889*. (Tableau des fondations. Collection publiée, sous la direction de la commission administrative centrale). Paris: Imp. Nationale, 1889.
- AUGER (abbé). Sur la méthode de philosophie de Descartes. *L'Investigateur*, 1846. p. 281.
- BADICHE (abbé). Sur les soirées littéraires des deux derniers siècles, *L'Investigateur*, 1844. p. 361.
- BARANTE, P. de. *Mélanges historiques et littéraires*. Tome 1. Paris: Ladvocat, 1835.
- BARANTE, P. de. *Mélanges historiques et littéraires*. Tome 2. Paris: Ladvocat, 1835.
- BARANTE, P. de. *Mélanges historiques et littéraires*. Tome 3. Paris: Ladvocat, 1835.
- BARANTE, P. Études historiques et biographiques. Tome I. Paris: Didier, 1857.
- BARANTE, P. Études historiques et biographiques. Tome II. Paris: Didier, 1857.
- BARANTE, P. Études littéraires et historiques. Tome I. Paris: Didier, 1858.
- BARANTE, P. Études littéraires et historiques. Tome II. Paris: Didier, 1858.
- BARBEY D'AUREVILLY, Jules. *XIXe siècle. Les oeuvres et les hommes*. Paris : Amyot : V. Palmé : L. Frinzine [etc.], 1860-1902. 18 vol.
- BARBIER, J. *Discours d'ouverture*. Institut Historique (Douzième congrès). Paris: Pollet, 1846.
- BARBIER, J.-C. L'homme libre suivant la doctrine des Stoïciens. *Revue de la Société des Études historiques*, 1887, p. 129-138.
- BEAUCOURT, Gaston Du Fresne de. *Marie-Antoinette et ses derniers historiens*. Lille: impr. de A. Béhague, 1863.

- BELFIELD-LEFEVRE, H. Essai d'histoire universelle (à propos de l'ouvrage de J.-F.-A. Boulland). *Journal de l'Institut historique*, 1837. p. 54, 109.
- BELIN DE LAUNAY, J. État et progrès des sciences historiques au dix-neuvième siècle. Bordeaux, 1865.
- BEMONT, C.; MONOD, G. A nos lecteurs. *Revue Historique* T. 100, Fasc. 1 (1909), pp. 1-14.
- BEMONT, C.; MONOD, G. Gabriel Monod. In: École pratique des hautes études, Section des sciences historiques et philologiques. *Annuaire* 1912-1913. 1912. p. 5-41.
- BEMONT, C.; MONOD, G; PFISTER, Ch. GABRIEL MONOD. *Revue Historique*, vol. 110, no. 1, 1912, p. I-XXIV.
- BENOIT, Charles. *Chateaubriand, sa vie et ses oeuvres: étude littéraire et morale*. Didier et Cie., 1865.
- BERR, Henri. Les rapports de l'Histoire e des sciences sociales d'après M. Seignobos. *Revue de Synthèse Historique*, T. IV, n. 12, 1902, p. 293-302.
- BERR, Henri; HALPHEN, Louis. Histoire traditionnelle et synthèse historique. *Revue de Synthèse Historique*, T: XXIII, n. 68, octobre 1911, p. 121-130.
- BERR, Henri; HALPHEN, Louis. *L'Histoire traditionnelle et la synthèse historique: essai critique et théorique*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1921.
- BERR, Henri; HALPHEN, Louis. *La synthèse en histoire: essai critique et théorique*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1911.
- BERTHELOT, Marcelin. La science idéale et la science positive. *Revue des Deux Mondes*, t. 47, p. 443-459, nov.-dez. 1863.
- BIBLIOGRAPHIE CATHOLIQUE, *Revue critique...* Paris, Bureau de la Bibliographie Catholique. Tome III, troisième année, 1843-1844.
- BIBLIOGRAPHIE DE LA France... XXXe année, Paris: Pilet Ainé, 1841.
- BIBLIOTHÈQUE DE L'ÉCOLE DES CHARTES. Table des dix premiers volumes (1839-1849). Paris: Dumoulin, 1849.

- BIBLIOTHÈQUE DE L'ÉCOLE DES CHARTES. Tome premier. Paris: Decourchant, 1839-1840.
- BOISJOSLIN, J. de. De l'authenticité des Annales et des Histoires de Tacite. *Revue de la Société des Études historiques*, 1893. p. 155.
- BOISJOSLIN, J. de. Les écoles de la littérature française. *Revue de la Société des Études historiques*, 1895. p. 45.
- BOISSIERE, F. De la méthode historique en général. *Journal de l'Institut historique*, 1834. p. 4; 205; 325.
- BONNARDOT, Alfred. Gilles Corrozet et Germain Brice: études bibliographiques sur ces deux historiens de Paris. Paris: H. Champion, 1880.
- BORDEAUX, H. Joseph Michaud, fondateur de l'Institut historique. *Revue des Études historiques*, 1933. p. 259-266.
- BOURDEAU, Jean. *Les maîtres de la pensée contemporaine : Stendhal, Taine, Renan...* Paris: F. Alcan, 1904.
- BOURDEAU, L. *L'histoire et les historiens: essai critique sur l'histoire considérée comme science positive*. Paris: Alcan, 1888.
- BRUNETIÈRE, Ferdinand. L'Œuvre d'Augustin Thierry. *Revue des Deux Mondes*, 4^e période, tome 132, 1895, p.469-480.
- CAMOIN DE VENCE. Etude sur l'avocat général Jérôme Bignon et ses œuvres comme historien (1589-1656). *L'Investigateur*, 1864. p. 249.
- CARRA DE VAUX, A. Différence entre la science et le savoir. *L'Investigateur*, 1854. p. 12.
- CARRA DE VAUX, A. Du progrès moral des caractères. *L'Investigateur*, 1856. p. 138.
- CARRA DE VAUX, A. Notice nécrologique sur l'abbé Denys (1803-1879). *L'Investigateur*, 1879. p. 119.
- CÉNAC-MONCAUT. Les progrès des études historiques au XIX^e siècle. *L'Investigateur*, 1869. p. 97-103.
- CHATEAUBRIAND, F.-R. de. Études ou discours historiques sur la chute de l'empire romain... Tome premier. Paris: Lefevre, 1831.

- CHICANEAU DE NEUVILLE, Didier-Pierre. *Dictionnaire philosophique ou Introduction a la connoissance de l'homme*. Londres, 1751.
- CHOUSSY, Joseph-Édouard. *Du Titre de Roi de Navarre réuni au titre de Roi de France, suivi d'une notice sur les erreurs commises par nos historiens au sujet du traité de 1317*. Moulins: impr. de C. Desrosiers, 1882.
- CHRONIQUE et bibliographie. *Revue historique*, t. II, 1876.
- CIROT, Georges. *Études sur l'historiographie espagnole. Les histoires générales d'Espagne entre Alphonse x et Philippe II (1284-1556)*. Feret & fils, 1905.
- CIROT, Georges. *Mariana, historien*. Feret, 1905.
- CLOSSET, L. de. *Essai sur l'historiographie des Romains jusqu'au siècle d'Auguste*. Bruxelles: Imprimerie de Th. Lesigne, 1849.
- COLLECTION DE DOCUMENTS SUR L'HISTOIRE DE FRANCE. Rapports au Ministre. Paris: Imprimerie Royale, 1839.
- COLLOMBET, François-Zénon. *Chateaubriand, sa vie et ses écrits: avec lettres inédites à l'auteur*. Périsse frères, 1851.
- COMBES DE PATRIS, B. La Société et la Revue des Etudes historiques au cours d'un siècle (1833-1933). *Revue des Études historiques*, 1933. p. 283.
- CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Paris: Ed. Martinsart, 1987.
- CONGRÈS SCIENTIFIQUE DE France. *Procès-verbaux*. Dixième session, tenue à Strasbourg en septembre et octobre 1842. Strasbourg; Paris: Secrétariat général; Derache, 1843.
- CONGRÈS scientifique international des catholiques tenu à Paris du 8 au 13 avril 1888. Volume 2. Bureau des Annales de philosophie chrétienne, 1888.
- CONSTANS, L. *Les Grands Historiens du moyen âge, notices et extraits d'après les meilleurs textes, avec des notes grammaticales, historiques et explicatives, et un glossaire détaillé*. Paris: C. Delagrave, 1891.
- COURNOUT, Antoine Augustin. *Considérations sur la marche des idées et des événements dans les temps modernes*. Volume 1. Paris, Hachette, 1872.

- COURNOUT, Antoine Augustin. *Considérations sur la marche des idées et des événements dans les temps modernes*. Volume 2. Paris, Hachette, 1872.
- COURNOUT, Antoine Augustin. *Essai sur les fondements de nos connaissances et sur les caractères de la critique philosophique*. Volume 1. Paris: Hachette, 1851.
- COURNOUT, Antoine Augustin. *Traité de l'enchaînement des idées fondamentales dans les sciences et dans l'histoire*. Tome 1. Paris: Hachette, 1861.
- COURNOUT, Antoine Augustin. *Traité de l'enchaînement des idées fondamentales dans les sciences et dans l'histoire*. Tome 2. Paris: Hachette, 1861.
- COUSIN, V. [1828]. *Cours de philosophie*. Introduction à la philosophie de l'histoire. Paris: Fayard, 1991.
- CUNHA BARBOSA, J. da. Fondation d'un Institut historique à Rio-Janeiro. *Journal de l'Institut historique*, 1839. p. 101.
- CUVILLIER-FLEURY, A.-A. *Dernières études historiques et littéraires*. Tome premier. Paris: Michel Lévy Frères, 1859.
- CUVILLIER-FLEURY, A.-A. *Dernières études historiques et littéraires*. Tome second. Paris: Michel Lévy Frères, 1859.
- D'ORS, Eugenio. MétaHistoire. La crise de l'histoire. *Revue des questions historiques*, 01/1934. p. 398-408.
- DACIER. *Rapport historique sur les progrès de l'histoire et de la littérature ancienne depuis 1789 et sur leur état actuel, présenté à Sa Majesté l'Empereur et Roi en son Conseil d'Etat le 30 février 1808*. Paris: Imprimerie Impériale, 1810.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome II. Paris: Firmin Didot Frères, 1842.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome III. Paris: Firmin Didot Frères, 1843.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome IV. Paris: Firmin Didot Frères, 1843.

- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome IX. Paris: Firmin Didot Frères, 1845.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome V. Paris: Firmin Didot Frères, 1843.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome VI. Paris: Firmin Didot Frères, 1843.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome VII. Paris: Firmin Didot Frères, 1844.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome VIII. Paris: Firmin Didot Frères, 1844.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome X. Paris: Firmin Didot Frères, 1845.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome XI. Paris: Firmin Didot Frères, 1845.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome XIII. Paris: Firmin Didot Frères, 1846.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome XIV. Paris: Firmin Didot Frères, 1846.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome XIX. Paris: Firmin Didot Frères, 1848.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome XV. Paris: Firmin Didot Frères, 1846.
- DAUNOU, P. C. F. *Cours d'études historiques*. Tome XX. Paris: Firmin Didot Frères, 1849.
- DAUNOU, P. C. F. Lettres sur l'histoire de la France, pour servir d'instruction à l'étude de cette histoire; par M. Augustin Thierry. *Journal des Savans*, p. 716-725, jan. 1827.
- DAVID, J. Etude sur Michelet. *L'Investigateur*, 1874. p. 122.
- DAVID, J. Histoire de la critique littéraire au XIXe siècle (rapport sur le concours pour le prix Raymond en 1882), *Revue de la Société des Études historiques*, 1883. p. 143.

- DAVID, J. Le pessimiste et l'optimiste. Schopenhauer et Joubert. *Revue de la Société des Études historiques*, 1885. p. 557.
- DE BELLECOMBE, A. Appréciation et dignité de l'histoire et des historiens chez tous les peuples en général et chez les Chinois en particulier. *L'Investigateur*, 1865. p. 225.
- DE BELLECOMBE, A. Histoire d'une seconde académie de France, en dehors de l'Académie française. *L'Investigateur*, 1869. p. 289, 321, 363.
- DE PONGERVILLE. Les livres (poésie). *L'Investigateur*, 1860. p. 152.
- DEBORDE DE MONTCORIN, E. La poésie et l'histoire. *Revue des Études historiques*, 1900. p. 319.
- DELAYANT, Léopold. *Historiens de La Rochelle, études lues à la Société littéraire de La Rochelle, de 1853 à 1860*. La Rochelle: impr. de G. Maréchal, 1863.
- DELISLE, Léopold et all. *Recueil des historiens des Gaules et de la France....* Tome 1. Paris: V. Palmé, 1867-1880.
- DESCHAMPS, E. Deux conditions indispensables pour l'enseignement de l'histoire. *L'Investigateur*, 1847. p. 201.
- DESJARDINS, E. NOTICE historique sur l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1^e année, 1857. p. 1-43
- DESJARDINS, E. Préface. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1^e année, 1857. p. V-VII.
- DESLANDRES, P. Les débuts de l'Institut historique (1834-1846). *Revue des études historiques*, 1922. p. 299.
- DOUMIC, René. Écrivains d'aujourd'hui : Paul Bourget, Guy de Maupassant, Pierre Loti, Jules Lemaître, Ferdinand Brunetière, Émile Faguet, Ernest Lavisse. Paris: Perrin, 1894.
- DUFOUR, G. Paradoxe sur l'historien. *Revue des Études historiques*, 1897. p. 129.

- DUMOULIN, M. Du groupement des sociétés savantes en vue de travaux communs. *Revue de la Société des Études historiques*, 1899. p. 81.
- EGGER, Émile. *Examen critique des historiens anciens de la vie et du règne d'Auguste*. Paris: Dezobry, Magdeleine et Cie, 1844.
- EGGER. Mémoire sur les historiens officiels et les panégyristes des princes dans l'antiquité grecque. *Mémoires de l'Institut National de France, Académie des Inscriptions et belles-lettres*. Tome vingt-septième. Paris: Imprimerie, 1873. p. 1-42.
- ENCYCLOPÉDIE DES GENS DU MONDE... Tome douzième. Paris: Treuttel et Wurtz, 1839.
- EVANS, Wilired Hugo. *L'historien Mézeray et la conception de l'histoire en France au XVIIe siècle*. Paris: Gamber, 1930.
- EXPOSITION UNIVERSELLE ET INTERNATIONALE DE SAN FRANCISCO. *La Science française*. Paris: Larousse, 1915. 2 tomes.
- F. M. *Essai sur l'histoire et les historiens de la Grèce et de Rome, suivi de pièces diverses*. Paris: Delaunay, 1822.
- FABRE (colonel). De la valeur des mémoires particuliers comme éléments de l'histoire générale. *L'Investigateur*, 1880. p. 164.
- FABRE (colonel); MONOD, G. Avant-propos. *Revue Historique* 1, no. 1 1876. p. 1-4.
- FALIÉS, Louis. *Études historiques et philosophiques sur les civilisations*. Tome Premier. Paris: Garnier Frères, 1872.
- FEBVRE, L. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1952.
- FEBVRE, L. De 1892 à 1933. Examen de conscience d'une histoire et d'un historien. Leçon d'ouverture du cours d'histoire de la Civilisation moderne au Collège de France, 13 décembre 1933. *Revue de synthèse*, tome VII, n. 2, 1934b. p. 93-106.
- FEBVRE, L. Entre l'histoire à thèse et l'histoire-manuel. Deux esquisses récentes d'histoire de France: M. Benda, M. Seignobos. *Revue de Synthèse*, V, 1933. p. 205-236.

- FEBVRE, L. Une histoire de politique de la Russie moderne. Histoire-tableau ou synthèse historique? *Revue de Synthèse*, Tome 7, n. 1, 1934a. p. 29-36.
- FUETER, E. *Geschichte der neueren Historiographie*. München : R. Oldenbourg, 1911.
- FUETER, E. *Histoire de l'historiographie moderne*. Traduit de l'allemand par Émile Jeanmaire. Paris: Félix Alcan, 1914.
- FUNCK-BRENTANO, F. Introduction aux bibliographies critiques. *Revue des Études historiques*, 1900. p. 1.
- FUSTEL DE COULANGES, N. D. De la manière d'écrire l'histoire en France et en Allemagne. *Revue des Deux Mondes*, 1 set. 1872.
- GEFFROY, A.; ZELLER, J.; THIÈNOT, J. *Rapports sur les études historiques*. Paris: Imprimerie Impériale, 1867. (Recueil de Rapports sur les progrès des lettres et des sciences en France).
- GEOFFROY DE GRANDMAISON, Charles-Alexandre. *Napoléon et ses récents historiens*. Paris: Perrin, 1896.
- GERARD, M. B. Notice sur M. Daunou. Paris: Librairie de Dumoulin, 1855.
- GRANGERET DE LAGRANGE, Jean- Baptiste-André. *Les arabes en Espagne*. Extrait des historiens orientaux. Paris: Dondey-Dupré père et fils, 1824.
- GRATIOT-LUZAREY, Théophile. *Chateaubriand et la pensée moderne, ou le Socialisme*. Première partie. 1849.
- GRIGNARD, Fr. (Dr). *L'Abbaye de Flavigny, ses historiens et ses histoires*. Autun: Impr. de Dejussieu père et fils, 1885.
- GUIGNIAUT, J.-D. *Sciences historiques et philologiques*. Progrès des études relatives à l'Égypte et a l'Orient. Paris: Imprimerie Impériale, 1867. (Recueil de Rapports sur les progrès des lettres et des sciences en France).
- GUILLAND, Antoine. *L'Allemagne nouvelle et ses historiens*: Niebuhr, Ranke, Mommsen, Sybel, Treitschke. Paris: F. Alcan, 1899.

- GUIZOT, F. P. G. Discours prononcé devant la Société des Antiquaires de Normandie le 27 août 1838. *Extrait des Mémoires de la Société des Antiquaires de Normandie*. 2^e série, 1^{er}. Vol.
- HAHN. Des particularités dans l'histoire. *L'Investigateur*, 1864. p. 381.
- HALPHEN, Louis. *Les Historiens français et la science historique allemande*. (Extrait de *Scientia*. Mai 1923). Paris, F. Alcan, 1923.
- HALPHEN, Louis. *L'Histoire en France depuis cent ans*. Paris : A. Colin, 1914.
- HARSIN, Paul. Evans (Wilfred Hugo), L'historien Mézeray et la conception de l'histoire en France au XVIII^e siècle. *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 11, fasc. 1-2, 1932. p. 281-282.
- HATIN, E. *Bibliographie historique et critique de la presse périodique française ou...* Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1866.
- HÉRISSON, Charles-Claude-François. *Dissertations et notices sur l'histoire et les historiens, tant imprimés que manuscrits, de Chartres et du pays chartrain*. Chartres: Garnier fils, 1836.
- HUSSON, A. Quelle place de luxe occupe-t-il dans l'histoire de la civilisation? *L'Investigateur*, 1843. p. 457.
- INSTITUT HISTORIQUE. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Première Année, Aout, 1834 a Janvier, n. 1 a 6, 1835.
- INSTITUT HISTORIQUE. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Deuxième année, tome II, Février 1835 a Juillet 1835.
- INSTITUT HISTORIQUE. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Troisième volume, n. 13 a 18, Aout 1835 a janvier 1836.
- INSTITUT HISTORIQUE. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Quatrième volume, n. 19 a 24, février 1836 a juillet 1836.
- INSTITUT HISTORIQUE. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Cinquième volume, n. 25 a 30, Aout 1836 a janvier 1837.

- INSTITUT HISTORIQUE. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Cinquième volume, n. 31 a 36, février a juillet 1837.
- INSTITUT HISTORIQUE. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, septième et huitième volume, n. 37 a 48, 1837-1838.
- INSTITUT HISTORIQUE. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Tome IX et X, 1838-1839.
- INSTITUT HISTORIQUE. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, tome onzième, sixième année. 1839-1840.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, 1841-1842.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Tome III – IIe série, dixième année, 1843-1844.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Tome V – IIe série, dixième année, 1845-1846.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Tome VII – IIe série, quatorzième année, 1847.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Tome VIII – IIe série, quinzième année, 1848.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Tome IX – IIe série, seizième année, 1849.

- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Tome X – IIe série, dix-septième année, 1850.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Tome I – IIIe série, dix-huitième année, 1851-1852.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, tome IV, IIIe série, vingt-unième année, 1854.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, Tome V – IIIe série, vingt-deuxième année, 1855-1856. p. 370.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, tome I, IVe série, vingt-huitième année, 1861.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, tome V, IVe série, trente-deuxième année, 1865.
- INSTITUT HISTORIQUE. *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique*. Tome Ier – IIe série, huitième année. Paris: l'Administration de l'Institut Historique, tome IX, IVe série, trente-sixième année, 1869.
- JOSAT, Dr. De l'influence des travaux de l'esprit sur la santé. *L'Investigateur*, 1847. p. 338.
- JOURNAL GÉNÉRAL DE LA LITTÉRATURE ÉTRANGÈRE. Quatrième année, première partie (octobre 1803 à mars 1804). 1804.
- JULLIAN, C. *Extraits des historiens français du XIXe siècle*. Paris: Hachete, 1897.
- JUNDT, Auguste. *Les centuries de Magdebourg ou La renaissance de l'historiographie ecclésiastique au seizième siècle: leçon d'ouverture*. Fischbacher, 1883.

- KOHLER, X. Note sur l'origine de la famille de Pierre Mathieu, historiographe de France (XVI^e siècle). *L'Investigateur*, 1857. p. 203.
- L'ÉCHO DE MONDE SAVANT. Septième année. Paris: Bureaux du Journal, 1840.
- LA FRANCE LITTÉRAIRE. Tome IV. Paris, Bureau de la France Littéraire, 1841.
- LA POPELINIERE, L. V. de. *L'histoire des histoires, avec l'idée de l'histoire accomplie*. Paris: chez Marc Orry, 1599.
- LA POPELINIERE, L. V. de. *L'histoire des histoires; L'idée de l'histoire accomplie ; Le dessein de l'histoire nouvelle des François*. Paris: Fayard, 1989.
- LA RÉDACTION. A Nos Collaborateurs Et à Nos Lecteurs. *Revue Historique* 9, no. 1 (1879), p 1-3.
- LABORDE-MILAA, A. Deux contributions à l'histoire de l'histoire (à propos des ouvrages d'E. Fueter, Geschichte der neueren Historiographie et de L. Halphen, L'histoire en France depuis cent an). *Revue des Études historiques*, 1917. p. 252-258b.
- LABORDE-MILAA, A. Les Études historiques françaises à l'exposition de San-Francisco (a propos d'un ouvrage récent). *Revue des Études historiques*, 1917a. p. 91-100.
- LACOMBE, P. *De l'Histoire considérée comme science*. Paris: Hachette, 1894.
- LANGLOIS, C.-V.; SEIGNOBOS, C. *Introduction aux études historiques*. Librairie Hachette, Paris, 1898.
- LANGLOIS, C.-V.; SEIGNOBOS, C. *Introduction aux études historiques*. Librairie Hachette. Préface de Madeleine Rebérioux. Éditions Kimé: Paris, 1992.
- LANGLOIS, Ch.-V. Les études historiques. In: EXPOSITION UNIVERSELLE ET INTERNATIONALE DE SAN FRANCISCO. *La Science française*. Tome second. Paris: Larousse, 1915. p. 73-96.
- LANGLOIS, Ch.-V. *Manuel de bibliographie historique*. Paris : Hachette, 1901-1904.
- LANGLOIS, Ch.-V. *Manuel de bibliographie historique*. Paris: Hachete, 1896.

- LANGLOIS, Ch.-V. *Questions d'histoire et d'enseignement*. Paris: Hachette, 1902.
- LANSON, G. *Histoire de la littérature française*. 11^e ed. Paris : Hachette, 1909.
- LANSON, G. *Histoire de la littérature française*. Paris : Hachette, 1895.
- LANSON, G. *Histoire Littéraire. Littérature française (Époque moderne)*. *Revue de synthèse historique*. T. 1, n. 1. 1900, p. 52-83.
- LANSON, G. *L'Histoire littéraire et la Sociologie. Revue de Métaphysique et de Morale*. Paris: Armand Colin, 1904, p. 621-642.
- LANSON, G. Programme d'études sur l'histoire provinciale de la vie littéraire en France. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 4, n. 7, 1902. p. 445-464.
- LAPLATTE, G. Notes sur l'influence sociale du Saint-Simonisme (à propos du livre de S. Charléty, *Histoire du Saint-Simonisme*). *Revue des Études historiques*, 1897. p. 98.
- LAROUSSE, Pierre. *Grand dictionnaire universel du XIX^e siècle : français, historique, géographique, mythologique, bibliographique...* Tome V. Paris: Administration du grand dictionnaire universel, 1866-1877.
- LAROUSSE, Pierre. *Grand dictionnaire universel du XIX^e siècle : français, historique, géographique, mythologique, bibliographique...* Tome IX. Paris: Administration du grand dictionnaire universel, 1877.
- LAROUSSE, Pierre. *Grand dictionnaire universel du XIX^e siècle : français, historique, géographique, mythologique, bibliographique...* Tome X. Paris: Administration du grand dictionnaire universel, 1873.
- LE GUIDE des historiens, ou esquisse très-succinte, mais très-véridique, d'une partie de la vie du plus exécrationnable brigand que la terre ait jamais produit. Paris: chez les marchands de nouveautés, 1815.
- LE ROUX DE LINCY, Antoine. *Paris et ses historiens aux XIV^e et XV^e siècles*. Paris: impr. Impériale, 1867.
- LEJEAN, Guillaume Marie. *La Bretagne, son histoire et ses historiens*. Nantes: L. et A. Guéraud, 1850.
- LEROY, O. La France a-t-elle un poème épique? *L'Investigateur*, 1844. p. 122.

- LEUDIERE. Jusqu'à quel point les lumières ont-elles contribué au développement moral des peuples? *L'Investigateur*, 1842. p. 83.
- L'HERITIER, M. Le VI^e Congrès international des sciences historiques (Oslo, 14-18 août 1928). *Revue des Études historiques*, 1928. p. 349.
- L'HISTORIOGRAPHIE de l'Inquisition. Soc. Nouv. de Librairie et d'Édition, 1900.
- LITTRÉ, E. *Dictionnaire de la langue française*. Supplément. Paris: Librairie Hachette, Paris, 1877. p. 189.
- LITTRÉ, E. *Dictionnaire de la langue française*. Tome I (A-C). Paris: Librairie Hachette, Paris, 1883.
- LITTRÉ, E. *Dictionnaire de la langue française*. Tome II (D-H). Paris: Librairie Hachette, Paris, 1874.
- LITTRÉ, E. *Dictionnaire de la langue française*. Tome IV (Q-Z). Paris: Librairie Hachette, Paris, 1889.
- LOISEAU, A. Histoire des revendications en faveur de la propriété littéraire et artistique. *Revue des Études historiques*, 1893. p. 252.
- LOISEAU, A. Origine des études classiques modernes. *Revue des Études historiques*, 1894. p. 314.
- MADÉLIN, L. Le mouvement historique en France depuis 1871. *Revue des Études historiques*, 1933. p. 267-282.
- MARIN, Scipion. *Histoire de la vie et des ouvrages de M. de Chateaubriand, considéré comme poète, voyageur et homme d'état, avec l'analyse de ses ouvrages*. Vimont, 1832.
- MAURY, A. *L'Ancienne Académie des inscriptions et belles-lettres*. Paris: Didier, 1864.
- MAURY, M. Caractères qui distinguent l'école historique moderne de l'école ancienne. *L'Investigateur*, 1849. p. 232.
- MÉMOIRES DE LA SOCIÉTÉ ROYALE DES ANTIQUAIRES DE FRANCE. Tome quinzisième. Paris: Secrétariat de la Société, 1840.
- MÉNABRÉA, L. *De la marche des études historiques en Savoie et en Piémont depuis le XIV^e siècle jusqu'à nos jours...* Chambéry: Puthod, 1839.

- MERLAND, C. M. le vicomte Charles de Lézardière. ANNUAIRE DÉPARTEMENTAL DE LA SOCIÉTÉ D'ÉMULATION DE LA VENDÉE. Napoléon-Vendée: Ve Ivonnet, 1866. p. 107-142.
- MERLET, G. *Tableau de la littérature française, 1800-1815*. Paris: Didier, 1878-1888. 3 v.
- MICHAUX, C. L'Histoire (poésie). *L'Investigateur*, 1868. p. 152.
- MICHELET, J. *Principes de la philosophie de l'histoire, traduits de la "Scienza nuova" de J. B. Vico; et précédés d'un Discours sur le système et la vie de l'auteur*. Paris: Jules Renouard, 1827.
- MIGNARD, P. Précis historique sur les débuts d'influence et les progrès des associations littéraires et scientifiques en France et particulièrement dans les deux Bourgognes. *Revue de la Société des Études historiques*, 1886. p. 358.
- MIGNET, F-A, M. «Daunou. Notice lue dans la séance publique de l'Académie des Sciences Morales et Politiques du 27 mai 1843». In: *Notices et portraits historiques et littéraires*. Paris: Charpentier, 1854. v.I, p.379-422.
- MILLARD, Aristide. *Variétés sur le diocèse ancien de Châlons. Saint Alpin et ses historiens*. Châlons-sur-Marne: Impr. C. Thouille, 1899.
- MIROT, L. Un centenaire de la science historique française L'Ecole des Chartes (1821-1921). *Revue des Études historiques*, 1921. p. 1.
- MOLINIER, A. *Sources de l'histoire de France: Première partie des origines aux guerres d'Italie*. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1904.
- MONOD, G. Du progrès des sciences historiques en France depuis le XVIe siècle. *Revue Historique*, n. 1, 1876.
- MONOD, G. La chaire d'histoire au Collège de France. *Revue Historique*, T. 90, Fasc. 2 1906, p. 241-268, 463.
- MONOD, G. Les débuts d'Alphonse Peyrat dans la critique historique. Extrait de la *Revue Historique*, Tome XCVI, 1907.
- MONOD, G. Les études historiques en France. *Revue internationale de l'enseignement*, 1889, t. II, p. 587-599.

- MONOD, G. *Les maîtres de l'histoire: Renan, Taine, Michelet*. Paris: C. Levy, 1894.
- MONOD, G. Les origines de l'historiographie à Saint-Denis. *Les Gesta regum Francorum*. In: *Mémoires de la Société de l'histoire de Paris et de l'Ile-de-France*. Tome III (1876). Paris: Librairie de la Société de l'Histoire de Paris, 1877. p. 218-240.
- MONOD, G. *Les origines de l'historiographie à Paris*. Paris: Imprimerie Gouverneur, G. Daupeley, 1877.
- MONOD, G. *Nécrologie: Ernest Renan*. *Revue Historique*, jan.-avril, 1893. p. 84-98.
- NETTEMENT, Alfred. Études critiques sur «Les Girondins»: les historiens de la Révolution française: M. de Lamartine. Paris: de Signy et Dubey, 1848.
- NETTEMENT, Alfred. *Histoire de la littérature française sous la Restauration*. Tome 2. Paris: J. Lecoffre, 1853.
- NETTEMENT, Alfred. *Histoire de la littérature française sous le gouvernement de juillet*. Edition 3. Tome 1. Paris: J. Lecoffre, 1876.
- NETTEMENT, Alfred. *Histoire de la littérature française sous le gouvernement de juillet*. Edition 3, Tome 2. Paris: J. Lecoffre, 1876.
- NIGON DE BERTY. Considérations générales sur l'histoire. *L'Investigateur*, 1880. p. 216.
- NIGON DE BERTY. Notice sur la vie et les œuvres de M. Théry (1796-1878). *L'Investigateur*, 1878. p. 218.
- NIQUET, S. Coup d'oeil sur l'histoire de la médecine en rapport avec l'histoire du monde. *Journal de l'Institut historique*, 1834. p. 257.
- NISARD, Désiré. Études de moeurs et de critique sur les poètes latins de la décadence. suivie de jugements sur les quatre grands historiens latins. T. 1. Paris: L. Hachette, 1849.
- NISARD, Désiré. Études de moeurs et de critique sur les poètes latins de la décadence. suivie de jugements sur les quatre grands historiens latins. T. 2. Paris: L. Hachette, 1849.

- NISARD, Désiré. *Les quatre grands historiens latins ; suivis de Vingt-deux mois de la vie de Mirabeau*. Paris: Michel-Lévy frères, 1874.
- PETIT DE JULLEVILLE, Louis. *Histoire de la langue et de la littérature française, des origines à 1900*. Tome VII. Dix-neuvième siècle: Période romantique. Paris: Armand Colin, 1899.
- PETIT DE JULLEVILLE, Louis. *Histoire de la langue et de la littérature française, des origines à 1900*. Tome VIII. Dix-neuvième siècle Période contemporaine (1850-1900). Paris: Armand Colin, 1899.
- PRINCE DE ROSSY. *Mémoires de dix-huit ans 1860 à 1878, dédiés aux historiens qui écriront l'histoire générale du 19e siècle par le Prince de Rossy*. Paris: Imp. Balitout, 1878.
- PROU, M. École nationale de chartes. Livre du centenaire (1821-1921). Paris : A. Picard, 1921. 2 v.
- RAIN, Pierre. La France dans l'Europe de 1833 et aujourd'hui. *Revue des Études historiques*, 1933. p. 321-334.
- RENAN, E. [Nota a respeito do segundo volume da Histoire des religions de la Grèce antique, de Alfred Maury]. *Journal des Débats*, 22 nov. 1857d. p. 3.
- RENAN, E. [Nota sobre a morte de M. Augustin Thierry]. *Journal des Débats*, 23 mai 1856.
- RENAN, E. Article nécrologique sur M. Eugène Burnouf. *Moniteur universel*, 13 jun. 1852.
- RENAN, E. De la métaphysique et de son avenir. *Revue des Deux Mondes*, t. XXV, p. 365-392, 15 jan. 1860.
- RENAN, E. De la Philosophie de l'histoire contemporaine. *Revue Deux Mondes*, t. 22, p. 179-209, 01 jul. 1859.
- RENAN, E. Des religions de l'antiquité et de leurs derniers historiens. *Revue des Deux Mondes*, t. II, p. 821-848, 15 mai. 1853.
- RENAN, E. *Essais de Morale et de critique*. Paris: Michel Lévy Frères, 1859.
- RENAN, E. *Études d'histoire religieuse*. Paris: Michel Lévy frères libraires-éditeurs, 1857.

- RENAN, E. Histoire des religions de la Grèce antique, par Alfred Maury. Tome I. *Journal des Débats*, 19 mai. 1857. p. 2-3c.
- RENAN, E. *Jésus*. 15. ed. Paris: Michel Lévy Frères libraires éditeurs, 1864.
- RENAN, E. L'Activité intellectuelle en France en 1849. *La Liberté de penser*. T. IV, 15 jul. 1849, p. 126-147.
- RENAN, E. *L'avenir de la science: pensées de 1848*. Paris: Calmann Lévy Éditeur, 1890.
- RENAN, E. L'école libérale, ses principes et ses tendances. *Revue des Deux Mondes*, t. 16, p. 662-685, jul./ago. 1858.
- RENAN, E. Le Libéralisme clérical. *La Liberté de penser*. T. I, mai. 1848, p. 510-531.
- RENAN, E. Les Etudes savantes en Allemagne. (Lettre aux directeurs de la *Revue Germanique*). Paris, 15 décembre 1857. *Revue germanique*. T. I, jan. 1858, p. 21-26.
- RENAN, E. Les historiens critiques de la vie de Jésus. *La liberté de penser*, t. III, p. 365-384, 15 mar. 1849.
- RENAN, E. Les sciences de la nature et les sciences historiques. *Revue des Deux Mondes*, t. 47, p. 761-774, 15 out. 1863.
- RENAN, E. M. Augustin Thierry. *Journal des Débats*, 5 jan. 1857a.
- RENAN, E. M. Augustin Thierry. *Journal des Débats*, 7 jan. 1857b.
- RENAN, E. Note sur la mort de M. Ernest Moret. *Journal des Débats*, 21 ago. 1858.
- RENAN, E. Note sur la mort du baron d'Eckstein. *Journal des Débats*, 29 nov. 1861.
- RENAN, E. Note sur la Rivista enciclopedia. *Journal des Débats*, 14 jul. 1856.
- RENAN, E. Note sur la traduction des *Eléments métaphysiques de la doctrine du droit*, de Kant, par Jules Barni. *Journal des Débats*, 14 fev. 1854.
- RENAN, E. *Vie de Jésus*. 13 ed. Paris: Michel Lévy, 1867.
- RENAN, E. *Vie de Jésus*. Paris: Michel Lévy Frères libraires éditeurs, 1863.

- RENZI, A. Statistique des travaux de l'Institut historique pendant 25 ans. *L'Investigateur*, 1859. p.101.
- RÉVILLE, Albert. M. G. Groen van Prinsterer. *Revue des Deux-Mondes*, 15 nov. 1876, p. 479.
- REVUE DE BIBLIOGRAPHIE ANALYTIQUE. Tome deuxième, Paris: Aurel; Duprat, 1841.
- RIVAIN, Camille. *Table générale par ordre alphabétique des matières contenues dans les quinze premiers volumes de l'histoire littéraire de la France: Dictionnaire encyclopédique de l'Etat des sciences des lettres depuis les temps les plus reculés, jusqu'au XIIIe siècle exclusivement*. Nendeln: Kraus reprint, 1875.
- ROUXEL, A. Un antiquaire au XVIIIe siècle, critique littéraire. Le marquis de Caumont (1688-1742). *Revue des Études historiques*, 1889. p. 165.
- SAINT-BEUVE, Charles-Augustin. "Daunou" In: *Portraits contemporains*. Paris: Garnier Frères, 1855. v.3, p.3-69.
- SAINT-BEUVE, Charles-Augustin. *Chateaubriand et son groupe littéraire sous l'Empire: cours professé à Liège en 1848-1849*. Volume 2. Garnier frères, 1861.
- SARAZIN, J. *Du progrès des études historiques en France, au dix-neuvième siècle*. Strasbourg: Imprimerie de F. G. Levrault, 1835.
- SAVAGNER, A. De la partie historique du Dictionnaire de la conversation, et de l'encyclopédie des gens du monde. *Journal de l'Institut historique*, 1834. p. 101, 344.
- SAVAGNER, A. Nécessité de refaire l'histoire des anciennes provinces de France. *Journal de l'Institut historique*, 1834. p. 129.
- SEIGNOBOS, Charles. *Histoire sincère de la nation française: histoire de l'évolution du peuple français*. Paris: éditions Rieder, 1933.
- SEIGNOBOS, Charles. *La méthode historique appliquée aux sciences sociales*. Paris: Félix Alcan, 1901.
- SOCIÉTÉ DE L'HISTOIRE DE FRANCE. *Annuaire-bulletin de la Société de l'histoire de France*. Paris: Société de l'histoire de France, 1934a.

- SOCIÉTÉ DE L'HISTOIRE DE FRANCE. *Annuaire-bulletin de la Société de l'histoire de France*. 1936-1937. SOCIÉTÉ DE L'HISTOIRE DE FRANCE. *Annuaire-bulletin de la Société de l'histoire de France*. 1935.
- SOCIÉTÉ DE L'HISTOIRE DE FRANCE. *Annuaire-bulletin de la Société de l'histoire de France*. 1936-1937.
- SOCIÉTÉ DE L'HISTOIRE DE FRANCE. *Bulletin de la Société de l'histoire de la France*. Deuxième série, tome troisième (années 1861-1862). Paris: Librairie de la Société de l'histoire de la France, 1863.
- SOCIÉTÉ DE L'HISTOIRE DE FRANCE. Discours de M. le comte de Manneville, président de la Société pendant l'exercice 1935-1936. *Annuaire-Bulletin de la Société de l'histoire de France*. Vol. 73, No. 1 (1936 ET 1937), p. 67-81.
- SOCIÉTÉ DE L'HISTOIRE DE FRANCE. Discours De M. Louis Madelin, Président De La Société Pendant L'exercice 1933-1934.» *Annuaire-Bulletin De La Société De L'histoire De France* 71, no. 1 (1934b): 72-88.
- SOCIÉTÉ DE L'HISTOIRE DE FRANCE. Rapport De M. Henri Courteault, Secrétaire, Sur Les Travaux De La Société Pendant L'exercice 1932-1933." *Annuaire-Bulletin De La Société De L'histoire De France*, vol. 70, no. 1, 1933, p. 85-95.
- SOCIÉTÉ DES ANTIQUAIRES DE L'OUEST. *Bulletins de la Société des Antiquaires de l'Ouest*. Années 1838-40. Poitiers; Paris: Fradet et Barbier; Derache, 1841.
- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES HISTORIQUES. *L'Investigateur, Journal de la Société des études historiques, ancien Institut Historique*, trente-neuvième année, 1873.
- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES HISTORIQUES. *L'Investigateur, Journal de la Société des études historiques, ancien Institut Historique*, trente-neuvième année tome XLIX, quarante-quatrième année, 1878.
- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES HISTORIQUES. Table de la Revue des Études historiques (1833-1933). *Revue des études historiques* (supplément au n° d'Octobre – Décembre 1933). Paris: Librairie Auguste Picard, 1933.

- SOCIÉTÉ DES ÉTUDES JAPONAISES, CHINOISES, TARTARES, INDO-CHINOISES ET OCÉANIENNES. *Extraits des historiens du Japon*. Paris: Maisonneuve et Cie, 1876.
- SOCIÉTÉ FRANÇAISE POUR LA CONSERVATION DES MONUMENTS HISTORIQUES. *Séances Générales tenues en 1842*. Caen, 1842.
- SOCIÉTÉ FRANÇAISE POUR LA CONSERVATION DES MONUMENTS HISTORIQUES. *Séances Générales tenues à Lille en 1845*. Caen, 1846.
- STAËL-HOLSTEIN, Germaine de. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Tome 1. Seconde édition revue, corrigée et augmentée. Paris: Maradan, 1800.
- STAËL-HOLSTEIN, Germaine de. *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Tome 2. Seconde édition revue, corrigée et augmentée. Paris: Maradan, 1800.
- STAËL-HOLSTEIN, Germaine de. *De la Littérature, considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. T. 1. Paris: Maradan, 1799.
- STAËL-HOLSTEIN, Germaine de. *De la Littérature, considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. T. 2. Paris: Maradan, 1799.
- TABLE décennale des publications de la Société de l'histoire de Paris et de l'Île-de-France. H. Champion, 1894.
- TAILLANDIER, M. A. H. Documents historiographiques sur P. C. E. Daunou. Paris: Firmin Didot Frères, 1847.
- TAINE, H. L'histoire, son présent et son avenir. *Revue germanique*, 1863.
- TEISSIER, Octave. Table Générale des Bulletins du Comité des Travaux Historiques et de la revue des Société savantes. Paris: Imprimerie nationale, 1873.
- THIERRY, A. [1819]. Sur le cours d'histoire de M. Daunou au Collège de France. In: THIERRY, A. [1834]. *Dix ans d'études historiques*. Paris: Just Tessier, Libraire, 1835. p. 215-224.
- THIERRY, A. [1820]. Première lettre sur l'histoire de France adressée au rédacteur du *Courrier Français*. In: THIERRY, A. [1834]. *Dix ans d'études historiques*. Paris: Just Tessier, Libraire, 1835. p. 322-329.

- THIERRY, A. [1820]. Sur la classification de l'Histoire de France par races royales. In: THIERRY, A. [1834]. *Dix ans d'études historiques*. Paris: Just Tessier, Libraire, 1835. p. 330-336.
- THIERRY, A. [1820]. Sur la philosophie du 18^e siècle et sur celle du 19^e, à propos de l'ouvrage de M. Garat, intitulé: *Mémoires historiques sur la vie de M. Suard*. In: THIERRY, A. [1834]. *Dix ans d'études historiques*. Paris: Just Tessier, Libraire, 1835. p. 283-290.
- THIERRY, A. [1834]. *Dix ans d'études historiques. Œuvres complètes de Augustin Thierry*. VI. Paris: Furne et Ce, 1851.
- THIERRY, A. [1834]. *Dix ans d'études historiques*. Paris: Just Tessier, Libraire, 1835.
- THIERRY, A. Lettre II. Sur la fausse couleur donnée aux premiers temps de l'histoire de France, et la fausseté de la méthode suivie par les historiens modernes. In: THIERRY, A.. *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire*. Paris: Sautelet et Compagnie, 1827. p. 10-19.
- THIERRY, A. Lettre III. Sur l'Histoire de France de Velly. In: THIERRY, A. *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire*. Paris: Sautelet et Compagnie, 1827. p. 20-27.
- THIERRY, A. Lettre IV. Sur les Histoires de France de Mézeray, Danielet Anquetil. In: THIERRY, A. *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire*. Paris: Sautelet et Compagnie, 1827. p. 28-40.
- THIERRY, A. Lettre première. Sur le besoin d'une Histoire de France, et le principal défaut de celles qui existent. In: THIERRY, A.. *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire*. Paris: Sautelet et Compagnie, 1827. p. 1-9.
- THIERRY, A. Lettre VI. Sur les trois grandes méthodes historiques en usage depuis le seizième siècle. In: THIERRY, A. *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire*. Paris: Sautelet et Compagnie, 1827. p. 53-61.

- THIERRY, A. *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire*. Paris: Sautelet et Compagnie, 1827.
- THIERRY, A. *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire*. Œuvres complètes de Augustin Thierry. III. Paris: Michel Lévy Frères, 1867.
- THIERRY, A. *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire; Dix ans d'études historiques*. Bruxelles; Liège: Riga, 1839.
- THIERRY, A. Préface. In: THIERRY, A. [1834]. *Dix ans d'études historiques*. Paris: Just Tessier, Libraire, 1835. p. I-XXV.
- THIERRY, A.. Lettre V. Sur une Histoire de France à l'usage des collèges. In: THIERRY, A. *Lettres sur l'histoire de France, pour servir d'introduction à l'étude de cette histoire*. Paris: Sautelet et Compagnie, 1827. p. 41-52.
- TOCQUEVILLE, A. De quelques tendances particulières aux historiens dans les siècles démocratiques. In: TOCQUEVILLE, A. *De la démocratie en Amérique*. Tome troisième. Paris: Pagnerre, 1848. p. 167-175.
- TOLRA DE BORDAS, J. Du mouvement historique en France pendant l'année 1877. *L'Investigateur*. 1878. p. 193-217; 257-274.
- TOLRA DE BORDAS, J. *Tableau des études historiques en France au dix-neuvième siècle* (Académie des Jeux floraux, concours de 1806). Toulouse, 1868.
- TOURNOIS, M. Réflexions générales [quelques réflexions sur l'historiographie générale de cette époque]. In: TOURNOIS, M. *Histoire de Philippe d'Orléans et du parti d'Orléans*. Paris: Bohaire, 1840. p. 1-40.
- VALAT. De l'imitation, considérée au point de vue historique et moral. *L'Investigateur*, 1863. p. 225.
- VALAT. Des classifications en général et de leur influence sur les progrès des sciences naturelles. *L'Investigateur*, 1858. p. 193.
- VERDOT, C. *Historiographie de la table, ou...* Paris: s.n., 1833.

- VIARD, J. (éditeur). *Les Grandes Chroniques de France*. Paris: Champion, coll. «Publications de la Société de l'histoire de France», 1920-1953.
- VILLEMMAIN, Abel-François. *Cours de littérature française: tableau du dix-huitième siècle*. Paris: Pichon et Didier, 1828-1838.
- VILLENAVE. Sur l'établissement des universités, des académies et des journaux. *L'Investigateur*, 1844. p. 281.
- VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique*. Tome I. In: Œuvres de Voltaire. Tome XXVI. Paris: Lefèvre, 1829.
- VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique*. Tome II. In: Œuvres de Voltaire. Tome XXVII. Paris: Lefèvre, 1829.
- VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique*. Tome III. In: Œuvres de Voltaire. Tome XXVIII. Paris: Lefèvre, 1829.
- VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique*. Tome V. In: Œuvres de Voltaire. Tome XXX. Paris: Lefèvre, 1829.
- VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique*. Tome VII. In: Œuvres de Voltaire. Tome XXXII. Paris: Lefèvre, 1829.
- VOLTAIRE; MIGER. *Table alphabétique et analytique des matières*. Tome I, A-K. In: Œuvres de Voltaire. Tome XXX. Paris: Lefèvre, 1840.
- WELSCHINGER, H. Chateaubriand. Le Génie du Christianisme et le discours de réception à l'Académie française. *Revue de la Société des Études historiques*, 1889. p. 221.
- WELSCHINGER, H. De la vérité en histoire. *Revue des Études historiques*, 1895. p. 6.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5ª ed. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGAMBEN, G. *Gosto*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- AGAMBEN, G. *Ideia da prosa*. Belo Horizonte: Autentica, 2012.

- AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 55-79.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Entre Luzes e Sombras: Michel Foucault, um pensador pós-moderno? *Caminhos da História* (UNIMONTES), v. 14, p. 11-28, 2009.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007a.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Historiador Naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007b. p. 192-215.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 79-103.
- AMALVI, C. *Dictionnaire biographique des historiens français et francophones*. Paris : Indes Savantes, 2004.
- AMALVI, C. Naissance et affirmation de l'histoire de l'Histoire : jalons pour une connaissance contemporaine de la Nouvelle Clio. In: AMALVI, C. (dir.). *Une Passion pour l'histoire*. Histoire(s), mémoire(s) et Europe. Hommage au professeur Charles-Olivier Carbonell. Paris, Privat, 2002, p. 32-39.
- ANHEZINI, K. Arautos da História da historiografia: as disputas por um conceito de historiografia nas cartas de Amaral Lapa enviadas a Nilo Odália. *Patrimônio e Memória* (UNESP), v. 11, p. 4-21, 2015.
- ANHEZINI, K. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea de; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (org.). (Org.). *Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015a.
- ARAUJO, V. L. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: Lucia Maria Bastos Pereira das Neves; Rebeca Gontijo; Lucia Maria Paschoal Guimarães, Marcia de Almeida Gonçalves. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 75-92.

- ARAUJO, V. L. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v.6, n. 12, 2013.
- ARAUJO, V. L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus* (Juiz de Fora), v. 12, p. 79-94, 2006.
- ARAUJO, V. L.; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da (orgs.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte, MG: Agvmentvm, 2008.
- ARGAN, Giulio Carlo. *A arte moderna na Europa: de Hogarth a Picasso*. Tradução, notas e prefácio: Lourenço Mammì. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BARNES, Harry Elmer. *A history of historical writing*. 2ª ed. New York: Dover Publications, 1963.
- BENTIVOGLIO, J.; LOPES, M. A. (Org.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BENTIVOGLIO, J.; TOZZI, V. (Orgs.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra, ES: Milfontes, 2017.
- BERCÉ, Yves-Marie; CONTAMINE, Philippe (éd). *Histoire de France, historiens de la France*. Paris: Société de l'Histoire de France, 1994.
- BESSELER, José Van Den. *As Interpretações da História através dos séculos*. São Paulo: Editora Herder, 1957. 2 v. (Volume I – De Homero ao evolucionismo Moderno).
- BLANKE, H. W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 27-64.
- BLAVIER, Pierre. La notion de génération en histoire. *Regards croisés sur l'économie*, vol. 7, n. 1, 2010, p. 44-46.
- BORGES, Clayton F e F. *Revue Historique e Revue de Synthèse Historique: o caso A. D. Xénopol*. 2013. 166f. (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2013.
- BOURDÉ, G., MARTIN, H. *As escolas históricas*. Tradução de Ana Rabaça. Portugal: Publicações Europa-América: Mem. Martins Codex, 1983.

- BOURDÉ, G., MARTIN, H. *As escolas históricas*. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BREISACH, E. *Historiography: ancient, medieval & modern*. Second Edition. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1994.
- BUTTERFIELD, Herbert. *Man on his Part. The Study of the History of Historical Scholarship*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969 [1955].
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Histoire et historiens: une mutation idéologique des historiens français : 1865-1885*. Toulouse: Privat, 1976.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Tradução de Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, [1992?].
- CARBONELL, Charles-Olivier. L'histoire dite "positiviste" en France. *Romantisme*, 1978, n. 21-22. Les positivismes. p. 173-185
- CARBONELL, Charles-Olivier. Pour une histoire de l'historiographie. *Storia della Storiografia*. n. 1, p. 7-25, 1982.
- CARBONELL, Charles-Olivier; WALCH, Jean (éd.), *Les Sciences historiques. De l'Antiquité à nos jours*. Paris, Larousse, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASSANI, J. L., AMUCHÁSTEGUI, A. J. P. *Del epos a La historia científica: una vision de La historiografia através del método*. Buenos Aires: editorial Nova, 1971.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CERTEAU, M. de. *La Faiblesse de croire*. Paris: Seuil, 1987.
- CERTEAU, M. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, p. 26-33, mai. 2010.

Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/11/AB-11_Sc-1_Forum_02.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2011.

CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, vol. 8, n. 10, p. 11-34, jul./dez. 2004.

CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Revista de Antropologia* (São Paulo), v. 61, p. 78-95, 2018.

CHARLE, Christophe. *Homo Historicus. Réflexion sur l'histoire, les historiens et les sciences sociales*, Paris, Armand Colin, coll. «Le temps des idées», 2013.

CHARLE, Christophe. *La République des universitaires, 1870-1940*. Paris: Seuil, 1994.

CHARLE, Christophe. *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle*. Paris: Seuil, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Tradução: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CLAUDINE, Attias-Donfut. La notion de génération : Usages sociaux et concept sociologique. *L'Homme et la société*, n. 90, 1988. (Le temps et la mémoire aujourd'hui).

COLLINI, Stefan. "Discipline History" and "Intellectual History": Reflections on the Historiography of the Social Sciences in Britain and in France, *Revue de Synthèse*. vol. 109, n. 3-4 (1988), p. 387-399.

CROCE, Benedetto. *Teoria e Historia de la historiografia*. Traducido de la 5ª ed. Italiana por Eduardo J. Prieto. Buenos Aires: Ediciones Imán, [19--].

DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Tradução: Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DELACROIX, C.; DOSSE, F.; Garcia, P.; OFFENSTADT, N. (Dir.). *Historiographies. Concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2010.

- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. Tradução: Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: MALERBA, J. (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 15-31.
- EHRARD, J.; PALMADE, G. *L'histoire*. Paris: Armand Colin, 1965.
- FARGE, A. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- FAYE, Djidiack. Histoire de la littérature et histoire littéraire. *Revue du Groupe d'Etudes Linguistiques et Littéraires (G.E.L.L.)*, n. 18, 2014. p. 7-21.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. Foucault. In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos, Volume V: ética, sexualidade, política. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014a. p. 228-233.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento (Ditos & escritos; 2)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b. p. 273-295.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, Freud, Marx. In: FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento (Ditos & escritos; 2)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a. p. 41-57.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução: António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Alpiarça: Vega, 2000.
- FOUCAULT, M. Polêmica, Política e Problematizações. In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos, Volume V: ética, sexualidade, política. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014b.
- FOUCAULT, M. Sobre a Genealogia da Ética: um Resumo do Trabalho em curso. In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos, Volume IX: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014c. p. 214-238.

- FRAISSE, Luc. La Définition Du Grand Écrivain Dans L'histoire Littéraire De Lanson. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, vol. 99, no. 2, 1999, pp. 249-271.
- FRAISSE, Luc. La littérature du XVII^e siècle chez les fondateurs de l'histoire littéraire, *Dix-septième siècle* 2003/1, n. 218, p. 3-26.
- FUETER, Eduard. *Historia de la historiografía moderna*. Traducción de Ana Maria Ripullone. Buenos Aires: Editorial Nova: 1953. (Tomo II: La historiografía de la Ilustración).
- FUMAROLI, M. *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne*. Paris: PUF, 1999.
- FUMAROLI, M. *La querelle des anciens et des modernes: XVII^e-XVIII^e siècles*. Paris: Gallimard, 2001.
- GARCIA, P.; LEDUC J. *L'Enseignement de l'histoire en France. De l'Ancien Régime à nos jours*, Paris: Armand Colin, 2003.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GAUCHET, M. (org.). *Philosophie des sciences historiques. Textes de P. de Barante, V. Cousin, F. Guizot, J. Michelet, F. Mignet, E. Quinet, A. Thierry*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1988.
- GAUCHET, M. Les Lettres sur l'histoire de France d'Augustin Thierry. In: NORA, P. *Les Lieux de mémoire*. tome 2, La Nation, vol. 1, p. 217-316, Paris, Gallimard, 1986.
- GAUSSEN, D. *L'Invention de l'histoire nationale en France (1789-1848)*. Marseille: Éditions Gaussien, 2015.
- GAUVARD, C.; SIRINELLI, J.-F. *Dictionnaire de l'historien*. Paris: Puf, 2015.
- GAUVARD, C.; SIRINELLI, J.-F. Retour sur Gabriel Monod. *Revue historique*, 2012/4 (n° 664), p. 787-787.
- GAY, Peter. *O estilo da historia: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOOCH, George Peabody. *History and historians in the nineteenth century*. Boston: Beacon Press, [1958?].

- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Tradução: Enid Abreu Dobranszky. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- GUENEE, Bernard. Les Grandes chroniques de France, le Roman aux roys (1274-1518). In: NORA, Pierre (dir.), *Les lieux de mémoire*, tome II: *La nation*, vol. 1: *Héritage, historiographie, paysages*. Paris: Gallimard, collection «Bibliothèque illustrée des histoires», 1986. p.189-214.
- GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- GUIMARÃES, M. L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J (Org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GUIMARÃES, M. L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J (Org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GUIMARÃES, M. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.
- GUIMARÃES, M. L. S. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 135-143, 1989.
- GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 184-200, dezembro 2002.
- GUIMARÃES, M. L. S. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil Oitocentista. In: *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 68-85.

- GUIMARÃES, M. L. S. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, s/p., out., 2000.
- GUIMARÃES, M. L. S. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005.
- GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011
- GUIMARÃES, M. L. S. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.
- GUIMARÃES, M. L. S. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. Humanas, Dossiê Historiografia e tradição clássica, *Revista do IFCH/UFRGS*, 2000, p. 111-143
- HARTOG, F (Org). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.
- HARTOG, F. “Michelet, a história e a ‘verdadeira vida’”. *Revista de História e Geografia Ágora*, UNISC, v. 11, n. 1, p. 13-20, jan./jun. 2005.
- HARTOG, F. *Croire en l'histoire*. Paris : Flammarion, 2016.
- HARTOG, F. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- HARTOG, F. *La nation, la religion, l'avenir: sur les traces d'Ernest Renan*. Paris: Gallimard, 2017.
- HARTOG, F. *O século XIX e a História: O caso Fustel de Coulanges*. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003a.
- HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Tradução: Sonia Lacerda, Marcos Veneu, José Otavio Guimarães. Brasília, DF: UnB, 2003.
- HARTOG, F. *Partir pour la Grèce*. Paris : Flammarion, 2015.

- HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução: Andréa Souza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, F; REVEL, Jacques (dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.
- HIRSCH, Thomas. *Le temps des sociétés. D'Emile Durkheim à Marc Bloch*. Paris: L'EHESS, 2016.
- JABLONKA, I. *L'histoire est une littérature contemporaine : Manifeste pour les sciences sociales*. Paris: Le Seuil, 2014.
- JEY, Martine. Gustave Lanson : De l'histoire littéraire à une histoire sociale de la littérature ? *Le français aujourd'hui*, vol. 145, no. 2, 2004, p. 15-22.
- KOSELLECK, Reinhart. [et al.]. *O conceito de História*. Tradução: René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KRIEGEL, B. *L'histoire à l'Age classique. III. Les académiciens de l'histoire*. Paris, PUF, 1996.
- LAFORGUE, Pierre. Histoire littéraire, histoire de la littérature et sociocritique: quelle historicité pour quelle histoire? *Revue d'histoire littéraire de la France*, vol. 103, no. 3, 2003, p. 543-547.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LEFEBVRE, Georges. *El nacimiento de la historiografía moderna*. Traducción de Alberto Mendez. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1974.
- LEFEBVRE, Georges. *La naissance de l'historiographie moderne*. Paris: Flammarion, 1971.
- LEVY-DUMOULIN, O. Les « Écoles historiques » à l'épreuve de Gabriel Monod. Un historien célèbre et méconnu. *Revue historique* 2012/4 (n° 664), p. 789-801.

- LOPES, Marcos A. (Org.) *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MALATIAN, T. Gabriel Monod. In: MALERBA, J. (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 323-352.
- MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALERBA, J. (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MARCEL, J.-C.; ORAIN, O. Penser par Écoles. *Revue d'histoire des sciences humaines*, n. 32, 2018.
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *História Pensada: teoria e método na historiografia européia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Tradução: Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução: Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc, 2004.
- MOMIGLIANO, A. *Fondations du savoir historique*. Paris: Les Belles Lettres, 1992.
- MOMIGLIANO, A. *Les origines de la biographie en Grèce ancienne*. Strasbourg: Circé, 1991.
- MOMIGLIANO, A. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.
- MUDROVICIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. *Historiografías: revista de historia y teoría*, n. 5, 2013, p.11-31.
- NICODEMO, T. L.; SANTOS, P. A. C. DOS; PEREIRA, M. H. DE F. *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira 1870-1970*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

- NICOLAZZI, F. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César. (Org.). *Escrever história. Historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Vitória: Milfontes, 2017. p. 7-38.
- NIETZSCHE, F. *Escritos sobre História*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.
- NOËL, Patrick-Michel. *Épistémologie, histoire et historiens: considérations conceptuelles, méthodologiques et empiriques autour du discours que les historiens tiennent sur leur savoir*. Doctorat en histoire. Québec, Canada, 2014.
- NOIRIEL, G. Naissance du métier d'historien. *Génèses*, 1, 1990, p. 58-85
- NOIRIEL, G. *Sur la "crise" de l'histoire*. Paris: Gallimard, 2005.
- NORA, Pierre (dir.), *Les lieux de mémoire*, tome II: *La nation*, vol. 1: *Héritage, historiographie, paysages*. Paris: Gallimard, collection «Bibliothèque illustrée des histoires», 1986.
- PARADA, M. (Org.). *Os historiadores: clássicos da história*, v. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2013.
- PETIT, A. L'héritage du positivisme dans la création de la chaire d'histoire générale des sciences au Collège de France. *Revue d'histoire des sciences*, tome 48, n°4, 1995. p. 521-556.
- PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- PIRES, F.M. O fardo e o fio: na contramão da procissão historiográfica. *História da historiografia*, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 70-88, 2014.
- POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris, Gallimard, 1999.
- REIS, José Carlos. A História metódica, dita "positivista". In: REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- REVUE d'histoire littéraire de la France 1995/7, n. 95.
- REVUE historique. "Retour sur Gabriel Monod". 2012, 4, n. 664.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- ROIZ, Diogo da Silva. O ofício de historiador: entre a 'ciência histórica' e a 'arte narrativa'. *História da historiografia*, Ouro Preto, número 04, março 2010, p. 255-278.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SALES, V. (Org.). *Os historiadores*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- SILVA, Arlenice Almeida da. Edgar Quinet e a filosofia da Revolução Francesa. *Revista de História*. São Paulo, n. 146, p. 223-266, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. *Génération intellectuelle. Khâgneux et normaliens dans l'entre-deux-guerres*. Paris: Fayard, 1988.
- TURIN, R. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da historiografia*, n. 13, dezembro 2013. p. 78-95.
- VAILLANT, Alain. *L'histoire littéraire*. Paris: Armand Colin, 2017.
- VINGTIÈME Siècle, revue d'histoire, n. 22, avril-juin 1989. (Les générations).
- WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro, Editora Central da UGF; Niterói, Editora da UFF, 1994.
- WHITE, Hayden. *Meta-História. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios de crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1997.

